

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

CONTINENTES

Revista de Geografia do
Programa de Pós-Graduação em Geografia e do
Departamento de Geociências

Ano 5, Nº 9, Jul./ Dez. 2016

CAPA

Vista aérea parcial da cidade de Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, e as suas famosas ilhas artificiais, em 2013. Destaque para o conjunto representando a forma dos continentes do planeta Terra, seguindo a projeção de Mercator.

“Com o dinheiro do petróleo, o governo dos Emirados Árabes Unidos investiu na construção de uma cidade totalmente artificial no meio das dunas quentes, como se fosse uma Disneylândia do deserto. [...] Criaram uma cidade das *Mil e Uma Noites* voltada para o luxo, o desperdício, a desigualdade social, a falta de liberdade e a insustentabilidade ambiental. [...] A Shangri-La do Oriente Médio foi construída do nada em poucas décadas de bolha de crédito, com supressão de direitos, escravidão e ecocídio. Depois da crise de 2009, os segredos de Dubai e o lado obscuro da cidade estão aparecendo. Enquanto isso, algumas ilhas artificiais (construídas em um conjunto em forma de palmeira) estão afundando, e os lagos artificiais estão possibilitando a propagação de algas que emitem um odor fétido e atraem mosquitos, ao mesmo tempo em que afastam os investidores.”

José Eustáquio Diniz Alves, *Dubai: cidade ecologicamente insustentável*. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2012/08/03/dubai-cidade-ecologicamente-insustentavel-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>. Acesso em: 8 jul. 2016

“Estrategicamente, é produzida a acumulação primitiva do espaço. Mais de um autor trata como varredura ou produção do espaço vazio. Isto é, há tendência a rentabilizar esses espaços, por um processo violento de expropriação sócio-espacial. [...] No centro ou na periferia das cidades, especialmente das grandes cidades, o tempo todo estão se produzindo novos espaços de valorização econômica, aquecendo a economia moderna, mas destituindo a condição de moradia e de vida urbana possível para parte substantiva da população urbana.”

Amélia Luísa Damiani, *A produção do espaço urbano e a propriedade privada da terra*, p. 19.

CONTINENTES

Revista de Geografia do Programa de Pós-Graduação em
Geografia e do Departamento de Geociências
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

- Geografia Urbana –
- Geografia Agrária –
- Geografia Econômica –
- Geociências –
- Geoprocessamento –
- Geografia Cultural –
- Geografia Humana –

Ano 5, Nº 9, Jul./ Dez. 2016

CONTINENTES

Revista de Geografia do Programa de Pós-Graduação em
Geografia e do Departamento de Geociências
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Ano 5, Nº 9, Jul./ Dez. 2016

ISSN 2317-8825

www.revistacontinentes.com.br
continentes@ufrj.br

CONTINENTES: *Revista de Geografia da UFRRJ*

Revista Semestral – Jul. / Dez. 2016, Ano 5, número 9.

ISSN 2317-8825

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Instituto de Agronomia – Departamento de Geociências

Curso de Geografia (Licenciatura e Bacharelado)

Reitor: Ana Maria Dantas Soares

Vice-Reitor: Eduardo Mendes Callado

Diretor do IA: Alexis Rosa Nummer

Chefe do DEGEO: Andrea Carmo Sampaio

Coordenador do Curso de Geografia: André Santos da Rocha

Coordenação Editorial:

André Santos da Rocha (DEGEO-UFRRJ)

Andrews José de Lucena (DEGEO-UFRRJ)

Guilherme Ribeiro (DEGEO-UFRRJ)

Leandro Dias de Oliveira (DEGEO-UFRRJ)

Maurilio Lima Botelho (DEGEO-UFRRJ)

Coordenação Técnico-Executiva:

Tiago Badre Marino (DEGEO-UFRRJ)

Conselho Editorial:

Ambrosina H. G. Pascutti (DEGEO-UFRRJ)

André Santos da Rocha (DEGEO-UFRRJ)

Andréa Carmo Sampaio (DEGEO-UFRRJ)

Andrews José de Lucena (DEGEO-UFRRJ)

Guilherme Ribeiro (DEGEO-UFRRJ)

Gustavo Mota de Sousa (DEGEO-UFRRJ)

Heitor Soares de Farias (DEGEO-UFRRJ)

Leandro Dias de Oliveira (DEGEO-UFRRJ)

Lirian Melchior (DEGEO-UFRRJ)

Marcio Rufino Silva (DEGEO-UFRRJ)

Maria Hilde de Barros Goes (DEGEO-UFRRJ)

Maurilio Lima Botelho (DEGEO-UFRRJ)

Pablo Ibañez (DEGEO-UFRRJ)

Regina Cohen Barros (DEGEO-UFRRJ)

Tiago Badre Marino (DEGEO-UFRRJ)

Conselho Científico:

Ana Maria Lima Daou (UFRJ)
Ana Maria Marques Santos (UFRRJ)
Anita Loureiro de Oliveira (UFRRJ)
Arlete Moysés Rodrigues (UNICAMP)
Carlo Eugênio Nogueira (UFMT)
Clarice Cassab (UFJF)
Cleber Marques de Castro (UERJ; PUC-RJ)
Clézio dos Santos (UFRRJ)
Cristiane Cardoso (UFRRJ)
Dante Flávio da Costa Reis Jr. (UnB)
Denizart Fortuna (UFF)
Edu Silvestre de Albuquerque (UFRN)
Eduardo José Marandola Jr. (UNICAMP)
Eduardo Vedor de Paula (UFPR)
Ericson Hayakawa (UNIOESTE)
Eustógio Wanderley C. Dantas (UFC)
Federico Ferretti (Univ. de Genebra)
Flávia Elaine da Silva Martins (UFF)
Floriano José Godinho de Oliveira (UERJ)
Gilmar Mascarenhas de Jesus (UERJ)
Hector Mendoza Vargas (UNAM)
Helena Pina (Universidade do Porto)
Jader de Oliveira Santos (UFC)
Jean Carlos Rodrigues (UFT)
Jerusa Vilhena de Moraes (UNIFESP)
Jorge Soares Marques (UERJ)
Juliana Menezes (UFF)
Jurandyr Ross (USP)
Laura Delgado Mendes (UFRRJ)
Leonardo Arantes (UFF)
Leonardo Civalé (UFV)
Luciano Ximenes Aragão (UERJ/FEBF)
Luís Ângelo dos Santos Aracri (UFJF)
Marco Antonio Sampaio Malagodi (UFF)
Marcos Antônio Silvestre Gomes (UFTM)
Maria do Socorro Bezerra de Lima (UFF)
Marisa Silva Amaral (UFU)
Monika Richter (UFRRJ)
Paul Claval (Sorbonne – Paris IV)
Renato Leone Miranda Léda (UESB)
Rodrigo Hidalgo Dattwyler (PUC-Chile)
Rodrigo Teixeira (PUC-MG)
Tony Vinicius Moreira Sampaio (UFPR)
William Ribeiro da Silva (UFRJ)

SUMÁRIO

1 **EDITORIAL**

ARTIGOS

- 12** *A produção do espaço urbano e a propriedade privada da terra*
Amélia Luísa Damiani
- 25** *A territorialização do capital da agroindústria canavieira paulista, ao longo do Proálcool (1975-1990)*
Fábio Teixeira Pitta
Carlos de Almeida Toledo
Cássio Arruda Boechat
- 57** *Espaços livres públicos: lócus da cidadania no espaço urbano?*
Mariana Zerbone Alves de Albuquerque
Edvânia Torres Aguiar Gomes
- 77** *Abordagens geológica e paleontológica nas avaliações oficiais em âmbito nacional e estadual (RJ)*
Sarah Gonçalves Duarte
- 105** *Geoprocessamento no apoio à decisão*
Jorge Xavier da Silva
- 116** *Análise da cobertura de hidrantes de coluna no município do Rio de Janeiro*
Arthur Jorge de Veras da Silva
Marcelo Leite de Souza
Jeferson Esteves Fidelis
Mario Cesar Castro da Cunha
Bruna Medeiros Gonçalves de Veras
Tiago Badre Marino
Jorge Xavier da Silva

POSIÇÕES

- 131** *“Petalhas” vs. “Tucanazis” e a Revolução Burguesa no Brasil*
Jean Pires de Azevedo Gonçalves
- 147** *Estado e políticas públicas: formação e particularidade brasileira*
Lúcia Aparecida Valadares Sartório

RELATOS DE PESQUISA

- 162** *A relação entre o espaço urbano, simbolismo e monumentos: o caso da “Praça Brasil” em Volta Redonda (RJ)*
Marcelo Loura de Moraes
- 175** *A distinção social através das formas, signos e consumo da paisagem em duas centralidades de consumo na cidade de Novo Hamburgo (RS)*
Fernando Benvenuto Schaab

RESENHA

- 197** *Relatos do “front”: uma abordagem crítica da militarização urbana carioca*
Leandro Dias de Oliveira

SUMMARY

1 EDITORIAL

ARTICLES

- 12** *The production of urban space and the private ownership of land*
Amélia Luísa Damiani
- 25** *The territorialization of capital of sugarcane agrobusiness in São Paulo state, over Proálcool (1975-1990)*
Fábio Teixeira Pitta
Carlos de Almeida Toledo
Cássio Arruda Boechat
- 57** *Open public spaces: the place of citizenship in urban space?*
Mariana Zerbone Alves de Albuquerque
Edvânia Torres Aguiar Gomes
- 77** *Geological and paleontological approaches in oficial assessments at the national and state levels (RJ)*
Sarah Gonçalves Duarte
- 105** *Geoprocessing in decision support*
Jorge Xavier da Silva
- 116** *Analysis of column hydrants coverage in the city of Rio de Janeiro*
Arthur Jorge de Veras da Silva
Marcelo Leite de Souza
Jeferson Esteves Fidelis
Mario Cesar Castro da Cunha
Bruna Medeiros Gonçalves de Veras
Tiago Badre Marino
Jorge Xavier da Silva
- POSITIONS**
- 131** *“Petalhas” against “Tucanazis” and the Burgeous Revolution in Brazil*
Jean Pires de Azevedo Gonçalves
- 147** *State and public policies: brazilian formation and particularity*
Lúcia Aparecida Valadares Sartório

RESEARCH REPPORTS

- 162** *The relationship between urban space, symbolism and monuments: the case of "Praça Brasil" in Volta Redonda (RJ)*
Marcelo Loura de Morais
- 175** *The social distinction through the forms, signs and landscape consumption in two consumption centralities in the city of Novo Hamburgo (RS)*
Fernando Benvenuto Schaab

REVIEWS

- 197** *The "front's" reports: a critical approach to the urban militarization in Rio de Janeiro city*
Leandro Dias de Oliveira

SOMMAIRE

1 **ÉDITORIAL**

ARTICLES

- 12** *La production de l'espace urbain et la propriété privée de la terre*
Amélia Luísa Damiani
- 25** *La territorialisation du capital de l'agro-industrie de la canne à sucre de São Paulo, sur Proálcool (1975-1990)*
Fábio Teixeira Pitta
Carlos de Almeida Toledo
Cássio Arruda Boechat
- 57** *Espaces publics ouverts : locus de la citoyenneté dans l'espace urbain ?*
Mariana Zerbone Alves de Albuquerque
Edvânia Torres Aguiar Gomes
- 77** *Approches géologiques et paléontologiques dans les évaluations officielles à l'échelle nationale et régional (RJ)*
Sarah Gonçalves Duarte
- 105** *Le Geotraitement dans l'appui à la décision*
Jorge Xavier da Silva
- 116** *Analyse de la couverture de bornes d'incendie dans la ville de Rio de Janeiro*
Arthur Jorge de Veras da Silva
Marcelo Leite de Souza
Jeferson Esteves Fidelis
Mario Cesar Castro da Cunha
Bruna Medeiros Gonçalves de Veras
Tiago Badre Marino
Jorge Xavier da Silva

POSITIONS

- 131** *Les « Petralhas » contre les « Tucanazis » et la Révolution Bourgeoise au Brésil*
Jean Pires de Azevedo Gonçalves
- 147** *L'État et les politiques publiques : formation et particularité brésilienne*
Lúcia Aparecida Valadares Sartório

RAPPORTS DE RECHERCHE

162 *La relation entre l'espace urbain, le symbolisme et les monuments : le cas de la « Praça Brasil » à Volta Redonda (RJ)*
Marcelo Loura de Morais

175 *La distinction sociale à travers des formes, signes et consommation de la paysage à deux centralités de consommation, dans la ville de Novo Hamburgo (RS)*
Fernando Benvenuto Schaab

COMPTE-RENDU

197 *Des rapports du « front » : une approche critique de la militarisation urbaine de la ville du Rio de Janeiro*
Leandro Dias de Oliveira

EDITORIAL

QUANDO TUDO SE MOVE: TÉCNICA, CRISE E DISPÊNDIO

Georges Bataille, em *A parte maldita*, publicado originalmente em 1949, afirmava que “ao escrever o livro em que [ele] dizia que a energia no fim das contas só pode ser desperdiçada”, ele próprio empregava “[sua] energia, [seu] tempo, no trabalho”, o que daria vazão “ao desejo de aumentar a soma dos bens pertencentes à humanidade”. Dez anos depois, já com a completada transição da “Internacional Letrista” para a “Internacional Situacionista”, Guy Debord escrevia uma justificativa a respeito do nome da publicação (*Potlatch*) que se propunha a divulgar os textos letristas, já em processo de descontinuação: as populações nativas da América do Norte, em “uma forma pré-comercial da circulação dos bens”, fundavam a prática do *potlatch* na “reciprocidade dos presentes suntuosos”.

Jacob Gorender, em seu clássico *O Escravismo Colonial*, originalmente publicado em 1978, afirmava que o título de sua obra se remetia a um “modo de produção historicamente novo”, que teria surgido e se desenvolvido “dentro de um determinismo socioeconômico rigorosamente definido, no tempo e no espaço”. A formação social brasileira compõe o centro desse debate. Seguindo sua asserção, o autor afirmava que a “coisificação do escravo”, processo decorrente da “supremacia do senhor sobre o escravo”, consignada pelo ordenamento econômico, político e jurídico do tempo da escravatura legalizada no Brasil, impunha a “lei” segundo a qual “a margem da economia natural” variava “na razão inversa das variações da economia mercantil, da qual constitui setor independente”. O que isso quer dizer? No Brasil, as fomes endêmicas conjugam-se, desde cedo, a um estilo próprio de apropriação do sobreproduto social: a produção deve voltar-se, sem peias, ao mercado *externo*, bem como ao consumo final “improdutivo” de poucos grandes latifundiários. Parafraseando Darci Ribeiro, em *O povo brasileiro* (1995), as “máquinas de moer gente” conjugam bem esse “dispêndio improdutivo”, sinalizado em outros termos por Bataille e Debord.

Mas a universalidade do argumento não se restringe a autores do “centro” da ordem “ocidental-cristã”. Achille Mbembe, professor de universidades na África do Sul e nos Estados Unidos, brinda-nos com o importantíssimo *Crítica da razão negra* (2013), onde aponta, já na introdução de seu estudo, o “devir negro do mundo”. Em que consiste esse “devir”? Para o autor, o neoliberalismo representaria “a época na qual capitalismo e animismo, durante muito tempo obrigados a manter-se afastados, tendem finalmente a fundir-se”; prosseguindo seu argumento, assevera que “a tendencial universalização da condição negra é simultânea com a instauração de práticas imperiais inéditas”. Decorreria, daí, um “imperialismo de desorganização”, que “manufatura desastres e multiplica por todo o lado as condições de exceção, alimentando-se da anarquia”. Aliás, a esse respeito, cumpre registrar o neologismo levado adiante em recentes artigos do jornalista brasileiro Pepe Escobar – *Excepcionalistão* – ao se referir às mais recentes investidas da geopolítica estadunidense no enfrentamento da provável contra-hegemonia russa ou chinesa, sob a alcunha de uma desgastada “guerra ao terror”: desde as incursões nas “revoluções coloridas” do início da década de 2010 até às pouco esclarecidas intervenções “indiretas” na desestabilização de “governos progressistas” na América Latina. Os continentes se movem, portanto.

Achille Mbembe, referindo-se ao negro – este nome “inventado para significar exclusão, embrutecimento e degradação, ou seja, um limite sempre conjurado e abominado”, segundo o autor -, mapeia-o como “humilhado e profundamente desonrado” e, “na ordem da modernidade, o único de todos os humanos cuja carne foi transformada em coisa, e o espírito, em mercadoria – a cripta viva do capital”. Fazendo um exercício até um pouco canhestro de filosofia, essa *ontologia* (a cripta viva) pode se estender a uma afirmação da resenha que acompanha a última parte desta edição: “as decantadas UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) não são braços do Estado, *mas sim o próprio Estado*”, afirma o Prof. Leandro Dias de Oliveira. A *forma* da mercadoria e a *forma* estatista conjugam-se em sua indissociabilidade, a exemplo da concepção posta por Henri Lefebvre a respeito das necessárias “cadeias de equivalência” implicadas ao vigente modo de produção. Trata-se de uma hegemonia que busca se manter a despeito de sua tendência à auto-aniquilação. Arrasta-se a humanidade (e tudo o mais que conhecemos)

ao redemoinho da crise. Fugas possíveis, também espetacularizadas: a transcendência mística (para o alto e para os céus, com o *teológico-político* a pleno vapor – conforme definição de Espinosa) ou ainda “a ciência” (as nano e macroescalas do universo, com a física quântica e a astronomia como as vedetes da refutação de mesoescalas mais indigestas).

Desse modo, possivelmente esta edição da Revista Continentes, que chega à sua nona edição, carrega contribuições que, de um modo mais ou menos *desviado*, de acordo com as particularidades dos autores, temas e escolas aos quais cada um dos textos responde, traduzem o sentido de nossa época. A ciência, a geografia e a crise social se conjugam, e trazem a pulsão de um esvaziamento latente, verificado em múltiplos domínios da vida social.

Iniciamos a seção de artigos com a notável contribuição da Profa. Dra. Amélia Luísa Damiani, em *A produção do espaço urbano e a propriedade privada da terra*. A professora Titular do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, e coordenadora do Grupo de Pesquisa “Geografia Urbana: a vida cotidiana e o urbano”, inicia seu artigo contextualizando parte da produção de Henri Lefebvre em “sociologia rural”, indicando a sua imersão na “arquitetônica espacial” própria ao mundo camponês. Tal arquitetônica, no entanto, pressupondo a “prevalência da artesanaria” nas formas de produção, entranha-se, no advento da modernidade posta pela Revolução Industrial e o congênere aprofundamento do mundo da mercadoria, em uma teia de novos significados, postos socialmente. Trata-se do vislumbre da potência da “renda diferencial da terra”, que incluía, necessariamente, a tomada definitiva da terra como mercadoria (e mercadoria especial, com suas qualidades particulares e singulares), figura sugerida pelo economista político David Ricardo e dialetizada, posteriormente, por Karl Marx. No século XX, o espraiamento da urbanização traz necessariamente essa figura para a cidade, pressupondo a “reunião macabra” entre os monopólios do capital e da terra, em um único “sujeito”, e possibilitando a (re)definição constante das fronteiras no urbano. A cidade como negócio é a forma necessária da realização da propriedade como juros de capital, no esteio da contemporânea crise do próprio capital. A cidade, em sua inteireza, é o lastro desses megainvestimentos e o “dinheiro

evanescente” é a figura necessária às formas mais recônditas (cotidianas) de efetivação da economia urbana. A racionalidade espacial é o cimento que lacra o sentido dessa reprodução crítica.

A seguir, Fábio Teixeira Pitta, Carlos de Almeida Toledo e Cássio Arruda Boechat, leitores de longa data da obra de Karl Marx e do filósofo e ensaísta alemão Robert Kurz, brindam-nos com o artigo intitulado *A territorialização do capital da agroindústria canavieira paulista, ao longo do Proálcool (1975-1990)*. Seguindo a trilha do artigo da Profa. Amélia Damiani, no tratamento da crise imanente do capital, os companheiros de muitos debates no Laboratório de Geografia Urbana, vinculado ao Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, traçam um panorama da política de fomento e incentivo à produção sucroalcooleira no Brasil dos militares e do início da “Nova República”. O Proálcool é lido, segundo os autores, em uma “perspectiva crítica negativa determinada”, compreendendo, assim, um processo de “modernização retardatária”, termo sugerido por Robert Kurz. O corolário disso é que, a despeito da super-exploração da força de trabalho, materializada no ícone do “bóia-fria”, explode a “crise de acumulação ampliada”, que se manifesta de modo mais contundente ao final do ciclo de investimentos estatais nessa “matriz energética alternativa” ao petróleo. Outro argumento a ser considerado no artigo é a impossibilidade de uma “boa” modernização diante da propalada “má” gestão dos recursos destinados ao programa, que eventualmente desenvolvesse a periclitante economia brasileira da década de 1980: o capital fictício, figura *mater* desse novo escopo de acumulação, manifestado na “crise da dívida” dos países latino-americanos, torna-se a figura-chave para a compreensão da impossibilidade de se valorizar o valor sem os devidos aportes estatistas. O argumento do texto, refinadamente, expõe as tramas da negatividade em ato: a forma da equivalência e a sociabilidade daí decorrente, no esteio de sua extensão crítica, só poderia mesmo sugerir a crítica do valor como a única possibilidade de desvendamento desse processo.

O terceiro artigo, apresentado pelas professoras Mariana Zerbone Alves de Albuquerque, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, e Edvânia Torres Aguiar Gomes, da Universidade Federal de Pernambuco, apresenta um debate a respeito do

conceito de “espaço livre público”. Na verdade, em *Espaços livres públicos: lócus da cidadania no espaço urbano?*, a busca do desvendamento das formas do cotidiano se desenha a partir de uma crítica ao eventual “descuido” que a geografia, enquanto um campo do conhecimento, levaria adiante em relação ao “espaço público”, sendo este “deixado”, segundo aceção das autoras, a outras áreas do conhecimento, como a arquitetura e o urbanismo. O cotidiano, em sua perspectiva, pressuporia a discussão e os conflitos, traduzindo-se em uma disputa territorial. Assim, esse espaço em disputa, “palco das relações sociais”, é subvertido pelos usos não previstos no projeto inicial desses lugares. Para exemplificar seu argumento, as autoras recorrem a um estudo comparativo entre o Parque Treze de Maio, na cidade de Recife (PE), e o Tiergarten, na cidade de Berlim, na Alemanha. Destaca-se o resgate histórico da concepção de parques, praças e jardins, desde o início da primeira Revolução Industrial, na Inglaterra (alinhados a um lazer “contemplativo”, “aristocrático”, segundo as autoras), até a sua “migração” para as cidades estadunidenses, no icônico século XX para aquele país (alinhado a um “lazer” mais massificado). O texto completa o seu sentido: a cidadania estaria vinculada ao uso de espaços livres públicos que se “constituam em um lugar para a cidade”, ao invés de “um elemento que não possua uma sincronia com a dinâmica urbana”.

A “sincronia” pode ser lida também no artigo da Profa. Sarah Gonçalves Duarte, do Departamento de Geociências da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, atuante também no Laboratório de Nanofósseis Calcários, do Departamento de Geologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, bem como no Colégio Estadual Diuma Madeira Salles de Souza, no bairro de Parque Anchieta, município do Rio de Janeiro. O artigo *Abordagens geológica e paleontológica nas avaliações oficiais em âmbitos nacional e estadual (RJ)* versa sobre o processo avaliativo escolar, enfatizando as avaliações externas. Para a autora, dado que as avaliações oficiais (SAERJ/SAERJINHO, de cunho estadual, e ENEM, de cunho federal, seguindo os casos analisados pela autora) constituem-se como instrumentos na “melhoria da qualidade do ensino no Brasil” e oferecem acesso dos estudantes do Ensino Médio ao Ensino Superior, seria preciso conferir especial atenção a essas avaliações. Ou seja, as questões da área de Geociências contidas nas provas de avaliações externas podem servir para estimular os professores

e as escolas (bem como os livros didáticos) a sincronizarem seus planejamentos e ações, de modo a contemplarem esses conteúdos, indispensáveis, segundo a autora, à formação dos alunos da educação básica.

O artigo seguinte constitui-se em uma contribuição do Prof. Jorge Xavier da Silva, emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com o texto intitulado “Geoprocessamento no apoio à decisão”. O autor apresenta, no esteio das discussões teóricas a respeito da relação entre a Geografia e o meio ambiente, o conceito de “síntese intermediária”. Desse modo, detalhando o referido conceito, exemplifica-o com a exposição da “Árvore de Gestão Especializada”. Em seu texto, o professor tece comentários a respeito das aplicações práticas desse instrumental teórico, enriquecendo as possibilidades postas, a partir do Geoprocessamento, de auxiliar na tomada de decisões, “diante da ambiguidade e da incerteza”. Dado que, segundo o autor, “os mapas passaram a ser parte integrante de modelos digitais do ambiente”, buscas automatizadas ordenadas e eficientes podem ser disponibilizadas a partir dessa ferramenta. Certamente, um bom exemplo dessa exposição do autor encontra-se no artigo seguinte.

O último texto da seção, intitulado *Análise da cobertura de hidrantes de coluna no município do Rio de Janeiro – Brasil*, é de autoria compartilhada entre membros do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro e os professores Jorge Xavier da Silva, autor do artigo anterior, e Tiago Badre Marino, docente do Departamento de Geociências da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, e expõe os resultados de um estudo a respeito da cobertura territorial de hidrantes de coluna no município do Rio de Janeiro. Os autores delineiam um histórico da implantação do corpo de bombeiros na então capital da corte, em meados do século XIX, e a instalação dos primeiros hidrantes, décadas depois. Em seguida, citam a criação do Plano de Gerenciamento Operacional de Recursos Hídricos, através de parceria do Corpo de Bombeiros com o Laboratório de Geoprocessamento da UFRJ, o que resultou, entre outras coisas, na criação de um banco de dados unificado e georreferenciado dos hidrantes do município do Rio Janeiro. No artigo, destaca-se, ainda, a concentração dos hidrantes de coluna em bairros turísticos e/ou com população residente de mais alto

poder aquisitivo, denotando mais um aspecto visível da segregação sócio-espacial das metrópoles brasileiras. Encerrando, os autores destacam a importância do conhecimento, por parte dos quartéis, da exata localização dos hidrantes, bem como de seus dados a respeito da vazão e outras características técnicas, de modo a prestar um serviço mais eficiente à sociedade.

Na seara do debate a respeito da segregação sócio-espacial, um aspecto correlato se ancora na composição das classes sociais (remetendo-nos à clássica relação e contradição entre capital e trabalho) e suas implicações sócio-políticas. Nesse espírito, a seção *Posições* inicia-se com a contribuição de Jean Pires de Azevedo Gonçalves, intitulada “*Petralhas*” vs. “*Tucanazis*” e *a Revolução Burguesa no Brasil*. O autor, participante do Grupo de Pesquisa “Geografia Urbana: a vida cotidiana e o urbano”, cujas atividades se desenvolvem há anos no Laboratório de Geografia Urbana da Universidade de São Paulo, traz uma discussão incomodamente contemporânea: a polarização política que parece ter reduzido ou mesmo capturado o espectro do político como potência. Trata-se do embate entre PTistas e PSDBistas, o que sugere, para o autor, uma leitura atenta do mestre Florestan Fernandes, a respeito da Revolução Burguesa no Brasil. O texto carrega uma contundência e um estilo próprios, não cabendo ao editorialista meramente resumi-lo. Mas o destaque é claro: a ordem democrático-burguesa liberal, efetivamente levada a cabo pelos governos do Partido dos Trabalhadores, está para além das aspirações de uma burguesia local que carrega traços aristocráticos e estamentais que simplesmente negam a possibilidade dessa “modernização”. Atualiza-se o embate entre o “desenvolvimentismo” e a “dependência”, nos estertores críticos da forma neoliberal. O recente processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff carrega essa história. Reiteramos aqui um convite a este e ao próximo texto, ainda na seção *Posições*.

A Profa. Lúcia Valadares Sartório, do Departamento de Teoria e Planejamento de Ensino da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, e coordenadora do “Grupo de Estudos e Pesquisas em Humanidades: Arte, Filosofia, História e Educação”, na linha de pesquisa “Filosofia, Trabalho e Formação Humana”, brinda-nos com *Estado e políticas públicas: formação e particularidade brasileira*. Nesse ensaio, a autora disserta a respeito das

funções do Estado, desde o início da Era Moderna até o momento contemporâneo, focando a particularidade da formação social brasileira. Tal como o texto anterior, ilumina o eterno “mal-entendido” da democracia brasileira (com a licença da obra de Sérgio Buarque de Holanda), e a luta pela superação desse “mal-entendido” a partir da articulação dos movimentos e diversas lutas sociais. Para a autora, a Constituição de 1988 representa esse marco, pois a busca da ampliação e consolidação de um Estado democrático passaria necessariamente pela extensão dos direitos sociais e das políticas públicas. Encerrando, a autora menciona a importância da revolução técnico-científica e as suas possibilidades, enquanto ferramenta, a serem dominadas e apropriadas pelas “camadas populares”, o que lhes asseguraria “a sobrevivência e espaços de decisão”. Certamente, um chamado à mobilização e às lutas sociais.

Nos *Relatos de Pesquisa*, iniciamos com o texto de Marcelo Loura de Moraes, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ. Em *A relação entre o espaço urbano, simbolismo e monumentos: o caso da “Praça Brasil”, em Volta Redonda/RJ*, o autor constitui uma relação entre a Praça Brasil, em suas materialidades e monumentalidades, e a própria dinâmica implicada à cidade de Volta Redonda. O acento é posto, a exemplo dos artigos e contribuições apresentados anteriormente, na figura do clássico “desenvolvimentismo” brasileiro, de Getúlio Vargas a Juscelino Kubitschek. A memorável greve de 1988 e o seu trágico saldo, materializado nos operários assassinados pela incursão do Exército brasileiro na Companhia Siderúrgica Nacional, completa o sentido aventado à análise do autor: da gratidão (Vargas “pai dos pobres” e “pai” de Volta Redonda) à insurreição (o vigoroso movimento operário brasileiro nos estertores da década “perdida” de 1980, pouco antes da avalanche neoliberal tupiniquim).

Encerrando a seção, Fernando Benvenuto Schaab apresenta o ensaio *A distinção social através das formas, signos e consumo da paisagem em duas centralidades de consumo na cidade de Novo Hamburgo (RS)*. Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul Rio-Grandense, campus Jaguarão, o autor estabelece uma relação entre essas duas “centralidades” de Nova Hamburgo: uma “tradicional”, “histórica”, referente aos

marcos fundadores da cidade, e uma “moderna”, “nova”, surgida ao final da década de 1990. As práticas e signos de consumo são analisados de acordo com os consumidores *no* e *do* espaço, ancorando-se em marcas da distinção promovida pelo comércio de “alto padrão”, em uma ambiência assepsiada e homogeneizada. O ambiente “moderno”, frequentado por “gente bonita”, com “exclusividade” e “requinte” nada mais traduz do que o sentido da contemporânea autossegregação promovida pelo autismo social experimentado desde muito tempo pelas classes mais abastadas e devidamente reproduzido pela areia movediça das “classes médias”. O *apartheid* se renova e se reinventa no esteio de uma forma social pautada na hierarquização e verticalização das relações cotidianas.

A seção *Resenha* é devidamente preenchida pelo Prof. Leandro Dias de Oliveira, docente do Departamento de Geociências da UFRRJ, tanto na graduação quanto no Programa de Pós-Graduação em Geografia, vinculado à mesma universidade. Em *Relatos do “front”: uma abordagem crítica da militarização urbana carioca*, o autor resenha a visceral *Até o último homem*, obra costurada a meia dúzia de hábeis mãos e publicada em 2013. Tanto a obra quanto a resenha constituem um conjunto indispensável na compreensão do que seja não apenas a militarização do espaço urbano carioca ou ainda a ocorrência vindoura (neste pesado ano de 2016) das Olimpíadas de Verão (do Hemisfério Norte, diga-se de passagem). Retrocedendo um pouco o calendário, visitamos o quase longínquo ano de 2010, naquele novembro sangrento de “ocupação” das “forças de paz” da “Força Nacional de Segurança” no Complexo do Alemão, e temos a possibilidade nada digestiva de rever a tragédia e a barbárie em seu estado puro. Batendo palmas para as balas da polícia ou ainda para os programas televisivos ou canais midiáticos outros de conteúdo no mínimo duvidoso, a crise urbana (que se estende para além desse rótulo “urbano”, mas esse é assunto para outra oportunidade) se transmuta em crise, no mínimo, civilizacional. Mas o reforço ao convite à resenha e também ao livro ficam aqui registrados. E também o convite à extensão do debate a respeito dos fundamentos da barbárie contemporânea.

Retomando o fio do exposto no início deste editorial, acreditamos que as contribuições, dadas as suas particularidades e temas expostos, conduzem a pensar o sentido da crise

contemporânea, e a potência da administração do mundo como paradigma. A técnica se transmutando em tecnicismo e a reprodução crítica de uma economia que não se resolve senão revolvendo e revirando as entranhas do “território”, operando em sua sagaz varredura e formas reiteradas de monopolização e mobilidade, só podem conduzir a este momento tão indefinido e tão destituído de futuro. Tanto a economia e a biologia, conforme aventa Mbembe, quanto o tempo e o espaço, se fundem e convergem para a razia.

Desvendar esse momento conduziria à sua superação? Eis mais uma provocação à leitura dos textos. Boa leitura!

[por Marcio Rufino Silva]

ARTIGOS

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A PROPRIEDADE PRIVADA DA TERRA

Amélia Luísa Damiani¹

Resumo. O presente texto localiza a relação entre a produção do espaço urbano e a moderna propriedade da terra, agora atualizando-se financeiramente, e reflete sobre o sentido da alienação espacial daí decorrente.

Palavras-chave: arquitetônica espacial; propriedade fundiária moderna, produção do espaço urbano, alienação espacial.

THE PRODUCTION OF URBAN SPACE AND THE PRIVATE OWNERSHIP OF LAND

Abstract. This text finds the relationship between the production of urban space and the modern land ownership, now updating yourself financially, and reflects on the meaning of spatial alienation consequent.

Keywords: architectural space; modern land ownership, production of urban space, space alienation.

LA PRODUCTION DE L'ESPACE URBAIN ET LA PROPRIÉTÉ PRIVÉE DE LA TERRE

Résumé. Ce texte trouve la relation entre la production de l'espace urbain et la propriété foncière moderne, maintenant mettant à jour financièrement, et réfléchit sur le sens de l'aliénation spatiale conséquent.

Mots-clés : architectonique spatiale; propriété foncière moderne ; production de l'espace urbain; aliénation spatiale

¹ Profa. Dra. do Departamento de Geografia, na Universidade de São Paulo (USP).

Introdução: do rural ao urbano e a dialética de Henri Lefebvre

Lefebvre começa a estudar o campo durante a guerra. Havia um projeto estatal à época, envolvendo recuperar o que se definia como regional e particular: encontrar as tradições dos lugares na França, que definiriam sua identidade estatista. Grupos de resistência utilizaram este projeto para descentralizar a luta contra o governo francês, submetido ao nacional socialismo alemão. Muitos militantes se dividiram territorialmente a pretexto de fazer estes estudos, que, a rigor, não desenvolveram. Lefebvre os fez: *La vallée de la campagne* e *Pyrénées*, publicados, a posteriori, em 1963 e em 1965, respectivamente, entre outros estudos, incluindo textos inéditos, não divulgados. Fez uso de literatura geográfica nesse momento, considerando o tratamento da singularidade dos gêneros de vida por parte de geógrafos. Os vilarejos marcados pelo trabalho camponês eram lidos a partir de relações socioculturais de longa duração e, de modo subvertedor, com a introdução da centralidade estatista e econômica modernas. Do ponto de vista de uma arquitetura espacial, este era o sedimento próprio da era agrária: quando prevalecia a materialidade dos objetos, a artesanaria das formas de produção, uma concepção de coletividade, composta, e depois subvertida, pela propriedade privada da terra.

A era industrial, marcada pela modernidade, é o contexto e a temporalidade homogêneos. À materialidade, a imposição de processos abstratos; a constituição e prevalência da relação capital-trabalho. A terra mesma, tornada moderna propriedade privada, resolve-se em renda dinheirária. Marx examina a ilusão de autonomia da forma trinitária: terra-capital-trabalho, resolvida como circulação de rendimentos autônomos – à terra, a renda da terra; ao capital, o lucro; ao trabalho, o salário. Todos remunerados a partir do que lhes é devido. A essência negativa da moderna relação do capital, com a exploração do trabalho e a reprodução exponencial do mundo da mercadoria, não estaria ao nível da aparência da autonomização. A modernização implica a urbanização do campo e, simultaneamente, a ruralização da cidade. A industrialização envolve o imperativo do trabalho abstrato no campo e na cidade. Define-se como divisão social do trabalho, divisão campo-cidade. As relações sociais concorrenciais estruturam o fundamento das formas de sociabilidade modernas.

A era urbana real e utópica, ao mesmo tempo, é a superação da crise implicada na separação campo-cidade. Ela identifica um elemento novo: a programação do consumo, a manipulação das necessidades, através do cotidiano; trata-se da cotidianidade. A era é urbana, real, pois estende-se além da fábrica, e possível, pois a revolução deve ir até *mudar a vida*.

Cada era vem do tempo e pode ser, simultaneamente, presente no plano da arquitetônica espacial. São sedimentos de um mesmo processo social, considerando a atualização do que vem da história.

As questões são repostas. Com a revolução russa e outras experiências socialistas, como pensar a transição do arcaísmo (produção camponesa) e o socialismo, quando este havia sido pensado a partir do desenvolvimento das forças produtivas e da revolução do operariado?

Abre-se a via ao debate da reforma agrária sob “a investigação cuja base teórica se situa na teoria marxista da renda fundiária.” (LEFEBVRE, 2001, p. 10)

A um só tempo há que considerar um espectro imprevisto: o que aparecia como superado – o campo e os camponeses – e refazer o caminho das revoluções: mudar a vida cotidiana, superar o industrial pelo urbano.

O mundo da mercadoria, com sua lógica e sua linguagem, se generaliza no cotidiano a tal ponto que cada coisa o veicula, com suas significações. [...] O centro teórico: a relação “campo-cidade”, a saber uma relação dialética, uma oposição conflitual, que tende a se superar quando simultaneamente o antigo campo e a antiga cidade se resolvem no 'tecido urbano' generalizado. O que define a “sociedade urbana” conduz a uma lenta degradação e desaparecimento do campo, dos camponeses, do vilarejo, assim como de uma explosão, uma dispersão, uma proliferação desmesurada do que bem antes foi a Cidade. (2001, pp. 12 e 17)

“O histórico persiste e age no atual”, diz Lefebvre sobre estudos de sociologia rural.

Quanto à realidade camponesa, para ele detentora do esforço de grupos e reagrupamentos em comunidades rurais, que explicam inclusive, por meio de massas camponesas, “o declínio e o fim do mundo antigo, o fim da anarquia feudal”, deterioram-se as condições comunitárias com a ação dissolvente da economia

mercantil. Assim, é imprescindível considerar o estudo histórico e sociológico da comunidade camponesa, acrescido da perspectiva da arquitetônica espacial, que a nós geógrafos é basilar.

A realidade camponesa detém uma dupla complexidade: horizontal, diferenças essenciais em formações e estruturas agrárias de mesma data histórica, especialmente, as sujeitas a processos atuais; vertical, dada a coexistência de formações de idade e data diferentes. “No mundo rural mais nitidamente ainda que no artesanato, nada desapareceu inteiramente” (Idem, p. 66). O que não exclui influências, degenerescências, integrações mais ou menos bem-sucedidas do arcaico aos conjuntos recentes (Idem, p. 66). As duas complexidades se entremeiam. Aqui o autor localiza relações de campos de conhecimento, incluindo a geografia humana: a ideia de regime agrário corresponderia ao conceito geográfico de gênero de vida. Daí propõe o *método regressivo-progressivo*, que parte da descrição, faz a análise regressiva para datação exata e estuda as modificações das estruturas datadas, incluindo a subordinação às estruturas de conjunto; a volta ao atual.

Com a industrialização da agricultura, com a mercantilização generalizada a autonomia das formações mais antigas torna-se autonomização, pois comporta internamente implosões das formações tradicionais. As concepções de rendas fundiárias atualizadas levam a considerar a grande agricultura capitalista, que auferes sobrelucros permanentes: produção mecanizada; baixos salários de trabalhadores agrícolas; manipulação dos preços; em síntese, um processo de monopolização.

A história antiga clássica é história urbana, mas de cidades baseadas sobre a propriedade da terra e a agricultura; a história asiática é uma espécie de unidade indiferente de cidade e campo (neste caso as cidades verdadeiramente grandes devem ser consideradas meramente como

“Portanto, parte representativa desses economistas, como Adam Smith e Ricardo, concebia a noção de renda da terra, isto é, a do rendimento monetário ao proprietário de terras, na sua condição de monopolista de uma porção do solo. Ela, a renda da terra, aparecia, especialmente, no momento da distribuição do capital, como uma redução do lucro industrial.”

acampamento senhorial, como uma superfecundação sobre a estrutura propriamente econômica); a Idade Média (época germânica) surge da terra como sede da história, história cujo desenvolvimento posterior se converte logo numa contraposição entre cidade e campo; a história moderna é urbanização do campo, não, como entre os antigos, ruralização da cidade. (MARX, 1977, p. 442)

Termino esta introdução com um fragmento de texto de Karl Marx: a destacar a importância do autor para a formulação de uma teoria crítica da produção do espaço, inclusive, pela compreensão da moderna propriedade da terra.

Problematização: a moderna propriedade da terra e a potência da formulação das rendas fundiárias e o urbano

Através da concepção de produção do espaço urbano, a questão da propriedade privada da terra é redefinida como momento posto, tanto no interior da concepção da economia política clássica; como, inclusive, naquela da crítica à economia política.

Quanto à primeira, a ideia que prevalecia, mais ou menos, entre os diferentes economistas, era a de um resíduo incômodo à economia moderna, que se desenvolvia. A figura dos proprietários de terra era tida como resquício, de um passado, a impedir a livre circulação do capital, aqui no sentido amplo da acumulação do capital. No processo de distribuição do capital, parte mais ou menos significativa, do produto recém-produzido, permanecia nas mãos dos proprietários de terra, prejudicando sua livre circulação e metamorfose em novas etapas da reprodução ampliada do capital, sua aplicação produtiva, base de uma sociedade acumulativa, tida como o sentido necessário da história.

Já se tratava de uma sociedade, no que respeita ao centro da economia moderna capitalista, em seu exemplo clássico, através da Inglaterra, e de uma economia que havia metamorfoseado as formas de rendimento do proprietário de terras. De modo geral, a renda em produtos, a renda em trabalho, havia sido substituída pela renda em dinheiro, ou monetária. Portanto, parte representativa desses economistas, como Adam Smith e Ricardo, concebia a noção de renda da terra, isto é, a do rendimento monetário ao

proprietário de terras, na sua condição de monopolista de uma porção do solo. Ela, a renda da terra, aparecia, especialmente, no momento da distribuição do capital, como uma redução do lucro industrial. Havia, à mesma época quem, entre eles, resgatava a condição do proprietário de terras como necessária, mesmo nesta economia moderna. Falamos aqui de Malthus, que insistia no papel desse proprietário como consumidor; realizando, portanto, uma parte do produto produzido no mercado e, nessa condição, sendo um elemento do processo reprodutivo capitalista.²

“A hipótese da distribuição do capital marcou o descolamento de todos os avanços da economia clássica, na análise da produção do valor pelo trabalho, e o processo distributivo, que submete e subverte às próprias conquistas teóricas desse pensamento econômico; ideologia potente do capitalismo, desde seus inícios.”

A obra de Ricardo sobre a renda da terra diferencial influenciou sobremaneira Marx, pois remetia à sintonia entre a ampliação da riqueza produzida pelo capital e a absorção pelo proprietário de terras de porções, proporcionalmente, ampliadas da mesma riqueza, imobilizando-a potencialmente. Ainda mais, e dessa forma, definia e se apropriava da centralidade do processo do capital. A terra, na sua condição monopolizável, como recurso econômico, nesta economia abstrata do capital, era concebida e se realizava praticamente como movimento das terras mais férteis às menos férteis (produtivamente incorporadas).

Marx reviu e ampliou as concepções das rendas fundiárias, concebendo as rendas da terra: a de monopólio; as rendas diferenciais, relativas às diferentes situações (centralidades do processo do capital) e fertilidade – e, neste caso da renda diferencial, diferente de Ricardo, ele concebeu um movimento dialético, que não se resolvia somente na direção das terras mais férteis às menos, discutindo a própria terra como um produto social, que absorve novos procedimentos técnicos e, portanto, refaz sua

² Esta menção é apenas residual, no sentido de localizada, e não tem a intenção de resgatar a obra de Malthus, que é mais complexa, quanto a seu debate dentro do desenvolvimento da economia clássica, do que pode aqui aparecer.

condição relativa na totalidade do processo econômico - ; e definiu, singularmente, a renda absoluta (aqui, a força monopolizável da propriedade da terra se realiza não se curvando à determinação dos preços de custo das mercadorias no mercado, subvertendo a realização do lucro médio, que seria uma tendência do processo do capital).

No último tomo de *O Capital*, através da discussão dos rendimentos da terra, a concepção da complexidade da sociedade moderna, incluindo os camponeses; os pequenos proprietários; os grandes proprietários, estes na sua composição com os capitalistas – reunião numa figura macabra, segundo ele, pois se somam os monopólios do capital e da terra, num único “sujeito” - ; a relação entre os arrendatários capitalistas e os proprietários³; portanto, em pauta, a grande propriedade, a pequena propriedade, a textura das relações sociais no campo – entre o trabalho agrícola e a propriedade da terra, resolvendo-se em relações sociais mais complexas e em temporalidades histórico-sociais mais nuançadas – aparecem ampliando a concepção da sociedade moderna, resolvida, nos demais volumes, primordialmente, através do capital e do trabalho; dos capitalistas – capital mercantil, produtivo, financeiro - ; e quanto ao trabalho, especialmente, trabalho assalariado.

Neste volume indicado, o que é ainda mais fundante é a negação de resolver a sociedade moderna capitalista numa distribuição triádica do produto produzido, enquanto mercadoria: ao trabalhador, o salário; ao capitalista, o lucro; ao proprietário de terra, a renda da terra. A hipótese da distribuição do capital marcou o descolamento de todos os avanços da economia clássica, na análise da produção do valor pelo trabalho, e o processo distributivo, que submete e subverte às próprias conquistas teóricas desse pensamento econômico; ideologia potente do capitalismo, desde seus inícios.

Mas nos distanciamos de nosso argumento nuclear: aquele da necessidade de, a partir da produção do espaço urbano, rever e ir adiante dessa literatura mencionada, não sem

³ Neste sentido, David Harvey fala, a partir de Marx: “A renda da terra é a forma como se realiza a moderna propriedade da terra, incluindo a dissolução tão completa da conexão entre o proprietário e a terra”. (HARVEY, 1990)

considerá-la a base da concepção aqui a esboçar; faremos o trajeto em alguns itens, mais ou menos problematizados:

- A produção do espaço urbano coloca a questão da acumulação primitiva do capital como estrutural. O espaço urbano tende a se constituir numa mercadoria potente o suficiente para impulsionar o capitalismo em mais de um sentido; aqui, especialmente aparece, em termos econômicos: há uma mobilidade espacial imanente ao processo do capital, ele tende ao extensivo, absorvendo, sempre, novas áreas de valorização econômica, o que implica, necessariamente, em substituir seus usos anteriores. Estrategicamente, é produzida a acumulação primitiva do espaço. Mais de um autor trata como varredura ou produção do espaço vazio. Isto é, há tendência a rentabilizar esses espaços, por um processo violento de expropriação sócio-espacial. Mais de um autor, entre eles, Neil Smith, designa como momento crucial da compreensão do espaço urbano aquele da produção de *fronteira relativa*. Relativa no sentido de, no centro ou na periferia das cidades, especialmente das grandes cidades, o tempo todo estão se produzindo novos espaços de valorização econômica, aquecendo a economia moderna, mas destituindo a condição de moradia e de vida urbana possível para parte substantiva da população urbana. Nós designamos esse processo econômico como momento expressivo da mobilidade do trabalho, atualizando esta concepção, pois nela é agregada, além da mobilidade da força de trabalho, sempre reconstituída como população excedente relativa no processo do capital, a mobilidade do morador das grandes cidades e metrópoles, particularmente e não somente. Há o tempo todo, sendo posta a dialética entre centro e periferia no urbano. O que num dado momento é a periferia, abrigo da população pauperizada, noutro momento é uma centralidade em constituição, produzida e reproduzida econômica e politicamente.

À absorção de terras de domínio público, ao saque de terras comunais, ao roubo das posses de terra camponesas, como partes da acumulação originária e pressuposto do capitalismo, soma-se a acumulação por despossessão, repostada estruturalmente, pela economia política do espaço, como condição de existência do capitalismo, sua

reprodução. Reprodução crítica, pois a valorização do valor, implicada na produção do espaço, inclui um movimento de financeirização tão voraz que pode equivaler à desvalorização, deterioração ou destruição do novo valor produzido. Nestes termos, é possível problematizar a acumulação primitiva do espaço, no âmbito da reprodução ampliada do capital.

Agora, há que esclarecer o político, nesse momento da abordagem econômica da produção do espaço urbano.

“No limite, resume-se ao conluio entre o Estado e a economia e o primeiro socialmente se resolve como Estado de Urgência, proporcionalmente, residual na sua ação social, propriamente dita.”

Desde os *Grundrisse*, Marx apontava as dificuldades de realização do valor em toda e qualquer mercadoria. Insistia na dificuldade de realização econômica dos meios de transportes – entre os elementos do capital fixado, fora do ambiente do processo imediato da produção. Ele seria custoso e necessitaria do amparo do Estado e do sobreproduto social para se realizar. Aqui quanto à sua produção efetiva e real. Mas há que considerar que a realização do capital produtivo

sempre exigiu a presença e sua composição com o capital financeiro, e, através dessa relação imanente, a administração da moeda como dinheiro, na sua forma de circulação, e do dinheiro como forma de capital. As regulações das formas do dinheiro passam e passavam pelo aparato estatista, que definia afinal, relativamente, os instrumentos comparativos dessas formas, frente às demais mercadorias e de sua moeda, frente às demais moedas e sua relação com os lastros internacionais monetários. Todo processo de financeirização, como momento da circulação do capital, sofria e sofre (melhor ainda, depende e controla) formas de regulação estatista – os bancos, os fundos de pensão, a inserção de novos aparatos financeiros, utilizando a bolsa de valores. Nos momentos críticos, há interferência do Estado para neutralizar os impactos das depreciações do capital, através da manipulação das moedas nacional e internacional, e seu jogo nesse espaço financeiro centralizado, que são as bolsas de valores – como modos de compensação críticos.

Mesmo com todas as formas de desregulamentação, que marcaram a acumulação do capital e o processo de modernização em curso, especialmente, a partir dos anos 1980, no mundo inteiro, ainda assim, em momentos críticos, o Sistema de Estados – pois o jogo estatista é mundial, não se resolve apenas nacionalmente – interfere, para atenuar os pontos críticos. Esta relação político-econômica é nuclear na interpretação do fôlego da reprodução social apesar dos estados críticos, que demarcam a sociedade moderna atual. No limite, resume-se ao conluio entre o Estado e a economia e o primeiro socialmente se resolve como Estado de Urgência, proporcionalmente, residual na sua ação social, propriamente dita.

A produção do espaço urbano, do ponto de vista econômico, se realiza como capital imobiliário, cada vez mais concentrado e internacionalizado, sob o amparo de estruturas institucionais estatistas nacionais e internacionais. Fala-se, sintetizando o argumento, na realização do mercado de terras como um puro bem financeiro, “a redução dos proprietários a uma facção dos capitalistas em dinheiro” (HARVEY, 1990).

Sobre sua condição de bem financeiro, é preciso esclarecer que move, simultaneamente, uma circulação monetária em todas as escalas geográficas e a terra – e sua propriedade, a moderna renda da terra – passa a se resolver como juros, a maioria das vezes, sob a contingência de produções projetadas para o futuro. Assim, o mercado de terras e a produção do espaço se resolvem enquanto determinações formais do capital, como capital fictício. A ideia de especulações imobiliárias está contida nessa concepção, ao mesmo tempo, não é exatamente suficiente, pois autonomiza os ganhos extraordinários possíveis, da explicitação de suas bases estruturais.

Há uma plasticidade dessa realização dos rendimentos da propriedade da terra: vai desde sua remuneração, nos termos dos juros internacionais, até toda ordem de rentismos, que levam a um mercado popular da habitação, cuja ordem de remuneração pode chegar ao que Marx designa como dinheiro evanescente, aquele dinheiro cotidiano, que cabe, ainda que eventualmente, no bolso da população proletarizada. Neste último caso, como no primeiro, é central a presença do crédito. Ainda no caso do pobre urbano, tanto o aluguel, como a venda da casa, ou do terreno, a crédito, vão se

ajustando aos residuais rendimentos do trabalho. Ainda assim, uma massa proletária significativa sobrevive fora desses circuitos comerciais, mesmo os mais irrisórios.

Neste espectro de realização da propriedade da terra e sua mobilização financeira, de um lado, tem-se mecanismos financeiros de securitização (titularização) do bem mercantilizado, envolvendo tanto instituições formais – que açambarcam essa financeirização, a exemplo de toda ordem de fundos imobiliários – como ações por cotas vendáveis no mercado aberto da bolsa de valores – as IPOs, comercializadas por grandes incorporadoras imobiliárias.⁴ De outro, tem-se a casa proletária, que se realiza como lajes sobrepostas, abrigando famílias estendidas, e/ou rentismos menores, de quem mora na parte mais nobre, normalmente, a de baixo, etc. Em Jandira, na Grande São Paulo, Alexandre Souza da Rocha⁵ fala que, nesses espaços empobrecidos, chega-se ao sétimo pavimento. No Rio de Janeiro, no complexo da Rocinha, Luciano Ximenes⁶ acrescenta que lá já passa do décimo.

“Assim, a produção do espaço urbano acaba por definir a negação dos estilos de vida e colocar historicamente a cotidianidade, como nível da prática social e espacial a resgatar, no interior da crítica à economia política do espaço.”

Da urbanização de favelas à produção de grandes estruturas urbanas, os organismos internacionais, controladores das finanças internacionais - partes implicadas nos Sistemas de Estados -, atualizando a economia mundial, sob a produção mercantil capitalista, como o Banco Mundial, interferem na produção do espaço. Acabam por se constituir em “novos sujeitos” da propriedade da terra. Assim, as assimetrias sociais e

⁴ IPOs, ofertas públicas de ações, em inglês. Guglielmo menciona a força dos novos mecanismos informacionais e de comunicação para falar da dispersão e concentração dos negócios urbanos metropolitanos. Dispersão pela capacidade de produção simultânea de novos negócios imobiliários em vários lugares. Centralizada pelo controle do grande capital, em grandes metrópoles, de todo esse processo.

⁵ Alexandre Souza da Rocha foi um pesquisador implicado com as periferias urbanas, seus textos, dissertação de mestrado e tese de doutorado nos ensinam muito. A Universidade de São Paulo, através do Departamento de Geografia, contribuiu em sua formação acadêmica e usufruímos, desde então, de seu legado singular.

⁶ Professor e pesquisador, atualmente, da PUC-Rio e da UERJ. Seu doutorado, realizado na USP, é uma contribuição extraordinária para se pensar criticamente a realidade urbana da Rocinha.

espaciais, alimentadoras da reprodução social do capitalismo, são reiteradas de modo ampliado. Eis um sentido importante da mundialização.

- As formas de atualização econômica urbana envolvem a mobilização da moderna propriedade da terra, através desses procedimentos, que socialmente produzem separações sociais, modos de segregação sócio-espaciais, e acabam por definir a produção do espaço urbano como momento nuclear e ativo da reprodução das relações sociais de produção.

Toda crítica ao urbanismo moderno nos seus fundamentos remete novamente à acumulação primitiva do espaço, agora do ponto de vista da perda dos espaços qualitativos e da subsunção da vida urbana aos espaços produzidos sob a lógica da quantidade, da homogeneização dos materiais utilizados e das técnicas de produção estandardizadas, da varredura dos lugares e de suas qualidades históricas e sociais.

Há um império de uma racionalidade espacial, em mais de uma escala, da arquitetura ao urbanismo, e à planificação espacial; para nós geógrafos, podemos falar de formas espaciais imperativas, opressoras, reguladoras; em todas as escalas, há redução dos modos de sociabilidade, que são faces da alienação espacial; portanto, decisivas na produção da proletarianização; do sujeito proletário aos destroços.

Assim, a produção do espaço urbano acaba por definir a negação dos estilos de vida e colocar historicamente a cotidianidade, como nível da prática social e espacial a resgatar, no interior da crítica à economia política do espaço. Vaneigem insiste que a luta proletária, neste sentido, deve ser pela vida, contra a sobrevivência, ou sobrevivência ampliada, nos termos de Debord.⁷ Os espaço-tempos da vida abortados são as faces da alienação da sociedade moderna, submetida à economia política do espaço.

⁷ Raoul Vaneigem e Guy Debord foram debatedores impertinentes do movimento situacionista.

Referências Bibliográficas

- BOTELHO, Adriano. *O urbano em fragmentos*. A produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2007.
- DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. São Paulo: Contraponto, 1997.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- GEORGE, Pierre. *Geografia Urbana*. São Paulo: Difel, 1983.
- GUGLIEMO, Raymond. *Les grandes metrópoles du monde*. Paris: Armand Colin, 1996.
- HARVEY, David. *Los límites del capitalismo y la teoría marxista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- _____. *El nuevo imperialismo*. Madrid: Akal, 2003.
- LEFEBVRE, Henri. *O pensamento marxista e a cidade*. Lisboa: Ulysseia, s/d.
- _____. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 2000.
- _____. *Espaço e Política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- _____. *Du rural à l'urbain*. Paris: Anthropos, 2001.
- MARX, Karl. *El capital*. Tomo III, volume 8. Madrid: Siglo Veintiuno, 1984.
- _____. *Manuscrits de 1844*. Paris: Flammarion, 1996.
- _____. *Teorias sobre la mais-valia*. México: Fondo de Cultura Econômica, Volume 2, s/d.
- _____. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse) 1857-1858*. Vol. 1. Buenos Aires: Siglo XXI, 1977.
- MATOS, Olgária C. F. *A cidade e o tempo: algumas reflexões sobre a função social das lembranças*. IN: Espaço e debates. São Paulo: CEBRAP, out/dez, 1982.
- NABUCO, Maria. *A reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- OSMONT, Annik. *La banque mondiale et les villes*. Paris: Karthala, 1995.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SASSEN, Saskia. *A cidade global*. IN: LAVINAS: LENA; CARLEIAL, Lina; e NABUCO, Maria. *A reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SMITH, Neil. *Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano*. IN: *GEOUSP – Espaço e Tempo*. Revista de Pós-Graduação. São Paulo: Departamento de Geografia, FFLCH, USP, 2007, n.º 21, p. 15-31.
- VANEIGEIM, Raoul. *A Arte de viver para a geração nova*. Portugal: Afrontamento, 1980.

A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA PAULISTA, AO LONGO DO PROÁLCOOL (1975- 1990)

Fábio Teixeira Pitta¹

Carlos de Almeida Toledo²

Cássio Arruda Boechat³

Resumo. O presente artigo pretende apresentar a territorialização da agroindústria canavieira paulista, ao longo do Proálcool (1975-1990), a partir da categoria marxiana de renda da terra. Argumentamos que a modernização realizada por tal agroindústria buscava incorporar renda diferencial II – referente ao desenvolvimento das forças produtivas no campo – ao capital financeiro ocioso internacional em busca de investimento que adentrava o Brasil por meio de sua dívida externa. A incapacidade de reprodução das unidades produtivas, a partir de fins dos 1980, explicita a determinação do capital fictício no produtivo.

Palavras-Chave: Modernização agrícola; renda da terra; capital fictício; territorialização do capital; crise de acumulação.

THE TERRITORIALIZATION OF CAPITAL OF SUGARCANE AGROBUSINESS IN SÃO PAULO STATE, OVER PROALCOOL (1975- 1990)

Abstract. This article aims to present the territorialization of sugarcane industry in São Paulo state, over Proálcool (1975-1990), from the Marxian category of land rent. We argue that the modernization carried out by such agribusiness sought to incorporate differential rent II – on the development of the productive forces in the field – to the international idle financial capital seeking investment that entered Brazil through its foreign debt. The inability of reproduction of

¹ Doutor em Geografia Humana, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP).

² Professor do Departamento de Geografia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP).

³ Pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Bolsista PDJ/CNPq.

production units from the end of 1980's explains the determination of fictitious capital in the production.

Keywords: agricultural modernization; land rent; fictitious capital; territorialization of capital; accumulation crisis.

LA TERRITORIALISATION DU CAPITAL DE L'AGRO-INDUSTRIE DE LA CANNE À SUCRE DE SÃO PAULO, SUR PROALCOOL (1975-1990)

Résumé. Cet article vise à présenter la territorialisation de l'industrie de la canne à sucre à São Paulo, sur Proálcool (1975-1990), à partir de la catégorie marxienne de la rente de la terre. Nous soutenons que la modernisation menée par une agro-industrie a cherché à incorporer la rente différentielle II – sur le développement des forces productives à la campagne – au capital financier international ralenti à la recherche d'investissements qui entraînent au Brésil à travers de sa dette extérieure. L'incapacité de reproduction des unités de production à partir de la fin des années 1980 explique la détermination du capital fictif dans le productif.

Mots-clés : modernisation de l'agriculture ; rente de la terre ; capital fictif ; territorialisation du capital ; crise d'accumulation.

Apresentação

No presente artigo nos propomos a observar a territorialização do capital na agroindústria canavieira paulista ao longo do Proálcool (1975 – 1990) a partir de uma perspectiva de crítica negativa determinada. Tal agroindústria é por nós aqui apreendida como parte do processo de reprodução do capital e expressa, nesta particularidade mesma, um momento da *modernização retardatária*⁴ (KURZ, 1999) do campo brasileiro. Veremos que a expansão da área com lavouras canavieiras no estado de São Paulo, longe de significar a reprodução do atraso⁵, ou da ausência de modernização, implicou na tentativa de capitais financeiros ociosos se reproduzirem por meio da renda diferencial II, aquela relativa ao desenvolvimento das forças produtivas no campo, sem lograr se realizar como acumulação ampliada de capital.

O Programa Nacional do Álcool (PNA) ou Proálcool, lançado em 1975 pelo governo de Ernesto Geisel (1974-1979), foi um dos principais projetos de industrialização da agricultura promovido pela “ditadura militar” (1964 – 1985), já que destinou créditos subsidiados ao setor no montante de aproximadamente US\$ 7 bilhões até 1990 (TCU, 1990, p. 49). Seu objetivo era o de ampliar a produção de álcool anidro e hidratado⁶ e fazê-los substituir a vigente demanda por gasolina para abastecimento automobilístico. O Proálcool, assim, fomentou a mecanização do setor e a industrialização do refino da

⁴ Considerada por Kurz (1999) um momento de presença do planejamento do Estado na economia com a finalidade de aprofundamento das relações sociais baseadas na forma mercadoria para poder acelerar o processo de valorização do valor com a intenção de alcançar os níveis de produtividade dos países centrais do capitalismo. Vale ressaltar que a adoção desses níveis como parâmetro se dá em um momento particular do processo global de acumulação capitalista, já que o momento de acumulação primitiva (MARX, 1983, I, t. II, cap. XXIV), realizado primeiramente pela Inglaterra do início do capitalismo, se localiza em um passado remoto e não tinha nenhum nível de produtividade como pressuposto a ser alcançado. Ou seja, tal modernização teve de percorrer um processo de acumulação muito maior – já que o nível de desenvolvimento das forças produtivas dos países centrais é mais elevado do que aquele necessário para a Inglaterra colocar a acumulação sobre seus próprios pressupostos – e em muito menor distensão temporal do que aquele inglês. Por isso, tal modernização é denominada “retardatária”, e daí deriva que esta seja praticamente impossível de se realizar.

⁵ Formulação presente no conceito de “modernização incompleta” (SILVA, 1981), o qual enxerga no trabalho do “boia-fria” o resultado da incompletude do processo de industrialização da agricultura brasileira. Importa que tal conceito visa defender a realização da modernização, idealizando-a como paradigma e ponto de chegada da reprodução social da acumulação capitalista.

⁶ O álcool anidro é aquele adicionado à gasolina para uso de veículos movidos por este combustível. Já o álcool hidratado é aquele utilizado nos carros movidos a álcool apenas.

cana-de-açúcar, o que colocou a produção dessa matéria-prima, no Brasil, mas especialmente em São Paulo, em um novo patamar de modernização/industrialização.

A semelhança entre o período em que se aplicou o Proálcool e o subsequente, o da liberalização (que vigora atualmente), pode ser notada na incapacidade em ambos do setor saldar suas dívidas. Segundo um balanço do Proálcool, que pode ser encontrado em Relatório da Secretaria de Desenvolvimento Regional, de 1991⁷, as dívidas decorrentes do financiamento oferecido pelo Proálcool recaíam, em 1991, sobre 160 empresas inadimplentes (de 394, existentes então no Brasil), totalizando US\$ 2,5 bilhões, sendo o Sul e o Sudeste do país responsáveis por 51,6% do seu total. De todo o montante de crédito fornecido em 15 anos, apenas 42,5% foram saldados, sem contar as anistias. No Norte e Nordeste a relação de inadimplentes para o setor industrial chegava a 92%.

A realidade da incapacidade das unidades produtivas se reproduzirem ampliamente ao final do período áureo de aporte de créditos subsidiados para o setor nos permite perguntar sobre a crise da acumulação capitalista ocorrer por meio da exploração de mais-valia, mesmo com a existência do trabalho superexplorado do cortador de cana conhecido como “boia-fria” (D’INCAO, 1979). A necessidade da reprodução ampliada capitalista ocorrer por meio da dívida externa do Estado brasileiro e dos subsídios para suas unidades produtivas nos faz sugerir a prevalência do *capital fictício* (MARX, 1983) como condicionante para a reprodução

“Deixa-se de lado, assim, a partir da idealização de outra modernização, supostamente ‘positiva’, os condicionamentos do processo contraditório e crítico de acumulação que a valorização do valor como tautologia social apresentava ao Brasil daquele período, sendo a própria política de subsídios uma consequência dessas condicionantes fundamentadas no capital fictício, central na reprodução das relações sociais de produção, expresso aqui pela incapacidade do setor sucroalcooleiro de se reproduzir sem os subsídios estatais.”

⁷ Os dados referentes a este relatório podem ser encontrados também em Thomaz Jr. (2002, p. 90 e 102), dada a indisponibilidade pública do mesmo.

social da forma mercadoria como forma da sociabilidade capitalista contemporaneamente.

A territorialização do capital como tentativa de exploração de renda diferencial II e a crise da acumulação capitalista

Inúmeros são os estudos realizados sobre o Proálcool e, com a retomada na primeira década do século XXI do crescimento da produção e produtividade de cana-de-açúcar, açúcar e etanol⁸ (PITTA, 2016), estes se proliferam nas prateleiras das bibliotecas acadêmicas. Quando da implantação (na segunda metade dos anos 1970) e da crise do Proálcool (início dos anos 1990), diversas análises de economistas, agrônomos, geógrafos, historiadores, entre outros, criticaram-no enquanto política econômica do governo Geisel (1974-1979), durante a ditadura militar e de seus sucessores. Tais análises se ativeram, em geral, às intenções explicitamente formuladas pelo Estado para a implantação do Proálcool e se detiveram nas formas assumidas por ele para sugerirem o equívoco de sua política e proporem outras possibilidades de atuação do planejamento econômico sobre o campo brasileiro.

Difícilmente, porém, tais análises partiram de um momento particular de reprodução do capitalismo mundial para entender as características das determinações da forma de reprodução do capital objetivas daquele momento. Isto permitiria uma crítica às consequências contraditórias de uma política econômica realizada como planejamento do Estado, aparente sujeito (mas sujeitado) da modernização retardatária, que organiza a produção, a distribuição e o consumo com o intuito de alcançar os níveis de produtividade dos países centrais do capitalismo. Cabia ao Estado arcar com os *faux frais* (MARX, 1983) do (então denominado) setor sucroalcooleiro, ou seja, com a parte não produtiva de valor:

⁸ A partir da safra 2011/2012 somente a área plantada com cana-de-açúcar cresceu, caindo a produtividade e a produção de cana-de-açúcar, assim como a produção de açúcar e etanol, no Brasil. Para a discussão acerca da crise da agroindústria canavieira brasileira e paulista (particularmente), ver Pitta (2016).

1.6 – Cabem a órgãos do Governo Federal a fixação do Plano de Safra da cultura canavieira, o estabelecimento dos preços para o álcool, em todos os níveis, do produtor ao consumidor final, o controle dos estoques estratégicos, a realização de misturas carburantes que envolvam o álcool, a fiscalização do uso e da qualidade do produto, e a coordenação da logística de abastecimento (TCU, 1990, p. 2).

Tais análises críticas de uma política econômica partem essencialmente da constatação de que uma “modernização conservadora” (DELGADO, 1985) foi implantada por parte dos governos militares, questionando os resultados concentracionistas que os créditos subsidiados geraram em benefício das classes dominantes do país à época (proprietários de terra, industriais, financistas), apesar das justificativas governistas de que o Proálcool tivesse características distributivistas. Deixa-se de lado, assim, a partir da idealização de outra modernização, supostamente “positiva”, os condicionamentos do processo contraditório e crítico de acumulação que a valorização do valor como tautologia social apresentava ao Brasil daquele período, sendo a própria política de subsídios uma consequência dessas condicionantes fundamentadas no capital fictício, central na reprodução das relações sociais de produção, expresso aqui pela incapacidade do setor sucroalcooleiro de se reproduzir sem os subsídios estatais. Nossa crítica caminha no intuito de problematizar a modernização em si, e o Estado modernizador como agente deste processo *fetichista* (MARX, 1983), e por isso contraditório. Assim, suas ações de política econômica não serão aqui analisadas como passíveis de serem implantadas positivamente como identidade sujeito-objeto (ADORNO, 1967), ou seja, em consonância com seus resultados, não havendo uma suposta modernização “boa”.

O principal argumento do governo brasileiro para a implantação do Proálcool foi o chamado “choque do petróleo” de 1973/1974, que elevou o preço do barril de três dólares (US\$ 3,00), em setembro de 1973, para doze dólares (US\$ 12,00), em janeiro de 1974⁹ (MELO; FONSECA, 1981, p. 1), onerando significativamente seu saldo comercial e, conseqüentemente, seu balanço de pagamentos. Segundo Shikida (1997, p. 69), tal

⁹ Segundo Shikida (1997), foi a Guerra do *Yom Kippur* (Dia do Perdão), envolvendo Egito, Israel e Síria, a responsável direta por tal elevação. Ocorrida a partir de outubro de 1973, levou os países árabes reunidos na OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) a se recusarem a vender petróleo aos países ocidentais que apoiavam Israel.

elevação correspondeu ao dispêndio de US\$ 8,6 bilhões para a importação de petróleo referente ao triênio 1974-1975-1976, em relação ao gasto de US\$ 1,4 bilhão referente ao triênio anterior. Aliando a necessidade de diminuir tal déficit com as tendências da política econômica modernizadora do campo do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND, 1975-1979), formulou-se o Programa Nacional do Álcool, pretendendo a “substituição da matriz energética” da gasolina pelo álcool.

Utilizando-se de análises macroeconômicas, tanto Homem de Melo (1981; 1984) quanto Borges, Freitag, Hurtienne e Nitsch (1988) tentaram demonstrar que tal objetivo do Proálcool não seria alcançado devido à sua inviabilidade econômica. Assim, para eles, apesar do acerto por parte dos militares na tentativa de substituir a matriz energética, a forma escolhida teria levado ao privilégio das classes dominantes ao invés de alcançar a distribuição da riqueza, um dos objetivos declarados do Proálcool. Para tais pesquisadores, o problema não estava nas intenções declaradas do governo brasileiro, mas em como estas foram levadas adiante, já que esses economistas propunham outra política econômica, outra forma de modernização que poderia ser implantada para proporcionar uma distribuição mais equânime da riqueza produzida.

No geral, tais análises acerca do Proálcool pressupunham a necessidade de substituição de matriz energética como efeito do aumento nos preços do petróleo, tratando este como fato histórico – tratamento que é uma coisificação, já que o naturaliza como causa. Não se questionavam, assim, sobre o processo pelo qual passou a valorização do valor, ao longo do século XX, e no qual assumiu certas particularidades que nos permitem compreender o aumento dos preços do petróleo “não como resultado do acaso, nem como produto de elementos exógenos à lógica imanente do sistema” (MANDEL, 1990, p. 7). Para melhor explicitarmos as particularidades de um momento da acumulação que condicionaram as “vontades” do Estado como *sujeito sujeitado* (KURZ, p. 1993), sendo os efeitos dessas “vontades” contraditórios em relação a como apareciam quando proferidos, acompanharemos os argumentos de Mandel (1990):

A incidência real da alta do preço do petróleo sobre a conjuntura foi dupla: de um lado, acentuando a tendência inflacionária geral – pela alta dos custos e pelo aumento da liquidez –, precipitou o momento no qual a inflação teve

um efeito perverso sobre a conjuntura e no qual os governos foram obrigados a tomar medidas para, de alguma forma, freá-la; por outro, pensando sobre a taxa média de lucros do capital industrial, acentuou o seu movimento de baixa, o que é causa fundamental da recessão. Porém, nos dois casos, trata-se de uma amplificação de um movimento já em curso. A recessão generalizada estava inscrita no ciclo que começou com a recessão ainda parcial de 1970/71 e que se prolongou com o *boom* especulativo dos anos 1972/73. Tanto as capacidades de produção cada vez mais ociosas como a inflação que toma impulso o mostram incontestavelmente. Ora, esses dois movimentos precedem a quadruplicação do preço do petróleo pela OPEP no momento da Guerra do Yom Kippur. Esta alta do preço do petróleo não é, portanto, nem a causa, nem o detonador imediato da recessão. É no máximo um fator adicional que amplifica a gravidade da crise (MANDEL, 1990, p. 38).

O que Ernest Mandel tenta analisar aqui é o fenômeno denominado “estagflação”. Esse fenômeno se dá justamente no mesmo momento em que, para Kurz (1995), com a revolução microeletrônica, a alta composição orgânica dos capitais conforma a *queda tendencial da taxa de lucro* (MARX, 1983) e conduz à crescente incapacidade de valorização do valor, passível de seguir sendo reiterada apenas ficticiamente. Para ambos os autores, a acumulação no *boom* fordista, baseada nos créditos fornecidos pela dívida pública dos países centrais do capitalismo, havia impulsionado a modernização dos países periféricos. Tendo a indústria automobilística posição de destaque na internalização do Departamento I (de bens de produção) da economia desses países através da dívida externa – baseada em capitais ociosos dos países centrais em crise que buscavam se valorizar –, a dependência em relação ao petróleo importado e ao financiamento externo se tornaram características particulares desta modernização retardatária (KURZ, 1999). Nem há necessidade de lembrar aqui o chamado “50 anos em 5”, de Juscelino Kubitschek, da segunda metade dos anos 1950, como marco inicial dos empréstimos internacionais para modernização retardatária brasileira, com ênfase no setor automobilístico. Seria neste âmbito, que a constituição de uma indústria nacional de tratores e de insumos agrícolas abriria caminho para a chamada Revolução Verde na escala nacional (DELGADO, 1985).

A expansão da industrialização, por meio de tais capitais financeiros internacionais, para o campo brasileiro buscou, sugerimos aqui, compensar uma queda tendencial da taxa de lucro do capital mundial e nacional industrial, por meio da incorporação do sobrelucro possível pela apropriação da renda da terra, com a territorialização do capitalismo no campo. A alta composição orgânica dos capitais também neste setor teria inviabilizado a realização deste intento e culminado na crise das dívidas brasileira, na queda acentuada dos subsídios para a agroindústria nacional e na crise desta, como veremos para o caso da agroindústria canavieira.

A escolha do planejamento estatal pela substituição de matriz energética como tentativa de desonerar o balanço de pagamentos estava, assim, posta e delimitada pelo processo de desdobramento da contradição da reprodução social capitalista: capitais ociosos internacionais que passaram a formar a dívida externa brasileira necessitavam ser valorizados¹⁰. Uma crise de superacumulação dos países centrais colocou o processo de modernização retardatária brasileira. Justamente por isso trataremos aqui o Estado e sua política econômica como sujeito sujeitado (KURZ, 1999) aos desdobramentos críticos da acumulação capitalista.

As controvérsias iniciais quando da promulgação do Proálcool acerca de quem receberia os créditos e para produzir qual matéria-prima, resolveram-se com a primazia da cana-de-açúcar e da incidência destes créditos seletivamente nas regiões e empresas mais

“Partimos aqui de um processo e não da naturalização da causa – aumento do preço do petróleo – da política econômica de modernização retardatária do campo por meio do Proálcool, durante a “ditadura militar”. Como veremos, apesar de não substituir completamente a gasolina pelo álcool, o Proálcool permitiu a rolagem da dívida externa brasileira e a reprodução fictícia da inserção brasileira nas trocas internacionais.”

¹⁰ “A renovação da própria capacidade produtiva brasileira – posterior aos anos 30 – sempre esteve fundamentada pelos níveis de desenvolvimento das forças produtivas postos nos países centrais da reprodução social capitalista, isto implicou uma superação de certas condições de desenvolvimento das forças produtivas sempre às custas de uma importação de bens de produção, o que fez do próprio Estado e da própria modernização um elemento tributário de uma reprodução externa, enquanto que, internamente, portanto, tratava-se, ao mesmo tempo, de uma modernização negativa” (ALFREDO, 2008, p. 374).

produtivas. A concentração de terras e das empresas é característica da realização do Proálcool e levou estudos a explicitá-la enquanto uma “modernização conservadora”.

Os créditos do Proálcool incidiram tanto para financiar o setor industrial como o setor agrícola. No primeiro, ampliando e fomentando a substituição de equipamentos das plantas fabris já existentes, aumentando assim sua produtividade, como também a implantação de novas destilarias. Quanto à parte agrícola, os créditos serviram para custeio, mecanização e expansão das lavouras de cana-de-açúcar (TCU, 1990). Aumentou-se tanto a produtividade quanto a produção agrícola e industrial do setor, em termos nacionais (ver tabela 1). Isto não ocorreu, entretanto, homoganeamente. Os créditos tenderam, nas duas primeiras fases, a privilegiar as regiões mais produtivas quando do início do Proálcool, apesar de também terem sido utilizados, em menor escala, por regiões menos produtivas. Aumentou-se, assim, a produtividade média e diminuíram-se os diferenciais de produtividade – ver tabela 3, no que concerne às Divisões Regionais Agrícolas Paulistas (DIRAs) paulistas, por exemplo –, garantindo que as diferenças continuassem a existir.

Tabela 1. Área colhida, quantidade produzida de cana-de-açúcar e rendimento agrícola no Brasil – 1974 a 1985

Ano	Área colhida (mil ha)	Quantidade produzida (mil toneladas)	Rendimento agrícola (toneladas/ha)
1974	2.057	95.624	46,5
1975	1.969	91.525	46,5
1976	2.093	103.173	49,3
1977	2.270	120.082	52,9
1978	2.391	129.145	54,0
1979	2.537	138.899	54,7
1980	2.608	148.650	57,0
1981	2.826	155.924	55,2
1982	3.084	186.647	60,5
1983	3.479	216.037	62,1
1984	3.656	222.318	60,8
1985	3.912	247.199	63,2

Fonte: FIBGE *apud* Shikida (1997, p. 91)

Vale ressaltar que a incidência de créditos subsidiados acabou por fomentar a produção nas regiões que antes do Proálcool já haviam recebido outros créditos subsidiados (via

Fundo Especial de Exportação, de 1965; e Sistema Nacional de Crédito Rural, de 1965) para a industrialização do setor – representando o Programa Nacional do Alcool, Proálcool, assim, uma modernização sobre outras – e que demonstravam capacidade produtiva ociosa, após a queda dos preços do açúcar no mercado internacional. Esta ociosidade deve-se ao incremento de produtividade pelo qual passou o setor quando da política de maior inserção na concorrência internacional do mercado de açúcar, no início da década de 1970:

Criou-se, no início da década de 1970, todo um esquema de financiamento subsidiado do complexo agroindustrial canavieiro para que ele pudesse colocar parte de sua produção no mercado mundial. Predominava uma visão extremamente otimista quanto à possibilidade de que esse mercado iria absorver os excedentes da produção nacional. Essa visão foi explicitada nos seguintes termos pelo representante do IAA em Londres: “O ano que passou (1973) foi o segundo da crise de escassez de açúcar [...] e o resultado de estudos projetivos sobre a demanda e a oferta de açúcar na década em curso revelam que, em 1980, o mundo precisará de pelo menos 24 milhões de toneladas a mais do produto do que em 1970, e de que não há capacidade industrial instalada que baste para tanto” (RAMOS, 1999, p. 170-171).

Apesar das previsões por parte do IAA de que a demanda mundial continuaria crescendo, a superprodução de açúcar foi escamoteada. De 1969 a 1974, as exportações brasileiras de açúcar triplicaram (90.000 toneladas para 2.500.000), passando o Brasil, em 1974, a comandar 12% do mercado internacional (BORGES, FREITAG, HURTIENNE e NITSCH, 1988, p. 15). Aproveitou-se, nesta ocasião, um momento de expansão do consumo de açúcar, principalmente pelos Estados Unidos, que deixaram de importar açúcar de Cuba quando do embargo econômico decretado em 1962, após a revolução socialista ali ocorrida em 1959. Tal expansão foi possível em razão da industrialização subsidiada, mas foi seguida de uma crise de superprodução que derrubou as cotações internacionais do preço do açúcar de US\$ 1.400/t para US\$ 336/t, ao final de 1974. Sua exportação respondia, então, por 30% do total de vendas nacional do produto. Em 1975, São Paulo tinha uma capacidade ociosa de aproximadamente 640 milhões de litros de álcool – potencial para produzir um bilhão de litros –, e a incorporação deste à gasolina garantiria a compensação para a crise do preço do açúcar no mercado internacional. Foi

a crise do setor que levou à escolha da cana-de-açúcar como mercadoria a ter a produção ampliada através do processo de industrialização da agricultura, que se aprofundava naquele momento.

Conseqüentemente, São Paulo, principal produtor nacional (de cana, álcool e açúcar) quando do advento do Proálcool, manteve-se nesta posição ao final da década de 1980¹¹, assim como a Divisão Regional Agrícola de Ribeirão Preto, no que concerne a este estado. Além disso, todo crescimento na produção de cana-de-açúcar foi revertido para a produção de álcool, já que o mercado de açúcar estava estagnado no período:

Quanto à localização do crescimento verificado na área colhida de cana-de-açúcar [...] São Paulo sozinho foi responsável por 56% do aumento verificado entre 1976 e 1980. [...] Como resultado, São Paulo que, em 1976, tinha 34,5% da área plantada com cana-de-açúcar, já em 1980 ficava com 39,3% da área e praticamente 50% de sua produção total [...] Entre os maiores produtores, São Paulo é um caso expressivo, pois, nesse período, o aumento da produtividade agrícola foi de 20,4%. Esses são acontecimentos favoráveis, pois desde os anos 40 os rendimentos de cana no Brasil e na maioria dos estados produtores vinham apresentando um crescimento bastante lento (MELO e FONSECA, 1981, pp. 8-9)¹².

Fica explícita a intenção da política econômica em aumentar a produção de cana e álcool (o que refletiu na de açúcar) via expansão da área colhida e aumento de produtividade (ton/ha) – ou seja, pela renda diferencial II, por meio do investimento de capital no canavial – com a incisão de créditos sobre as principais regiões produtoras e que já eram as mais produtivas¹³. O Estado, ao mesmo tempo, fomentou por meio de política distributivista a implantação de novas unidades e garantiu preços a uma faixa de

¹¹ São Paulo, que produziu 362,28 milhões de litros de álcool na safra de 1975/1976 (aproximadamente 65% da produção nacional), passou a produzir 7.957,60 milhões na de 1990/1991, aproximadamente 68% da produção de álcool do país (THOMAZ, 2002, p. 92).

¹² Vale ressaltar que os dados utilizados pelos autores são referentes aos Censos do IBGE para o período.

¹³ “Quase sempre, o aumento da produtividade ou o crescimento da produtividade são identificados diretamente com o crescimento dos mercados, com a criação de valor e logo com a acumulação de capital” (KURZ, 1995, p. 18).

produtores menos competitivos, nas pequenas propriedades¹⁴ (menos de 10 ha): “A estrutura produtiva é formada por grandes e médias destilarias¹⁵. E não houve grandes incentivos a destilarias com capacidade inferior a 150 mil litros/dia. As justificativas apontam o fato de que as pequenas destilarias não são competitivas” (TCU, 1990, p.59).

Tabela 2. Produção, área e número de propriedades com cana-de-açúcar, por estrato de área – São Paulo

Estrato de Área (ha)	Propriedades (números)	%	Produção (100.000 ton)	%	Área colhida (1000 ha)	%
1970/1971						
3,1 a 10,0	683	6,60	0,21	0,60	5	0,8
10,1 a 50,0	5.089	49,20	4,80	12,50	68	11,0
50,1 a 300,0	3.431	33,10	10,66	29,60	186	30,1
300,1 a 1.000,0	768	7,40	7,59	21,10	130	21,1
Acima de 1.000,0	383	3,70	13,04	36,20	228	37,0
Total	10.354	100,0	36,3	100,0	617	100,0
1980/1981						
3,1 a 10,0	2.794	21,8	0,94	1,3	15	1,4
10,1 a 50,0	4.070	31,8	4,45	6,1	70	6,6
50,1 a 300,0	4.137	32,4	22,06	30,2	307	29,2
300,1 a 1.000,0	1.344	10,5	23,21	31,7	358	33,9
Acima de 1.000,0	452	3,5	22,47	30,7	305	28,9
Total	12.797	100,0	73,13	100,0	1.055	100,0
1990/1991						
3,12a 10,0	3.214	17,9	1,15	0,8	15	0,8
10,1 a 50,0	7.838	43,7	12,57	8,7	164	8,8
50,1 a 300,0	4.728	26,3	30,24	21,0	394	21,2
300,1 a 1.000,0	1.661	9,3	41,27	28,7	534	28,6
Acima de 1.000,0	504	2,8	58,66	40,8	757	40,6
Total	17.945	100,0	143,89	100,0	1.864	100

Fonte: Yoshii *et al.* (1993, p. 165).

¹⁴ Para os dados, demonstrando que as pequenas propriedades têm maior custo de produção de cana-de-açúcar, ver Gonçalves (1991). Vale ressaltar que discordamos do ponto de vista do autor de que é a economia em escala que explica tal característica.

¹⁵ Pode-se comprovar que a expansão da área ocupada com cana em São Paulo deu-se considerando os dois primeiros momentos (safras 1970-1971 e 1980-1981), sobre todos os estratos de área, mas concentrou-se no intervalo de 300,1 a 1.000 ha. Notabilizou-se, ainda, o aumento expressivo das propriedades com menos de 10 ha incorporadas ao circuito canavieiro, registrando aumentos de 309% em número, 347% na produção e 200% quanto à área, mas significando, em termos absolutos, somente 1,3% da produção, 21,8% do número de propriedades e 1,4% da área colhida, enquanto o crescimento total da área colhida foi de 71%, passando de 617.00 ha em 1970-71 para 1.055.000 ha em 1980-81 (THOMAZ JR., 2002, p. 84).

Ao analisarmos as tabelas 2 e 3, podemos inferir um movimento de territorialização do capital (ALFREDO, 2005) no estado de São Paulo para a região estudada, caracterizado pela tentativa de reprodução por meio de sobrelucro da renda da terra¹⁶, ou seja, determinado pelas abstrações do processo crítico de valorização do valor.

Para acompanharmos a evolução da incorporação da renda da terra para as diferentes DIRAs paulistas, e entendermos o movimento de territorialização do capital, as tabelas podem demonstrar que para os dois primeiros períodos do Proálcool os créditos incidiram sobre as DIRAs com maior produtividade. É possível acompanhar um movimento que pode ser entendido como a incorporação da renda da terra diferencial II para tentativa de valorização do capital fictício aí investido.

Em relação à área plantada temos um aumento também horizontal, incorporando pequenas propriedades, principalmente no segundo e terceiro períodos do Proálcool:

No início da década de 80 [...] o número de propriedades canavieiras apresentou um aumento de 23,6% derivado, principalmente, do grande crescimento do número de pequenas propriedades, situadas no estrato de 3,1 a 10 ha (YOSHII *et al.*, 1993, p. 164).

Tal “distributivismo”, no entanto, garantiu também o aumento da produtividade e da produção, assim como o “concentracionismo” nos latifúndios (acima de 1.000 ha), e pode ser entendido também como incorporação da renda da terra diferencial I, com a introdução de solos piores, o que caracterizaria tal movimento, dado que o preço pago

¹⁶ Para Marx haveria dois tipos de renda da terra diferencial, o que permitiria que as terras mais rentáveis propiciassem um sobrelucro proveniente da mais-valia global distribuída no processo de circulação do capital. A renda diferencial I diz respeito à produtividade e localização do solo, enquanto a renda diferencial II seria aquela proveniente dos capitais investidos no solo a fim de aprimorá-lo. Em concorrência, os diversos capitais tendem a aumentar a composição orgânica de suas produções, diminuindo cada vez mais a proporção (taxa de renda da terra) entre estes capitais investidos e a renda da terra extraída, o que exige uma expansão extensiva cada vez maior para buscar compensar a redução da taxa da renda. Ou seja, a aparente expansão produtiva e territorial seria determinada pela contradição crítica imanente ao processo de acumulação. Vale destacar aqui que a Divisão Regional Agrícola se caracteriza pelas diferenças de produtividade, como critério utilizado pelo Estado brasileiro e reproduzido pelas unidades federativas para planejamento da modernização retardatária do país. Região, assim, é entendida aqui como lugar do planejamento.

pela cana, estabelecido pelo IAA, por ser único, baliza-se no pior solo e não na média, para ser definido¹⁷.

Podemos constatar, principalmente a partir da segunda fase do Proálcool, a incidência de créditos em novas áreas, menos produtivas. A DIRA de São José do Rio Preto é representativa de tal característica, já que se localiza em áreas mais ao noroeste do Estado, permitindo a expansão da área plantada com cana a partir da segunda fase do Proálcool, o que parece explicar a diminuição de sua produtividade (de 86,3 t/ha em 1980/81 para 70,8 t/ha em 1985/86). Para a segunda fase, podemos também destacar o aumento na produtividade média para o estado de São Paulo como um todo – de 69,3 t/ha em 1980/81 para 72,1 t/ha em 1985/86 –, junto com a expansão da área plantada com cana-de-açúcar – de 617.000 ha em 1970-71 para 1.055.000 ha em 1980-81; e 1.864.000 ha em 1990-91 –, o que demonstra expansão extensiva e intensiva desta mercadoria¹⁸.

O movimento acima destacado parece buscar compensar a queda tendencial da taxa de renda da terra reforçada pelos altos custos de investimentos. Assim, a redução dessa taxa estaria buscando uma compensação não realizável através da ampliação da área produzida com menor produtividade de modo a compensar a perda da taxa em solos mais produtivos. O estabelecimento dos preços – regulados pelo IAA, definindo aí a renda da terra a ser incorporada – segundo um solo regulador menos produtivo acrescentaria sobrelucro aos solos mais produtivos, garantindo também a reprodução dos menos produtivos. Trata-se daquilo que Marx observa como a expansão da renda da terra em *zigzague* (MARX, 1983, III, t. I, seção VI), tanto de solos mais produtivos

¹⁷ “[...] a política de preços beneficiou os usineiros paulistas, uma vez que os preços fixados para a matéria-prima levavam em consideração os custos de produção em nível nacional, ou seja, tanto da agroindústria sucroalcooleira nordestina e fluminense como os dos fornecedores de menor área em qualquer região” (YOSHII *et al.*, 1993, p. 179).

¹⁸ “Na década de 70, a DIRA de São José do Rio Preto se destacava pela produtividade, bem acima da média do Estado. Na década de 1980, o grande crescimento na produção da DIRA não foi acompanhado por aumento, ou mesmo manutenção, dos níveis de produtividade. Isso pode indicar que a expansão da área verificada com a cultura, naquela região, se deu provavelmente em terra de pior qualidade do que as anteriormente ocupadas” (YOSHII *et al.*, 1993, p. 163-164).

para os menos, como vice-versa. O distributivismo também ocorre como reprodução das determinações do processo crítico de valorização do valor.

Partimos aqui de um processo e não da naturalização da causa – aumento do preço do petróleo – da política econômica de modernização retardatária do campo por meio do Proálcool, durante a “ditadura militar”. Como veremos, apesar de não substituir completamente a gasolina pelo álcool, o Proálcool permitiu a rolagem da dívida externa brasileira e a reprodução fictícia da inserção brasileira nas trocas internacionais.

Retendo as considerações acima adiantadas, passaremos a apresentar uma análise pormenorizada de elementos significativos dos movimentos que compõem as fases características da história do Proálcool. Nosso enfoque, desta forma, percorrerá os quinze anos do Proálcool, 1975-1990, em três fases¹⁹:

- a) a primeira que vai da institucionalização até 1979;
- b) a segunda, a partir de 1979, quando da chamada segunda crise do petróleo²⁰, até 1985;
- e c) a terceira, de 1985 até a extinção do IAA, em 1990.

Primeira fase (1975-1979)

A produção prevalecente de álcool se deu nas destilarias anexas em um momento de crise de superprodução de açúcar. Assim, o Proálcool estipulou a adição de 20% de álcool anidro à gasolina em substituição ao chumbo tetra-etila. Tal prática de adição de álcool à gasolina remonta à criação do IAA por parte do governo Vargas, em 1933, que já determinava em 5% a quantidade incorporada, o que garantia o consumo de mercadoria derivada da cana-de-açúcar, já que com as destilarias anexas a usina poderia

¹⁹ Sobre esta periodização, ver Thomaz Jr.(2002) e Borges, Freitag, Hurtienne e Nitsch (1988).

²⁰ Em razão da Revolução Iraniana de 1979, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) impôs um drástico aumento dos preços de petróleo, fazendo com que 42% da renda proveniente de exportações fosse utilizada para importar petróleo, que correspondia a 30% da importação brasileira – lembrando que o balanço de pagamentos brasileiro aumentou seu déficit e a necessidade da dívida externa para a reprodução da economia nacional (DAVIDOFF, 1984).

decidir produzir açúcar ou álcool conforme os preços de mercado. Neste momento, entretanto, o aumento na porcentagem visava garantir o consumo do derivado da cana:

Importante mudança no período 1977/1979 foi a drástica redução de nossas exportações de açúcar – mais de 600 mil toneladas. Aliás, poder-se-ia dizer que no período 1976/1979 todo o aumento verificado na produção de cana-de-açúcar foi destinado à produção de álcool, enquanto a redução das exportações teria servido a suprir o crescimento da demanda interna desse produto. Assim, esse foi um fato facilitador do rápido aumento registrado na produção brasileira de álcool (MELO e FONSECA, 1981, p. 8).

Conforme dados do Anuário Estatístico do IAA (BORGES, FREITAG, HURTIENNE e NITSCH, 1988, p. 7), de uma produção nacional de 625 milhões de litros de álcool produzidos nacionalmente na safra 1974/1975, chegou-se à produção de 3,383 bilhões de litros de álcool na safra 1979/80, sendo a meta para o período de três bilhões de litros.

Importa ressaltar aqui, para a composição de nosso argumento, que as taxas de juros cobradas estipulavam valores abaixo da inflação, ou seja, a juros reais negativos, permitindo que as produções se reproduzissem, tanto no que concerne à parte agrícola quanto à industrial.

A partir de 1979, outro conflito no Oriente Médio, agora entre Irã e Iraque, e uma nova subida dos preços do petróleo (“segundo choque do petróleo”), que atingiu o valor de 30 dólares o barril, serviram de justificativa para manutenção e aprofundamento do Proálcool, tendo como finalidade a substituição da matriz energética nacional. O Irã era o maior fornecedor de petróleo ao Brasil, que consumia 42% de suas exportações na compra dessa mercadoria, correspondente a 30% das importações nacionais (BORGES, FREITAG, HURTIENNE e NITSCH, 1988, p. 27). Manteve-se então a prática de fornecimento de créditos subsidiados por parte do Estado para continuidade da industrialização do setor, porém, com nova política econômica para garantir a realização do álcool como mercadoria no que se refere ao consumo interno deste no Brasil.

Segunda fase (1980-1985)

Esta foi a fase com maior aporte de recursos a juros reais negativos, sendo de 2,1 bilhões de dólares o montante de dinheiro público destinado ao Proálcool, fomentando então a instalação de destilarias anexas e autônomas – em muito maior número do que na primeira fase – para a produção de álcool hidratado, aquele utilizado em motores de automóveis movidos por este combustível, os quais passaram a ser produzidos neste período. Desse montante de recursos, 38% foram destinados a São Paulo.

Neste segundo período, porém, o incremento na produção e produtividade de cana-de-açúcar e álcool adquiriu novas dimensões qualitativas significativas. Isto porque a meta de produção de álcool passou para 10,7 bilhões de litros em 1985, sendo 6,1 bilhões de litros de álcool hidratado para abastecer carros com motor a álcool. Como álcool anidro, 3,1 bilhões de litros deveriam ser incorporados à gasolina e 1,5 bilhão de litros deveria ser para o abastecimento da indústria química (BORGES, FREITAG, HURTIENNE e NITSCH, 1988, p. 28). Desta forma, o Proálcool passou a fazer parte do Programa de Mobilização Energética do Ministério de Minas e Energia, lançado em 2 de agosto de 1979, que acabava por estabelecer o aprofundamento dos subsídios para a ampliação das metas de produção do Proálcool.

Para garantir o consumo da mercadoria que viria a ser produzida com uma meta de aumento de aproximadamente 7,7 bilhões de litros, em 5 anos, o governo assinou acordos com a ANFAVEA (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), garantindo também o consumo de carros movidos a álcool, que passaram a ser produzidos a partir de então:

Até o final de 1980 a participação do carro a álcool na venda global de automóveis (no Brasil) ascende a 72% para cair abruptamente em 1982 para menos de 10%, e cresce a partir do segundo trimestre de 1982 continuamente até chegar a 95% em dezembro de 1983, permanecendo assim até 1986 (BORGES, FREITAG, HURTIENNE e NITSCH, 1988, p. 27).

Para que o consumo de álcool fosse garantido, o governo estabeleceu uma política econômica para a venda de carros a álcool com isenção de impostos e garantia para o preço do álcool. A partir de 1982, o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e o

IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) foram reduzidos para compra de carros a álcool; estabeleceu-se que o preço do álcool não superaria 65% o da gasolina (uma garantia que mais que compensava a maior produtividade da gasolina); estimulou-se a conversão de motores à gasolina para álcool; para o ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) e IPI na compra de táxis a álcool estabeleceu-se também isenção total, o que significou 50% de redução no preço final desses veículos. Se for considerada a adição do álcool à gasolina, chegou a 34% a participação do álcool como combustível carburante no Brasil, em 1983.

A garantia do consumo do derivado da cana-de-açúcar pelo Estado demonstra a necessidade deste fornecer os pressupostos e os resultados da valorização do valor. A indústria automobilística ampliou a base de consumo de álcool para que todos os tipos de solo pudessem ser remunerados, garantindo a incorporação de renda da terra pelos solos mais produtivos.

A partir de 1981, a alocação dos recursos passou a ser realizada no estado de maior implantação dos projetos. Se, como vimos, São Paulo continuou a ser o principal estado a receber os recursos, seu governo direcionou a instalação de destilarias autônomas para o oeste do estado, incidindo os subsídios para a ampliação das anexas nas principais DIRAs produtoras de cana e álcool da primeira fase do Proálcool: Ribeirão Preto, Campinas e Bauru. Para as DIRAs de Araçatuba, Presidente Prudente e São José do Rio Preto, foram 80% dos investimentos, equivalentes a aproximadamente 600 milhões de dólares (THOMAZ JR., 2002, p. 94). Essa mudança objetivava uma melhor distribuição dos recursos para DIRAs onde anteriormente predominavam outras culturas, como o café, propiciando o “distributivismo” via industrialização do campo. Os programas da Secretaria de Abastecimento do Estado, como o Procana (Programa de Expansão da Canavieira para a Produção de Combustível do Estado de São Paulo) e o Pro-Oeste (Plano de Desenvolvimento do Oeste de São Paulo), acabaram por definir a implantação de destilarias onde ainda não existiam usinas, por isso as autônomas predominaram nessas áreas.

Tabela 3. Produtividade da cana-de-açúcar (t/ha), por DIRA – São Paulo: 1970/71 – 1990/91

DIRA	1970-71	1975-76	1980-81	1985/86	1990-91
	t/ha	t/ha	t/ha	t/ha	t/ha
Araçatuba	94,8	68,5	77,2	75,3	75,6
Bauru	57,8	57,0	63,1	73,5	76,9
Campinas	59,0	65,6	67,8	71,9	74,6
Marília	62,7	68,4	66,3	73,4	81,1
Presidente Prudente	33,6	66,7	68,0	66,0	65,0
Ribeirão Preto	56,9	62,8	70,9	72,4	80,2
São José do Rio Preto	83,7	90,1	86,3	70,8	76,3
Sorocaba	45,7	65,1	66,9	67,9	70,8
São Paulo	62,8	53,3	55,6	64,3	62,5
Vale do Paraíba	65,1	57,1	51,5	56,4	53,3
Estado de São Paulo	58,3	64,1	69,3	72,1	77,2

Fonte: Yoshii *et al.* (1993, p. 164).

Apesar da intenção de se planejar quais culturas seriam substituídas, garantindo a produção de alimentos nas pequenas propriedades, Thomaz Jr. (2002) ressalta que isso não evitou, contraditoriamente, o ritmo concentrador da expansão da produção canavieira. Vale destacar que os subsídios eram muitas vezes lastreados na propriedade da terra, ou seja, a industrialização e os benefícios apenas ocorriam caso se produzisse cana, garantindo uma maior possibilidade de reprodução àqueles que aderissem a tal cultura. Exatamente por isso, as DIRAs de Ribeirão Preto, Campinas e Bauru mantiveram as maiores produções e índices de produtividade, já que eram referência das produções com maior composição orgânica de capitais (tabela 3). Os novos financiamentos foram utilizados nas usinas anexas dessas regiões para serem reequipadas, permitindo que se apropriassem de renda da terra, dados os diferenciais de produção em relação às regiões menos produtivas.

“O estreitamento da disponibilidade dos subsídios acaba por explicitar a incapacidade do setor se reproduzir sem a incidência do capital fictício. Sua incapacidade imanente de valorização do valor caracteriza-o como parte do momento fictício de reprodução ampliada do capital a nível mundial. As falências levaram ainda à falta de álcool nas bombas de combustível para os anos-safra de 1986/87, 1987/88, 1988/89 e 1989/90 [...]”

Vale destacar que, para o período, o Brasil ainda produziu um excedente de 1,2 bilhões de litros de álcool, que teve de ser exportado para Estados Unidos, Europa e Japão. O mercado de exportação e os preços do açúcar estiveram estagnados para o período, significando que a expansão da produção de cana foi praticamente toda revertida em álcool.

A produção de álcool na safra 1985/86 chegou a 11,7 bilhões de litros de álcool, maior patamar na década (TCU, 1990, p. 59). A capacidade produtiva nacional ultrapassou 12,5 bilhões de litros/ano, maior do que o planejado. Apenas São Paulo possuía 239 destilarias e uma capacidade produtiva de 6 bilhões de litros/ano (SHIKIDA, 1997, p. 85).

Terceira fase (1985-1990)

Durante este período, os subsídios creditícios mudaram profundamente de característica. A partir de 1986, os créditos deixaram de ser subsidiados, estabelecendo o Estado a cobrança integral da correção monetária e taxas de juros reais. Constata-se, neste período, uma retirada do Estado como credor do ramo sucroalcooleiro. “Apenas” 500 milhões de dólares foram investidos no Proálcool nesta terceira fase (TCU, 1990, p. 49). Tal mudança na política econômica gerou, como destaca Thomaz Jr.:

uma débâcle nas empresas sucroalcooleiras. Isso ocorreu não somente em São Paulo, mas em quase todos os Estados produtores e, de forma mais intensa, no Norte e Nordeste, principalmente nas destilarias autônomas que ainda não tinham conseguido autossuficiência na produção de cana, como também em número considerável de destilarias anexas, em especial as de pequeno porte (THOMAZ JR., 2002, p. 98).

O estreitamento da disponibilidade dos subsídios acaba por explicitar a incapacidade do setor se reproduzir sem a incidência do capital fictício. Sua incapacidade imanente de valorização do valor caracteriza-o como parte do momento fictício de reprodução ampliada do capital a nível mundial.

As falências levaram ainda à falta de álcool nas bombas de combustível para os anos-safra de 1986/87, 1987/88, 1988/89 e 1989/90, como demonstra Shikida (1997, p. 94):

Este desequilíbrio entre a oferta e demanda de álcool combustível levou à necessidade de importação do produto a partir de 1989, inclusive na forma de metanol, para adições à gasolina ou ao próprio álcool hidratado. Entretanto, deve-se destacar que um dos objetivos do Proálcool é a economia (via redução da dependência externa do petróleo), e a importação de álcool contradiz esta proposição na medida em que se reduz a importação do petróleo e cria-se a necessidade de importação do álcool combustível e/ou de similares

Tabela 4. Produção de álcool – Brasil (milhões de litros)

Ano/Safra	Regiões		
	Norte e Nordeste	Centro Sul	Brasil
1985-86	2.020,60	9.799,00	11.819,6
1986-87	2.205,10	8.300,70	10.505,9
1990-91	1.807,30	9.975,60	11.782,9
1991-92	1.784,80	10.967,40	12.752,2
1992-93	1.630,56	10.067,30	11.698,7
1993-94	912,84	10.376,40	11.294,2

Fonte: IAA, SDR/DSA, *apud* Thomaz Jr. (2002, p. 78).

As consequências da falta de fornecimento de álcool refletiram também na venda de automóveis movidos por este combustível, assim como nas indústrias fornecedoras de maquinário e insumos para o setor agrícola e industrial do ramo em questão. Já a partir de 1989, verifica-se queda nas vendas de carro a álcool, que passam a ser de 52,5% dos automóveis vendidos, sendo que em 1988 chegaram a equivaler a 88,4%. Em 1995, o número de carros a álcool vendidos no Brasil foi de 3,5% do total (SHIKIDA, 1997, p. 96), comprometendo a viabilidade do entrelaçamento produtivo do setor que estamos analisando.

“A crítica que esboçamos aqui é uma crítica à forma da equivalência de mediação social contraditória, subjetivada positivamente pelo discurso de defesa de uma modernização (“boa”, “positiva”), que reproduz e hipostasia os próprios pressupostos da forma social fetichista da mercadoria como forma naturalizada da sociabilidade capitalista.”

Segundo o relatório do Tribunal de Contas da União (1990), os recursos destinados a cobrir os custos de produção de cana-de-açúcar deixaram em grande medida de ser repassados, gerando uma defasagem nos preços da cana de 106,44% no Rio de Janeiro, 86,13% no Norte e Nordeste e 60,72% no Centro-Sul, o que foi, na análise do governo, causa direta da incapacidade de reprodução de algumas das unidades produtoras, reduzindo em 400 mil hectares a área de cana plantada – sendo de 4,4 milhões de hectares a área de lavouras plantadas com cana-de-açúcar no momento do relatório²¹. Os recursos do chamado

Programa de Equalização de Custos (não incidentes no Centro-Sul), que são destinados aos produtores de açúcar e álcool, também deixaram de ser repassados, ficando retidos no Tesouro Nacional, e eram equivalentes a Cr\$ 1,6 bilhão, em 31/08/1990.

Considerações finais

Importa para nós aqui destacar que, desde o início do Proálcool, houve uma política que tentava aumentar a produção e a produtividade das regiões mais produtivas (São Paulo e Centro-Sul), ao mesmo tempo em que tentava diminuir a desigualdade do nível de produtividade entre as diversas regiões do país, já que o Programa de Equalização de

²¹ Vale ressaltar que, segundo o mesmo relatório do TCU (1990), as terras agricultáveis do país são de 500 milhões de hectares, e 55 milhões destas estavam ocupadas com lavouras. As melhores terras, principalmente as do Centro-Sul, foram ocupadas pela cana-de-açúcar.

Custos²² e a conta-álcool²³ incidiram particularmente nessas regiões. Neste terceiro período, quando da suspensão desta política “compensatória” – principalmente do repasse referente à política de equalização de custos –, aumentou-se o número de falências e a concentração das unidades produtivas.

Tal concentração aparece como principal argumento das leituras de crítica da “modernização conservadora”, que partem de um ideal de igualdade (subjetivação naturalizada da forma da equivalência da sociedade capitalista produtora de mercadorias) e concebem o “distributivismo” via política econômica do Estado como potencial de superação das contradições da reprodução capitalista, o que na verdade acaba por aprofundá-las. Deixam de lado a explicação das consequências contraditórias das ações do Estado enquanto sujeito, lugar das tentativas distributivistas, ao não encamparem uma crítica da equivalência, própria da mediação social baseada na *abstração real* (MARX, 1983, L. I, t. I, cap. 1) da forma mercadoria, e da finalidade tautológica desta, a valorização do valor. Justamente o critério que permite ao observador a comparação entre as diferentes produções como atrasadas é o que mobiliza a industrialização do campo e a incorporação de lucro e renda da terra pelos capitais mais produtivos, através do menor custo.

Ou seja, o Estado, ao garantir ficticiamente a reprodução das unidades produtivas com maior custo, estava determinando a possibilidade de incorporação de renda da terra

²² “8.4.1 – O Programa de Equalização de Custos é o instrumento de incentivo do Governo ao desenvolvimento regional, destinado exclusivamente às regiões Norte e Nordeste e ao Estado do Rio de Janeiro. Nessas regiões, as condições de clima e solo são menos favoráveis à lavoura canavieira e, em consequência, os custos finais de produção são superiores aos das demais regiões produtoras do país. [...] 8.4.9 – Conforme previa a Legislação, o subsídio de equalização de custos ao produtor foi retirado em 01/06/78. Contudo, como as diferenças persistiam, passou-se a dar outro subsídio de equalização, desta vez, apenas aos produtores de açúcar e álcool, das regiões Norte e Nordeste e dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Esses produtores passaram a pagar pela cana seu preço real” (TCU, 1990, p. 96-97).

²³ A Conta-Álcool é equação do preço de venda do álcool ao consumidor menos o custo final do álcool combustível: garantindo o preço máximo de 65% em relação ao preço da gasolina, para que o álcool pudesse ser vantajoso para o consumo. Tal custo final do álcool combustível é referente ao lucro das usinas produtoras de álcool. Como a conta-álcool era deficitária e o prejuízo cabia à Petrobrás (TCU, 1990), responsável pela venda do produto, podemos constatar a necessidade de transferência de dívidas da unidade produtiva ao setor público, fazendo parecer solvente um ramo que de fato não o é.

pelas unidades mais produtivas, na tentativa de valorização do valor²⁴, ao estabelecer o lucro e a renda da terra socialmente médios. A crítica que esboçamos aqui é uma crítica à forma da equivalência de mediação social contraditória, subjetivada positivamente pelo discurso de defesa de uma modernização (“boa”, “positiva”), que reproduz e hipostasia os próprios pressupostos da forma social fetichista da mercadoria como forma naturalizada da sociabilidade capitalista.

Nosso argumento, que não pretende enveredar por uma crítica à suposta “modernização conservadora” de tal política econômica – o que pressuporia uma possível “modernização democrática”, mais distributivista –, visa demonstrar como o Estado, através da incidência dos créditos subsidiados, estabelecia o lucro médio e a renda da terra média a serem apropriados pelos produtores com elevada composição orgânica de capital no setor. Isto explicaria o concentracionismo apesar do distributivismo.

Destacamos, aqui, a incapacidade deste setor se reproduzir sem a intervenção estatal, já que a solvência destas unidades produtivas só se fez possível através da incidência dos subsídios, gerando um deslocamento a partir do qual apareciam as dívidas; no caso, no balanço de estatais (Petrobrás, através da Conta-Álcool) e nos cofres públicos (Banco do Brasil, Tesouro Nacional, dívida externa, entre outros), assim como na inflação do período (principalmente nos anos de 1980, após a chamada “crise das dívidas”²⁵).

O relatório de 1991, da Secretaria de Desenvolvimento Regional/ Departamento de Assuntos Sucroalcooleiros (THOMAZ JR., 2002, p. 102), subsequente ao final do Proálcool, constata, por sua vez, altíssima inadimplência para o setor devido à não rolagem das dívidas via novos créditos subsidiados do Estado, sendo 160 empresas

²⁴ Tal tentativa não se realiza, já que a incorporação do lucro e da renda da terra não repõe os pressupostos para reprodução ampliada do capital, tendo estes de ser ficticiamente reproduzidos.

²⁵ A “crise das dívidas da América Latina” ocorreu após setembro de 1982, quando da insolvência do México para saldar os juros de sua dívida externa, o que levou a uma diminuição considerável dos investimentos externos nos países do então denominado “terceiro mundo”, dado o risco de não serem remunerados (KURZ, 1999, p. 160). Sem a dívida externa como fonte de capital ocioso para rolagem das dívidas, tais países tiveram de manter os subsídios tanto à sua indústria, como à sua agricultura por meio de impressão de dinheiro, gerando alta inflação, característica comum a esses países para a década de 1980 e início da de 1990.

inadimplentes das 281 que haviam recebido os subsídios através do Proálcool. A incapacidade de rolagem da dívida externa por parte do Estado brasileiro, após sua moratória, em 1986, impedia o repasse dos subsídios às unidades empresarias capitalistas e explicitava a determinação destes para a reprodução econômica de tais unidades produtivas como condicionamento do capital fictício para a reprodução social capitalista.

Tais características que apresentamos para a agroindústria canavieira no período estudado são, para nós, expressão de um momento particular de reprodução da acumulação capitalista no campo. A tentativa de aumento da extração da taxa de mais-valia – através do aumento da produção e da produtividade ao longo do Proálcool – visou compensar a queda da taxa de lucro e de renda da terra²⁶, causada no ramo sucroalcooleiro brasileiro pela necessidade de aumento da produtividade, em razão das determinações do aprofundamento da concorrência quando da tentativa de maior inserção no mercado internacional de açúcar, de meados de 1960 até a crise de superprodução do açúcar, de 1974. A tentativa de diminuição de custos – a fim de o capital investido ser remunerado através da apropriação do lucro e sobrelucro dos capitais menos produtivos – levou a uma alta composição orgânica do capital, excluindo trabalho vivo do processo produtivo (PITTA, 2011 e 2016). Isto gera e gerou uma discrepância entre o capital investido e a possibilidade de valorização do valor através de trabalho vivo quando no processo produtivo.

O capital aparece, então, reproduzindo-se, porém, só o faz com a inversão permanente de capital a crédito nas unidades produtivas, o que aprofunda ainda mais a crise imanente de acumulação característica do capitalismo, tornando-se capital fictício, estando atrelado sistemicamente à dívida pública. A expansão da produção extensiva e intensivamente determina a subjetivação fetichista de aumento da riqueza²⁷, porém, ela ocorre pela necessidade crítica dos capitais do setor em questão, expressão de um momento do capital em sua totalidade, de competir para estar na média:

²⁶ Ver Marx (1983, II e III) e Alfredo (2006a).

²⁷ “A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma imensa coleção de mercadorias, e a mercadoria individual como sua forma elementar” (MARX, 1983, p. 45).

A produção de mais-valia relativa conduz a uma contradição lógica. Ela aumenta a parcela de mais-valia por cada força de trabalho, mas ao mesmo tempo por causa dos efeitos da racionalização produzidos pelo mesmo desenvolvimento, pode-se empregar cada vez menos força de trabalho para cada soma de capital (o que faz aumentar [...] os custos preliminares para cada emprego, ou seja, a intensidade de capital ou a parcela de capital constante na 'composição orgânica'). Este segundo efeito de tendência contrária compensa o primeiro efeito a longo prazo. Isto significa que o aumento da taxa conjunta de mais-valia relativa para cada força de trabalho é obtido ao preço de uma queda concomitante da taxa de lucro para cada soma de capital investido. Tal efeito só pode ser compensado se crescer a massa absoluta de força de trabalho (produtiva!) utilizada, e portanto se juntamente com a massa absoluta de mais-valia crescer a massa absoluta de lucro; mas isto só é possível com uma extensão permanente do modo de produção como tal (KURZ, 1995, p. 17).

A ação do Estado, no sentido de uma modernização para alcançar os níveis de produtividade dos países centrais, reproduz as contradições imanentes ao processo de valorização do valor. Assim, entendemos tal modernização como retardatária (KURZ, 1999); ou seja, para tentar realizá-la, o Estado age conforme as condicionantes críticas do momento de valorização do valor em relação ao capital conjunto global. Aparece fetichistamente às personificações do processo como ação linear entre estes e os objetos de seu planejamento, mas ocorre em um momento de alta composição orgânica dos capitais (MARX, 1983), fazendo com que a valorização do valor não pague o montante dos custos dispendidos com capital constante (provenientes do crédito subsidiado pelo Estado, ou, em relação às contas do Estado, provenientes da dívida externa em maior montante).

“A própria crítica do capitalismo que não passe pelo duplo contraditório da mercadoria em processo crítico, mas se detenha em uma crítica da alienação do fruto do trabalho do trabalhador pelos proprietários dos meios de produção, incorre na impossibilidade de criticar a necessidade de nos medirmos por meio das mercadorias como imposição ao trabalho: venda da força de trabalho para acessar dinheiro e comprar mercadorias.”

Retomamos o argumento para ressaltar que ocorre, assim, uma inversão, na qual o incremento da produção e da produtividade – que não mais realiza a extensão do modo de produção com o crescimento da massa absoluta de mais-valia (KURZ, 1995) – serve para permitir a contração de novas dívidas que paguem as anteriores, passando tal finalidade a determinar a modernização.

A concretude da territorialização espacial da produção de cana-de-açúcar, por sua vez, não pode ser compreendida de maneira positivista. Dada a relação de mercadoria, fundamento da sociabilidade capitalista, podemos dizer que devemos considerar seu duplo contraditório entre valor e valor de uso, o que faz da própria mercadoria uma construção social *física metafísica* (MARX, 1983, L. I, tomo 1, p. 198). As condicionantes do processo de espacialização que estudamos sinteticamente no presente artigo por meio da territorialização da agroindústria canavieira, ao longo do Proálcool, só podem ser apreendidas enquanto totalidade concreta se observarmos as transformações na própria forma da reprodução capitalista ocorrer. A expulsão do trabalho vivo do processo produtivo, que aqui apareceu por meio da industrialização da lavoura canavieira (PITTA, 2013), constatada no seu aumento de produtividade do canavial (ton / ha), permite sugerirmos a necessidade de ficcionalização da reprodução ampliada capitalista, o que impede de recorrermos a uma crítica que se desdobre na defesa de outra “modernização” mais “democrática” ou “distributiva”.

A própria crítica do capitalismo que não passe pelo duplo contraditório da mercadoria em processo crítico, mas se detenha em uma crítica da alienação do fruto do trabalho do trabalhador pelos proprietários dos meios de produção, incorre na impossibilidade de criticar a necessidade de nos medirmos por meio das mercadorias como imposição ao trabalho: venda da força de trabalho para acessar dinheiro e comprar mercadorias. Tal condicionamento nos submete aos movimentos impessoais e contraditórios da forma social da mercadoria em processo crítico que conduziram, a partir da automação dos processos produtivos – como vimos por meio da agroindústria canavieira – à expulsão do trabalho vivo dos processos produtivos, apesar da necessidade de nos

mediarmos por meio do trabalho. A consequência disso é o *desemprego estrutural*²⁸ (KURZ, 1999) do capital em nível mundial, assim como a ficcionalização da produção de mercadorias que passa a ocorrer sujeita agora às condicionantes do capitalismo de cassino (KURZ, 1999), da lógica do capital fictício. A reprodução social capitalista, hoje submetida à lógica da inflação e deflação dos “ativos” (BELLUZZO, 2012), exige uma crítica à forma social da mercadoria e à sua sociedade do trabalho e não uma que se atenha à defesa de processos de certa modernização ou de distribuição aos trabalhadores do fruto de seu trabalho, defesas que não permitem formularmos a necessidade de superação da mediação social dos homens por meio das mercadorias, fundamento da sociabilidade capitalista e da própria aparência da dominação de homens sobre homens que deste fundamento se desdobra.

Referências Bibliográficas

- ADORNO, Theodor. *Sobre sujeito e objeto*. 1967. Disponível em: <<http://adorno.planetaclix.pt/tadorno2.htm>>. Acesso em: 05 fev. 2010.
- ALFREDO, Anselmo. *Formação econômico-social brasileira; Mobilização do trabalho e configurações territoriais*. Edição do autor, 2005. (Mimeo)
- _____. *Modernização e contradições espaço-temporais. Geografia Econômica e relação agrário urbana na formação brasileira dos anos 50*. Edição do autor, 2006a. (Mimeo)
- _____. *Crítica à economia política do desenvolvimento e do espaço*. Edição do autor, 2008. (Mimeo)
- _____. *Crise Imanente, Abstração Espacial, Fetiche do Capital e Sociabilidade Crítica*. Edição do autor, 2010. (Mimeo)

²⁸ Para uma formulação aprofundada da crise de exploração de mais-valia em razão da queda tendencial da taxa de lucro na agroindústria canavieira, ao longo do Proálcool, mesmo com aumento do número de cortadores de cana-de-açúcar (“boias-frias”), até a década de 1980, ver Pitta, 2011. Ali realizamos a sugestão de um duplo argumento, por meio de Marx (1983) e Kurz (1995). O primeiro apreenderia uma redução relativa da aplicação de capital variável perante o capital constante nas lavouras canavieiras e o segundo uma diminuição absoluta do primeiro perante o segundo, já que a mecanização das lavouras produziu a diminuição absoluta dos postos de trabalho, principalmente em razão da diminuição daqueles anteriormente utilizados no plantio, e tratos culturas da lavoura canavieira, mesmo com o aumento dos postos no corte de cana. Ou seja, este segundo não compensa o primeiro movimento de redução, demonstrando que a industrialização da lavoura canavieira paulista apresenta diminuição absoluta dos trabalhadores empregados na cultura da cana-de-açúcar, o que nos permite sugerir a possibilidade de apreensão da tese de queda tendencial da taxa de lucro para o momento do setor em questão.

- AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO (ANP). Disponível em: <www.anp.gov.br>. Acesso em: 21 dez 2009.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga. *O capital e suas metamorfoses*. São Paulo, Editora UNESP, 2012.
- BORGES, Uta; FREITAG, Heiko; HURTIENNE, Thomas; NITSCH, Manfred. *Proálcool: Economia Política e avaliação sócio-econômica do programa brasileiro de biocombustíveis*. Sergipe, Editora da Universidade Federal de Sergipe, 1988.
- BRASIL. *Relatório da Comissão Interministerial sobre o Setor Sucroalcooleiro*. Brasília/SDR/DAS, setembro, 1991.
- CONSELHO NACIONAL DE PETRÓLEO (CNP). *Legislação Nacional sobre Álcool*. Brasília, 1978.
- DAVIDOFF, Paulo. *Dívida Externa e política econômica: a experiência brasileira nos anos 1970*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1984.
- DELGADO, Guilherme. *Capital Financeiro e Agricultura: 1965-1985*. São Paulo, Ícone, 1985.
- D'INCAO, Maria da Conceição. *O bóia-fria: acumulação e miséria*. Petrópolis, Vozes, 1979.
- Folha de S. Paulo*. Tesouro paga Cr\$ 82,1 bilhões da dívida externa de 23 Usinas. Folha de São Paulo, 28 jan. 1991, Caderno Dinheiro. Disponível em: <www.noticias.busca.uol.com.br>. Acesso em: 02 jan. 2010.
- GONÇALVES, Fernando P. Botafogo. *Proálcool: Relatório de Auditoria Operacional*. Brasília, Tribunal de Contas da União, 1990.
- GONÇALVES, José Sidnei. A eficiência setorial de longo prazo e a concentração da terra e da renda no complexo sucroalcooleiro paulista. *Agricultura em São Paulo*, São Paulo, Instituto de Economia Agrícola, v. 38, n. 2, p. 69-115, 1991.
- IAA – Instituto do Açúcar e do Álcool. *Boletim de Safra*. Brasília, IAA, 1965-1990.
- KURZ, Robert. *A falta de autonomia do Estado e os limites da política*. Tradução de Lumir Nahodil, revista por Boaventura Antunes. Junho de 1994. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/>. Acesso em: 21 dez. 2009.
- _____. A ascensão do dinheiro aos céus. *Revista Krisis*, n. 16-17, 1995. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz101.htm>. Acesso em: maio 2008.
- _____. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. 5. ed. São Paulo, Paz e Terra, 1999.
- MANDEL, Ernest. *A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo, Ensaio, 1990.
- MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo, Editora Abril Cultural, 1983. (Série “Os Economistas”).
- MELO, Fernando Homem de; FONSECA, Eduardo Giannetti da. *Proálcool, Energia e Transportes*. São Paulo, Livraria Editora Pioneira, 1981.

MELO, Fernando Homem; PELIN, Eli Roberto. *As soluções energéticas e a economia brasileira*. São Paulo, Hucitec, 1984.

PITTA, Fábio T. *Modernização retardatária e agroindústria sucroalcooleira paulista: o Proálcool como reprodução fictícia do capital em crise*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-20102011-110312/pt-br.php>>. Acesso em: 01 de julho de 2016.

_____. PITTA, Fábio T. *O bóia-fria como expressão da crise da sociedade do trabalho na agroindústria canavieira paulista, no século XXI*. Em: Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, v. 93, p. 31-53, 2013.

_____. *As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira paulista: do Proálcool à crise de 2008*. Tese de doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-10052016-140701/pt-br.php>. Acesso em: 01 de julho de 2016.

RAMOS, Pedro. *Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 1999.

_____. O Uso de mão-de-obra na lavoura canavieira: da legislação (agrária) do Estado Novo ao trabalho super-explorado na atualidade. *Anais II Seminário de História do Açúcar: Trabalho População e Cotidiano*. Itu, SP, 11-15 novembro de 2007. São Paulo, Editora do Museu Paulista da USP, 2007.

_____. O trabalho na lavoura canavieira paulista: evolução recente, situação atual e perspectivas. *Emprego e trabalho na Agricultura Brasileira*. Coordenadores Antonio Márcio Buainain e Claudio S. Dedecca, Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 9, p. 304-325. Brasília, IICA, 2008.

_____. Questão agrária, salários, política agrícola e modernização da agropecuária brasileira: uma (outra) análise do período 1930-1985. In: RAMOS FILHO, Luiz O.; ALY JUNIOR, Osvaldo (Eds). *Questão agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual*. São Paulo, Incra, p. 87-128, 2005.

Reuters. Setor sucroalcooleiro do Brasil tem pausa após grande expansão. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 20 out. 2009. Disponível em: <www.noticias.busca.uol.com.br>. Acesso em: 02 jan. 2010.

SHIKIDA, Pery Francisco Assis. *A evolução diferenciada da agroindústria canavieira no Brasil de 1975 a 1995*. Tese de Doutorado, ESALQ, Piracicaba, 1997.

SILVA, José Graziano da. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo, Hucitec, 1981.

SZMRECSÁNYI, Tamás. *O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil*. São Paulo, Hucitec; Campinas, UNICAMP, 1979.

SZMRECÁNYI, Tamás; MOREIRA, Eduardo Pestana. O desenvolvimento da agroindústria canaveira do Brasil desde a Segunda Guerra Mundial. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.5, n.11; jan./abril 1991.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). *Proálcool: Relatório de Auditoria Operacional*. Brasília: TCU, 1990.

THOMAZ JR., Antonio. *Por trás dos canaviais: os nós da cana*. São Paulo, Annablume/FAPESP, 2002.

YOSHII, Regina *et al.* Estudo da integração vertical na agroindústria sucroalcooleira no Estado de São Paulo. *Agricultura em São Paulo*, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 157-182, 1993.

ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS: LÓCUS DA CIDADANIA NO ESPAÇO URBANO?

Mariana Zerbone Alves de Albuquerque¹

Edvânia Torres Aguiar Gomes²

Resumo. Este artigo tem como objetivo realizar uma análise dos espaços livres públicos, em especial dos parques urbanos, a fim de compreender a relação forma-conteúdo destes, identificando as práticas espaciais em realidades distintas, como os casos dos parques 13 de Maio em Recife, Brasil, e o Tiergarten em Berlim, Alemanha. Os parques urbanos são projetados com a finalidade de proporcionar lazer à população e embelezar o espaço urbano, entretanto, as práticas sociais tendem a desenhar o papel destes na cidade.

Palavras-Chave: Espaço Público; Cidadania; Parques Urbanos; Práticas Espaciais

OPEN PUBLIC SPACES: THE PLACE OF CITIZENSHIP IN URBAN SPACE?

Abstract. The main objective of this paper is to make an analysis of the open public space which is a part of the urban space, especially the urban parks, to understand the relation form-content of these open spaces nowadays. The study of case is to identify social practices at different realities like the Parks “13 de Maio” in Recife, Brasil, and the “Tiergarten” in Berlin, Germany. Mostly, the urban park was design and build to be a place for people’s recreations and for the aesthetics of the urban space, however the social practices tend to draw the functions of the public spaces to the city.

Keywords: Public Space; Citizenship; Urban Parks; Spatial Practices

ESPACIO LIBRE PÚBLICO: ¿LOCUS DE LA CIUDADANIA EN EL ESPACIO URBANO?

Resumen. Este artículo tiene como objetivo realizar un análisis de los espacios públicos abiertos que conforman el espacio urbano, sobre todo en los parques urbanos con el fin de entender la relación de esos espacios públicos actualmente forma del contenido, la identificación de las prácticas espaciales en diferentes situaciones, tomando como objetos de estudio de caso los parques 13 de mayo en Recife, Brasil, y

¹ Professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco, mzerbone@hotmail.com.

² Professora da Universidade Federal de Pernambuco, edvaniatorresaguiar@hotmail.com.

el Tiergarten en Berlín, Alemania. Parcialmente parques urbanos fueron diseñados y ejecutados con el propósito de proporcionar entretenimiento al público y embellecer el espacio urbano, sin embargo, las prácticas sociales tienden a dibujar el papel de estos espacios públicos abiertos a la ciudad.

Palabras Clave: Espacio Público; Ciudadanía; Parques Urbanos; Prácticas Espaciales

Introdução

Os espaços públicos são elementos de suprema importância para a dinâmica urbana, pois são nesses espaços que se manifesta a vida da cidade. Apesar de ser regido por leis oficiais, o espaço público é permeado de normas definidas simbolicamente pelos usuários da cidade, desta forma, de acordo com as necessidades pessoais de uso e apropriação do espaço.

Sob a análise geográfica, o espaço público se caracteriza por ser um espaço de busca de materialização da cidadania. A geografia vem trabalhando por muito tempo a categoria “espaço”, mas esta não costuma analisar profundamente o espaço público, deixando essa competência para outras áreas do conhecimento, como a arquitetura e o urbanismo. Porém os urbanistas trabalham esse recorte a partir da disposição das formas no espaço, sem ressaltar a importância das relações sociais articuladas com os objetos presentes. Este é o papel da geografia, fazer esta articulação espaço público - relações sociais, e compreender as dinâmicas existentes nesses espaços. Com isso é possível perceber que este espaço não é estático, cristalizado, ele possui uma dinâmica em função da diferenciação dos usos e das práticas espaciais ao longo do tempo, o que proporciona uma constante modificação do espaço.

O espaço público também pode ser visto como o espaço do cotidiano. GOMES (2002) afirma que a cidadania é aqui concebida como algo que se traduz no cotidiano e nas ações mais habituais do cenário da vida pública, ou seja, onde há vida pública há discussão e conflitos, que, de uma forma ou de outra, traduzem-se em uma disputa territorial. A partir dessa visão, entende-se que o espaço público é o local onde a cidadania pode ser concretizada, desta forma é necessário analisar o espaço público levando em consideração a cidadania.

A geografia tem deixado um pouco de lado a análise da morfologia urbana por si só, e atualmente, tem buscado a análise do espaço urbano a partir das relações entre as tipologias urbanas, as práticas espaciais e relações sociais, levando em consideração a definição de espaço como condição, produto e meio das relações sociais.

Com isso o espaço público passa a ter uma maior relevância nos estudos geográficos, visto que, são nesses espaços onde se identifica uma intensa relação entre as morfologias urbanas, as relações sociais e práticas espaciais. Estes elementos, sempre em tensão, são responsáveis pela constante modificação da configuração territorial desses espaços. Segundo CAMPOS (1995), as práticas existentes no espaço urbano são também geradoras de regras de convívio, domínios, hierarquias que se materializam e se acumulam na tentativa da própria sociedade de adequar aquele espaço às novas condições e à complexidade de novas atividades contemporâneas. São representações legitimadoras de momentos específicos desta sociedade.

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo realizar uma análise dos espaços livres públicos que compõem o espaço urbano, em especial dos parques urbanos, a fim de compreender a relação forma-conteúdo desses espaços públicos atualmente, identificando as práticas espaciais em realidades distintas, tomando como objetos para estudo de caso os parques 13 de Maio em Recife, Brasil, e o Tiergarten em Berlim, Alemanha.

Para isto, realizou-se um resgate teórico do conceito de espaço público, espaço livre público e parque urbano, além da realização de estudo de caso de dois parques urbanos, com o intuito de compreender as práticas espaciais em espaços livres públicos em condições bastante distintas.

Desta forma, procurar-se-á analisar aqui, o espaço público como um espaço em constante transformação, como palco das relações sociais, entretanto, que se modifica de acordo com a estrutura urbana em determinado momento da história.

Espaço público ou espaço livre público? Uma questão conceitual

Os espaços livres públicos estão presentes na vida urbana desde a antiguidade, sendo para a civilização grega um dos principais espaços na cidade, onde se estabeleciam as relações sociais, com ênfase para o lazer. Porém, foi a partir das consequências da revolução industrial que surgiu, na Europa, a necessidade de construções de espaços

livres públicos, com a finalidade de amenizar o ambiente, o qual estava bastante degradado e conturbado, e de proporcionar lazer à população.

Os urbanistas trabalham bastante com os espaços livres públicos como objeto de análise dando ênfase à morfologia, entretanto o objetivo neste trabalho é analisar o espaço livre público sob uma visão geográfica, levando em consideração a forma-conteúdo, estrutura e processo. Mas antes disto é necessário compreender o que é denominado de espaço livre público, ou às vezes de espaço aberto público, por alguns urbanistas.

Segundo CAMPOS (1995), entende-se por espaço público todo tipo de espaço intermediário entre edifícios em áreas urbanas, onde o acesso é em geral permitido ao público, podendo estar agrupados como abertos ou fechados. A autora afirma que os espaços públicos abertos compõem a própria trama viária e os sistemas de áreas abertas, verdes ou não, enquanto que os espaços fechados representam os edifícios institucionais de uso predominantemente público e comunitário. Os espaços públicos abertos são áreas situadas dentro de uma concentração urbana, não cobertas por edifícios ou estruturas permanentes, permitindo assim o livre acesso e movimento de pessoas sem restrições ou obstruções físicas, cujas atividades se realizam fora da intimidade de habitação. Esses espaços públicos abertos podem ser classificados em diferentes categorias; para isto, Campos adota em seu trabalho a classificação de Clawson: sistema viário; parques, largos e praças abertas; espaços que circundam edifícios de uso público; e cursos d'água navegáveis, como rios e lagos.

CARNEIRO & MESQUITA (2000) analisam o espaço urbano, sob o aspecto físico, como um complexo de espaços edificados e espaços livres, ambos resultantes de atuações humanas institucionalizadas ou não e que, em alguns casos, estão articulados entre si, de acordo com a lógica interna. As autoras definem os espaços edificados como áreas ocupadas de forma significativamente densa pelas construções que atendem às atividades do meio urbano, enquanto que os espaços livres, no contexto da estrutura urbana, definem-se como áreas parcialmente edificadas ou com nula ou mínima proporção de elementos construídos e/ou de vegetação (avenidas, ruas, passeios, vielas, pátios, largos), ou com a presença efetiva de vegetação (parques, praças, jardins). São ainda denominados espaços livres áreas incluídas na malha urbana ocupadas por

maciços arbóreos cultivados, representados pelos quintais residenciais, como também pelas atuais áreas de condomínios fechados; áreas remanescentes de ecossistema primitivos – matas, manguezais, lagoas, restingas, etc – além de praias fluviais e marítimas. Alguns desses espaços que, a rigor, devem ser preservados pela municipalidade por suas qualidades ambientais, muitas vezes, com flora e fauna próprias, são reservas ou áreas potenciais para ampliar o conjunto dos espaços livres protegidos e/ou existentes.

Ao denominar esses espaços de “livres”, elas se apoiam na condição de oferecer livre acesso, permitindo às pessoas agirem livremente, segundo Lynch. Carneiro & Mesquita utilizam a expressão “espaços livres”, ao invés de “espaços abertos” como utiliza Campos, e justificam a escolha com o argumento que em inglês esses espaços são chamados de “open spaces”, podendo ser traduzido como espaços livres, baseando-se no uso já consagrado pela Universidade de São Paulo.

NOGUERA (2003), ao trabalhar o caso de Barcelona, afirma que o espaço urbano se configura em duas categorias de solos inter-relacionados fisicamente: as redes de espaços públicos e os espaços parcelados. A primeira com caráter de espaço vazio e contínuo, e a segunda com caráter de espaço compartimentado e edificado.

O autor define como característica essencial dos espaços públicos a configuração de uma rede contínua que se estende por toda a área urbana; entretanto, esta rede de espaços públicos assume diferentes papéis: estabelece relações espaciais de conectividade entre a área urbana e seu entorno territorial; aporta os canais de comunicação intraurbana, é, portanto o suporte funcional básico de mobilidade urbana interna; constitui a referência de parcelamento do solo para a edificação e os usos privativos; torna possível a expressão e a percepção interna da forma da cidade; provém de espaços de representação e identificação social, assim como para o ócio do cidadão; facilita o estabelecimento das redes de serviços urbanos. Por outra parte, a rede de espaços públicos se materializa através das características físicas de seus componentes reais: ruas, avenidas, praças, etc., os quais estabelecem o alcance espacial, o solo ocupado, do sistema de espaços públicos da cidade.

Em outro momento NOGUERA (op. cit.) afirma que o espaço da cidade está decomposto em duas categorias de solo articuladas entre si: a rede de espaços livres e os espaços parcelados. Sobre os espaços parcelados se situam as habitações, as atividades econômicas, o comércio e os equipamentos. No âmbito das redes dos espaços livres se desenvolvem três sistemas funcionais básicos: o de espaços cívicos, o de espaços verdes e os de espaços para a mobilidade. A cada um desses sistemas corresponde algum tipo de espaço específico, mas o mais frequente é que os espaços livres públicos participem de alguma forma dos três sistemas funcionais citados. Com isso se faz necessário definir esses três tipos de sistemas funcionais.

Entende-se por espaço cívico aqueles que fundamentalmente possuem lugar de encontro e relações entre os cidadãos, ainda que sejam ocasionais ou motivados, pertençam à esfera das relações interpessoais ou se dê como marco de convocatórias coletivas. É o espaço onde o pedestre tem a utilização prioritária ou exclusiva. Os espaços verdes têm como função principal dotar a área urbana de uma certa proporção de vegetação com objetivos de melhoras do microclima urbano, neutralização da contaminação atmosférica e criação de paisagem que incorpore alguns componentes da natureza, entre outros. Os espaços principais do sistema de mobilidade são os especificamente destinados ao tráfego de rodas, por onde circulam os veículos privados e públicos.

Outra análise que pôde ser realizada foi sobre os termos referentes ao espaço público e o espaço livre na Alemanha, em especial em Berlim. A palavra em alemão “offen” significa aberto, entretanto a expressão “öffentliche Raum”, quando traduzida para o português, não possui o sentido de espaço aberto, mas sim de espaço público. Este

“[...] estes espaços primeiramente devem ser acessíveis a toda a população, não havendo barreira impedindo a circulação e também ser um espaço de materialização das relações sociais através das práticas espaciais. Estes encontram-se distribuídos ao longo da cidade e muitas vezes estão relacionados com o bem-estar social, com o verde e com o lazer, mas também são espaços de conflitos. São nos espaços livres públicos que a vida social se manifesta.”

termo é definido de acordo com o *Senatsverwaltung für Stadtentwicklung Berlin* (Secretaria de Desenvolvimento Urbano de Berlim) como um local de comunicação, de reflexão individual e interação social e consolida-se como um componente importante da cultura do cotidiano e para a constituição da identidade do local. Já o termo alemão “Freiraum”, traduzido para o português como “área livre”, compreende os parques, praças urbanas, ruas, jardins domiciliares, cemitérios, áreas de esporte e recreação, como também bosques e áreas de agricultura. Com isso, entende-se que os espaços livres não são necessariamente espaços públicos, pois estes espaços estão diretamente relacionados com a posse do espaço, se é pública ou privada.

Após a análise de diferentes visões do que vem a ser espaço público, livre e/ou aberto, chegou-se à conclusão que o termo que se fará uso nesta pesquisa será “espaços livres públicos”, visto que este termo define de um modo mais restrito estes espaços presentes na cidade, os quais se caracterizam pela acessibilidade e por ser palco de materialização das relações sociais do cotidiano.

Ao fazer uma análise das definições desse termo, espaço livre público, é possível perceber que elas se sobrepõem em diversos aspectos, mas com a presença de alguns pontos distintos. Muitas vezes o espaço livre é confundido com o espaço público e vice versa. Mas após toda discussão acima sobre espaço público, pode-se entender que o espaço livre público é um local possível de manifestação do público, mas que nem todos espaços livres são necessariamente públicos. Para a geografia, esses espaços livres públicos precisam ser palco das relações sociais e das práticas espaciais, além de conter as características morfológicas determinadas pelo urbanismo, as quais foram discutidas há pouco.

Os espaços livres públicos podem ser encontrados no espaço urbano apresentando diferentes funções e formas, mas estes têm em comum características que os definem. As principais tipologias são faixa de praia ou de rio, jardins, largos, parques, pátios, praças e sistema viário. Todavia, estas tipologias relacionadas são modelos, visto que estes espaços são bastante diversificados, possuindo formas e conteúdos que se diferenciam de acordo com a estrutura em que se encontram e o processo por quais passam.

Contudo, estes espaços primeiramente devem ser acessíveis a toda a população, não havendo barreira impedindo a circulação e também ser um espaço de materialização das relações sociais através das práticas espaciais. Estes encontram-se distribuídos ao longo da cidade e muitas vezes estão relacionados com o bem-estar social, com o verde e com o lazer, mas também são espaços de conflitos. São nos espaços livres públicos que a vida social se manifesta.

Parques urbanos: espaços livres públicos?

A tipologia de espaço livre público utilizada para realização desta pesquisa é a de parque urbano, visto que os parques urbanos são espaços livres públicos que podem ser encontrados em diversas partes do mundo; entretanto, estes não se apresentam com os mesmos padrões de forma e conteúdo. Na discussão teórica sobre parques urbanos também se percebe uma significativa diversidade de conceitos e definições. Então, a partir disso, surge o questionamento: o que vem a ser um parque urbano, e qual sua função para as práticas espaciais cotidianas nas cidades?

Os parques urbanos surgiram no século XVIII na Inglaterra; porém, no século XIX foi quando ocorreu um maior desenvolvimento, com a criação dos grandes jardins contemplativos, dos parques de paisagem, dos parkways, dos parques de vizinhança americanos e dos formais e monumentais parques franceses (SCALISE, 2002). Entretanto, os parques urbanos foram sofrendo algumas modificações ao longo do surgimento de novas tendências e estilos criados por diferentes países, e isso fez com que hoje seja possível encontrar essa grande diversidade de parques urbanos.

Inicialmente os parques urbanos serviam principalmente para embelezamento e lazer, diretamente vinculados à aristocracia europeia. Posteriormente no século XX, os

“Nas últimas décadas do XIX século, americanos olhando suas próprias cidades perceberam que necessitavam de efeitos refinados e de arte nos parques. Eles obtiveram seu conceito de parque urbano de soluções tradicionais para procurar ajuda para população dos males da cidade, para escapar para o campo.”

parques urbanos foram popularizados nos Estados Unidos, e serviram até mesmo como objetos de ações sociais. Atualmente os parques urbanos são frutos de influências e estilos de diferentes épocas. Percebe-se a presença de elementos que ultrapassaram suas épocas e ainda resistem às metamorfoses ocasionadas na configuração espacial destes parques. Estes são formados por diferentes camadas, que se acomodam ao longo do tempo, tornando-os únicos.

Entretanto, a intenção dos parques surgiu no século X, na Inglaterra, muito antes da revolução industrial. Estes parques estavam diretamente relacionados com as reservas de caças, localizados no entorno dos Palácios Rurais. A palavra “parque”, como a palavra “floresta”, foi usada originalmente para identificar uma área privada, em que os ricos, em especial os monarcas, mantinham animais para a caça. WILLIAMS afirma que:

Os parques, que originalmente eram bosques cercados para a formação de reservas de caça, foram criados na Inglaterra a partir do século X, não antes, e houve um aumento significativo do número de parques, diretamente proporcional ao número de novos palácios rurais, no século XVI (1990, p. 169).

A transição da reserva de caça para o parque com tratamento paisagístico não é fácil localizar no tempo. Há exemplos dos séculos XVI e XVII, mas a transformação sistemática se dá basicamente no século XVIII em diante. Londres, no século XIII, era cercada por muitas áreas privadas para a contemplação. Este projeto se deve às ideias românticas de um arcadismo e de exposição de riqueza. Havia um custo para entrar nestes parques, a fim de manter a plebe de fora.

Os campos de caça passaram a ter um tratamento paisagístico, com a finalidade de construir lugares de contemplação, onde a natureza representa o belo, porém esta natureza passa a ser aprisionada e manipulada pelo homem, passando a ser um objeto paisagístico, um elemento artificial, e não mais um elemento natural e espontâneo. (WILLIAMS, 1990). Os parques estavam localizados nos arredores dos centros industriais, favorecendo apenas a essa burguesia. Os mais abastados eram acostumados a usar parques para todos os tipos de finalidades sociais.

Nas últimas décadas do XIX século, americanos olhando suas próprias cidades perceberam que necessitavam de efeitos refinados e de arte nos parques. Eles

obtiveram seu conceito de parque urbano de soluções tradicionais para procurar ajuda para população dos males da cidade, para escapar para o campo. Alguns urbanistas, tomaram a iniciativa de replanejar essas cidades, com o intuito de proporcionar uma melhor qualidade de vida, e utilizaram como recursos os espaços verdes, principalmente os parques.

Em meados do século XIX emerge o movimento americano dos parques, o qual é composto por quatro períodos: jardins contemplativos, parques de vizinhança, áreas de facilidade recreativa e o sistema de espaços livres.

Segundo Galen CRANZ (1997) projetistas de cada momento manipularam elementos similares: água, árvores, flores, trajetos da circulação, margens, esculturas, e arquitetura, mas em combinações variadas e com ênfases diferentes a fim de avançar objetivos sociais específicos. As atividades e as formas físicas foram modificadas para manter o ritmo com as novas definições do comportamento individual e de atitudes emergentes na cidade. Todos os quatro modelos dividem uma dinâmica maior: cada um originou-se de um esforço para resolver os problemas urbanos que surgiram dos processos gêmeos de industrialização-urbanização. Assim, todos são mecanismos deliberados do controle social. As ideologias mais novas são sobrepostas frequentemente nos tipos mais antigos de parque.

Ao longo da história, os parques estavam diretamente relacionados àqueles que detinham o poder. Com as transformações que foram ocorrendo ao longo do tempo, por exemplo, o declínio da monarquia, a revolução industrial, entre outros aspectos, os parques começaram a alcançar a sociedade em geral. Um bom exemplo foi o Central Park de Nova York, uma obra com objetivos bem definidos direcionados à população.

A lição mais importante na história dos parques é a que a forma sempre reflete os objetivos sociais imediatos, uma ideologia sobre a ordem, e uma atitude subjacente para a cidade. A história dos parques pode ser dividida em períodos, mas nenhum modelo desapareceu. Melhor dizendo, cada novidade emergiu ao lado de modelos já existentes, de modo que em algum dado momento, pode-se encontrar exemplos de diversos tipos, pois eles coexistem no espaço.

Mesmo compreendendo o processo histórico de configuração dos parques urbanos, o conceito não é tão claro e objetivo. No que diz respeito aos conceitos e definições de parques urbanos, observa-se uma diversidade de tipos, não havendo uma unicidade na definição.

CLAWSON (Apud CAMPOS, 1995) classifica os parques, largos e praças abertas como tipo de espaço urbano aberto de propriedade pública, tendo no lazer em seu mais amplo sentido a sua finalidade comum e predominante. E ainda diz que estes apresentam limites mais perceptíveis do que os elementos do sistema viário, em geral, definidos pelos edifícios que o envolvem.

Segundo NOGUERA (2003), parques urbanos são espaços concebidos especificamente para facilitar a presença de vegetação na cidade, compatível com o uso de intensidade moderada pelos cidadãos. A diferenciação entre jardins e parques em função de sua superfície é pouco relevante. Logicamente os parques, por serem maiores, possuem uma configuração autônoma, enquanto que as trocas entre os jardins costumam estar mais integradas na trama urbana. É preciso destacar que também há jardins e peças singulares dentro de parques extensos.

Para KLIASS (1993) os parques urbanos são espaços públicos com dimensões significativas e predominância de elementos naturais, principalmente cobertura vegetal, destinados à recreação. E ainda completa que, na verdade, o parque é um fato urbano de relativa autonomia, interagindo com seu entorno e apresentando em seu bojo condições de absorver a dinâmica da estrutura urbana e dos hábitos de sua população.

Ao expressar seu entendimento de o que vem a ser um parque, OLMSTED afirma:

(...) reservo este termo para lugares que se distinguem não por possuírem árvores, sejam elas isoladas, em grupo ou em maciços, ou por possuírem flores, estátuas, estradas, pontes ou ainda coleções disso ou daquilo. Reservo a palavra parque para lugares com amplitude e espaços suficientes e com todas as qualidades necessárias que justifiquem a aplicação a eles daquilo que pode ser encontrado na palavra cenário ou na palavra paisagem, no seu sentido mais antigo e radical, naquilo que os aproxima muito do cenário." (OLMSTED apud: KLIASS, 1993, p.19).

CARNEIRO & MESQUITA (2000) definem os parques urbanos como espaços livres públicos com função predominante de recreação, ocupando na malha urbana uma área em grau de equivalência superior à da quadra típica urbana, em geral apresentando componentes da paisagem natural – vegetação, topografia, elemento aquático – como também edificações, destinadas a atividades recreativas, culturais e/ou administrativas. Em outra oportunidade CARNEIRO (1998) afirma que considerados até há pouco no Brasil como espaços destinados a atender basicamente a função de recreação da população das cidades, os parques urbanos, hoje, ampliam não só o seu uso, mas também o seu papel no contexto social e ambiental passando a serem conhecidos como espaços educativos, sociais e proporcionadores de um ambiente mais saudável para a cidade.

“As relações sociais cotidianas exercem uma forte influência na organização espacial dos parques urbanos. Por muitas vezes, as funções desempenhadas no momento atual não condizem com a função inicial planejada para esses espaços públicos.”

Já SCALISE (2002) define parques urbanos como um grande espaço aberto público, que ocupa uma área de pelo menos um quarteirão urbano, normalmente vários, localizado em torno de acidentes naturais, por exemplo, ravinas, córregos, etc., fazendo divisa com diversos bairros; os limites principais de um parque urbano são ruas, sua organização espacial (paisagem) apresenta um equilíbrio entre áreas pavimentadas e ambiências naturais. O parque urbano pode abrigar o uso

informal de passagem, caminhos secundários de pedestres, esportes recreativos, centros comunitários, festivais, playgrounds, piscinas etc. Mas, na verdade, a provisão de espaços públicos é função do município e ocorrem a partir da necessidade de existência de tais equipamentos, ou de sua presença nos planos e da tendência contemporânea das reivindicações por parques e áreas verdes.

SCALISE (2002) ainda diz que, dentre as possíveis formas de encontrar o equilíbrio entre o processo de urbanização contemporâneo e a preservação do meio ambiente, o parque urbano surge com novos contornos culturais e estéticos, desenhando o perfil, entorno e identidades, devendo ser encarados nos seus diferentes tempos, funções e usos.

Ao analisar essas definições, observa-se que os parques urbanos possuem muitas diferenças entre si, no que diz respeito às dimensões, formas, funções, conteúdo. Algumas definições de parques urbanos dão mais ênfase à questão ambiental, outros à recreação, ou ao aspecto social. Em relação à dimensão, há autores que consideram parques a partir de uma quadra urbana, e outros apenas como um espaço amplo. Os equipamentos existentes nos parques são os mais diversos possíveis.

Desta forma, percebe-se que não apenas as formas dos parques urbanos se diferenciam, mas também seus usos e suas funções. Ao longo de sua formação e da construção de suas definições, os parques se confundem com outras tipologias de espaços livres públicos, eles permeiam, contêm, foram, transformaram-se, em jardins, praças, passeios públicos, entre outros. Isso está relacionado com a peculiaridade de cada parque, refletindo a sua dinâmica e o contexto em que se situa, além do momento que foi idealizado, projetado ou modificado, tornando-se muito complexa a existência de uma definição homogênea de parque urbano.

Cada cidade tem relações específicas com os parques, porém, antes de tudo, estes são a representação da natureza em um contexto urbano, ou seja, a tentativa de reprodução de um ambiente natural em um espaço artificial. De qualquer maneira, esses parques, mesmo com esta característica, não deixam de ser um ambiente produzido pelo homem, pois se trata de uma natureza aprisionada e manipulada, de acordo com suas necessidades. Os parques urbanos são espaços artificializados, resultados deste processo de humanização, entretanto em busca de uma naturalização do espaço urbano, com o objetivo de promover lazer à população, entretanto estes espaços, devido à dinâmica urbana, podem possuir outras funcionalidades e ser espaço de conflitos. Nesse sentido, SANTOS afirma que:

“A natureza conhece cada vez mais um processo de humanização, ganhando a cada passo elementos que são resultados da cultura. Torna-se cada vez mais culturalizada, mais artificializada, mais humanizada. As técnicas mais e mais vão incorporando-se à natureza[...]” (1996, p. 89).

No que diz respeito à prática espacial e à gestão dos parques urbanos, observa-se que a dinâmica dos parques urbanos não consiste apenas em regras estabelecidas pelo poder

administrativo, tendo em vista que o usuário possui um papel relevante neste contexto. As relações sociais cotidianas exercem uma forte influência na organização espacial dos parques urbanos. Por muitas vezes, as funções desempenhadas no momento atual não condizem com a função inicial planejada para esses espaços públicos.

O que se percebe é que os parques urbanos sofrem ações políticas e administrativas pelos poderes que regem a cidade, podendo provir do meio privado ou público, muitas vezes indo de encontro com as práticas espaciais que se estabelecem neste local e se transformam com a dinâmica cotidiana.

Para uma melhor compreensão dos parques urbanos é preciso conhecer rigorosas informações sobre as características e das necessidades dos usuários dos parques. Com isto surgem alguns questionamentos: Quem usa este parque? Os usuários vivem em comunidades nos arredores ou em comunidades distantes? Será que alguns grupos estão sendo esquecidos ou excluídos? Como as pessoas usam os parques? Por que membros da comunidade fazem (ou não) usos dos parques? Estas questões podem ajudar a identificar a dinâmica específica de cada parque.

Parque 13 de Maio, Recife, Brasil e Tiergarten, Berlim, Alemanha: uma análise possível

Os arranjos territoriais dos parques urbanos situados nas metrópoles refletem e condicionam formas socioespaciais distintas e/ou comuns no plano das relações cotidianas do lugar (CARLOS, 1999), cujas afinidades desafiam diferenciações entre os sistemas político-administrativos, socioeconômicos e culturais.

A identificação de semelhanças entre duas realidades socioeconômica e histórico-culturais emblematicamente distantes intrigou a ponto de mover essa pesquisa norteada pela seguinte questão: Há diferenças e/ou semelhanças entre arranjos contemporâneos de parques urbanos situados, por exemplo, no Brasil e na Alemanha, cujos projetos tiveram origem na mesma escola de arquitetura ou tendência, e que absorveram impactos históricos? Até que nível a importância das redes no mundo globalizado interfere na quebra das relações do cotidiano mais próximas e funda uma nova relação? Qual o nível de prevalência da ordem próxima e da distante? (LEFEBVRE,

2001) Quais as permanências e as transformações que se verificam historicamente nos parques situados nas regiões centrais das metrópoles?

A admissão da diferença das escalas de grandeza entre os dois parques, ilustrado pela relação do Tiergarten (220 ha) compreender mais de 30 Parques Treze de Maio (6,9 ha), a singularidade climática e até o sistema político-administrativo entre as duas realidades, dentre outros aspectos, não representa impedimento nesse esforço analítico; ao contrário, desafiam a busca dos nexos que aproximam objetos tão distantes em si e, no entanto, tão correlacionáveis em termos das práticas territoriais que comportam.

A centralidade espacial que abrigam os citados parques, a posição estratégica que os animam na articulação da funcionalidade dos espaços da cidade, onde funcionam como espaços de lazer, de reposição das energias, e de beleza cênica, permitem a construção de algumas inquietações: As funções de recreação e lazer se reproduzem, tal quais os locais para eventos cívicos? As territorialidades se repetem da mesma forma?

Ao analisar estes dois parques urbanos, percebem-se diferenciações em vários aspectos, então, sendo assim, surgem alguns questionamentos acerca deste assunto: Como os parques urbanos são configurados no espaço? Como os parques urbanos são formados e estruturados? Qual a função que os parques urbanos desempenham? Como os parques urbanos se apresentam em âmbito global e local?

Esses questionamentos são de grande importância para a reflexão sobre parques urbanos. Por exemplo, como o 13 de Maio, com apenas 6,9 hectares, pode ser comparado com o Tiergarten, com 210 hectares? O Parque 13 de Maio é literalmente

“A forma pode ser totalmente reprodutível, mas as ações, as práticas presentes em um espaço são únicas, influenciam pela dinâmica cotidiana desse local. Este exemplo pode ser entendido aos parques urbanos, a forma deste pode ser uma reprodução de um parque existente em outro sítio, mas o que irá determinar as funcionalidades cotidianas de um parque são as práticas espaciais, as quais possuem características desse local.”

denominado de parque, mas, para muitos habitantes da cidade do Recife, este é percebido como uma praça, enquanto que o Tiergarten é classificado como tal, mas a tradução do seu nome significa “Jardim dos animais”.

Ao analisar os equipamentos presentes nos parques, como o Tiergarten e o 13 de Maio, percebe-se semelhanças, entretanto algumas características são específicas de cada um. Os usos podem ser comparados se forem classificados como lazer; entretanto, se forem analisados mais profundamente, percebe-se uma diferenciação, não só da tipologia dos usos como também da temporalidade. Sendo assim, será que ambos podem ser considerados e classificados como parques urbanos, ou como outro tipo de espaço livre público?

Ambos os parques estudados encontram-se em áreas centrais, cercados por importantes instituições para suas respectivas cidades, possuem um considerável fluxo de pessoas de acordo com as temporalidades respectivas a cada um, são palco de várias festividades e eventos sociais, são compostos por elementos e mobiliários em comum, como por exemplo, lagos, parques infantis, bancos, jardins, monumentos, estátuas.

As práticas exercidas em ambos são semelhantes, as pessoas utilizam esses espaços para o lazer, praticar esportes, para cortar caminhos, ou apenas para contemplação. Entretanto essas práticas estão de acordo com a cultura de cada local.

Porém, cada parque possui peculiaridades; no 13 de Maio, pode-se encontrar mesas para jogos, um minizoológico, uma administração no próprio parque, a presença de ambulantes vendendo lanches e brinquedos, possuir algumas restrições ao acesso, tal como a entrada de cães, e um gradeado cercando o parque com alguns acessos que são fechados à noite. Já o Tiergarten possui alguns bares localizados no interior do parque, alugueis de barcos para passeio, pessoas fazendo churrasco, mas o acesso é livre tanto em relação aos animais, quanto ao período do dia, não havendo grades cercando o parque.

Cada parque está inserido em uma estrutura, primeiramente pertencem a cidades diferentes, países, continentes diferentes. As legislações não são as mesmas, o sistema político não é o mesmo, nem o clima, nem a vegetação. As histórias são distintas, tanto

a história particular do parque, quanto a história das cidades em que estão inseridos. As tradições, os costumes, não são iguais.

A forma pode ser totalmente reproduzível, mas as ações, as práticas presentes em um espaço são únicas, influenciam pela dinâmica cotidiana desse local. Este exemplo pode ser entendido aos parques urbanos, a forma deste pode ser uma reprodução de um parque existente em outro sítio, mas o que irá determinar as funcionalidades cotidianas de um parque são as práticas espaciais, as quais possuem características desse local.

Inicialmente esses parques podem ter sido pensados e projetados para determinada função, contendo diversos sistemas de significações, políticas, econômicas, sociais, entre outros. Mas em função de outros aspectos, os parques urbanos podem assumir outras funções e significados, devido às transformações, onde predominam as práticas mais significativas para os indivíduos que integram a dinâmica do parque.

Isto não significa que dois parques como o 13 de Maio e o Tiergarten não possam ser considerados parques urbanos. Apesar de cada um possuir configurações particulares e de suas funções estarem relacionadas à dinâmica urbana das cidades onde estão situadas, eles possuem as características principais para serem considerados parques. Além de proporcionarem lazer à população e serem áreas verdes presentes no espaço urbano, são palco para integração das relações sociais urbanas, ou seja, para exercício da cidadania, dentro de seus moldes e definições arquitetônicos, os quais, muitas vezes são modificados pelas práticas espaciais.

Considerações Finais: Tendências e perspectivas para os parques urbanos

Diante do exposto foi possível perceber que mesmo em situações bem distintas, como as dos parques analisados nesta pesquisa, que, independente do tamanho ou da forma, o que vai dar vida a esses espaços são as práticas e os usos, apenas embasados por alguns elementos que poderão defini-los como parques urbanos. Seja o Parque 13 de Maio em Recife, ou o Tiergarten em Berlim, eles nunca estarão configurados iguais, pois são as peculiaridades das ações que os definem, não sendo apenas modelos arquitetônicos.

Os parques urbanos, tal como os espaços livres públicos, devem ser locais de convivência, de relações sociais cotidianas. O parque urbano precisa ser visto como um lugar para a cidade, que integre a paisagem, e não como um simulacro, sem relação alguma com a sociedade a que pertence.

Os parques urbanos são configurados no espaço em função da interseção de diferentes vetores. Apesar da designação de parques urbanos ser concebida pela administração do município, estes espaços são moldados pelas relações sociais, as quais configuram o território. Como afirma SANTOS (1996b), é o espaço que redefine os objetos técnicos, apesar de suas vocações originais, ao incluí-los num conjunto coerente onde a contiguidade obriga a agir em conjunto e solidariamente.

No entanto, tratados diversas vezes como elemento paisagístico, os parques urbanos são transformados em mercadoria, privilegiando a especulação imobiliária, não dando a atenção necessária a estes espaços como local de socialização. Há uma “mercantilização” dos parques urbanos, a fim de valorizar as áreas no entorno, sem reconhecer sua importância para o cotidiano da cidade.

Para que se faça uma análise dos parques urbanos é preciso perceber que estes em um contexto global são apenas abstrações, e só se materializam no âmbito local, possuindo uma dinâmica própria, em função dos aspectos particulares que os compõem: o sítio, a localidade, o clima, os usos, os aspectos culturais, entre outros.

Como foi exposto, vários modelos de parques urbanos foram criados ao longo da história, de acordo com as necessidades locais. Essa sucessão de parques urbanos não acontece linearmente, visto que, mesmo com a chegada de novos modelos, muitos dos já existentes permaneceram, fazendo parte do cotidiano, e da configuração da paisagem.

Com isto, para que o parque urbano esteja integrado à paisagem, é preciso que ele seja um lugar para cidade, e não um elemento que não possua uma sincronia com a dinâmica urbana, é necessário que haja uma identificação com o lugar. Os parques urbanos como espaços livres públicos, são de enorme importância para o cotidiano da cidade. São neles que se expressam as diversas atividades que movimentam e caracterizam o urbano. É

onde se produzem as memórias, tanto as individuais e históricas, mas principalmente as coletivas, visto que no espaço livre público há a expressão do sentido de coletividade, de integração das relações sociais cotidianas, e onde pode se realizar a cidadania.

Referências Bibliográficas

- CAMPOS, Heleniza Ávila. *A conservação dos conjuntos históricos em áreas centrais urbanas a partir do uso de seus espaços públicos abertos: um recorte no centro expandido da cidade do Recife*. Recife: Dissertação de mestrado em desenvolvimento urbano – UFPE, 1995. 174 p.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A Cidade*. São Paulo: Contexto, 1999. 98p.
- CARNEIRO, Ana Rita Sá. O projeto paisagístico, as funções e o uso dos parques urbanos – o Parque 13 de Maio. *CLIO Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco*, Recife, n. 18, p. 17-25, 1998.
- CARNEIRO, Ana Rita Sá e MESQUITA, Liana de Barros. *Espaços Livres do Recife*. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/ UFPE, 2000. 139p.
- CRANZ, Galen. *Parks as Community Places*. Boston, Urban Parks Institute's annual conference, 1997.
- GOMES, Paulo César da Costa Gomes. *A Condição Urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, 304p.
- KLIASS, Rosa Grená. *Parques Urbanos de São Paulo e sua evolução na cidade*. São Paulo: Pini, 1993. 211p.
- KROSIGK, Klaus von. *Der berliner Tiergarten*. Berlin: Ed. Berlin, 2001. 71 p.
- LEFEVBRE, Henri. *O Direito à cidade*. São Paulo, Centauro, 2001.
- NOGUERA, Juli Esteban. *La Ordenation urbanística: conceptos, herramientas y prácticas*. Barcelona: Electa, 2003. 378p.
- SCALISE, W. *Parques Urbanos – evolução, projeto, função e uso*. *Revista Assentamentos Humanos*, Marília, v4, n.1, p. 17-4, 2002.
- SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1992.
- _____. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. *A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996b.
- SENATSV ERWALTUNG FÜR STADTENTWICKLUNG. *Umweltatlas*. Berlin: Senatsverwaltung für Stadtentwicklung, 1995.
- WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Ed. Scwarcz, 1990. 439p.

ABORDAGENS GEOLÓGICA E PALEONTOLÓGICA NAS AVALIAÇÕES OFICIAIS EM ÂMBITOS NACIONAL E ESTADUAL (RJ)

Sarah Gonçalves Duarte¹

Resumo. Avaliações tradicionais são uma ação que sempre esteve presente na escola; todavia, outro procedimento tem ganhado espaço: as avaliações externas, em larga escala. Dois exemplos são: ENEM e SAERJ- SAERJINHO. O trabalho objetiva levantar questões de Geociências e áreas afins encontradas nestas avaliações nos últimos anos classificando as mesmas. A quantidade de questões no SAERJINHO com os temas das Geociências aumentou bastante de 2011 até 2013 e em 2014 teve uma queda. Com relação ao ENEM apareceram também questões das Geociências nos últimos 10 anos.

Palavras-chaves: SAERJINHO, ENEM, Geociências.

GEOLOGICAL AND PALEONTOLOGICAL APPROACHES IN OFFICIAL ASSESSMENTS AT THE NATIONAL AND STATE LEVELS (RJ)

Abstract. Assessment is a method that will always be present in school. Together with the traditional examinations, other procedures regarding students' evaluation have taken place: external examination in large scale. Two examples are: ENEM and SAERJ-SAERJINHO. This research aims to quantify questions in the field of Geosciences and closely related areas found in these examinations in the last years. The quantity of geoscientific questions in the SAERJINHO exams increased from 2011 to 2013 with a decrease in 2014. Furthermore, in the ENEM exam there are geoscientific questions appearing in the last 10 years.

Keywords: SAERJINHO, ENEM, Geosciences.

GEOWISSENSCHAFTLICHE UND PALÄONTOLOGISCHE HERANGEHENSWEISEN IN OFFIZIELLEN BEWERTUNGEN AUF NATIONALER UND REGIONALER EBENE (RJ)

Zusammenfassung. Beurteilung ist eine Methode, welche in der Schule stets eine Rolle spielen wird. Neben der traditionellen Überprüfung mit Klausuren, finden mittlerweile andere Möglichkeiten

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Avenida Athos da Silveira Ramos, 274, Centro de Ciências da Matemática e da Natureza, Departamento de Geologia, Laboratório de Nanofósseis Calcários, Cidade Universitária, 21949-916, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, BR-465, Km 7, Instituto de Agronomia, Departamento de Geociências, 23897-000, Seropédica, RJ, Brasil. Colégio Estadual Professora Diuma Madeira Salles de Souza, Rua Eduardo Cesar Machado, s/n, Parque Anchieta, 21635-140, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: sarahpalino@yahoo.com.br.

Schüler zu überprüfen statt, wie zum Beispiel externe Überprüfung im großen Stile. Zwei Beispiele sind: ENEM und SAERJ-SAERJINHO. Diese Forschungsarbeit versucht Fragen im Gebiet der Geowissenschaft und verwandten Bereichen zu quantifizieren, die in den letzten Jahren während diesen Überprüfungen aufgekommen sind. Die Menge an geowissenschaftlichen Fragen in der SAERJINHO-Klausur stieg zwischen 2011 und 2013 an, während 2014 eine Abnahme stattfand. Darüber hinaus gab es in den letzten zehn Jahren ebenfalls geowissenschaftliche Fragen in der ENEM-Klausur.

Schlüsselwörter: SAERJINHO, ENEM, Geowissenschaften

1. Introdução

O processo de avaliação está relacionado à produção de informações sobre determinada realidade e é algo que está bastante presente no cotidiano escolar. Tradicionalmente, os professores aferem o aprendizado dos seus alunos por meio de diversos instrumentos (observações, registros, provas etc.) e indicam, a partir daí, o que precisa ser feito para que eles tenham condições de avançar no sistema escolar (CAED, 2008a).

O ideário que vem conduzindo os sistemas de avaliação no Brasil, nos diversos níveis de ensino, assenta sobre o pressuposto de que a avaliação pode proporcionar um ensino de melhor qualidade (Zanchet, 2007). Nas últimas décadas, paralelo às avaliações tradicionais, outro procedimento de avaliação educacional tem ganhado espaço: são as avaliações externas, geralmente em larga escala, que têm objetivos e procedimentos diferenciados das avaliações realizadas pelos professores nas salas de aula. Essas avaliações são, em geral, organizadas a partir de um sistema de avaliação cognitiva dos alunos e são aplicadas de forma padronizada para um grande número de pessoas (CAED, 2008a).

Alguns exames e avaliações oficiais são aplicados no Brasil objetivando avaliar, ajudar no melhoramento da educação básica do país e servir como instrumento para o ingresso nas universidades. Dois exemplos destes exames são: ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e SAERJ-SAERJINHO (Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro).

Nos últimos 10 anos vêm se observando um crescimento do número de questões da área de Geociências (Geologia, Paleontologia, Arqueologia, Cosmologia e outras) nestes exames, aumentando o interesse dos estudantes por esta área do saber e fazendo professores refletirem sobre a importância de darem mais atenção a estes conteúdos no momento em que planejam suas aulas.

A área de Geociências é a que abrange disciplinas científicas que estudam a Terra. Analisam rochas, fósseis, atmosfera, oceanos, movimentos de placas tectônicas entre outros aspectos do planeta. Envolve conhecimentos do ramo de Geologia, Paleontologia, Oceanografia, Topografia, Mineralogia, dentre outros.

Sarah Gonçalves Duarte, *Abordagens geológica e paleontológica nas avaliações oficiais em âmbitos nacional e estadual (RJ)*

Nos currículos mínimos da Educação Básica, a Matemática, a Física, a Química, a Biologia e a Geografia podem fazer interdisciplinaridade com áreas da Geociências como Paleontologia (ciência que estuda os fósseis e o passado da vida na Terra), Petrologia (ciência que trata da origem e história das rochas), ou até mesmo com a Hidrogeoquímica (estudo das diferentes composições da água no ambiente) dentre outras possibilidades interdisciplinares (FIOCRUZ, 2013).

O ENEM é um exame aplicado em nível nacional, em que os alunos do Ensino Médio de todo o país podem se inscrever e serem avaliados. De acordo com suas pontuações, podem escolher determinados cursos de graduação em universidades estaduais, federais e privadas. Além disso, este exame é considerado uma oportunidade dada aos alunos de se auto-avaliarem, com vistas às escolhas futuras em relação ao mercado de trabalho (Zanchet, 2007).

O SAERJ e o SAERJINHO são um sistema de avaliação que existe desde 2008 e foram criados com o objetivo de promover uma análise do desempenho dos alunos da rede pública do Rio de Janeiro nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática. A avaliação envolve as turmas do 5º e do 9º ano do Ensino Fundamental, da 3ª série do Ensino Médio, das fases equivalentes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), do 4º ano do Ensino Normal e pelos concluintes do Programa Autonomia (Governo do Rio de Janeiro, 2010). Todavia, atualmente o SAERJ e o SAERJINHO se expandiram e promovem também uma análise do desempenho dos alunos em Ciências, Biologia, Química, Física, História e Geografia, ou seja, nas áreas de Ciências Naturais e Humanas.

O SAERJ é aplicado uma vez por ano, compreendendo dois programas de avaliação: o Programa de Avaliação Diagnóstica do Desempenho Escolar e o Programa de Avaliação Externa. Seu resultado é utilizado no ID (Indicador de Desempenho) e o ID por sua vez é utilizado como um dos parâmetros para o valor do IDERJ (Índice de qualidade escolar do Rio de Janeiro) (Governo do Rio de Janeiro, 2010).

O SAERJINHO é uma avaliação aplicada bimestralmente no estilo do SAERJ objetivando auxiliar na detecção das principais dificuldades dos alunos e servindo como uma espécie

de preparatório para o SAERJ e outras avaliações como a prova Brasil (Governo do Rio de Janeiro, 2010).

O SAERJ, SAERJINHO e o ENEM atualmente, são divididos por áreas do saber como Ciências Humanas e Suas Tecnologias, Ciências da Natureza e Suas Tecnologias. A área de Geociências e as afins estariam inseridas em Ciências da Natureza e suas tecnologias.

O SAERJ e o SAERJINHO desde 2008 vinham aplicando somente provas de Língua Portuguesa e Matemática, como já foi dito anteriormente, e a partir de 2012 passou a aplicar também prova de Ciências Naturais para o Ensino Fundamental e Médio. Esta prova de Ciências Naturais engloba 21 questões para o 5º ano e 27 questões para o 9º, 1º, 2º e 3º anos. No Ensino Médio, a prova de Ciências Naturais é composta pelas disciplinas de Biologia, Química e Física, 9 questões de cada (CAED, 2008b).

A partir de 2013, o SAERJ e o SAERJINHO começaram a aplicar também provas de Ciências Humanas que englobam as disciplinas de História e Geografia, sendo 14 questões no 5º ano e 18 questões no 9º, 1º, 2º e 3º anos. No 5º ano, das 14 questões, 7 são de História e 7 de Geografia. No 9º, 1º, 2º e 3º anos das 18 questões, 9 são de História e 9 de Geografia (CAED, 2008b).

Com relação ao ENEM, desde 2009 é composto de 90 questões e uma redação, sendo que dentre as 90 questões, 45 são das Ciências Humanas e Suas Tecnologias e 45 das Ciências da Natureza e Suas Tecnologias (INEP, 2011).

Nas provas do SAERJ e SAERJINHO as questões de Geociências e áreas afins aparecem na parte de Ciências da Natureza e nas Ciências Humanas, nas disciplinas de Ciências, Biologia, Geografia, Física, Química e até mesmo em Português ocasionalmente.

No caso do ENEM estas questões aparecem na parte das Ciências da Natureza e suas tecnologias.

O presente trabalho objetiva fazer um levantamento e uma classificação das questões de Geociências e áreas afins que são encontradas nas provas do ENEM e do SAERJINHO. Objetiva também observar em que disciplinas e áreas do saber destas provas estas

questões são mais cobradas e se o número e a frequência destas questões estão aumentando ou diminuindo ao longo dos últimos anos.

2. Metodologia

Foram analisadas 10 provas do ENEM de 2005 até 2014 e 69 provas do SAERJINHO de 2011 até 2014 englobando os 1º, 2º e 3º bimestres destes anos.

No caso do SAERJINHO, as séries em que é aplicado são: 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e 1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio Regular. A partir do 2º bimestre de 2013, o SAERJINHO passou a ser aplicado nos 1º, 2º e 3º anos do Curso Normal. Em 2014 passou a ser também aplicado no Projeto Autonomia módulos I e III do Ensino Fundamental e módulos I e III do Ensino Médio.

Estas provas do ENEM e do SAERJINHO foram obtidas de dois sites oficiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2011) e do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAED, 2008a, b).

Uma seleção de questões relacionadas às áreas e temas como Paleontologia, Arqueologia, Geologia, Petróleo e seus derivados e Cosmologia-Astronomia foi feita nas provas obtidas.

Foi montada uma tabela classificando as questões encontradas relacionadas aos temas acima em nove categorias:

1. Questões exclusivamente de Paleontologia (QEP).
2. Questões abordando Paleontologia e Geologia (QAPG).
3. Questões de outras disciplinas relacionadas com Paleontologia e Geologia (QRPG).
4. Questões exclusivamente de Geologia (QEG).
5. Questões interdisciplinares de Paleontologia com outras disciplinas (QIPG).
6. Questões interdisciplinares de Geologia com outras disciplinas (QIGO).
7. Questões interdisciplinares com petróleo e seus derivados (QIPD).
8. Questões abordando Arqueologia (QA).

9. Questões abordando Cosmologia e Astronomia (QCA).

Depois que as questões destas provas foram selecionadas e classificadas de acordo com as categorias acima, as mesmas foram contadas e verificou-se também em que disciplinas ou áreas do conhecimento nas provas se encontravam.

No caso do ENEM, a contagem das questões foi feita em cada prova desde 2005 até 2014. No caso do SAERJINHO, a contagem foi feita em cada bimestre (1º, 2º e 3º) de cada ano e em cada série onde o mesmo foi aplicado de 2011 até 2014.

Os dados mencionados acima foram lançados em planilha Excel, visando a confecção de tabelas para análise.

Foi realizada também uma análise estatística da frequência das questões selecionadas do ENEM e do SAERJINHO para averiguar como variou o número de questões no decorrer dos anos. E foi registrado o número de questões e em que disciplinas das provas apareciam mais questões de interesse para o presente trabalho.

3. Resultados

No ENEM, as seguintes questões foram selecionadas, categorizadas e quantificadas como mostra o quadro abaixo (Figura 1):

Número de questões de Geociências e disciplinas afins do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM										
Categoria das questões/Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Questões exclusivamente de Paleontologia (QEP)	1	2	1							
Questões abordando Paleontologia e Geologia (QAPG)						1				
Questões de outras disciplinas relacionadas com Paleontologia e Geologia (QRPG)	1									
Questões exclusivamente de Geologia (QEG)		1						1		1
Questões interdisciplinares de Paleontologia com outras disciplinas (QIPG)	1	2	1					1		
Questões interdisciplinares de Geologia com outras disciplinas (QIGO)		3		3	1	4				1
Questões interdisciplinares com petróleo e seus derivados (QIPD)		2			1	1		1		1
Questões abordando Arqueologia (QA)		1	1	1						
Questões abordando Cosmologia e Astronomia (QCA)						1				
Total por ano	3	11	3	4	2	7	0	3	0	3

Figura 1. Categorização e quantificação das questões do ENEM

Em 2005, 3 questões foram selecionadas, em 2006, 11, em 2007, 3, em 2008, 4, em 2010, 7, em 2011, nenhuma questão, em 2012, 3, em 2013 nenhuma e em 2014, 3.

Ao todo, no ENEM foram encontradas durante os últimos 10 anos, 36 questões relacionadas com Paleontologia, Geologia, Petróleo, Arqueologia, Cosmologia e Astronomia. Tendo em média quatro questões por ano.

Com relação ao SAERJINHO, esta avaliação é aplicada em três bimestres a cada ano e foi feito um levantamento de suas questões desde 2011 quando suas avaliações ainda eram apenas de Português a Matemática, mas faziam interdisciplinaridade com Geociências.

Em 2011, apenas no 1º bimestre apareceram questões relacionadas à Geologia no 1º ano do Ensino Médio. Quatro questões foram registradas (Figura 2).

Número de questões de Geociências e disciplinas afins do SAERJINHO* 2011					
1º Bimestre - 2011					
Categoria das questões/Série	5ºano	9ºano	1ºano	2ºano	3º ano
Questões exclusivamente de Paleontologia					
Questões abordando Paleontologia e Geologia					
Questões de outras disciplinas relacionadas com Paleontologia e Geologia					
Questões exclusivamente de Geologia					
Questões interdisciplinares de Paleontologia com outras disciplinas					
Questões interdisciplinares de Geologia com outras disciplinas			4		
Questões interdisciplinares com petróleo e seus derivados					
Questões abordando Arqueologia					
Questões abordando Cosmologia e Astronomia					

Figura 2: categorização e quantificação das questões do SAERJINHO 2011.

Em 2012, observou-se um aumento no número de questões relacionadas com Geologia, Paleontologia, petróleo e Arqueologia, devido ter sido incluída na avaliação do SAERJINHO a área de Ciências Naturais. Ao todo foram 14 questões. Número bem maior do que o de 2011, e estas questões foram cobradas nos três bimestres.

Com relação às disciplinas escolares em que estas questões apareceram e foram distribuídas no primeiro bimestre encontraram-se: uma questão no 5º ano em Ciências, quatro questões no 1º ano em Biologia e uma questão no 3º ano também em Biologia, ou seja, as questões apareceram no Ensino Fundamental e Médio (Figura 3).

Número de questões de Geociências e disciplinas afins do SAERJINHO* 2012					
1º Bimestre - 2012					
Categoria das questões/Série	5ºano	9ºano	1ºano	2ºano	3º ano
Questões exclusivamente de Paleontologia					
Questões abordando Paleontologia e Geologia			1		
Questões de outras disciplinas relacionadas com Paleontologia e Geologia					
Questões exclusivamente de Geologia					
Questões interdisciplinares de Paleontologia com outras disciplinas			2		
Questões interdisciplinares de Geologia com outras disciplinas			1		
Questões interdisciplinares com petróleo e seus derivados	1				1
Questões abordando Arqueologia					
Questões abordando Cosmologia e Astronomia					
2º Bimestre - 2012					
Categoria das questões/Série	5ºano	9ºano	1ºano	2ºano	3º ano
Questões exclusivamente de Paleontologia					
Questões abordando Paleontologia e Geologia					
Questões de outras disciplinas relacionadas com Paleontologia e Geologia					
Questões exclusivamente de Geologia	3				
Questões interdisciplinares de Paleontologia com outras disciplinas					
Questões interdisciplinares de Geologia com outras disciplinas					
Questões interdisciplinares com petróleo e seus derivados					
Questões abordando Arqueologia					
Questões abordando Cosmologia e Astronomia					
3º Bimestre - 2012					
Categoria das questões/Série	5ºano	9ºano	1ºano	2ºano	3º ano
Questões exclusivamente de Paleontologia					
Questões abordando Paleontologia e Geologia					
Questões de outras disciplinas relacionadas com Paleontologia e Geologia					
Questões exclusivamente de Geologia		1			
Questões interdisciplinares de Paleontologia com outras disciplinas					
Questões interdisciplinares de Geologia com outras disciplinas					
Questões interdisciplinares com petróleo e seus derivados		3			
Questões abordando Arqueologia			1		
Questões abordando Cosmologia e Astronomia					

Figura 3. Categorização e quantificação das questões do SAERJINHO 2012.

No ano de 2013, o número de questões relacionadas à Geologia, Paleontologia, petróleo e Arqueologia aumentaram, além de aparecer questões relacionadas a Cosmologia e Astronomia. Ao todo foram 18 questões distribuídas nos 3 bimestres no Ensino Fundamental e Médio (Figura 4).

Número de questões de Geociências e disciplinas afins do SAERJINHO* 2013					
1º Bimestre - 2013					
Categoria das questões/Série	5ºano	9ºano	1ºano	2ºano	3º ano
Questões exclusivamente de Paleontologia					
Questões abordando Paleontologia e Geologia					
Questões de outras disciplinas relacionadas com Paleontologia e Geologia					
Questões exclusivamente de Geologia					
Questões interdisciplinares de Paleontologia com outras disciplinas					
Questões interdisciplinares de Geologia com outras disciplinas			1		
Questões interdisciplinares com petróleo e seus derivados	1				
Questões abordando Arqueologia	1				
Questões abordando Cosmologia e Astronomia			3		
2º Bimestre - 2013					
Categoria das questões/Série	5ºano	9ºano	1ºano	2ºano	3º ano
Questões exclusivamente de Paleontologia					
Questões abordando Paleontologia e Geologia					
Questões de outras disciplinas relacionadas com Paleontologia e Geologia					
Questões exclusivamente de Geologia	3				
Questões interdisciplinares de Paleontologia com outras disciplinas					
Questões interdisciplinares de Geologia com outras disciplinas	2				
Questões interdisciplinares com petróleo e seus derivados					
Questões abordando Arqueologia					
Questões abordando Cosmologia e Astronomia					
3º Bimestre - 2013					
Categoria das questões/Série	5ºano	9ºano	1ºano	2ºano	3º ano
Questões exclusivamente de Paleontologia					
Questões abordando Paleontologia e Geologia					
Questões de outras disciplinas relacionadas com Paleontologia e Geologia			1		
Questões exclusivamente de Geologia			1		
Questões interdisciplinares de Paleontologia com outras disciplinas					
Questões interdisciplinares de Geologia com outras disciplinas			1		
Questões interdisciplinares com petróleo e seus derivados		1	1		2
Questões abordando Arqueologia					
Questões abordando Cosmologia e Astronomia					

Figura 4. Categorização e quantificação das questões do SAERJINHO 2013

Em 2014, ocorreu uma diminuição no número de questões que passou de 18 em 2013 para 10. As questões de 2014 não apareceram em todos os bimestres apenas nos 1º e 2º bimestres. As questões estavam relacionadas à Paleontologia, Geologia, Arqueologia e petróleo e foram cobradas no Ensino Fundamental e Médio também (Figura 5).

Número de questões de Geologia-Paleontologia e disciplinas afins do SAERJINHO* 2014					
1º Bimestre - 2014					
Categoria das questões/Série	5ºano	9ºano	1ºano	2ºano	3º ano
Questões exclusivamente de Paleontologia					
Questões abordando Paleontologia e Geologia			2		
Questões de outras disciplinas relacionadas com Paleontologia e Geologia					
Questões exclusivamente de Geologia					
Questões interdisciplinares de Paleontologia com outras disciplinas					
Questões interdisciplinares de Geologia com outras disciplinas					
Questões interdisciplinares com petróleo e seus derivados	1		1		
Questões abordando Arqueologia	2				
Questões abordando Cosmologia e Astronomia					
2º Bimestre - 2014					
Categoria das questões/Série	5ºano	9ºano	1ºano	2ºano	3º ano
Questões exclusivamente de Paleontologia					
Questões abordando Paleontologia e Geologia					
Questões de outras disciplinas relacionadas com Paleontologia e Geologia					
Questões exclusivamente de Geologia	3				
Questões interdisciplinares de Paleontologia com outras disciplinas				1	
Questões interdisciplinares de Geologia com outras disciplinas					
Questões interdisciplinares com petróleo e seus derivados					
Questões abordando Arqueologia					
Questões abordando Cosmologia e Astronomia					

Figura 5. Categorização e quantificação das questões do SAERJINHO 2014

A quantidade de questões no SAERJINHO com os temas categorizados no presente trabalho aumentou bastante de 2011 até 2013 e em 2014 teve uma queda.

Durante este intervalo de tempo entre 2011 até 2014 foram registrados no SAERJINHO em cada ano, em cada bimestre, em que disciplinas e séries do Ensino Fundamental e médio das provas, as questões de Geociências apareceram (figura 6):

SAERJINHO						
Ano/ Disciplinas	Português	Física	Geografia	Química	Biologia	Ciências EF
2011						
5º ano	1					
2012						
5º ano						4
9º ano						4
1º ano					5	
3º ano					1	
2013						
5º ano						7
9º ano						1
1ºano		3	4	1		
2º ano						
3º ano					2	
2014						
5º ano						6
1º ano					3	
2º ano					1	
Total	1	3	4	1	12	22

Figura 6. Disciplinas, séries e quantificação das questões de Geociências encontradas no SAERJINHO

Na figura 6 é visualizado que a maior parte das questões de Geociências no SAERJINHO dos tipos categorizados do presente trabalho são cobradas na disciplina Ciências do Ensino Fundamental no 5º e 9º anos. Depois da disciplina Ciências no Ensino Fundamental, estas questões foram mais cobradas na disciplina Biologia do Ensino Médio nos 1º, 2º e 3º anos. Apareceram também estes tipos de questões na disciplina Geografia e fazendo interdisciplinaridade com Português, Química e Física.

Abaixo alguns exemplos destas questões encontradas no SAERJINHO (Figuras 7 a 13).

N1001

Questão 03

B100007D3

O quadro abaixo representa as eras geológicas e suas subdivisões em períodos.

ERA ARQUEOZOICA		PRE-CAMBRIANO	-- I		
ERA PALEOZOICA		CAMBRIANO			
		ORDOVICIANO			
		SILURIANO			
		DEVONIANO			
		CARBONIFERO	-- II		
		PERMIANO			
ERA MESOZOICA		TRIASSICO			
		BAIXO			
		ALTO			
ERA MESOZOICA		JURASSICO			
		BAIXO			
		ALTO	-- III		
		CRETACEO		BAIXO	
				BERRIASIANO	
				VALANGINIANO	
				HAUTERIVIANO	
				BARREMIANO	
				APTIANO	
				ALBIANO	
		CENOMANIANO			
		TURONIANO			
		CONIACIANO	-- IV		
		SANTONIANO			
		CAMPANIANO			
		MAESTRICTIANO			
ERA CENOZOICA		TERCIARIO			
		PALEOCENO			
		EOCENO			
		OLIGOCENO			
		MIOCENO			
		PLIOCENO			
		QUATERNARIO			
		PLEISTOCENO			
		HOLOCENO	-- V		

Disponível em: <<http://www.liberia.com.br/artigos/205/eras.gif>>. Acesso em: 23 fev. 2012. Adaptado para fins didáticos.

A vida na Terra surgiu há milhões de anos na era geológica indicada pela seta de número

- A) I.
- B) II.
- C) III.
- D) IV.
- E) V.

Figura 7. Questão com tabela do tempo geológico do SAERJINHO, 1º Bimestre de 2012, 1º ano, prova de Biologia

Questão 02

N050018D3

É considerado pobre em matéria orgânica, poroso e muito permeável. O espaço entre os seus grãos permite que a água passe com facilidade e evapore rapidamente.

Esse tipo de solo recebe o nome de

- A) arenoso.
- B) argiloso.
- C) calcário.
- D) húmifero.

Figura 8. Questão abordando sedimentologia do SAERJINHO, 2º Bimestre de 2012, 5º ano, prova de Ciências

N1001

Questão 09

B100026RJ

O mapa abaixo mostra os movimentos migratórios da espécie humana desde o seu surgimento na África até a sua chegada às Américas.



Disponível em: <http://4.bp.blogspot.com/y_uft25cYaU4TAQVwUJEDSKI/AAAAAAAAAeW/WfnZbWfnnXDw/s1600/povoamento_ame.jpg>. Acesso em: 23 fev. 2012.

A passagem do homem da Ásia para a América através do estreito de Bering, indicado nessa imagem pela seta, foi possível devido à

- A) capacidade dos humanos de construir embarcações.
- B) construção de artefatos que facilitaram a travessia a nado.
- C) diminuição dos níveis dos oceanos pela glaciação.
- D) movimentação dos continentes pelo tectonismo.
- E) presença de pontes ligando os dois continentes.

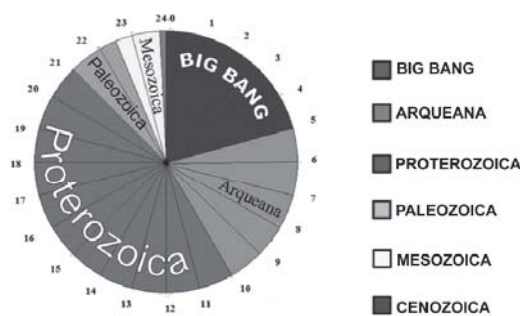
Figura 9. Questão do SAERJINHO sobre surgimento e migração da espécie humana, 3º Bimestre de 2012, 1º ano, prova de Biologia

X1001

Questão 06

B100074E4

O esquema abaixo representa o surgimento do planeta e suas eras geológicas condensadas em um relógio com 24 horas.



Disponível em: <http://www.jornaljovem.com.br/edicao13/images/13_eras_geologicas01_000.jpg>; <http://www.jornaljovem.com.br/edicao13/images/13_eras_geologicas02_001.jpg>; <http://www.jornaljovem.com.br/edicao13/images/13_eras_geologicas022.jpg>. Acesso em: 19 set. 2012.

Nesse esquema, a espécie humana (*Homo sapiens*) surge entre

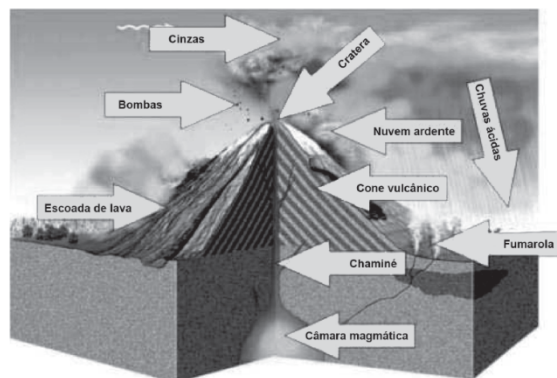
- A) 4 e 5 horas.
- B) 9 e 10 horas.
- C) 18 e 20 horas.
- D) 21 e 22 horas.
- E) 23 e 24 horas.

Figura 10. Questão do SAERJINHO sobre eras geológicas, 1º Bimestre de 2013, 1º ano, prova de Biologia

Questão 37

G100010RJ

Observe a imagem abaixo.



Disponível em: <<http://confessium-mandrag.blogspot.com.br/2010/07/antes-e-depois.html>>. Acesso em: 27 ago. 2012.

Qual dinâmica da formação da estrutura terrestre está representada nessa imagem?

- A) A desertificação do solo.
- B) A erosão antrópica do relevo.
- C) A formação de rochas metamórficas.
- D) A ocorrência de erupções vulcânicas.
- E) A passagem de um ciclone tropical.

Figura 11. Questão do SAERJINHO sobre vulcanismo, 3º Bimestre de 2013, 1º ano, prova de Geografia

X1001

Questão 12

F100121E4

Leia o texto abaixo.

A 15 bilhões de anos - a Origem do Universo

[...] Há 15 bilhões de anos o Universo concentrava-se todo em um único ponto, com altíssima temperatura e densidade energética. Esse ponto explode – o instante zero – e começa a expansão do Universo, observada até hoje. As primeiras partículas, os fótons, são associadas à radiação eletromagnética. Prótons, elétrons e nêutrons formam-se nos três primeiros minutos dessa expansão, ainda vinculados à radiação. [...]

Disponível em: <<http://www.sitedecuriosidades.com/curiosidade/a-15-bilhoes-de-anos-a-origem-do-universo.html>>. Acesso em: 4 mar. 2013. Fragmento.

Esse texto refere-se ao modelo

- A) do Big Bang.
- B) dos multiuniversos.
- C) espirítico.
- D) geocêntrico.
- E) heliocêntrico.

Figura 12. Questão do SAERJINHO sobre origem do universo, 3º Bimestre de 2013, 1º ano, prova de Física

X1001

Questão 07

B100210E4

O quadro abaixo relaciona as eras e os períodos geológicos à evolução da vida na Terra.

Era	Período	Tempo em milhões de anos	Formas de vida
CENOZOICA	Quaternário	0,01	Primeiras plantas com flores Gramas tornam-se abundantes Primeiros cavalos
	Terciário	1,7	
MESOZOICA	Cretáceo	66	Extinção dos dinossauros Dinossauros Primeiros pássaros Primeiros mamíferos
	Jurássico	138	
	Triássico	205	
PALEOZOICA	Permiano	240	Primeiras plantas coníferas Primeiros répteis Primeiras plantas terrestres Primeiros anfíbios
	Carbonífero	290	
	Devoniano	360	
	Siluriano	410	
		435	

Disponível em: <www.mspc.eng.br>. Acesso em: 12 fev. 2013.

Em qual desse períodos surge a espécie humana?

- A) cretácio.
- B) devoniano.
- C) permiano.
- D) quaternário da era Cenozoica.
- E) terciário da era Cenozoica.

Figura 13. Questão do SAERJINHO, 1º Bimestre de 2014, 1º ano, prova de Biologia

A quantidade de questões de Geociências no SAERJINHO teve o seu número mais elevado no ano de 2013. Aumentou de 2011 para 2012, e sofreu uma queda no número de questões em 2014 (Figura 14).

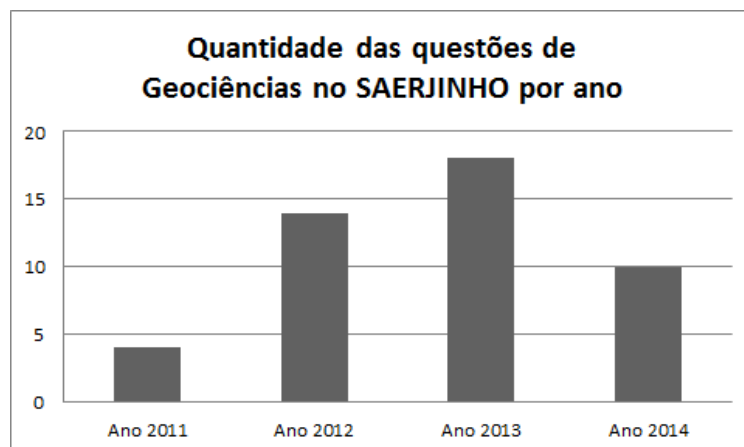


Figura 14. Quantidade de questões de Geociências no SAERJINHO.

Questões QIPD, QEG e QIGO foram as que mais apareceram nas provas do SAERJINHO (Figura 15). Ao todo apareceram do SAERJINHO 45 questões de Geociências dentro das categorias do presente trabalho.

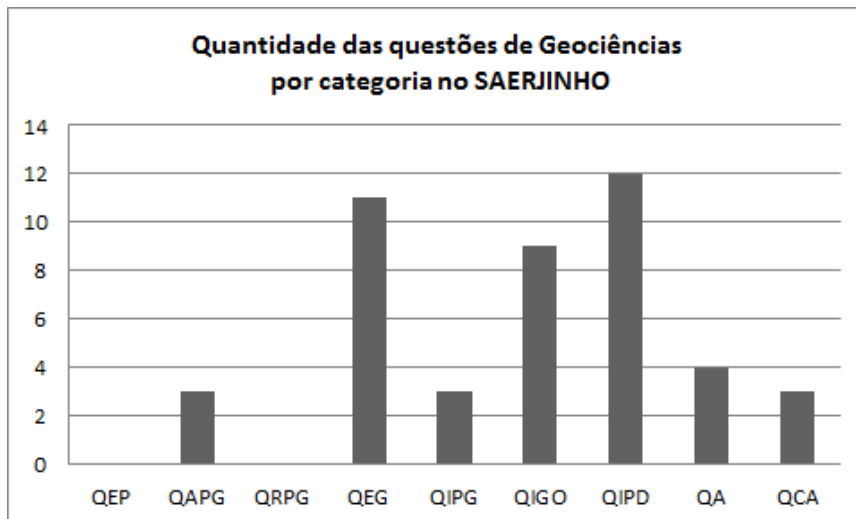


Figura 15. Quantidade de questões de Geociências no SAERJINHO por categoria

Com relação ao ENEM, ocorreu um enorme aumento destas questões de 2005 para 2006. Durante os anos seguidos, ocorreu uma alternância de aumento e diminuição no número destas questões (Figura 16):

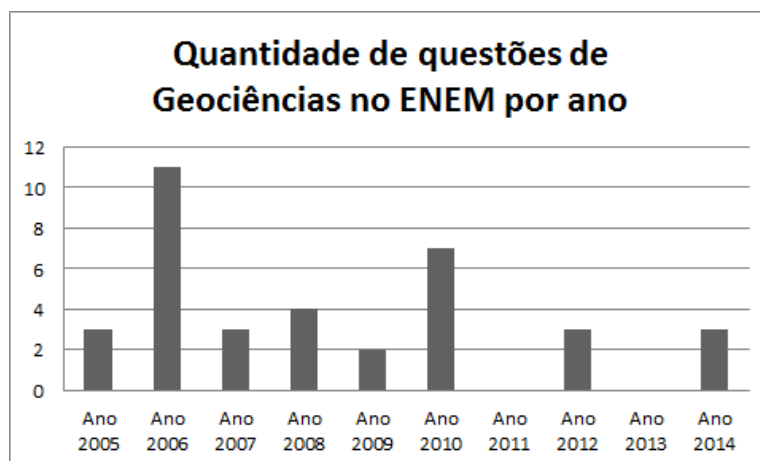


Figura 16. Variação do número de questões no ENEM sobre os temas de Geociências categorizados entre 2005 até 2014

Abaixo alguns exemplos de questões encontradas no ENEM (Figuras 17 a 22):

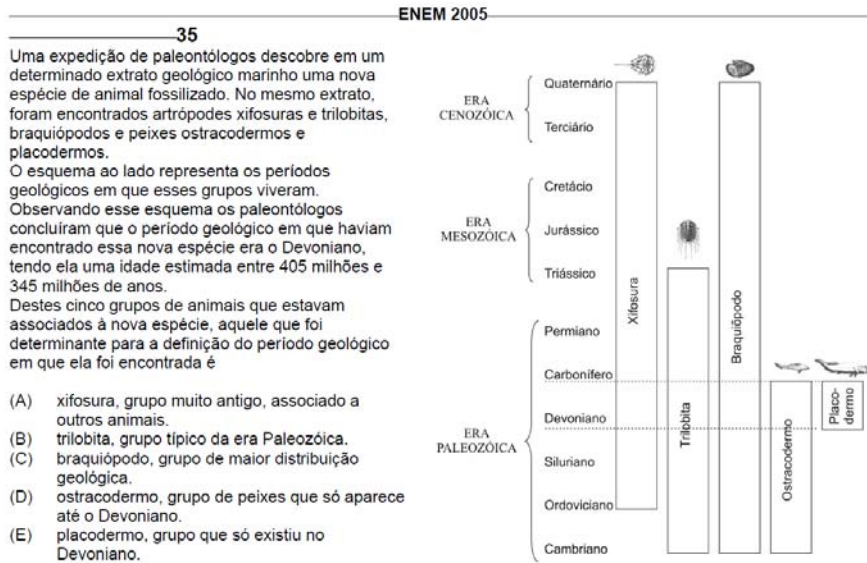


Figura 17. Questão do ENEM exclusivamente de Paleontologia, ano 2005

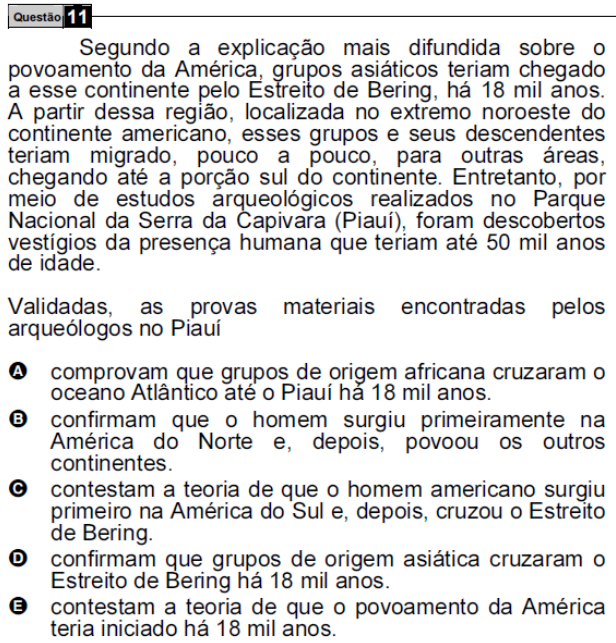
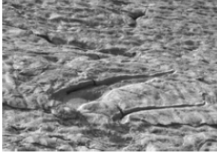


Figura 18. Questão do ENEM abordando Arqueologia, ano 2006

Questão 52

Uma equipe de paleontólogos descobriu um rastro de dinossauro carnívoro e nadador, no norte da Espanha.



O rastro completo tem comprimento igual a 15 metros e consiste de vários pares simétricos de duas marcas de três arranhões cada uma, conservadas em arenito.

O espaço entre duas marcas consecutivas mostra uma pernada de 2,5 metros. O rastro difere do de um dinossauro não-nadador: "são as unhas que penetram no barro — e não a pisada —, o que demonstra que o animal estava nadando sobre a água: só tocava o solo com as unhas, não pisava", afirmam os paleontólogos.


Internet: <www.noticias.uol.com.br> (com adaptações).

Qual dos seguintes fragmentos do texto, considerado isoladamente, é variável relevante para se estimar o tamanho do dinossauro nadador mencionado?

- A "O rastro completo tem 15 metros de comprimento"
- B "O espaço entre duas marcas consecutivas mostra uma pernada de 2,5 metros"
- C "O rastro difere do de um dinossauro não-nadador"
- D "são as unhas que penetram no barro — e não a pisada"
- E "o animal estava nadando sobre a água: só tocava o solo com as unhas"

Figura 19. Questão do ENEM exclusivamente de Paleontologia, ano 2007

Questão 53



Pintura rupestre da Toca do Pajauá – PI. Internet: <www.betocelli.com>.

A pintura rupestre acima, que é um patrimônio cultural brasileiro, expressa

- A o conflito entre os povos indígenas e os europeus durante o processo de colonização do Brasil.
- B a organização social e política de um povo indígena e a hierarquia entre seus membros.
- C aspectos da vida cotidiana de grupos que viveram durante a chamada pré-história do Brasil.
- D os rituais que envolvem sacrifícios de grandes dinossauros atualmente extintos.
- E a constante guerra entre diferentes grupos paleoíndios da América durante o período colonial.

Figura 20. Questão do ENEM abordando Arqueologia, ano 2007

QUESTÃO 37

As plataformas ou crátons correspondem aos terrenos mais antigos e arrasados por muitas fases de erosão. Apresentam uma grande complexidade litológica, prevalecendo as rochas metamórficas muito antigas (Pré-Cambriano Médio e Inferior). Também ocorrem rochas intrusivas antigas e resíduos de rochas sedimentares. São três as áreas de plataforma de crátons no Brasil: a das Guianas, a Sul-Amazônica e a do São Francisco.

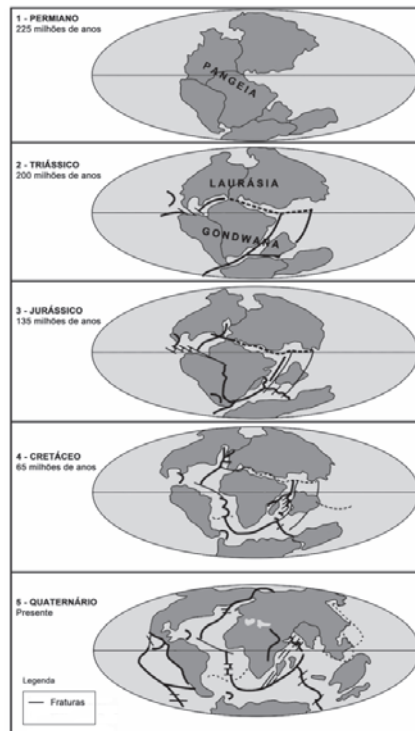
ROSS, J. L. S. *Geografia do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1998.

As regiões cratônicas das Guianas e a Sul-Amazônica têm como arcabouço geológico vastas extensões de escudos cristalinos, ricos em minérios, que atraíram a ação de empresas nacionais e estrangeiras do setor de mineração e destacam-se pela sua história geológica por

- A apresentarem áreas de intrusões graníticas, ricas em jazidas minerais (ferro, manganês).
- B corresponderem ao principal evento geológico do Cenozoico no território brasileiro.
- C apresentarem áreas arrasadas pela erosão, que originaram a maior planície do país.
- D possuírem em sua extensão terrenos cristalinos ricos em reservas de petróleo e gás natural.
- E serem esculpidas pela ação do intemperismo físico, decorrente da variação de temperatura.

Figura 21. Questão do ENEM exclusivamente de Geologia, ano 2012

QUESTÃO 36



Disponível em: www.telescopionaescola.pro.br. Acesso em: 3 abr. 2014 (adaptado).

A partir da análise da imagem, o aparecimento da Dorsal Mesoatlântica está associada ao(à)

- A separação da Pangeia a partir do período Permiano.
- B deslocamento de fraturas no período Triássico.
- C afastamento da Europa no período Jurássico.
- D formação do Atlântico Sul no período Cretáceo.
- E constituição de orogêneses no período Quaternário.

Figura 22. Questão do ENEM exclusivamente de Geologia, ano 2014

Com relação às categorias de questões, no ENEM apareceram mais questões QIGO, QIPD e QIPG. QEP e QA também apareceram em quantidade razoável, demonstrando a crescente importância que está sendo dada à Geociências, à Paleontologia e até a Arqueologia em uma das avaliações mais importantes do país (Figura 23).

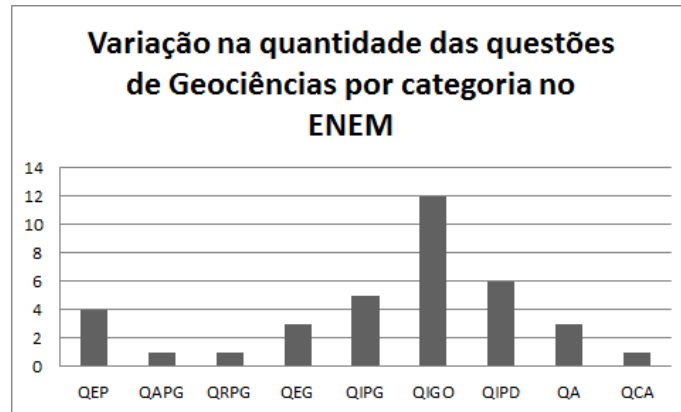


Figura 23. Variação da quantidade de questões de Geociências por categoria no ENEM

Observando o ENEM e o SAERJINHO em conjunto, as categorias de questões mais utilizadas nas provas foram: QIGO e QIPD. No SAERJINHO, em particular, as QEG foram muito mais aplicadas do que no ENEM (Figuras 24 e 25).

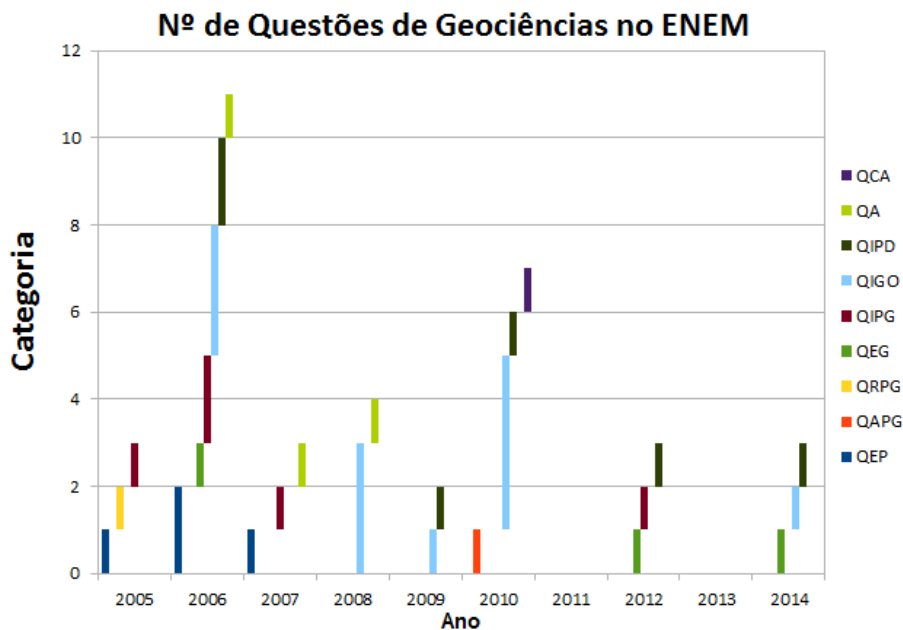


Figura 24. Gráfico de relação entre categoria, número de questões e ano do ENEM

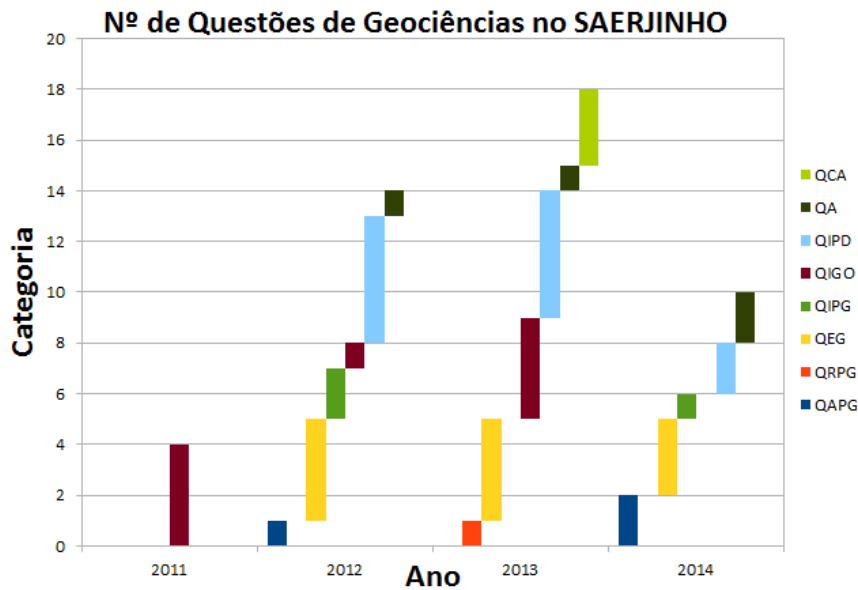


Figura 25. Gráfico de relação entre categoria, número de questões e ano do SAERJINHO

No gráfico referente ao ENEM (ano x categoria), a categoria QIGO, que está em azul claro, nitidamente se destaca em relação às outras, quer no nº de anos em que aparece (5) quer na quantidade de uso desta categoria (12) (Figura 24).

4. Discussão

As informações produzidas pelas avaliações em larga escala permitem a implementação de ações mais condizentes com a oferta de uma educação de qualidade e promoção da equidade de oportunidades educacionais (CAED, 2008a).

Como as informações produzidas a partir de um sistema de avaliação têm papel importante sobre os rumos do sistema de ensino, além do cuidado na garantia da fidedignidade das informações oferecidas, é fundamental garantir a reflexão sobre esses resultados e constante melhoria na sua produção, seja pelo envolvimento crescente dos atores participantes do processo, seja pelo aprimoramento de métodos, instrumentos e logística de realização da avaliação (CAED, 2008a). Daí a reflexão sobre que questões de Geociências e como estas questões devem ser estruturadas nos exames e avaliações nacionais de forma a atingir os objetivos acima.

Sarah Gonçalves Duarte, *Abordagens geológica e paleontológica nas avaliações oficiais em âmbitos nacional e estadual (RJ)*

Muitos conceitos básicos de Geociências (Paleontologia, Geologia e outros) não chegam aos estudantes do Ensino Fundamental e médio, e, quando chegam, ocorrem de forma confusa e distorcida por meios de comunicação (revistas, jornais, televisão, etc.). Os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), que direcionam o conteúdo do ensino básico no Brasil, não valorizam devidamente a esta área dentro das Ciências Naturais e Humanas. Além disso, alguns professores e livros didáticos não dão a devida atenção a alguns temas da Geociências como a Paleontologia, por exemplo, nos seus planejamentos e capítulos respectivamente.

Todavia, este cenário está sendo estimulado a mudar, na medida, que nas avaliações nacionais e estaduais, que visam selecionar para o ingresso nas universidades e avaliar a qualidade da Educação Básica, estão aparecendo questões abordando Geociências (Geologia, Paleontologia, questões sobre petróleo) e áreas afins, como Arqueologia e Cosmologia.

O aparecimento desses tipos de questões nestas avaliações pode fazer com que os professores e os livros didáticos comecem a direcionar e dedicar parte de seus planejamentos e conteúdos às Geociências e áreas afins.

Isto também demonstra que os responsáveis pela elaboração destes exames estão se conscientizando da importância de Geociências e áreas afins para a educação global e para a cidadania dos estudantes brasileiros, na medida, que estão colocando questões abordando estes temas.

Segundo Almeida *et al.* (2013), a escola tem papel fundamental na abordagem dos conhecimentos científicos, e devido ao fato das escolas ficarem focadas em vestibulares e cursos preparatórios para diferentes áreas profissionalizantes, cada vez mais cedo nas séries escolares, muitos assuntos são pouco trabalhados, sendo, em alguns casos, até negligenciados pelos professores que acabam dando prioridade aos temas que são amplamente explorados nestas provas. Sendo assim, se em exames como o ENEM e o SAERJINHO começarem a cobrar questões com temas relacionados a Geociências e áreas afins, tais temas serão priorizados pelas escolas, pois estão sendo explorados nestes exames.

As 36 questões encontradas no ENEM durante os últimos 10 anos e as 45 encontradas no SAERJINHO nos últimos quatro anos sobre Geociências e áreas afins podem estar relacionadas com a importância das discussões sobre o petróleo e a descoberta do Pré-sal no País. Pois, petróleo está muito relacionado com a área da Geologia que faz parte das Geociências.

A maior parte das questões de Geociências no SAERJINHO é cobrada na disciplina Ciências do Ensino Fundamental no 5º e 9º anos, e isto pode ser devido ao fato da banca que formula esta prova ter consciência da importância do aprendizado deste conteúdo já nas séries iniciais. Conteúdos estes que, desde cedo, podem fazer os alunos compreenderem melhor a história do planeta, sua estrutura, sua dinâmica, a história dos seres vivos e assim questionarem melhor a origem e a existência dos seres humanos.

Depois da disciplina Ciências no Ensino Fundamental, estas questões foram mais cobradas na disciplina Biologia do Ensino Médio. Também apareceram questões nas disciplinas Geografia, Português, Química e Física demonstrando assim, o aumento da importância da interdisciplinaridade.

Atualmente, segundo Garrutti & Santos (2004), o ensino pouco tem contribuído para que os alunos construam conhecimentos globais, interdisciplinares, já que são instruídos a compreenderem partes de um todo das disciplinas que são mantidas distanciadas umas das outras. Sendo assim, o fato de temas de Geociências serem cobrados nos exames e avaliações nacionais, por meio de questões que abordem o conhecimento de Geociências integrado com o conhecimento de outras disciplinas, estimula a interdisciplinaridade. Com este tipo de questão abrangente e interdisciplinar é gerado estímulo aos professores de trabalharem de maneira interdisciplinar também seguindo o padrão dos exames.

“Além disso, as universidades também estão dando apoio intelectual para construção de museus e estabelecimentos de geossítios em várias cidades em parceria com prefeituras e secretarias para que estes espaços ajudem na divulgação de Geociências e entre em contato com as escolas.”

No campo científico, a interdisciplinaridade equivale à necessidade de superar a visão fragmentada da produção de conhecimento e de articular as inúmeras partes que compõem os conhecimentos da humanidade. Busca-se estabelecer o sentido de unidade, de um todo na diversidade, mediante uma visão de conjunto, permitindo ao homem tornar significativas as informações desarticuladas que vem recebendo (Garrutti & Santos, 2004).

É importante salientar também que o aumento do interesse por Geociências nos exames, nos currículos, nas escolas, pelos professores e pelos alunos podem ser oriundos de projetos e cursos de extensão em Geociências elaborados atualmente por algumas universidades, como a UFRJ, para professores e alunos.

Além disso, as universidades também estão dando apoio intelectual para construção de museus e estabelecimentos de geossítios em várias cidades em parceria com prefeituras e secretarias para que estes espaços ajudem na divulgação de Geociências e entre em contato com as escolas. E isso poderá inclusive colaborar também para que professores se qualifiquem mais, alunos da educação aprendam mais e graduandos dos cursos de Ciências Biológicas e Geografia cheguem às universidades com um maior conhecimento prévio desta área do saber.

5. Conclusão

Conclui-se que nos últimos 10 anos vem crescendo a importância da cobrança de conteúdos da Geociências e áreas afins nos exames e avaliações oficiais do país e do estado do Rio de Janeiro, ENEM e SAERJINHO respectivamente. Esta cobrança aparece na forma de questões de Geologia, Paleontologia, Arqueologia, Cosmologia e fazendo interdisciplinaridade com outras disciplinas como Biologia, Geografia, Química, Física e até mesmo com Português, demonstrando assim que está ocorrendo uma conscientização da importância de se ensinar conteúdos de Geociências, de se avaliar o aprendizado dos mesmos e de combater a visão fragmentada da produção de conhecimento articulando as inúmeras partes que compõem os conhecimentos da humanidade.

Sarah Gonçalves Duarte, *Abordagens geológica e paleontológica nas avaliações oficiais em âmbitos nacional e estadual (RJ)*

Tais cobranças de questões de Geociências e áreas afins nestes exames e avaliações farão com que professores e livros didáticos comecem a valorizar mais estes saberes inserindo os mesmos em seus planejamentos e capítulos respectivamente.

Além disso, toda esta cobrança e processos decorrentes da mesma poderá aumentar o interesse de mais jovens por esta área do saber.

No que concerne às categorias, vemos que as classes QEG, QIGO e QIPD tem presença significativa nos exames aparecendo frequentemente.

Em função dos dados, pode-se concluir que questões interdisciplinares de Geologia com outras disciplinas (QIGO) são as mais populares no ENEM no que concerne a área de Geociências.

No caso do SAERJINHO, observa-se que as questões das Geociências estão melhor distribuídas ao longo dos anos do que no ENEM, isto é, a maioria das categorias tendem a aparecer com uma certa frequência nos anos medidos.

6. Agradecimentos

A autora agradece aos doutores Mitsuru Arai e Maria Dolores Wanderley pela leitura, correção e sugestões no texto, à diretora do Colégio Estadual Coelho Neto, Adriana e ao Diretor da Regional Metropolitana IV, Marcelo Mawbeck por cederem a senha para consulta das provas do SAERJINHO no Site do CAED, à professora Flávia Souza da Cultura Inglesa pela correção do Abstract em inglês, à graduanda Lara Pereira da Silva pela tradução do segundo resumo para alemão e ao professor Dr. Francisco Silva da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro pela ajuda na construção de gráficos e análise estatística dos dados.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, L.F; ZUCON, M. H.; SOUZA, J. F.; REIS, V. S; VIEIRA, F. S. 2013. Ensino de Paleontologia: uma abordagem não-formal no Laboratório de Paleontologia da Universidade Federal de Sergipe. *Terrae Didática*, 10: 14-21

Sarah Gonçalves Duarte, *Abordagens geológica e paleontológica nas avaliações oficiais em âmbitos nacional e estadual (RJ)*

- CAED - Centro de Políticas públicas e Avaliação da Educação, 2008a. *O que é avaliação educacional?* Disponível em: <<http://www.portalavaliacao.caedufjf.net/pagina-exemplo/o-que-e-avaliacao-educacional/>> Acesso em: 20 jan. 2015.
- CAED - Centro de Políticas públicas e Avaliação da Educação, 2008b. *SAERJ SAERJINHO*. Disponível em: <<http://www.saerjinho.caedufjf.net/diagnostica/>> Acesso em: 20 jan. 2015.
- FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz, 2013. *Observatório Juventude C&T, Geociências*. Disponível em: <<http://www.juventudect.fiocruz.br/geociencias>> Acesso em: 20 jan. 2015.
- GARRUTTI, E. A. & SANTOS, S. R. 2004. A Interdisciplinaridade como forma de superar a fragmentação do conhecimento. *Revista de Iniciação Científica da FFC*, 4(2): 187 - 197.
- INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2011. *Provas e Gabaritos*. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/enem/edicoes-anteriores/provas-e-gabaritos>> Acesso em: 20 jan. 2015.
- RIO DE JANEIRO (Estado), 2010. *Educação Saerj/Saerjinho/Iderj*. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=843535> > Acesso em: 20 jan. 2015.
- ZANCHET, B. M. B. A. 2007. O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem): repercussões de uma avaliação por competência na prática pedagógica dos professores. *Revista Contrapontos* 7 (1): 55-69.

GEOPROCESSAMENTO NO APOIO À DECISÃO

Jorge Xavier da Silva, Ph.D.*

Resumo. Iniciando com colocações e discussões teóricas sobre a Geografia e o meio ambiente, o texto apresenta, a seguir, o conceito de Sínteses Intermediárias e suas relações com o apoio à decisão. Um exemplo de Síntese Intermediária, denominado Árvore de Gestão Espacializada, é apresentado em relativo detalhe, mostrando as possibilidades de análises custo *versus* benefício através de simulações. Conclusões são apresentadas sobre a importância das estruturas de integração da informação ambiental como geradoras de apoio à decisão.

Palavras-chave: Geoprocessamento; Apoio à Decisão; Gestão Ambiental.

GEOPROCESSING IN DECISION SUPPORT

Abstract. Theoretical considerations about Geography and the environment are made initially in the text. The concept of Intermediate Synthesis in relation to decision support is briefly discussed. A Spatialized Management Tree is presented as an example, showing some of its useful applications, including cost-benefit analysis coupled with simulations. Conclusions are presented concerning the importance of integrative informational structures as decision support procedures.

Keywords: Geoprocessing; Decision Support; Environmental Management.

LE GEOTRAITEMENT DANS L'APPUI A LA DECISION

Résumé. En débutant par un débat théorique sur les liens entre la géographie et l'environnement, l'article souligne à la suite le concept de synthèses intermédiaires et ses rapports avec l'appui à la décision. Pour illustrer ce concept, on présente de façon détaillé l'exemple de l'arbre de gestion spatialisée, en indiquant les possibilités de l'analyse coût-bénéfice à travers de simulations. Nos conclusions vont de pair avec l'importance des structures d'intégration de l'information environnementale en tant que promotrices de l'appui à la décision.

Mots-clés : géotraitement ; l'appui à la décision ; aménagement environnemental.

* Professor Emérito do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: xavier.lageop@gmail.com.

Embasamento Conceitual e Metodológico

O Geoprocessamento (XAVIER-DA-SILVA, 2009) pode ser considerado um conjunto de conhecimentos teóricos, conceituais e metodológicos, aos quais estão associados desenvolvimentos tecnológicos recentes, principalmente de sensoriamento remoto e processamento de dados, que lhe conferem, ao mesmo tempo, prestígios devidos e indevidos.

O Geoprocessamento não é panaceia científica e gerencial. Tem grande valor para o apoio à decisão, se corretamente associado a procedimentos que promovam a inclusão dos conhecimentos, por ele gerados, em pesquisas ambientais ou no planejamento e gestão de ambientes (Geoinclusão). Não deve ser usado, apenas, em procedimentos que lhe tragam exagerada valorização, o que pode acontecer quando esta geotecnologia é simploriamente aplicada somente na obtenção e exibição de formosos mapeamentos e imagens digitais, de grande apelo visual, mas que representam, por definição, visões fragmentárias, taxonômica, temporal e espacialmente. Como tal, carecem ser “geoincluídas”.

Algumas considerações sobre tratamento automático de dados georreferenciados poderão trazer maior esclarecimento sobre a natureza e o valor do processamento de dados aplicado aos estudos ambientais e apoiado no conceito de Geoinclusão (XAVIER et al., 2011; XAVIER-DA-SILVA; MARINO, 2011, 2012), o que será feito a seguir.

Conforme sugerido acima, o conhecimento ambiental é notoriamente baseado em *dados*, que são registros de ocorrência de fenômenos, e *informações*, que, por sua vez, são incrementos (ou seja, ganhos) daquele conhecimento. Esse conhecimento pode ser voltado para a integração de dados de diferentes origens, a serem colocados em contexto (Geoinclusão), transformando-se, assim, em elementos relevantes de apoio à decisão.

Este procedimento implica, ainda hoje, nas clássicas tarefas de identificação e classificação de fenômenos, que são alterações perceptíveis da realidade. Nos estudos ambientais, essas tarefas são geradoras de mapas temáticos, usualmente por um método que pode ser denominado *Inspeção Pontual e Generalização* (IPV). Saliente-se que esse método é inteiramente válido e coerente com a visão kantiana de geração

empírica do conhecimento (*razão a posteriori*). Em síntese, locais identificados pela mente humana como relevantes no referencial adotado (imagens, mapas, planos de amostragem, relatos, são alguns exemplos) são usados como chaves de interpretação. Por reflexão quanto às suas principais características e abstração de diferenças julgadas irrelevantes, é feita a generalização para a área geográfica postuladamente abrangida pela classe de fenômeno analisada (legenda do mapa temático, por exemplo).

Apesar dos progressos no reconhecimento de padrões e no uso de outros métodos de obtenção de classificações automáticas de fenômenos ambientais, a IPV ainda é majoritariamente usada em estudos ambientais, os quais demandam interpretação de mapas e imagens e, muitas vezes, trabalhos de campo e respectivas amostragens, nas quais a identificação e interpretação de fenômenos ambientais exige a capacidade humana para tomar decisões em situações de incerteza e ambiguidade, muito comuns em problemas ambientais.

Situação notavelmente diferente ocorre quando se torna necessário reproduzir as condições de convergência espacial e temporal de fatores causadores de fenômenos ambientais. Nos estudos ambientais, neste caso, são requeridas inspeções setoriais detalhadas nos mapas temáticos e a correspondente integração espacial de ocorrências conjugadas incidentes em suas áreas geográficas. Em outras palavras, busca-se o conhecimento sistemático das numerosas ocorrências convergentes de tipos de fenômenos (as classes de vários mapas temáticos, por exemplo). Este tratamento visa reproduzir, certamente de maneira incompleta, a axiomática ocorrência conjugada de entidades e eventos ambientais.

É também palmar que a mente humana tem limitações quanto a comparações de formas e cores em grande quantidade, por limitações de percepção e cansaço. Em contraste, buscas exaustivas de ocorrências coincidentes, acompanhadas da respectiva identificação de suas expressões espaciais, é tarefa de processamento de dados que pode ser executada, praticamente, por qualquer equipamento de computação eletrônica, atualmente. Em outras tantas palavras, o computador excede, por ordens de magnitude, a capacidade humana de executar o rastreamento sistemático de fenômenos registrados em mapas digitais. Evidentemente, cumpre aproveitar esta capacidade, sabendo, entretanto, que novas regras de relacionamento com os dados serão geradas,

tais como procedimentos e sinais especiais, que terminam por se erigir em uma nova semiótica. Nela, mapas digitais não são feitos para serem primordial e diretamente analisados apenas pela mente humana.

Os mapas passaram a ser parte integrante de modelos digitais do ambiente. Neles estão armazenados dados e informações que permitem a análise geotopológica (XAVIER-DA-SILVA; ZAIDAN, 2007) – investigação das entidades e eventos ambientais existentes e de suas relações – das condições ambientais ocorrentes em uma ocasião, em uma determinada área geográfica.

Varreduras exaustivas de possíveis ocorrências especificadas de fenômenos e as correspondentes identificações de suas áreas de ocorrência podem ser efetuadas com relativa facilidade. Este procedimento metodológico pode ser denominado *Varredura Analítica e Integração Locacional* (XAVIER-DA-SILVA, 2001). Sua utilização, que aparentemente se restringe a buscas de conjuntos de características ambientais coincidentes em área, pode ser expandida consideravelmente, passando a constituir-se em um método generalizado de investigação de ocorrências, proximidades, decorrências, precedências e outras coincidências temporais e causais presentes no arcabouço geotopológico da área geográfica sob estudo.

As buscas automatizadas ordenadas e eficientes disponíveis por Geoprocessamento ganham particular valor hoje em dia. Esforços internacionais e nacionais visando estimular e disciplinar a disseminação do conhecimento através do acesso franco a dados estão sendo realizados, como é o caso dos projetos Data.Gov.UK (<http://www.data.gov/>), INDE (<http://www.inde.gov.br/>) e, mais recentemente, o Decreto 13.117 de 15/09/2011, que institui o Plano Nacional sobre Governo Aberto (www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Dsn/Dsn13117.htm).

Cabe aos pesquisadores da área ambiental acompanhar e contribuir para o incremento do contato facilitado e difundido com os dados, principalmente através de redes, procurando visualizar e concretizar estruturas lógicas e físicas de análise e integração de dados e a decorrente geração de informações ambientais, a serem produzidas e disseminadas em tempo útil para fins de planejamento e gestão de ambientes. Um desses caminhos é a criação e desenvolvimento de sistemas de informação ambiental,

preferentemente de baixo custo para as instituições e fácil utilização pelos pesquisadores, tarefa a que alguns têm se dedicado por muitos anos.

Como pesquisadores, nossa atenção tem sido centrada na caracterização e entendimento de problemas ambientais. Com este objetivo temos desenvolvido técnicas de análise e integração de dados através do uso maciço do Geoprocessamento.

Não foi descuidada, entretanto, a devida colocação destas técnicas dentro de um contexto metodológico adequado, com o devido acompanhamento conceitual. Tentando coordenar essas três faces da pesquisa – conceitos, métodos e técnicas – o presente projeto dirige-se à expansão de verificações da validade desta forma ordenada de investigação ambiental, dirigida à criação de instrumentos de planejamento e gestão de ambientes, em associação com mecanismos de comunicação.

Sínteses Intermediárias para Apoio à Decisão

O Geoprocessamento entende-se como um conjunto de conceitos, métodos e técnicas dirigidos à transformação de dados ambientais georreferenciados em informação relevante para a compreensão e o manejo de ambientes, existindo atualmente o risco de ocorrer, algumas vezes, certo afastamento deste nobre objetivo. Tal acontece quando os tratamentos de dados ambientais se dirigem a objetivos específicos que, se bem que possam ser valiosos por representarem um aprofundamento do conhecimento científico, também representam, algumas vezes, parcelas relativamente reduzidas de contribuição para a geração do muito necessário arcabouço de entendimento do ambiente, que é a base racional do manejo ambiental. Essa deficiência é manifesta quanto à contribuição relativa ao apoio à decisão.

Em um quadro de pesquisa reflexa em relação ao ambiente científico internacional, quadro este estimulado, às vezes, por políticas de incentivo a objetivos de investigação científica atrelados a planejamentos estratégicos divergentes de nossos interesses como país, em princípio cumpre estimular, entre nós, a pesquisa ambiental autóctone, que é necessariamente idiográfica. As nossas pesquisas ambientais precisam contar com instrumentos que nos permitam entender e dominar as peculiares potencialidades e limitações que se apresentam em nosso território. É decorrência imediata desse

objetivo de entendimento e manejo que as pesquisas ambientais no Brasil precisam dirigir-se à geração de apoio à decisão quanto aos nossos prementes problemas ambientais, claramente necessitando de múltiplas ações concomitantes, e muito bem coordenadas no tempo e no espaço.

É afirmado claramente neste texto, para evitar interpretações menos nobres, que deve haver liberdade para investigar aspectos científicos absolutamente específicos de qualquer problema. Deve ficar também claro que, no caso da pesquisa ambiental, existem outras alternativas, tais como as vinculadas ao estímulo à produção científica capaz de fornecer abundante apoio à decisão dirigido à gestão ambiental. No caso do Geoprocessamento, tal alternativa pode ser entendida como a criação de procedimentos integradores dos dados ambientais e aptos a gerar estruturas informacionais destinadas a apoiar decisões. É aqui proposto o termo “sínteses intermediárias”, para estas estruturas, algumas delas elencadas a seguir.

“O trabalho interdisciplinar é estimulado pelas agregações paulatinas, que induzem avaliações conjuntas das equipes participantes, podendo ser exercido por equipes especializadas segundo os setores da árvore (partes de Geociências, de Saneamento, de Saúde, de Educação, entre outras).”

Sínteses Intermediárias

- Probabilidades de ocorrência (assinaturas ambientais)
- Monitoria ambiental / Séries históricas
- Análises de expansões orientadas
- Identificação de proximidades múltiplas
- Avaliações por critérios múltiplos
- Identificação e cotejo de áreas críticas
- Comparações entre incongruências de uso
- Estimativas de Impactos ambientais
- Índices de geodiversidade
- Potenciais conflitantes

- Árvores de Gestão Especializada
- Relações Oferta x Demanda e Análises custo/benefício
- Simulações sinérgicas
- Interações espaciais
- Planos de contingência
- Zoneamentos por critérios reproduzíveis

Como exemplo de aplicação destas técnicas, que compõem uma metodologia de Geoprocessamento voltada para o apoio à decisão, será apresentado a seguir a então denominada “Árvore de Decisão”, atualmente designada também como “Árvore de Integração” e, no presente projeto, pode ser renomeada como “Árvore de Gestão Especializada”. Esta aplicação é oriunda de uma investigação conduzida por órgãos da Defesa Civil de Juiz de Fora (MG), e contribuiu para que um trabalho sobre desastres ambientais por eles realizado, usando recursos do SAGA/UFRJ, fosse premiado em um concurso internacional ocorrido em Dubai, em 2010 (SILVA et al., 2010).

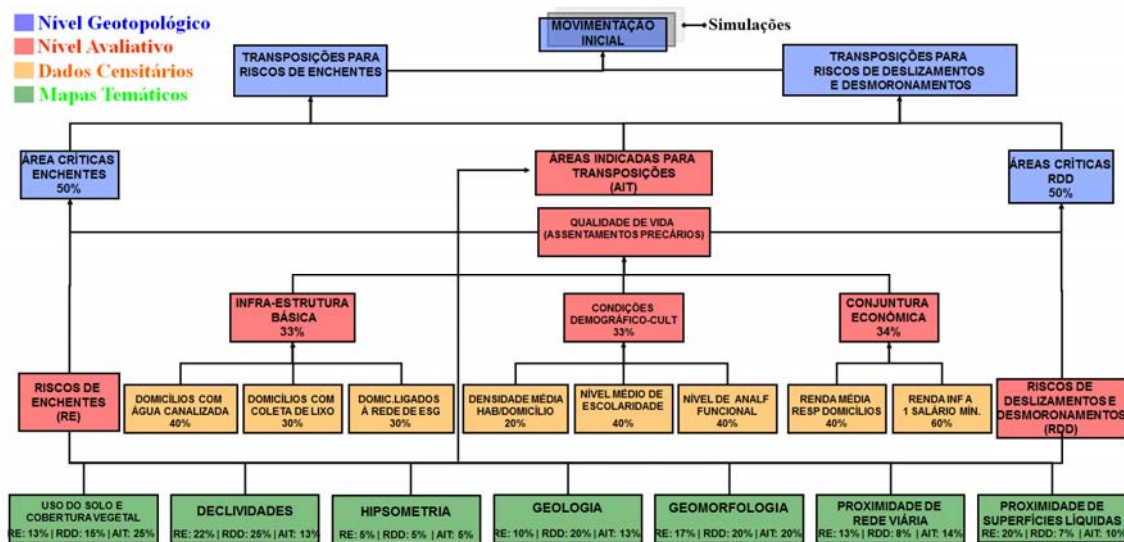


Figura 1. Árvore de Gestão Especializada para Transposições de Assentamentos Precários (MARINO et al., 2012)

Algumas características da árvore acima representada merecem ser destacadas. Destas características poderá ser apreendida a natureza objetiva da Rede de Gestão Especializada (RGE ou RGEN, no caso de âmbito nacional), em termos de vigilância e controle de todo o conjunto de Árvores de Gestão Especializada (AGE ou AGEM, se as unidades de aplicação de recursos forem municípios).

A geração de novos mapas digitais avaliativos pode ser feita através de diversos procedimentos de avaliação, estando implementado na versão utilizada em Juiz de Fora um esquema dos denominados *Multi Criteria Evaluations* (MCE), presentemente disponível.

No caso de uso de MCE, as agregações feitas com mapas temáticos, situados na porção mais baixa da ilustração acima (os mapas apresentados são ilustrativos, podendo ser quaisquer outros julgados relevantes), devem ser feitas de forma paulatina, por afinidades entre os temas, de maneira análoga à dos mapas censitários (em amarelo na ilustração citada).

Exemplificando com a ilustração: os mapas de Declividade, Geomorfologia e Declividade podem ser avaliados para constituírem um Mapa de Fatores Naturais; os mapas de Uso da Terra e Proximidade da Rede Viária poderão ser grupados em um mapa avaliativo denominado Heranças Geo-históricas (testemunham atuações humanas anteriores); os restantes mapas de exemplo na ilustração poderiam ser constituintes de um mapa de Proximidades Fluviais. Estas agregações paulatinas de pequeno número de mapas permitem que as avaliações, a cada agregação, mantenham poder discriminador, em termos de número de classes de avaliação possíveis.

O trabalho interdisciplinar é estimulado pelas agregações paulatinas, que induzem avaliações conjuntas das equipes participantes, podendo ser exercido por equipes especializadas segundo os setores da árvore (partes de Geociências, de Saneamento, de Saúde, de Educação, entre outras).

As áreas computadas em qualquer dos mapas, a comando dos usuários, e referentes a uma categoria (ou um polígono qualquer do mapa), representa a probabilidade de ocorrência aleatória de qualquer das classes do mapa (ou do polígono selecionado), em relação à área total do mapa digital.

Permite simulações para estudo de sensibilidade de cada parâmetro (mapa participante da avaliação) ou conjunto de parâmetros em que haja interesse. Como consequência, comparações entre alterações hipotéticas nos mapas digitais. Por exemplo, nos seus pesos relativos, uma vez tornados representativos de percentuais de verbas disponíveis. Comparações entre possíveis resultados de aplicações diversas podem ser assim feitas.

Por exemplo, comparações, em termos da finalidade da árvore, entre as aplicações a serem feitas em obras ou serem feitas em educação ou saúde.

O nível geotopológico permite definição de proximidades como elemento de apoio à decisão. Por exemplo: quais as favelas que podem ser removidas para locais próximos também já identificados na árvore, quais não tem condições de ser removidas e deverão ter seus locais de ocorrência mantidos, após a indispensável eliminação dos riscos ambientais neles identificados e criadas condições mínimas de habitabilidade (conceito de “favela bairro”, atualmente usado nas grandes favelas do Rio de Janeiro).

“O recorte escolhido, assim enriquecido de conteúdo informativo, pode ser lançado sobre outro mapeamento total ou parcial. Por exemplo: os bairros constantes de um mapeamento de uma cidade que foram mais beneficiados por alguma aplicação de recursos apresentam coincidência com alguma característica social, tal como pobreza da população?”

São exemplos de outras avaliações/comparações/simulações com resultados de diferentes aplicações: aptidões agrícolas, diferentes potenciais turísticos, alternativas de localização industrial, riscos de epidemias, consequências de campanhas de educação, entre outros.

Como consequência de simulações, as AGEMs permitem tentativas de conciliação, através de um balanceamento dos recursos a serem aplicados, entre paradigmas naturalmente conflitantes, como Desenvolvimento Econômico, Qualidade de Vida e Sustentabilidade (MARINO et al., 2013).

Qualquer dos mapas (iniciais ou derivados das análises) pode ter a identificação de percentuais de ocorrência consultados a qualquer momento da análise e os mapas assim selecionados podem ser lançados sobre outros, permitindo definição de superposições de interesse. Ex.: percentagem de riscos de agravos pessoais (furtos, assaltos) em áreas turísticas. Os mesmos resultados (e qualquer dos mapas) podem ser lançados sobre as bases cartográficas e de imagens do *Google Earth*.

Documentações de várias naturezas, relativas às entidades e eventos identificados, podem ser armazenadas e recuperadas ao longo das análises. São exemplos: mapas, fotos, textos, vídeos.

Os resultados mapeados de avaliações podem ser colocados, total ou parcialmente, sobre recortes espaciais de interesse (bairros, setores censitários, áreas de proteção ambiental, zonas e seções eleitorais, entre outros). O recorte escolhido, assim enriquecido de conteúdo informativo, pode ser lançado sobre outro mapeamento total ou parcial. Por exemplo: os bairros constantes de um mapeamento de uma cidade que foram mais beneficiados por alguma aplicação de recursos apresentam coincidência com alguma característica social, tal como pobreza da população? A resposta pode apoiar a decisão de continuar ou não concedendo recursos financeiros à municipalidade envolvida.

Em conclusão, todo o andamento das análises produtoras das estimativas, seus resultados em termos de propostas de utilização de fundos e o acompanhamento das respectivas implementações podem ser monitorados pela cadeia de comando, a qual adquire poder de constatar atrasos e desvios de conduta em tempo útil para correção. Para isto estarão disponíveis as árvores de gestão especializada (AGEs ou AGEM, no caso de municípios) propostas inicialmente pelos próprios solicitantes de apoio e fundos, as quais serão os elementos de controle da cadeia de comando.

Referências Bibliográficas

- MARINO, T. B.; GOES, M. H. DE B.; SILVA, N. M. F. DA. *Geoprocessamento no Apoio à Avaliação da Qualidade de Vida no Município de Seropédica (RJ)*. Anais XVI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR. p.8, 2013.
- MARINO, T. B.; XAIVER-DA-SILVA, J.; QUINTANILHA, J. A. *Metodologia para Tomada de Decisão no Âmbito de Riscos Sócio-Ambientais em Áreas Urbanas: Desmoronamentos e Enchentes em Assentamentos Precários na Bacia do Córrego Cabuçu de Baixo - SP*. *Revista Brasileira de Cartografia*, v. 64, n. 1, p. 83–101, 2012.
- SILVA, J. M. DA; OGURA, A. T.; SILVA, H. A. DA; CRUZ, J. H. M. DA. *Plan Municipal para la Reducción de Riesgos. Concurso de Buenas Prácticas*, 2010.
- XAVIER, J.; GOES, M. H. DE B.; MARINO, T. B. *Geoinclusão: Um Caminho do Dados à Informação*. *Revista de Geografia*, v. 1, n. 1, p. 1–5, 2011.
- XAVIER-DA-SILVA, J. *Geoprocessamento para Análise Ambiental*. 1ª Edição ed. Rio de Janeiro, Brasil, 2001.

XAVIER-DA-SILVA, J. O que é Geoprocessamento? *Revista do CREA-RJ* N° 79, p. 42–44, 2009.

XAVIER-DA-SILVA, J.; MARINO, T. B. *A Wanted Traffic*. Proceeding of the 10th International Symposium on Spatial Accuracy Assessment in Natural Resources and Environmental Sciences. p.6, 2012.

XAVIER-DA-SILVA, J.; MARINO, T. B. *Citizenship through data sharing in the Amazon region*. Proceedings of the 2nd International Conference on Computing for Geospatial Research & Applications - COM.Geo '11. p.1–5, 2011.

XAVIER-DA-SILVA, J.; ZAIDAN, R. T. (ORGS.). *Geoprocessamento para Análise Ambiental: Aplicações*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

ANÁLISE DA COBERTURA DE HIDRANTES DE COLUNA NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - BRASIL

Arthur Jorge de Veras da Silva¹

Marcelo Leite de Souza²

Jeferson Esteves Fidelis³

Mario Cesar Castro da Cunha⁴

Bruna Medeiros Gonçalves de Veras⁵

Tiago Badre Marino⁶

Jorge Xavier da Silva⁷

Resumo. A cobertura da totalidade da área de uma localidade não depende somente de uma quantidade mínima de hidrantes, mas também é fundamental analisar a distribuição espacial destes recursos. Neste sentido, o presente estudo tem como objetivo analisar a cobertura dos hidrantes de coluna em todo o município do Rio de Janeiro, classificando os bairros conforme seu Índice de Cobertura de Hidrantes. Desse modo, foi desenvolvido o Índice de Cobertura de Hidrantes (ICH). O ICH foi calculado com a divisão da área total de cobertura dos hidrantes existentes pela da área urbana da localidade.

¹ 1º Tenente Bombeiro Militar. Corpo de Bombeiros Militar do Estado Rio de Janeiro. Grupamento Técnico de Suprimento de Água para Incêndio. Graduando em Engenharia Civil pelo CEFET/RJ. Brasil. E-mail: arthurdeveras@hotmail.com.

² Tenente-Coronel Bombeiro Militar, Corpo de Bombeiros Militar do Estado Rio de Janeiro. Grupamento Técnico de Suprimento de Água para Incêndio. Pós-Graduado em Gestão e Planejamento Ambiental. Brasil. E-mail: cmt.gtsai@cbmerj.rj.gov.br.

³ Capitão Bombeiro Militar, Corpo de Bombeiros Militar do Estado Rio de Janeiro. Grupamento Técnico de Suprimento de Água para Incêndio. Brasil. E-mail: jefidelis@gmail.com.

⁴ Subtenente Bombeiro Militar. Corpo de Bombeiros Militar do Estado Rio de Janeiro. Grupamento Técnico de Suprimento de Água para Incêndio. Graduado em Ciências Contábeis. Brasil. E-mail: mariocesarcc@gmail.com.

⁵ Mestre em Engenharia Biomédica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto Nacional de Cardiologia. Brasil. E-mail: medeiros_bruna@yahoo.com.br.

⁶ Doutor em Informática pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Brasil. E-mail: tiagomarin@hotmail.com.

⁷ Professor Emérito do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Brasil. E-mail: xavier.lageop@gmail.com.

A utilização do ICH visa medir a porcentagem de cobertura de cada bairro, possibilitando uma análise quantitativa e qualitativa do posicionamento dos hidrantes. Uma análise socioeconômica dos bairros com maior ICH evidencia uma maior cobertura em locais de alto poder aquisitivo e locais turísticos (Zona Sul).

Palavras-chave: hidrante de coluna; índice de cobertura de hidrantes; plano operacional de gerenciamento de recursos hídricos; Corpo de Bombeiros do estado do Rio de Janeiro.

ANALYSIS OF COLUMN HYDRANTS COVERAGE IN THE CITY OF RIO DE JANEIRO

117

Abstract. The coverage of the entire area of a city depends not only on a minimal amount of hydrants, but it is also essential to analyze their spatial distribution. Therefore, this study aims to analyze fire hydrants' spatial coverage throughout the city of Rio de Janeiro, classifying neighborhoods according to their Hydrants Coverage Index. Thus, a Fire Hydrants Coverage Ratio (ICH) was formulated by dividing the sum of operational area covered by existing hydrants per neighborhood's total area. The ICH aims to measure the fire hydrant network coverage efficiency, segmented by neighborhood, providing a qualitative and quantitative analysis. The results point that high purchasing power and tourist locals present better coverage than suburban areas.

Keywords: fire hydrant; fire hydrants coverage index; operational plan for water resources management; Rio de Janeiro Fire Department.

ANALYSE DE LA COUVERTURE DE BORNES D'INCENDIE DANS LA VILLE DE RIO DE JANEIRO

Résumé. La couverture de toute la surface d'une localité dépend non seulement d'une quantité minimale de bornes d'incendie, mais il est également essentiel d'analyser la répartition spatiale de ces ressources. En ce sens, la présente étude vise à analyser la couverture des bornes de colonne dans toute la ville de Rio de Janeiro, en classifiant les quartiers selon leur Indice de Couverture d'Hydrants. Ainsi, on a développé l'Indice de Couverture d'Hydrants (ICH). L'ICH a été calculé en divisant la zone de couverture totale des bornes existantes pour la zone urbaine de la localité. L'utilisation du ICH vise à mesurer le pourcentage de couverture de chaque quartier, ce qui permet une analyse qualitative et quantitative du positionnement des bornes d'incendie. Une analyse socio-économique des quartiers avec les plus hauts ICH montre une plus grande couverture dans les locaux de pouvoir d'achat élevé et locaux touristiques (Zone Sud).

Mots-clés : borne d'incendie ; l'Indice de Couverture d'Hydrants ; plan opérationnel de la gestion des ressources hydriques ; Département de Pompiers de l'État de Rio de Janeiro.

A. J. V. da Silva; M. L. de Souza, J. E. Fidelis, M. C. C. da Cunha, B. M. G. de Veras, T. B. Marino e J. Xavier da Silva, *Análise da cobertura de hidrantes de coluna no município do Rio de Janeiro – Brasil*

Introdução

O Corpo de Bombeiros Provisório da Corte, atual Corpo de Bombeiro Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ), foi criado em 1856 pelo Imperador D. Pedro II, com o principal objetivo de combater os diversos incêndios que ocorriam na cidade do Rio de Janeiro. À época, os recursos hídricos para o uso público e para o combate a incêndios eram provenientes apenas das águas do Rio Carioca, que era canalizado através de calha de telhas para diversos chafarizes espalhados pela região do Centro da cidade (GTSAl, 2013).

Mesmo com a ampliação do sistema de distribuição de água, que ocorreu com o progresso da cidade e a necessidade de proporcionar água encanada até os domicílios, era imprescindível uma forma mais eficaz para o abastecimento nos locais de incêndios.

O início da utilização de hidrantes ocorreu no ano de 1871, sendo instalados apenas três aparelhos da rede distribuidora nas seguintes localidades: Casa da Moeda, Casa de Detenção e Arsenal de Guerra. Em 1876, foi criado o Serviço de Registro do Corpo de Bombeiros, cuja finalidade era catalogar os pontos de captação de água que seriam utilizados nas viaturas especializadas em combate de incêndio. A evidente melhora no abastecimento de recursos hídricos efetuado pelos bombeiros e o desenvolvimento da cidade, culminou na instalação de 218 hidrantes em apenas cinco anos (GTSAl, 2013).

O antigo Serviço de Registro foi ampliado ao longo dos anos, culminando em 1996 com o surgimento do atual Grupamento Técnico de Suprimento de Água para Incêndio (GTSAl). Dentre as atividades desenvolvidas pelo GTSAl, destacam-se:

- Apoio operacional de abastecimento de água aos grupamentos de todo estado do Rio de Janeiro com a viatura especializada ASTA-002 (Auto Serviço Tático de Abastecimento), que possui equipamentos necessários para captação de água em qualquer manancial;
- Disseminar a cultura de suprimento de água para incêndio para as demais unidades operacionais do estado do Rio de Janeiro e;
- Criação de um banco de dados de hidrantes de coluna e de outros pontos de captação de recursos hídricos.

Até o ano de 2008, as informações sobre o volume ou a vazão do ponto de captação de água da região de atuação do quartel eram armazenadas em fichas manuscritas no Centro de Operações dos Grupamentos. Quando o quartel era acionado para uma ocorrência de incêndio, o comandante de operações extraía desse banco de dados manual as informações atinentes à ocorrência. Ao longo dos anos, houve deterioração das fichas, acarretando na perda de informações importantes.

Considerando a necessidade de um banco de dados unificado e acessível a todos os quartéis e da maior segurança para as informações armazenadas, o GTSAI firmou uma parceria com o Laboratório de Geoprocessamento da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LAGEOP/UFRRJ) para criação de um banco de dados unificado e georreferenciado. A nova ferramenta resultante dessa parceria foi chamada de Plano de Gerenciamento Operacional de Recursos Hídricos (PGORH) e permitiu a universalização das informações e o acesso aos dados em tempo real.

Além disso, a disponibilização de um banco de dados eletrônico facilitou a realização de análises de cobertura de hidrantes de coluna em diferentes localidades. No estudo de Silva et. al (2013) demonstrou-se que nas regiões do Centro e Zona Sul do município do Rio de Janeiro existem áreas que não estão cobertas pelos hidrantes de coluna, ocasionando um abastecimento deficiente de água para incêndios. Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo analisar a cobertura dos hidrantes de coluna no município do Rio de Janeiro, classificando os bairros conforme seu Índice de Cobertura de Hidrantes (ICH).

MÉTODOS E MATERIAIS

Áreas Avaliadas

A cidade do Rio de Janeiro está situada no sudeste do Brasil e tem uma grande área de ocupação urbana e diversas realidades socioeconômicas distintas. Segundo o site Armazém de Dados (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2015), o município está dividido oficialmente em cinco Áreas de Planejamento, contendo 33 regiões administrativas, que, por sua vez, são compostas pelo grupamento de 161 bairros. Outra

divisão comumente utilizada é o desmembramento do município em cinco regiões: Zona Norte, Zona Oeste, Zona Sul, Centro e Ilha do Governador. Para analisar com detalhes a quantidade de hidrantes de coluna existentes foi utilizado o estudo por bairros.

Banco de Dados

O PGORH é uma plataforma web que utiliza o Google Maps API – (Application Programming Interface) como base de dados, o que torna o sistema multiplataforma e com abrangência em todo o estado do Rio de Janeiro. Um sistema multiplataforma opera através de um navegador, independente do sistema operacional utilizado (SILVA e MARINO, 2011).

Os dados que compõem o PGORH são originados do cadastramento das fichas antigas e da busca que cada quartel realizou dentro de sua jurisdição por hidrantes de coluna e outros pontos de captação de água. Esta nova procura teve como objetivo relacionar possíveis locais de incêndio (indústrias, escolas, depósitos, edificações multifamiliares e hospitais) com a proximidade dos recursos hídricos disponíveis.

A Figura 1 constitui um exemplo de operação utilizando PGORH. Foi simulado um incêndio na Região da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro e todos os pontos de abastecimento de água no raio de 300 metros foram identificados. Caso não houvesse recursos hídricos neste raio de atuação, o raio vai sendo aumentado até que seja encontrado algum ponto de abastecimento de água. Simultaneamente, é possível observar todas as informações dos hidrantes de coluna – endereço, vazão, coordenadas geográficas, situação do hidrante, quartel responsável etc (Figura 2).

Vale destacar que o presente estudo não considera a situação do hidrante de coluna (operante ou inoperante), sendo observada apenas a existência do aparelho.



Figura 1. Exemplo de operação do PGORH: “Consulta de todos os hidrantes de coluna existentes no raio de 300 metros do endereço Rua Nossa Senhora de Copacabana – Copacabana”.

Arquivos: 0
Formulário: Hidrante
ID: 82857
URL: http://viconsaga.com.br/82857
Criado: 24/04/2015 19:10 - copacabana
Atualizado: -
Coordenadas: -22.9669130,-43.1803660
Coordenadas UTM: 7458986,83:686546,25 23K
Quartel de Bombeiros*:
Tipo de Logradouro:
Logradouro: NOSSA SENHORA DE COPACABANA
Número: 360
Complemento: -
Bairro: COPACABANA
Cidade: RIO DE JANEIRO
Situação do Hidrante:
Vazão Diurna: 600
Vazão Noturna: -
Defeito: -
Obs: -
Vistoriado pela OBM:
Digitador*:

Figura 2. Informações sobre um hidrante de coluna próximo ao local de interesse.

ANÁLISE DO BANCO DE DADOS

Hidrantes cadastrados no PGORH e área de cobertura

A. J. V. da Silva; M. L. de Souza, J. E. Fidelis, M. C. C. da Cunha, B. M. G. de Veras, T. B. Marino e J. Xavier da Silva, *Análise da cobertura de hidrantes de coluna no município do Rio de Janeiro – Brasil*

Objetivando o controle e estudo dos dados cadastrados, o sistema emite relatórios em diversos formatos, tais como: PDF, Excel, KML – Google, HTML, mapas, Raster/TIFF e SHP (SILVA e MARINO, 2011).

Para analisar a quantidade de hidrantes de coluna cadastrados no município do Rio de Janeiro, foi exportado do PGORH um relatório em Microsoft Excel. Na planilha gerada foram adicionados filtros a fim de verificar os dados dos bairros.

A visualização da área de abrangência operacional dos hidrantes de coluna utilizou como parâmetro o raio de 300 metros pois, de acordo com o item 5.3.3 da NBR 12218 – Projeto de rede de distribuição de água para abastecimento público – Procedimento – da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2006), a distância máxima entre dois hidrantes deve ser de 600 metros, contada ao longo dos eixos das ruas.

Considerando tais parâmetros, a área de cobertura de um hidrante de coluna para a realização das análises foi calculada conforme a equação 1.

$$\text{Área de Cobertura}_{HC} = \pi r^2 = \pi \cdot (300m)^2 \cong 0,283 \text{ Km}^2 \quad (1)$$

Índice de Cobertura de Hidrante (ICH)

Para atender às necessidades operacionais de abastecimento de água para incêndios é importante a existência de hidrantes de coluna próximos. Os hidrantes devem ter uma localização estratégica, visando cobrir a maior área possível. O posicionamento destes aparelhos de forma concentrada causa a existência áreas sobrepostas e de localidades descobertas.

A cobertura da totalidade da área de um determinado bairro não depende somente de uma quantidade mínima de hidrantes (análise quantitativa), mas também é fundamental a análise de onde são instalados (qualitativa).

Para calcular a porcentagem de cobertura de hidrantes de coluna em cada bairro foi utilizado o PGORH. Cada aparelho existente foi posicionado com sua respectiva área de atuação. As áreas de cobertura de cada um foram somadas e as áreas de interseção

foram descontadas, resultando na área útil de cobertura dos hidrantes ($\text{Área}_{\text{útil}}$). O Índice de Cobertura de Hidrantes (ICH) é determinado com a divisão da área total de cobertura dos hidrantes existentes ($\text{Área}_{\text{útil}}$) pela da área urbana da localidade (Área_U), conforme equação 2. Para calcular o ICH deve-se levar em consideração apenas a área urbana (regiões residenciais, industriais ou comerciais), áreas de florestas ou matas não são objetos de projeto pela NBR 12218 (ABNT, 2006).

$$ICH = \frac{\text{Área}_{\text{útil}}}{\text{Área}_U} \quad (2)$$

O ICH tem a variação de 0 a 1, sendo 1 a área totalmente coberta e 0 totalmente descoberta. Este índice proporciona uma análise qualitativa do posicionamento dos hidrantes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Índice de Cobertura de Hidrantes

A avaliação da real situação da cobertura dos hidrantes de coluna existente em todo o município do Rio de Janeiro depende não só da quantidade de hidrantes existentes, mas também do seu posicionamento no território. Por exemplo, dois hidrantes posicionados muito próximos têm suas áreas de cobertura parcialmente ou quase totalmente sobrepostas, o que não permite o aproveitamento da área de cobertura máxima de cada um.

A quantidade de hidrantes de coluna existentes foi retirada do banco de dados do PGORH e foram previamente catalogados.

Para analisar se a quantidade de hidrantes de coluna existente é suficiente e se a localização permite o melhor aproveitamento da capacidade máxima do hidrante de coluna, foi utilizado o Índice de Cobertura de Hidrantes (ICH). A tabela 1 mostra a

classificação decrescente de alguns bairros do município do Rio de Janeiro, conforme o ICH.

Tabela 1. Classificação dos Bairros pelo ICH

Class.	Bairro	Área Urbana (Km ²)	Quantidade de Hidrantes	ICH
1	Humaitá	0,5409	34	0,953
2	Ipanema	1,7267	106	0,944
3	Copacabana	2,9081	168	0,891
4	Riachuelo	0,7346	26	0,883
5	Méier	2,4737	96	0,880
6	Todos os Santos	1,0138	40	0,855
7	Flamengo	1,2649	46	0,843
8	Leblon	1,9531	77	0,836
9	Catete	0,5877	20	0,835
10	Cachambi	2,2527	67	0,773
11	Botafogo	3,7109	125	0,742
12	Laranjeiras	1,6524	47	0,721
13	Leme	0,4065	13	0,703
14	Sampaio	0,7137	12	0,687
15	São Cristóvão	3,2086	69	0,685
16	Praia da Bandeira	0,3774	7	0,680

17	Jardim Sulacap	1,8127	37	0,679
18	Cocotá	0,4906	15	0,675
29	Santa Teresa	2,6263	72	0,610
50	Centro	4,4563	65	0,489
98	Irajá	6,4607	25	0,205
133	Campo Grande	43,4646	42	0,050
140	Santa Cruz	31,2990	7	0,014
158	Santíssimo	3,8738	0	0,000
161	Vista Alegre	0,5158	0	0,000

O município do Rio de Janeiro é o mais populoso e rico do estado e também tem importância estratégica para o Brasil. Na sua história teve um forte fluxo de imigração que culminou na ocupação de várias localidades distantes de centro.

Uma análise socioeconômica dos bairros com maior ICH evidencia uma maior cobertura em locais com forte atividade turística ou nos quais a população residente tem alto poder aquisitivo. Por exemplo, o bairro do Leblon que pertence a Zona Sul do município tem o ICH igual a 0,836, isso significa que aproximadamente 84% de toda área urbana do bairro tem hidrantes com uma distância igual ou menor que 300 metros. A figura 3 evidencia a área total do bairro, considerando a soma da área urbana com a área de mata.

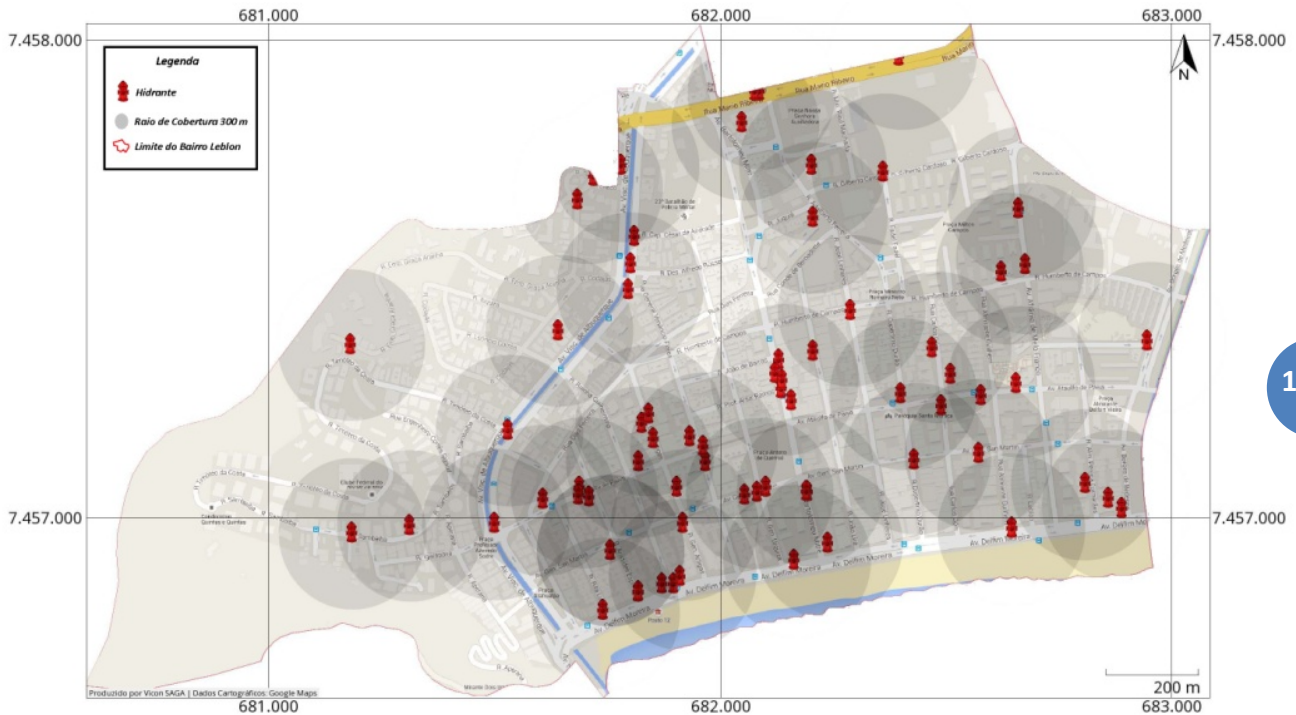


Figura 3. Área do bairro do Leblon com o posicionamento georreferenciados dos hidrantes de coluna

Bairros como o de Irajá, que fica na Zona Norte da cidade e tem ICH 0,205, têm situação crítica que evidencia uma deficiência na cobertura de hidrantes. Devido ao baixo ICH poderão ocorrer problemas logísticos no gerenciamento do abastecimento de água em incêndios e, conseqüentemente, o combate a incêndio será prejudicado. Nestes casos, o risco de propagação dos incêndios é maior, trazendo grandes prejuízos financeiros para esses bairros. Vale ressaltar que alguns bairros não possuem hidrantes, logo o abastecimento de água para incêndio é baseado apenas em pequenas fontes locais (cisternas, piscinas etc.) e rodízio de viaturas.

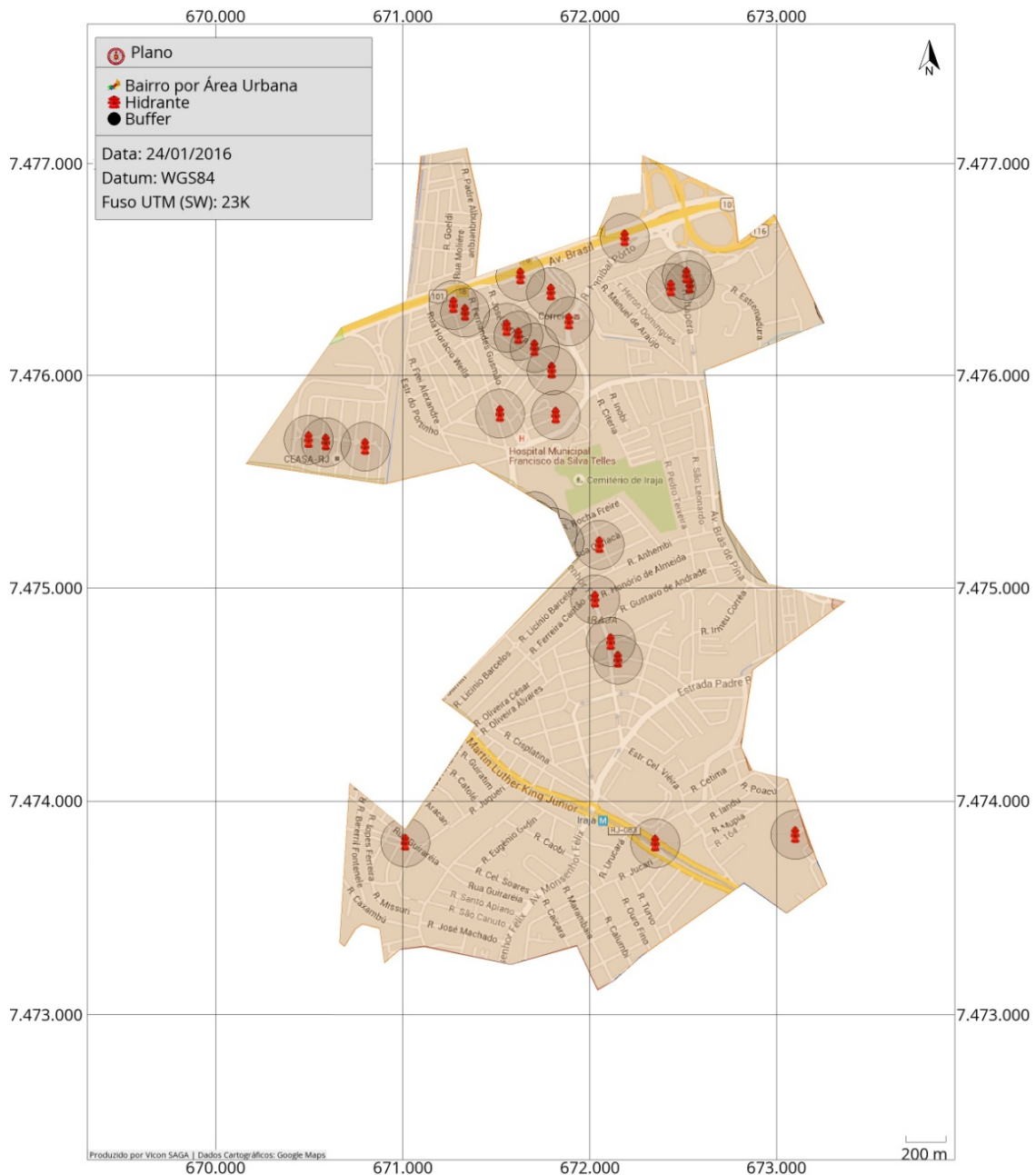


Figura 4. Área do bairro do Irajá com hidrantes de coluna georreferenciados com seus respectivos raios operacionais (*buffers*) de 300 metros.

A análise da área de cobertura dos hidrantes de coluna é fundamental para o dimensionamento da instalação de novos hidrantes, visando atender novas demandas referentes ao crescimento urbano e aos pontos críticos ainda não cobertos. A responsabilidade jurídica de fazer este estudo é do CBMERJ juntamente com a Permissionária ou Concessionária de abastecimento de água e esgoto que atende ao município, de acordo com §1º, artigo 11 do Decreto 22872/96 – Regulamento dos

Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgoto Sanitário do Estado do Rio de Janeiro e o parágrafo único do artigo 23 do Decreto 897/76 – Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico.

Para calcular a exata quantidade de hidrantes de coluna de uma rede de abastecimento de água deverão ser abordados outros critérios além da área de cobertura de um hidrante de coluna, destacando-se como principais parâmetros: distância útil de 600 metros entre hidrantes de coluna contado ao longo de eixo das ruas, critérios técnicos da rede de abastecimento e a instalação em pontos críticos (a critério do CBMERJ). Com estes novos parâmetros, a quantidade de hidrantes de coluna aumentaria consideravelmente.

Considerações Finais

O presente estudo evidenciou a importância da utilização do PGORH, que trouxe maior agilidade ao abastecimento de água para incêndios, destacando, portanto, a importância do cadastramento dos pontos de recursos hídricos das áreas operacionais. O PGORH funciona como ferramenta para que a equipe gestora do CBMERJ tenha embasamento técnico para tomada de decisões na prevenção de novos incêndios.

Para prestar um serviço eficiente de abastecimento de água para incêndios é fundamental que cada quartel saiba exatamente o posicionamento de cada hidrante, facilitando uma estratégia prévia de atendimento a pontos críticos. Caso haja áreas sem a abrangência de um hidrante, o quartel deve adotar outros meios de captação de recursos hídricos, tais como cisternas, piscinas e solicitação de mais água transportada (carros pipa).

Referências Bibliográficas

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). *NBR 12218. Projeto de rede de distribuição de água para abastecimento público – Procedimento*. Rio de Janeiro, 1994.
- GRUPAMENTO TÉCNICO DE SUPRIMENTO DE ÁGUA PARA INCÊNDIO (GTSAI). Disponível em: <http://www.gtsai.cbmerj.rj.gov.br/>. Acesso em 16 de janeiro de 2016.

- PLANO DE GERENCIAMENTO OPERACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS. Disponível em: <http://www.viconsaga.com.br/index.php?pid=3>. Acesso em 25 de novembro de 2015.
- RIO DE JANEIRO (Estado). *Decreto n.º 22872*, de 28 de setembro de 1996. Aprova o Regulamento dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado do Rio de Janeiro, a Cargo das Concessionárias ou Permissionárias.
- RIO DE JANEIRO (Estado). *Decreto n.º 897*, de 21 de setembro de 1976. Regulamenta o Decreto-lei n.º 247, de 21-7-75, que dispõe sobre segurança contra incêndio e pânico. Rio de Janeiro. 1976.
- RIO DE JANEIRO (Município). *Armazém de Dados*. Disponível em: http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairros cariocas/index_ra.htm. Acesso em 20 de dezembro de 2015.
- SILVA, A. J. V. *Gerenciamento de Recursos Hídricos para Incêndios na Região do Centro e Zona Sul do Município do Rio de Janeiro*. XX Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos. Bento Gonçalves (RS), 2013.
- SILVA, J. X.; MARINO, T.B. *A Geografia no apoio à decisão em situações de emergências*. Revista Geográfica da América Latina - XIII Encuentro de Geógrafos da América Latina. Universidad de Costa Rica, Costa Rica, 2011, pp. 1-14.

POSIÇÕES

TEXTO 1

“PETRALHAS” VS. “TUCANAZIS” E A REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL

Jean Pires de Azevedo Gonçalves¹

Resumo. Este texto foi escrito em fevereiro de 2015, a partir da leitura do clássico “A Revolução Burguesa no Brasil” do sociólogo brasileiro Florestan Fernandes. A ideia era tentar compreender a atual situação política do país polarizada entre duas agremiações partidárias hegemônicas – PT e PSDB. Tal oposição ia muito além das questões ideológicas ou entre tendências da esquerda e da direita. A questão de fundo era, na verdade, o modelo de desenvolvimento capitalista no contexto da revolução burguesa no Brasil. No livro, Florestan Fernandes faz um estudo pormenorizado dos elementos e tendências que desembocaram nas particularidades do capitalismo brasileiro, no qual o controle do Estado é condição inexorável.

Palavras-Chave: Revolução Burguesa no Brasil; polarização política; patrimonialismo; democracia liberal.

O título deste pequeno ensaio recorda como militantes e simpatizantes das duas agremiações partidárias, PT e PSDB, se denominam, ofensiva e mutuamente, em seus ataques verbais e acusações que, quase sempre, ultrapassam os limites da “boa política” (se é que isso existe) e inflamam as picuinhas e controvérsias nos jornais, nas ruas e, principalmente, nas redes sociais da internet. As alcunhas, deveras depreciativas, indicam o tom de animosidade que se avolumou no Brasil nos últimos anos, chegando ao ápice na atual conjuntura política. Quanto ao “vs” (de “versus”), segue o que foi dito acima, e deve ser entendido como uma anedota. Trata-se de uma referência a como são descritas as chamadas de confronto entre dois lutadores em competições de vale-tudo (MMA) pela mídia esportiva. Com tal analogia, convido a/o leitor/a a imaginar uma cena na qual um grande número de espectadores se põe em posição passiva diante de um ringue onde dois oponentes de força mais ou menos equilibrada e características muito parecidas, como altura, peso, força etc., mas, também, muitas diferenças, como técnica,

¹ Doutor em Geografia Humana, pela Universidade de São Paulo (USP). Participante do Grupo de Pesquisas “Geografia Urbana: a vida cotidiana e o urbano”.

tipo de modalidade de arte marcial que praticam etc., se enfrentam numa disputa pelo troféu da categoria à qual pertencem.

Brincadeiras à parte, o título do artigo pretende lembrar também que PT e PSDB são no momento os dois partidos com maior representatividade no cenário da política brasileira – pelo menos tem sido assim nas últimas eleições presidenciais – e têm centralizado o eixo das hostilidades que se intensificam e mobilizam um grande número de pessoas que mal compreendem o que está de fato em jogo e que estão totalmente excluídas das grandes questões de fundo que emergem transfiguradas na política nacional e suas repercussões midiáticas. E aqui entra a segunda parte do título, “a revolução burguesa no Brasil”, que será explicado ao longo deste texto.

Assim sendo, a rivalidade partidária é comumente entendida, pelos meios de comunicação e a opinião pública em geral, como uma disputa entre situação e oposição, esquerda e direita ou, num plano mais elaborado e ao mesmo tempo grosseiro, entre socialistas e capitalistas (ou neoliberais). Nada mais enganoso. PT e PSDB são dois partidos que defendem modelos distintos de capitalismo. Diria mesmo que, metodologicamente, a política econômica do PT, de crescimento do mercado interno, é, inclusive, mais ortodoxa, no sentido do liberalismo clássico, do que as práticas propostas pelo PSDB. Este último, na verdade, busca perpetuar uma política de desenvolvimento econômico que caracterizou toda a história da sociedade brasileira. Isto é, o ideário tucano propõe um “liberalismo” mais realista com a evolução social, política e econômica do Brasil, compreendendo esta através dos termos de um capitalismo internamente desigual, de periferia e dependência às grandes potências centrais. Noutras palavras, o Partido dos Trabalhadores vem adotando, nas duas últimas décadas, uma perspectiva liberal bastante utópica, na qual procura realizar um projeto de desenvolvimento capitalista autônomo e nacional; ao passo que o PSDB tem representado a continuidade do modelo vigente até então. Nesse sentido, além das tergiversações ideológicas que se dão nas aparências do embate político, ambos os partidos representam interesses de setores antagônicos da burguesia, cientes de que, no caso da evolução do capitalismo brasileiro, o Estado sempre foi instrumento indispensável a serviço de seus interesses. Tal afirmação, provavelmente, deve escandalizar (talvez, indignar), porém, é isso que pretendo defender neste artigo.

Para dar ensejo à minha argumentação, gostaria de mencionar, antes de tudo, que por trás dos dois presidentes mais emblemáticos do cenário brasileiro dos últimos tempos, e, por assim dizer, mais importantes, desde a abertura política, FHC e Lula, encontra-se a figura do grande intelectual brasileiro Florestan Fernandes. Sim, tanto FHC como Lula, apesar de omitirem a poderosa influência do antigo mestre, foram forjados inexoravelmente pelos ensinamentos do professor da USP. FHC aprendeu, com ele, e levou longe demais, a ponto de pôr em prática, a ideia de que economias de países da periferia e em desenvolvimento podem crescer mesmo dependentes do centro da economia mundial – algo que, diga-se de passagem, contrastava com a perspectiva oriunda da esquerda tradicional, que preconizava uma modernização do país independente, através da ruptura radical dos laços que o ligava às potências imperialistas e provocava o seu atraso. Lula, por seu turno, compreendeu muito bem, através de Florestan, que para uma economia de mercado se consolidar e crescer, seria necessário, primeiro, fortalecer um mercado interno em todo território nacional, integrando-o às bases de uma economia dinâmica, competitiva e propriamente capitalista. Essas lições, que Florestan apenas constatava como cientista ao estudar a sociedade brasileira, porque, ideologicamente, era um sincero socialista, foram postas em prática, quando presidentes, por seus dois maiores pupilos e aprendizes. FHC com suas famigeradas ou aclamadas privatizações. Lula com seus projetos de distribuição de renda por meio do combate ao desemprego, valorização e maior poder de compra do salário mínimo, expansão do crédito às camadas populares, programas de assistência social como o Bolsa-família e o Minha Casa, Minha Vida, maior oportunidade de acesso às instituições de ensino superior e técnico pelas classes desfavorecidas etc.

Neste sentido, as figuras desses dois expoentes da política brasileira e o embate político entre os partidos de que são os maiores símbolos demonstram como ainda nos dias de hoje, em pleno século XXI, podemos ouvir os ecos descritos numa obra-prima da sociologia brasileira. Refiro-me ao livro “A Revolução Burguesa no Brasil” (1976), de Florestan Fernandes – indispensável, aliás, para quem quer que queira conhecer a fundo a sociedade brasileira.

Sem dúvida, foi o ressoar de “A Revolução Burguesa no Brasil” ainda nos dias de hoje que me motivou a escrever este artigo. Na verdade, meu intuito preliminar era de tentar

entender a crise política por que atravessa o início do segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff; ou, para dizer como antigamente, a crise no nível da superestrutura (sim, porque a crise da economia é internacional e estrutural). Ora, não é preciso ser um bom entendedor em política para constatar que esse se iniciou sob intenso chumbo grosso. O barulho é alto demais até mesmo para aqueles que não gostam/ ou melhor, se orgulham de sua apatia ao canto da sereia que vem do oceano de águas turvas e traiçoeiras do mundo político. Sem dúvida, as campanhas para denegrir a imagem do governo Dilma ocupam diariamente as manchetes das principais mídias de comunicação, principalmente a imprensa escrita e a televisiva (exceção feita à internet, de onde há espaço ainda para o contraditório). Uma virtual possibilidade de impeachment começa a tomar forma no ar e paira como uma nuvem cinzenta, carregada de raios e trovoadas. Por enquanto, a tempestade ainda não desabou – como a tentativa de sensibilizar as massas (notadamente, a classe média) a saírem às ruas numa marcha antidemocrática pelo *impeachment* (muitas vezes em defesa até mesmo de uma intervenção militar). Os respingos ainda não provocaram nenhum efeito mais grave, senão a formação de algumas poças esparsas aqui e ali, mas já começam a atravessar a soleira da porta.

Todavia, quais são os verdadeiros motivos dessa mobilização que visa uma ruptura institucional, para não dizer a expressão golpe branco? Sim, porque, gostemos ou não, Dilma Rousseff foi eleita dentro das regras do jogo democrático por maioria popular, e qualquer tentativa de reverter, por parte de uma minoria, o sufrágio das urnas e instaurar um terceiro turno é, em última instância, uma violação dos pressupostos constitucionais mais fundamentais. Aliás, uma possível deposição de Dilma, do cargo da presidência, sem nenhuma razão procedente, que a envolva em qualquer ato ilegal comprovado, abriria um precedente irremediável na esfera do direito (isto é, “codificando” a ruptura política a qualquer tempo nos limites da jurisprudência), pois tornaria instável qualquer outro mandato num futuro próximo. Todavia, não seria nada espantoso se tal acontecesse. Na verdade, a instabilidade política é a regra nos países de tradição ibérica, com seus famigerados *pronunciamientos* e golpes de estado, e não exceção. Porém, tais intervenções sempre romperam descaradamente com a ordem institucional. Na atual circunstância, *impeachment* é eufemismo anglofônico e “pós-

moderno” que dissimula, sob os auspícios da legitimidade, a derrubada de um governo constitucionalmente legítimo! Eis a novidade e o paradoxo, sob o imperativo da democracia, também o *Putsch* deve ser de direito (com esta, nem mesmos os nazistas sonhavam!).

Por isso, para entender este perene contexto ameaçador da nossa frágil democracia (liberal!), recorri ao mencionado livro de Florestan Fernandes. Mas muito difícil seria tecer uma análise profunda de “A Revolução Burguesa no Brasil” em um pequeno artigo a ser publicado em um blog na internet. Não haveria espaço para isto. O que me proponho a fazer aqui é apenas traçar um panorama muito brevemente, inspirado em minhas reflexões sobre o livro, de algumas questões que, talvez, não contassem nem com aprovação do próprio Florestan, mas que considero muito importantes para aclararem o *modus operandi* endêmico da política brasileira.

Feitas essas considerações, em primeiro lugar, é preciso salientar que Florestan não toma o conceito de *revolução burguesa* de um modo engessado, como se este fosse uma fórmula que se aplicasse a qualquer situação e realidade históricas, indiscriminadamente. Ao contrário, para Florestan, a revolução burguesa nem sempre segue o modelo clássico da Inglaterra, França e dos Estados Unidos. Ela pode assumir, inversamente, características bem peculiares, conforme as singularidades apresentadas em diferentes realidades em que a evolução do capitalismo não foi ortodoxa. Esse é o caso de todos os países que, historicamente, foram colônias de exploração de uma metrópole, como foi o Brasil. Nesse sentido, o desenvolvimento do capitalismo brasileiro se deu numa economia duplamente articulada, isto é, de desenvolvimento desigual interno, geneticamente moldado pela herança colonial, e de dependência às nações hegemônicas, ou melhor, à dominação imperialista externa.

Segundo Florestan, durante o período pós-independência e, por conseguinte, a construção do Estado nacional brasileiro, o grupo social que ascendeu ao poder político foi, como não poderia deixar de ser, o estamento senhorial nativo, que, diante das novas circunstâncias da economia mundial (neocolonialismo), absorveu seus padrões (porque eram irresistíveis) acomodando-os à realidade local, através de uma *burocratização da dominação patrimonialista* e sem, contudo, e principalmente, demolir os pilares do colonialismo, isto é, *a escravocracia e a grande lavoura*. Sob esses moldes, a ideologia

liberal foi deformada e utilizada para justificar a estrutura vigente, na qual, de certa forma, o ideal utópico da construção do Estado nacional garantiu pelo menos a não fragmentação do território nacional. Nesse contexto, o setor propriamente capitalista, ligado ao financeiro e ao “alto comércio” (importação e exportação), floresceu nas cidades, aspirando, porém, não atingir os mesmos valores da burguesia das nações burguesas desenvolvidas (liberdade e igualdade formais), mas os valores aristocráticos do estamento senhorial. Todavia, à medida que as relações se tornavam mais complexas, constituiu-se também um mercado interno, em grande parte, pelo baixo comércio que, entretanto, era tolhido e sufocado pelo imobilismo característico das sociedades arcaicas. Somente com a abolição da escravatura, a chegada do imigrante e a mudança de postura de certos fazendeiros do Oeste paulista, houve parcialmente uma mudança dessa perspectiva, apontada na direção do fomento à competitividade como fator de dinâmica social, e apoiando-se muito nas condições do mercado interno já constituído (ainda que marginal e residualmente à ordem escravocrata). Com o tempo, porém, o próprio industrial se adaptou ao feitiço local, incorporando o ideal aristocrático senhorial às suas próprias concepções, fato que originou uma burguesia ultraconservadora. Na passagem do capitalismo comercial para o capitalismo monopolista e com a intensificação da industrialização, a burguesia, por várias razões, inclusive de autodefesa (à virtual ameaça comunista ou da classe operária etc.), estreitou ainda mais os laços de seu desenvolvimento duplamente articulado (desenvolvimento desigual interno e dependência à dominação imperialista estrangeira) e, mais do que nunca, concebeu, como única e última alternativa de sobrevivência, a apropriação do Estado por via militar. É nesse sentido que o golpe de 64 consolida um “modelo autocrático-burguês de transformação capitalista”, que recrudesceria ainda mais, numa forma cristalina, o modo autoritário gravado inexoravelmente no DNA das relações hierárquicas e de poder no Brasil.

Em princípio, essas linhas tortuosas, cheias de lacunas, falhas e muito canhestramente traçadas por mim, são suficientes para conduzir minha argumentação.

O que se quer extrair daí é que duas tendências se mostram largamente opostas, mas não contraditórias, no cenário do desenvolvimento capitalista em relação aos padrões da economia mundial. A primeira, apenas virtual, define-se por um liberalismo clássico

mas utópico. A segunda, vitoriosa e real, define-se por um liberalismo ideológico que acoberta um capitalismo heterodoxo, híbrido, autocrático e atolado num tipo de promiscuidade entre o arcaico e o moderno.

E aqui acho irresistível e importante transcrever *ipsis litteris* alguns extratos do livro “Revolução Burguesa no Brasil”, selecionados por mim de modo arbitrário, para impregnar um pouco do sabor desta obra-prima da sociologia brasileira no meu texto. Vejamos:

“A competição, como processo estrutural e dinamicamente determinado pelas relações de pessoas e grupos sociais no mercado, era incompatível com os fundamentos patrimonialistas da vida social e com os critérios estamentais de classificação (ou desclassificação) social. Para isso, os estamentos senhoriais e suas elites mostravam-se atentos à modernização institucional da economia ao nível em que as estruturas econômicas da ordem social existente estavam, a um tempo, adaptadas ao capitalismo e não eram afetadas por ele (ou seja, o nível em que o senhor desempenhava papéis econômicos capitalistas e o processo econômico interno era determinado pela organização do mercado mundial)” (p. 173).

“Ela engendrou uma espécie de bifurcação adaptativa do comportamento econômico, que permitia ao agente econômico privilegiado da ordem escravocrata e senhorial monopolizar as vantagens simultâneas decorrentes seja da preservação de estruturas econômicas extracapitalistas da produção escravista, seja da eclosão inicial do ‘setor econômico novo’. Essa bifurcação não poderia se manter indefinidamente, sem adaptações estruturais e dinâmicas mais profundas. (...) Dessa acomodação resultou uma economia ‘nacional’ híbrida, que promovia a coexistência e a interinfluências de formas econômicas variavelmente ‘arcaicas’ e ‘modernas’, graças à qual o sistema econômico adaptou-se às estruturas e às funções de uma economia capitalista diferenciada, mas periférica e dependente (pois só o capitalismo dependente permite e requer tal combinação do ‘moderno’ com o ‘arcaico’, uma descolonização mínima, com uma modernização máxima)” (p. 176).

“As forças que iriam construir a economia capitalista e sua ordem social competitiva teriam que irromper, portanto, desse solo, mas por sua conta e contra a maré, de modo acanhado, destrutivo e desorientado, como se a verdadeira luta pela

descolonização não começasse com o processo de emancipação política, mas um século depois” (p.180).

“No entanto, parece que era na marginalidade social do pequeno comerciante e, por vezes, também do que se poderia chamar de comerciante médio (dependente dos ramos das atividades comerciais), que residia o principal motivo de frustração e revolta. (...) Por isso, o grosso desses agentes econômicos constituía uma espécie de massa de manobra, tanto nas lutas de partido quanto nas matérias de interesse político do ‘alto comércio’, e mesmo da aristocracia agrária, que exigissem suporte nas manifestações populares. (...) Em suma, o ‘protesto burguês’, como uma afirmação econômica, social e política revolucionária, não se equacionou historicamente, a partir de manifestações coletivas de condenação da ordem social escravocrata e senhorial ou de exaltação de uma ordem social alternativa. Pela razão muito simples: o agente humano que melhor encarnava a condição burguesa não tramava contra aquela ordem social. Identificava-se com ela material e politicamente, e só iria abandonar o barco quando ela se mostrasse irremediavelmente inviável – por causa das transformações profundas da sociedade e de sua economia, não em virtude das agitações de superfície, que, no caso, não guiavam a história, eram epifenômenos daquelas transformações” (p. 188).

“O trabalho livre não nasce, aqui, sob o signo de um mercado que se divide e opõe, mas, ao mesmo tempo, valoriza e classifica. Surge como expressão das convenções e das regularidades imperantes na sufocante ordem social escravocrata e senhorial brasileira. Em vez de fomentar a competição e o conflito, ele nasce fadado a articular-se, estrutural e dinamicamente, ao clima do mandonismo, do paternalismo e do conformismo, imposto pela sociedade existente, como se o trabalho livre fosse um desdobramento e uma prolongação do trabalho escravo” (p. 193).

“Convertendo-se ao ‘liberalismo’ das elites tradicionais, incorpora-se, de fato, aos círculos conservadores e passa a compartilhar formas de liderança e de dominação políticas variavelmente conflitantes ou inconsistentes com a consolidação da ordem social competitiva e com o que isso teria de representar no plano econômico (predomínio do capital industrial; reforma agrária; aceleração do desenvolvimento econômico e constituição de uma economia de mercado integrada em escala nacional; formação de um regime capitalista independente). Em suma, projetado fora do contexto histórico-sociais das economias das metrópoles do mundo

moderno, o imigrante perfilha uma filosofia política que não pressupõe o 'capitalismo avançado' e que constitui, opostamente, um fator de resistência ou de solapamento às mudanças que possam conduzir ao capitalismo como estilo de vida" (p. 146).

"Ao contrário de outras burguesias, que forjaram instituições próprias de poder especificamente social e só usaram o Estado para arranjos mais complicados e específicos, a nossa burguesia converge para o Estado e faz sua unificação no plano político, antes de converter a dominação sócio-econômica no que Weber entendia como "poder político indireto". As próprias 'associações de classe', acima dos interesses imediatos das categorias econômicas envolvidas, visavam a exercer pressão e influência sobre o Estado e, de modo mais concreto, orientar e controlar a aplicação política do poder político estatal, de acordo com fins particulares. Em consequência, a oligarquia não perdeu a base de poder que lograra antes, como e enquanto aristocracia agrária; e encontro condições ideais para enfrentar a transição, modernizando-se, onde isso fosse inevitável, e irradiando-se pelo desdobramento das oportunidades novas, onde isso fosse possível" (p. 204).

"Entre as elites das classes dominantes havia um acordo tácito quanto à necessidade de manter e de reforçar o caráter autocrático da dominação burguesa, ainda que isso parecesse ferir a filosofia da livre empresa, as bases legais da ordem e os mecanismos do Estado representativo" (p. 207).

"Isso quer dizer que o desenvolvimento capitalista sempre foi percebido e dinamizado socialmente, pelos estamentos ou pelas classes dominantes, segundo comportamentos coletivos tão egoísticos e particularistas, que ele se tornou compatível com (quando não exigiu) a continuidade da dominação imperialista externa; a permanente exclusão (total ou parcial) do grosso da população não-possuidora do mercado e do sistema de produção especificamente capitalista; e dinamismos sócio-econômicos débeis e oscilantes, aparentemente insuficientes para alimentar a universalização efetiva (e não apenas legal) do trabalho livre, a integração nacional do mercado interno e do sistema de produção em bases genuinamente capitalistas, e a industrialização autônoma" (p. 223).

“Além disso, como sucederia no Brasil, no México e em outros países da América latina, o estilo de dominação da burguesia reflete muito mais a situação comum das classes possuidoras e privilegiadas, que a presumível ânsia de democratização, de modernização ou de nacionalismo econômico de algum setor burguês mais avançado. Por isso, ele antes reproduz o ‘espírito mandonista oligárquico’ que outras dimensões potenciais da mentalidade burguesa” (p. 262).

“(...) Isso fez com que a restauração da dominação burguesa levasse, de um lado, a um padrão capitalista altamente racional e modernizador de desenvolvimento econômico; e, concomitantemente, servisse de pãõ a medidas políticas, militares e policiais, contra-revolucionárias, que atrelaram o Estado nacional não à clássica democracia burguesa, mas a uma versão tecnocrática da democracia restrita, a qual se poderia qualificar, com precisão terminológica, como uma autocracia burguesa” (p. 268).

“O essencial, do ponto de vista sociológico, parece ser situar a irrupção do capitalismo monopolista de acordo com sua estrutura íntima: um desenvolvimento capitalista provocado na periferia pelas economias centrais e, portanto, extensa e profundamente induzido, graduado e controlado de fora” (p.268).

“A noção de ‘democracia burguesa’ sofre uma redefinição, que é dissimulada no plano mores, mas se impõe como uma realidade prática inexorável, pelas qual ela se restringe aos membros das classes possuidoras que se qualifiquem, econômica, social e politicamente, para o exercício de dominação burguesa” (p.292).

“Sob esse aspecto, o capitalismo dependente e subdesenvolvido é um capitalismo selvagem e difícil, cuja viabilidade se decide, com frequência, por meios políticos e no terreno político” (p. 293).

“As transformações externas dos ritmos e estruturas do capitalismo mundial e do imperialismo agravaram ainda mais as dificuldades inexoráveis dessa burguesia, forçando-a a entender que ela não podia preservar a

transformação capitalista rompendo com a dupla articulação, mas fazendo exatamente o inverso, entrelaçando ainda com mais vigor os momentos internos da acumulação capitalista com o desenvolvimento desigual da economia brasileira e com avassaladores dinamismos das “empresas multinacionais”, das nações capitalistas hegemônicas e do capitalismo mundial” (p. 318).

“A democracia não só é dissociada da auto-afirmação burguesa, como ela seria um tremendo obstáculo ao tipo de autoprivilegiamento que as classes burguesas se reservaram, para poderem enfrentar a industrialização intensiva e a transição para o capitalismo monopolista” (p. 348).

“Sob certos aspectos, ele lembra o modelo ideal nuclear, como se fosse um Estado representativo, democrático e pluralista; sob outros aspectos, ele constitui a expressão acabada de uma oligarquia perfeita, que se objetiva tanto em termos paternalistas-tradicionais quanto em termos autoritários de formas de coação, de repressão e de opressão ou de institucionalização da violência e do terror, que são indisfarçavelmente fascistas” (p. 350).

“Aqui, estamos em face de uma burguesia dependente, que luta por sua sobrevivência e pela sobrevivência do capitalismo dependente, confundindo as duas coisas com a sobrevivência da ‘civilização ocidental cristã’” (p. 360).

Com a derrocada do bloco socialista, e, doravante, a desnecessária e histórica política anticomunista, as potências capitalistas engendraram uma nova estratégia ideológica e de propaganda para justificar suas intervenções no âmbito da política e economia internacional, algumas, diga-se de passagem, tipicamente imperialistas. Elas aparecem agora como os últimos bastiões da democracia e da civilização ocidental, tida, implícita e explicitamente, como a mais “evoluída”. (Aliás, a mesma civilização ocidental que vem protagonizando verdadeiros massacres contra a humanidade, desde tempos remotos e ao longo de toda a modernidade, como, por exemplo, os extermínios em massa e sistematizados – por uma lógica racionalista e iluminista – perpetrados pela Alemanha nazista). Nesse novo contexto, pós-socialista, sem culpa nem remorso, mas repleto de cinismo, a questão a que se coloca é: como as burguesias dos países dependentes vão reforçar a dupla articulação sob o imperativo da democracia custe o custar?

“Bom, mas aonde queremos chegar? No ponto em que tanto o PT como o PSDB representam duas forças do desenvolvimento capitalista no Brasil; resquícios, por assim dizer, dos antecedentes e da revolução burguesa no Brasil que se deu dentro da ordem e foi, essencialmente, contrarrevolucionária.”

“Tal “cultura” não consegue ir além da estreiteza de si própria, isto é, de um pequeno grupo de indivíduos pernósticos de mentalidade meramente tecnicista, e explica a resistência em ampliar direitos às demais parcelas da sociedade, como, por exemplo, a inclusão do emprego doméstico na CLT, que tanto indigna a classe média e média alta [...].”

Já vimos algumas pistas disso mais acima. Parece-me que, no Brasil, como sempre, só há um caminho, antes da intervenção militar. Pela via de uma ditadura do judiciário, de um jeito tipicamente autóctone: “para os amigos tudo; para os inimigos, a lei”. Ou melhor, a interpretação da lei!

Bom, mas aonde queremos chegar? No ponto em que tanto o PT como o PSDB representam duas forças do desenvolvimento capitalista no Brasil; resquícios, por assim dizer, dos antecedentes e da revolução burguesa no Brasil que se deu dentro da ordem e foi, essencialmente, contrarrevolucionária. Quais são elas? O PT é o

partido dos bancos e das grandes empreiteiras, mas, acima de tudo, da burguesia nacionalista e do desenvolvimento econômico autônomo. Por assim dizer, do modelo liberal por excelência de produção da riqueza de uma nação! De fato, ao lado das políticas econômicas desenvolvimentistas, o fundamento de programas de inserção social, que nada mais é do que a criação de um sólido mercado interno, dinâmico e competitivo, em todo território nacional, está muito longe do ideário socialista (ou, pelo menos, se ainda houvesse um pingão de utopia socialista em algum quadro do PT, este se encaixa muito mais na fórmula etapista de se entender a evolução do comunismo, que, em tese, deveria emergir das condições objetivas amadurecidas e generalizadas de produção). Já o PSDB, é o partido dos coronéis e da burguesia ultraconservadora que ainda – pasme! – está imbuída de uma mentalidade tipicamente oligárquica e escravocrata, pela qual compreende a sociedade de classes. Noutras palavras, o partido do grupo que busca salvaguardar os privilégios de classe e aprofundar a dupla articulação, de acirramento das desigualdades internas e solidificação da dependência política e econômica às nações hegemônicas. Neste sentido, encarna a ambiguidade intrínseca de sua própria condição histórica: é conservador, de um lado, em relação à

sociedade brasileira e, de outro, liberal e entusiasta ferrenho do capitalismo pleno das nações centrais.

Para entender melhor essa ambiguidade, seria bastante interessante observar os inúmeros vídeos que circularam na internet durante a campanha presidencial de 2014 e mostram “passeatas” organizadas pelas elites. (Talvez, o único momento em que elas saem às ruas, e justamente para derrubar um presidente!). Desnecessário lembrar, porque é notório, o fato das classes dominantes brasileiras se identificarem muito mais com o povo (“beautiful people”) e o modo de vida dos países desenvolvidos, isto é, EUA e nações europeias ricas, do que com o “povão” pobre e mestiço do Brasil. (E isso se estende a toda sociedade brasileira, como prova o tratamento bastante diferenciado despendido a europeus e estadunidenses brancos em contrapartida a africanos e latinos americanos de origem indígena). Portanto, não deixa de ser estranho (para não dizer bizarro) o súbito acometimento ufanista nas passeatas das elites! Outro fato paradoxal marcante, nessas passeatas, foram as manifestações de ódio (inclusive com episódios racistas) e de truculência por parte daqueles que acreditam em sua própria “superioridade meritocrática” e, sendo assim, arrogam-se mais cultos e “civilizados” que o resto da população.

Tal “cultura” não consegue ir além da estreiteza de si própria, isto é, de um pequeno grupo de indivíduos pernósticos de mentalidade meramente tecnicista, e explica a resistência em ampliar direitos às demais parcelas da sociedade, como, por exemplo, a

“O PTista, convicto de seus ideais socialistas, foi traído pelo projeto que representa a modernização do capitalismo no Brasil. O PSDBista, convicto de seus ideais liberais e sonhando com uma sociedade à maneira da América anglo-saxônica, de livre mercado, competitiva e valorização do indivíduo, também foi traído pelo projeto arcaico de imobilidade social e desenvolvimento dependente. Finalmente, o que está em jogo é a lógica do patrimonialismo versus a economia de mercado, e não os escândalos de corrupção que, outrora, nunca foram investigados e sempre foram varridos para debaixo do tapete.”

inclusão do emprego doméstico na CLT, que tanto indigna a classe média e média alta (acostumadas às suas escravinhas particulares, já que não podem contar com o grosso da senzala). A própria candidatura de Aécio Neves é sintomática e não poderia ser mais simbólica: elemento extraído diretamente do baú da Casa Grande, a sua candidatura podia ser interpretada como um espectro da política do café com leite reencarnado, agora, sob a égide do agronegócio, dos transgênicos, do etanol e das grandes especulações financeiras nas bolsas de valores mundo afora. Além disso, há um aspecto machista, aliás, tipicamente patriarcal, nessa “cultura”, que passa quase despercebido ou é cuidadosa e deliberadamente ignorado pelos formadores de opinião. No fundo, os machões acostumados a mandar e ditar os rumos da política doméstica, que se confunde com a nacional, não se conformam, e nunca se conformarão, com o fato de serem governados por uma mulher. Pois o negro, o trabalhador e a mulher, dentro da ordem oligárquica, sempre ocuparam posições subalternas e de submissão na sociedade.

Para concluir: Na superfície, o *liberalismo* do PT se traveste de socialismo e o conservadorismo do PSDB, em neoliberalismo, que nada mais é que ideologia usada oportunamente contra adversários. Esse antagonismo reflete dois lados da mesma moeda, de uma classe burguesa que reconhece historicamente que o comando do Estado é vital para fazer valer seus interesses, ainda que divergentes. E é isso o que está em jogo na política brasileira atual, e não a propalada “crise de consciência” num país em que a corrupção forjou historicamente todas as instituições e mesmo o *ethos* do brasileiro. (Basta assistir os filmes de Hollywood dos anos 50, em que todo criminoso foge para o Brasil!). O PTista, convicto de seus ideais socialistas, foi traído pelo projeto que representa a modernização do capitalismo no Brasil. O PSDBista, convicto de seus ideais liberais e sonhando com uma sociedade à maneira da América anglo-saxônica, de livre mercado, competitiva e valorização do indivíduo, também foi traído pelo projeto arcaico de imobilidade social e desenvolvimento dependente. Finalmente, o que está em jogo é a lógica do patrimonialismo versus a economia de mercado, e não os escândalos de corrupção que, outrora, nunca foram investigados e sempre foram varridos para debaixo do tapete. (A propósito, o que deve incomodar é a investigação da corrupção e não a corrupção em si).

Portanto, a grande ironia de tudo isso é que estava reservado à classe trabalhadora aparar as arestas da revolução burguesa no Brasil, que se define, segundo Florestan, como a “consolidação do *poder burguês* e da *dominação burguesa*”; porém, as condições históricas sedimentadas pela dupla articulação, verdadeira sina, impendem o desenvolvimento desembaraçado do capitalismo brasileiro.

Moral da história: até mesmo a democracia burguesa e liberal é demais para a sociedade brasileira, que é, intrinsecamente, vertical e tem por vocação política a violência. A nossa elite, provinciana, grosseira e mal-educada, que grita, xinga e esperneia pela sobrevivência, é o maior exemplo disso.

Referência Bibliográfica

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar Editores: 1976.

TEXTO 2

ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS: FORMAÇÃO E PARTICULARIDADE BRASILEIRA

Lúcia Ap. Valadares Sartório¹

Resumo. Este ensaio traz uma análise sobre o caráter e o papel do Estado em diferentes momentos da História e as possibilidades de transformação social, com vistas a garantir efetivamente o desenvolvimento pleno dos indivíduos e, mais recentemente, as concepções teóricas mais predominantes nas políticas públicas, as divergências sobre o percurso social a ser efetivado.

Palavras-Chave: Estado; políticas públicas; neoliberalismo; desenvolvimentismo.

Se, até meados da década de 1970, o Estado cumpriu um papel bem definido no que diz respeito à regência da vida social, pois amparava tanto o crescimento econômico como regulava as relações entre capital e trabalho, com a consolidação de um mundo globalizado – impulsionado pela revolução técnico-científica e abertura de mercados – ocorre um acirramento ainda maior nas relações de classe e alterações no modo como o Estado se interpõe diante da sociedade. Neste contexto, o direito que assegurava a vida dos indivíduos passa a ser atingido diretamente por movimentos defensores da flexibilização da noção de justiça, questão que recai sobre os princípios que até aqui balizaram a Democracia e faz por arrefecer a expansão da cidadania na medida em que os indivíduos são lançados a um grau de fragilidade e “indefensabilidade” como nunca fora visto antes.

As consequências desse processo resultam no fato de que as transformações científico-tecnológicas pressionam a reestruturação produtiva e empurram os trabalhadores a uma posição mais frágil na sociedade, permeada por produções teóricas que alteram o conceito de justiça e interferem na regulamentação da relação entre capital e trabalho.

¹ Doutora em Educação, professora do Instituto de Educação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (IE/UFRRJ).

Torna-se relevante, desse modo, a reflexão sobre o reordenamento do Estado e o papel que ele assume neste atual contexto mundial, levando-se em consideração tanto o acirramento do neoliberalismo, que impõe sobre a sociedade um processo pleno de privatização, como também atenção as possibilidades efetivas de transformação social.

A natureza do Estado

Qualquer definição a ser explanada sobre o Estado exige, de certo modo, uma compreensão sobre o conceito de nação, muitas vezes presente no conceito Estado-Nação. Segundo Hobsbawm, o conceito de *nação*, como nós o conhecemos, é relativamente novo, pois o sentido moderno do termo somente foi formado no final do século XIX.

Antes de 1884, a palavra *nação*, significava simplesmente “o agregado de habitantes de uma província, de um país ou de um reino” e também “um estrangeiro. Mas agora era dada como ‘um Estado ou corpo político que reconhece um centro supremo de governo comum’ e também ‘o território constituído por esse Estado e seus habitantes, considerados como um todo’ – e, portanto, o elemento de um Estado comum e supremo é central a tais definições, pelo menos no mundo ibérico. A nação é o conjunto de habitantes de um país regido por um mesmo governo (HOBBSAWM, 1991, pp. 27 e 28).

Hobsbawm ressalva ainda que a enciclopédia brasileira chamada *Mérito* denomina a nação como “a comunidade de cidadãos de um Estado vivendo sob o mesmo regime ou governo e tendo uma comunhão de interesses; a coletividade de habitantes comuns, subordinados a um poder central que se encarrega de manter a unidade do grupo” (1991, p. 28).

Embora com estrutura completamente distinta, o Estado foi desenvolvido inicialmente na *Antiguidade* e definido por filósofos que se dedicaram a explicar o processo de estruturação da organização social, quando do surgimento do poder político de um rei ou sacerdote e da divisão da sociedade em classes sociais. Entretanto, no decorrer da história, não há consenso entre os filósofos sobre a definição do conceito de Estado. Em cada período histórico, encontramos pensadores que buscaram dar respostas à sua época, oferecendo explicações sobre a função e o papel do Estado em resposta às condições econômicas e sociais do seu tempo. As explicações construídas na

Antiguidade exerceram influência sobre períodos posteriores, nas quais Marilena Chauí esclarece:

De Platão, vinha a ideia da comunidade justa, organizada hierarquicamente e governada por sábios legisladores. De Aristóteles, vinha a ideia de que a finalidade do poder era a justiça, como bem supremo da comunidade. De Cícero, a ideia do Bom Governo do príncipe virtuoso, espelho para a comunidade. De todos eles, a ideia de que a política era resultado da Natureza e da Razão (CHAUÍ, 2000, p. 502).

Os pensadores medievais, em grande medida, foram herdeiros do legado greco-romano, adaptando-o às condições materiais de existência do seu tempo. Os teóricos cristãos construíram sua teologia, numa sociedade política e economicamente descentralizada em feudos, contando apenas com o poder político-teológico da Igreja Católica.

Na modernidade, impulsionada pelo ressurgimento do comércio e das cidades-estados, ocorreu uma retomada dos ideais republicanos da *Antiguidade*, valores que foram suplantados paulatinamente pela constituição de uma Monarquia Absoluta, seja pela atuação política da burguesia em ascensão – mercadores, artesãos ou banqueiros que buscavam na figura do rei imprimir centralização política à sociedade –, seja pelas ideias de intelectuais como Thomas Hobbes, que defendia, por exemplo, a subordinação de toda sociedade ao poder de um Soberano.

Para arrefecer o excessivo poder da Monarquia Absoluta, John Locke buscou fundamentar a existência de três poderes relativamente independentes, exercendo funções executiva, legislativa e federativa para normatizar as relações sociais. Com a difusão do Iluminismo na segunda metade do século XVIII, espalhou-se rapidamente movimentos dedicados à constituição do Estado Moderno, tal qual o conhecemos, e o fortalecimento dos ideais

“Amparada nesse modelo econômico, a sociedade brasileira não foi desenvolvida sob a condução de governos progressistas, mas por elites antidemocráticas. Desse modo, não houve espaço para a efetivação da democracia, frequentemente acuado por governos autocráticos, recurso único das elites conservadoras para assegurar uma tripla acumulação, e assim garantir a reprodução do capital interno e estrangeiro [...]”

republicanos, muitas vezes mediados por valores democráticos, que foram manifestados, por exemplo, no pensamento de Jean-Jacques Rousseau.

Evidentemente, há diferenças significativas entre o Estado erigido na *Antiguidade* e o Estado constituído no processo de formação do sistema capitalista; entretanto, há entre eles elementos substanciais que revelam a verdadeira natureza de sua existência.

Karl Marx, testemunha ocular dos desdobramentos do Estado no século XIX, e os revezes da Revolução Francesa com a pujança da contrarrevolução burguesa, já com o descarte do ideário democrático iluminista para lançar sobre o proletariado a face perversa da repressão, não titubeia: para o filósofo, onde há Estado, há escravidão. O Estado existe para assegurar a manutenção da sociedade de classes, e por consequência, espoliação e subjugação de um lado e concentração de riqueza de outro. O Estado é o gerenciador dos negócios burgueses e, se tornou de fato, uma estrutura extremamente fortalecida, espaço de atuação direta das classes burguesas para conduzir o aprofundamento do capitalismo.

O século XX foi o laboratório dos Estados-nação em conflito, guerras imperialistas e disputas por espaços amplamente favoráveis à exploração mineral e comercial. Paralelamente ao desenvolvimento dos estados-nação também ocorreram movimentos que desembocaram em processos de independência das colônias e, por conseguinte, à formação de novas nações, nos quais também fez parte o Brasil.

O Estado brasileiro

O rompimento com o regime monárquico e a instituição da República se deram com a implantação do sistema de governo federativo – no qual se mantém relativa autonomia dos governos estaduais – e sistema político presidencialista, amparado pelo poder legislativo bi-partícipe: Senado e Câmara dos Deputados. A estrutura política inspirada em ideais republicanos, entretanto, não poderia deixar de expressar a particularidade histórica que lhe deu formatação.

Erigido da relação entre colônia e a metrópole portuguesa, de base escravocrata, concentração da terra e economia dependente, ao longo de sua história, amargou

dificuldades para alçar acumulação no modelo econômico agrário-exportador. Amparada nesse modelo econômico, a sociedade brasileira não foi desenvolvida sob a condução de governos progressistas, mas por elites antidemocráticas. Desse modo, não houve espaço para a efetivação da democracia, frequentemente acuado por governos autocráticos, recurso único das elites conservadoras para assegurar uma tripla acumulação, e assim garantir a reprodução do capital interno e estrangeiro (CHASIN, 2000).

Esta situação foi ainda mais acirrada no período da ditadura militar com a garantia do modelo econômico baseado no arrocho salarial, o que promoveu o extremo rebaixamento dos níveis de salário, altos índices de inflação e carestia. As lutas sociais e do trabalho voltaram a ganhar força no final dos anos setenta, objetivando provocar mudanças estruturais na organização política e econômica do país. Essas lutas culminaram na Constituinte de 1988.

“A reestruturação da administração ocorrida nas duas últimas décadas foi marcada por dois momentos distintos: nos anos noventa, sob um domínio maior de concepções teóricas de cunho neoliberal e a primeira onda das privatizações; em meados dos anos dois mil, o despontamento de concepções desenvolvimentistas promoveu intervenções que permitiram pequenas alterações na dinâmica social e econômica do Brasil.”

Apesar da força popular e da atuação de parlamentares progressistas no Congresso Nacional, cada lei elaborada resultou da contenda de posições antagônicas de interesse de classes, e muitas das conquistas obtidas foram possíveis com o fortalecimento dos movimentos sociais e do trabalho. Os debates travados na Assembleia Constituinte expressaram as disputas de interesses de diferentes segmentos sociais e foi no enfrentamento com os setores conservadores e reacionários que se deu a luta pela ampliação de direitos sociais. Os movimentos de esquerda, setores progressistas, entidades de classe e movimentos sociais promoveram uma mobilização social de amplitude, almejando consolidar as bases legais para a democracia.

Assim, bandeira de vários segmentos sociais que almejaram romper com as diversas amarras

construídas pela ditadura civil-militar, a Constituição de 1988 trouxe avanços significativos para a sociedade brasileira, ainda que alvo de disputas entre representantes dos interesses públicos e representantes dos interesses privados. Logo após sua aprovação, no entanto, a CF/88 passou a sofrer modificações que se estenderam ao longo dos anos, no sentido de ajustar o arcabouço jurídico às reformas que se impuseram a partir da década de 1990. Apesar das reformas implementadas nos anos noventa e da pressão das forças reacionárias sobre o Estado, nesse intervalo de tempo e meados dos anos de 2010 foram construídas políticas focadas no desenvolvimento social como alternativa à ordem vigente, que indicaram alternativas para um novo desenho social, mesmo com o estreitamento dos períodos de crise e o advento da globalização. Mais recentemente, ocorre uma reação encarniçada aos avanços sociais, conjugada ao retorno de medidas impopulares e de austeridade fiscal. Esses fatos merecem apreciação.

A Reforma do Estado

A reestruturação da administração ocorrida nas duas últimas décadas foi marcada por dois momentos distintos: nos anos noventa, sob um domínio maior de concepções teóricas de cunho neoliberal e a primeira onda das privatizações; em meados dos anos dois mil, o despontamento de concepções desenvolvimentistas promoveu intervenções que permitiram pequenas alterações na dinâmica social e econômica do Brasil.

Klaus Frey argumenta que “análises de políticas públicas no contexto de países em desenvolvimento como o Brasil caracterizado como democracias delegativas ou regimes patrimoniais” (FREY, 2000, p. 213), possuem instituições democráticas muito frágeis, nas quais coexistem comportamentos administrativos modernos e tradicionais. Sob essas condições, as políticas de restrição adotadas por governos de inspiração neoliberal promoveram retração nas políticas públicas e aumento da dependência dos setores privados.

Para Silva Jr. (1995), a década de 1970 já havia sinalizado o novo reordenamento mundial nos países centrais, onde já ocorria a busca por uma integração internacional para viabilizar e dinamizar o aumento da produção, obtida com a entrada da terceira fase da revolução industrial. O Brasil, ainda que tardiamente e de maneira desordenada, inseriu-se neste processo. Para Silva Jr., “as reformas estavam relacionadas à possibilidade de inserção orgânica do país na economia mundial e da mudança na sua base produtiva” (1995, p. 18), fatores que mobilizaram representantes do capital nacional e internacional a pressionar o estado a promover as devidas mudanças: “a reestruturação do estado, a privatização das empresas estatais, a terceirização da economia” (SILVA, 1995, p. 18). O fato é que, no decorrer da década de 1990, todas as esferas do estado brasileiro passaram por um processo de reestruturação, permitindo o avanço dos interesses privados sobre as esferas públicas.

Bresser-Pereira justifica as reformas realizadas no Brasil nos anos noventa, faz uma retrospectiva das crises desencadeadas no período da Segunda Guerra Mundial e na década de 1960 e, posteriormente, fala das causas da grande crise que atingiu a década de 1980, especificamente a América Latina. Para Bresser-Pereira, esta crise que atingiu a América latina foi exclusivamente uma crise do Estado e, portanto, seria imprescindível adequá-lo às novas exigências do mercado articulando princípios pragmáticos e da socialdemocracia, que resultam numa concepção que pode ser denominada de social-liberal, e não propriamente de estratégia neoliberal. A partir dessa posição, Bresser-Pereira classifica três grandes fases do Estado: no século XIX, existiu um Estado Liberal e completamente ausente da área social; no século XX, entre o final da Primeira Guerra Mundial e a queda do Muro de Berlim, existiu o Estado Social ou Social-Burocrático; a crise dos anos 70 e 80 levou a emergir o Estado Social-Liberal porque mantém responsabilidade pela área social, mas acredita no mercado “e contrata a realização de serviços sociais de educação, saúde, cultura e pesquisa científica de organizações públicas não estatais que financia a fundo perdido com orçamento público” (BRESSER PEREIRA, 1996, p. 14). Em relação à administração pública, o autor identifica três fases distintas: Patrimonial (até 1930), Burocrático (1930 até 1995) e Gerencial (após 1995), denominado por ele de período democrático e pós-industrial.

O atual programa intitulado *Brasil em desenvolvimento 2010: Estado, Planejamento e Políticas Públicas* destaca diferenças de concepção na relação entre Estado e sociedade com a gestão do governo anterior, pois estão sendo realizadas alterações significativas, “indo de um padrão de Estado mínimo muito em voga no mundo em desenvolvimento

“Torna-se relevante esmiuçar, para além das reformas do Estado, as possibilidades de expansão da cidadania num país estruturalmente marcado por conflitos sociais, que traduzem a acentuada concentração de renda e o seu perfil antidemocrático. Todavia, se de um lado, a revolução técnico-científica vem extinguindo paulatinamente postos de trabalho, de outro, vem sinalizando um novo campo de atuação que precisa ser explorado com vistas a se ampliar o desenvolvimento humano.”

nos anos 1990 para outro mais conducente à criação de trajetórias de expansão do emprego e da renda e maior participação social nos destinos das políticas públicas” (IPEA, 2010, p. XXII). No que se refere ao processo de democratização, o documento ressalva ainda que:

Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, ocorreram, de modo acentuado, mudanças nas formas de interação do Estado com a sociedade brasileira. Entre tais mudanças, merece destaque o processo de constituição, disseminação e operação de instituições participativas (IPEA, 2010, XXII).

Esses argumentos declaram maior importância dada a instituições participativas instauradas pelos governos que lançaram bases legais a partir de 1988, trazendo consequências positivas às políticas governamentais, maior cooperação federativa, aumento com gastos sociais, “ampliação da atividade econômica por intermédio do resgate do gasto em investimento do governo federal e, em particular, de suas empresas estatais” (IPEA, 2010, XXII).

Abrucio estabelece ponderação das diretrizes políticas estabelecidas nas duas últimas décadas, reconhecendo positividade no processo de redemocratização instalado prioritariamente a partir de 1988, no qual reconhece “uma série de ações inovadoras que não ficaram circunscritas a um dos períodos governamentais em análise” (2007, p. 75). Para o autor, o processo de redemocratização fortaleceu o papel do Ministério Público (MP), a descentralização arrefeceu o centralismo político concedendo maior oportunidade à participação cidadã e inovações no campo da gestão pública. O autor considera ainda que, as reformas administrativas conduzidas por Bresser-Pereira foram importantes para a modernização do país, mas não alcançou plena efetivação por ter sido subordinada à lógica da equipe econômica, extremamente preocupada com a estabilidade econômica, isto é,

Obviamente que o sucesso inicial da estabilização monetária possibilitou um avanço na discussão reformista, afora ter incluído demandas importantes de transformação do Estado, como a agenda previdenciária. Ademais, não havia uma incompatibilidade natural entre o ajuste fiscal e o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. O que houve, contudo, foi uma subordinação do segundo tópico em relação ao primeiro. Isso ficou bem claro na discussão da Emenda Constitucional n. 19, na qual o aspecto financeiro sobrepujou o gerencial (ABRUCIO, 2007, p. 73).

Ou seja, a visão economicista interveio no processo de inovação institucional, fator que foi potencializado com a posição conservadora de parlamentares que desejavam impedir a transparência da administração pública para dar continuidade à manipulação de cargos e verbas. Nesse sentido, Abrucio considera que faltou ao governo Lula dar continuidade àquelas reformas, importantes para “aumentar a efetividade das políticas públicas, notadamente as sociais, sem prejudicar o necessário ajuste fiscal” (2007, p. 77)

A partir desse debate, o que nos interessa é obter maior compreensão desse processo, as brechas existentes nas diretrizes administrativas aos desdobramentos de políticas sociais. Torna-se relevante esmiuçar, para além das reformas do Estado, as possibilidades de expansão da cidadania num país estruturalmente marcado por conflitos sociais, que traduzem a acentuada concentração de renda e o seu perfil antidemocrático. Todavia, se de um lado, a revolução técnico-científica vem extinguindo paulatinamente postos de trabalho, de outro, vem sinalizando um novo campo de atuação que precisa ser explorado com vistas a se ampliar o desenvolvimento humano.

Políticas públicas

O Estado se reporta à sociedade como um todo: dele emana a normatização de todas as esferas de relações sociais, estabelece diretrizes de desenvolvimento econômico, disponibiliza investimentos para a ciência e tecnologia. Dentre essas responsabilidades, o Estado também tem que destinar recursos para as áreas sociais e, é justamente nesta atribuição que há divergências quanto aos princípios norteadores do papel do Estado. Se em meados do século XX prevaleceu a concepção do Estado do Bem-Estar Social, no final dos anos oitenta ocupou o cenário ideários neoliberais que impulsionaram a

“A revolução técnico-científica vem promovendo mudanças profundas em todos os aspectos da vida: provoca modificações na organização dos estados nacionais e interfere na relação entre as nações, altera a dinâmica produtiva e as estratégias comerciais, impõe novo formato para as relações entre capital e trabalho, o que exige intervenção em benefício de toda a sociedade.”

reestruturação do Estado, reduzindo drasticamente os investimentos em áreas sociais como saúde, educação, previdência, habitação, saneamento etc. Há também outras questões relevantes a serem levadas em consideração, como destaca Höfling ao defender a distinção entre Estado e Governo. Segundo a autora,

É possível se considerar Estado como o conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente – que possibilitam a ação do governo; e Governo, como o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período (2001, p.2).

“Apesar da onda conservadora tentar lançar sobre os indivíduos domínio e subserviência, com vistas a impedir a transformação através da criação de novos mecanismos para prover o controle social, a sociedade não desiste de sonhar e levar adiante as suas lutas.”

Para Höfling, a implementação e a manutenção das políticas públicas são de responsabilidade do Estado, mas deve envolver diferentes organismos e agentes da sociedade e almejar como fim a distribuição dos benefícios sociais e a diminuição das desigualdades sociais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. Neste sentido, a reflexão sobre as políticas públicas adquire novos contornos e alternativas que estimulam o debate sobre o futuro, e faz da Reforma do Estado um assunto pontual, principalmente porque o conjunto das mudanças em curso vem ocorrendo

paralelamente à revolução técnico-científica, e por ela é influenciada, organizam-se agendas e programas etc.

As transformações econômicas e sociais impõem novas exigências sobre a espinha dorsal da sociedade concomitante ao fomento de “novos paradigmas” que atendam a atual dinâmica do sistema capitalista. A ciência é o meio imprescindível em que se realiza o desvendamento das leis da natureza, para extrair dela os bens necessários ao aprimoramento da vida, para atender necessidades humanas cada vez mais refinadas (ANDERY, 1999). Nesta atual fase da revolução industrial, a ciência exerce papel peculiar, não apenas pelo desbravamento da pesquisa sobre os micro-organismos, mas

principalmente pelo seu raio de difusão na sociedade. A revolução técnico-científica vem promovendo mudanças profundas em todos os aspectos da vida: provoca modificações na organização dos estados nacionais e interfere na relação entre as nações, altera a dinâmica produtiva e as estratégias comerciais, impõe novo formato para as relações entre capital e trabalho, o que exige intervenção em benefício de toda a sociedade.

Considerações Finais

Este conjunto de acontecimentos traduz as contradições que permeiam as relações sociais e, por isso, se constitui num campo aberto para construção de novas perspectivas numa realidade em que milhões de pessoas estão ainda muito distantes da possibilidade de usufruírem deste desenvolvimento social, pois não possuem nem mesmo as condições necessárias para serem inseridas dignamente na sociedade.

É cada vez mais evidente o aumento das pressões das classes dominantes sobre toda a sociedade, a instalação de inseguranças e instabilidades sobre os indivíduos, numa acirrada disputa pela condução política e econômica do país. Se de um lado, abriram-se alternativas para o desenvolvimento social e sinalização de novos caminhos, de outro, ocorre um forte movimento para fazer retroceder qualquer medida de cunho popular.

Em resposta aos problemas sociais cotidianos, em meio às políticas neoliberais que ainda prevalecem, pode-se romper o cerco e estabelecer políticas públicas voltadas ao desenvolvimento social mais estreitamente junto às camadas populares, assegurando-lhes a sobrevivência e espaços de decisão, possibilidades que se abrem também com a expansão da revolução técnico-científica. Apesar da onda conservadora tentar lançar sobre os indivíduos domínio e subserviência, com vistas a impedir a transformação através da criação de novos mecanismos para prover o controle social, a sociedade não desiste de sonhar e levar adiante as suas lutas.

Referências Bibliográficas

Documentos

O mundo hoje 93 – Anuário econômico e geopolítico mundial. São Paulo: Ensaio: 1993.
Educação e Ciências Sociais. Boletim do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais.

“Instituições participativas e políticas públicas no Brasil: Características e evolução nas duas últimas décadas”. In: *Brasil em Desenvolvimento 2010: Estado, planejamento e políticas públicas*. Rio de Janeiro: IPEA, 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/bd/pdf/Livro_BD_vol3.pdf> Data de acesso: 02/01/2012.

“La reforma laboral de nunca acabar”. El País. Disponível em: http://www.elpais.com/articulo/primer/plano/reforma/laboral/acabar/elpepueconeg/20120122elpneglse_2/Tes

Projeto de Economia Solidária no ABC:<<http://www.pensaragestao.org/search/label/desenvolvimento>> Data de acesso: 25/12/2011.

Revista Brasileira do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. – MEC – 1969.

Bibliografia

ABRUCIO, Luiz Fernando. “Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas”. In: *RAP – Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro. Edição especial comemorativa 67-86, 1967-2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v41nspe/a05v41sp.pdf>> Data de acesso: 05/01/2012.

ANDERY, M. A. & SÉRIO, Tereza M. A. P. (2000). “A prática, a História e a construção do conhecimento: Karl Marx”. In: *Para compreender a ciência*. São Paulo, EDUC.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Do Estado patrimonial ao Estado gerencial*. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2000/00-73EstadoPatrimonial-Gerencial.pdf>> Data de acesso: 05/02/2012.

_____. *Crise econômica e reforma do estado – Para uma nova interpretação da América Latina*. São Paulo: Editora 34 Ltda., 1996.

CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil: um longo caminho*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2001.

CHAUI, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Editora Ática, 2000.

CHASIN, J. *A miséria brasileira*. Estudos e Edições Ad Hominem, 1992.

GELINSKI, Carmen Rosário Ortiz; SEIBEL, Erni José. Formulação de políticas públicas: questões metodológicas relevantes. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, EDUFSC, v. 42, n. 1 e 2, p. 227-240, Abril e Outubro de 2008. Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/~revista/rch42/RCH42_artigo_10.pdf> Data de acesso: 15/11/2011.

FREY, Klaus. “Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil”. In: *Planejamento e Políticas Públicas – Nº*

21. Rio de Janeiro: IPEA, Jun/2000. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89/158>> Data de acesso: 15/01/2012.

_____. “Desenvolvimento sustentável local na sociedade em rede: o potencial das novas tecnologias de informação e comunicação”. *Revista de Sociologia e Política*. N. 21. Curitiba. Nov. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782003000200011&lng=pt&nrm=iso

HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. *Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

HÖFLING, Heloísa de Mattos. “Estado e Políticas (Públicas) Sociais”. In: *Cadernos Cedes*, Ano XXI, n. 55, novembro de 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>> Data de acesso: 25-01-2012.

LUKÁCS, Georg. “Tribuno do Povo ou Burocrata?”. In: *Marxismo e Teoria da Literatura*. Seleção e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 130.

MARX, Karl. Glosas críticas marginais ao Artigo “O Rei da Prússia e a reforma social”. De um prussiano. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000012.pdf>> Data de acesso: 18/03/2015.

RAGO FILHO, Antônio. “Sob este signo vencerás! A estrutura ideológica da autocracia burguesa bonapartista”. In: *Cadernos AEL – Tempo de Ditadura: do Golpe de 1964 aos anos de 1970*. Campinas, v. 8, n. 14/15, p. 153-199, Primeiro e Segundo Semestre de 2001.

SANTOS, Theotonio dos. *Revolução Científico-Técnica e Capitalismo Contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 1983.

SARTÓRIO, Lúcia. A. V. *A trajetória do anti-humanismo pragmatista na educação brasileira: os programas de ensino do Estado de São Paulo e dos municípios de São Bernardo do Campo e Diadema (1940-2008)*. Tese de doutorado, mimeo. São Carlos: UFSCar, 2010.

SAVIANI, Dermeval. “Transformações do Capitalismo, do Mundo do Trabalho e da Educação”. In: SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. *Capitalismo, Trabalho e Educação*, Campinas, Autores Associados, 2001.

SILVA JR., João dos Reis. *A Reforma do Estado e da Educação – no Brasil de FHC*. São Paulo: Xamã, 2002.

_____. “Qualidade total em educação – ideologia administrativa e impossibilidade teórica”. In: *Revista Portuguesa de Educação*. Minho, Vol. 8, nº 2, 1995, p. 15-36.

WEBER, Max. “Burocracia e liderança política”. In: *Os economistas*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997.

RELATOS DE PESQUISA

A RELAÇÃO ENTRE O ESPAÇO URBANO, SIMBOLISMO E MONUMENTOS: O CASO DA “PRAÇA BRASIL”, EM VOLTA REDONDA/RJ

Marcelo Loura de Morais¹

Resumo. A presente comunicação tem como objetivo apresentar a dimensão espacial, simbólica e política presente no ato de se criar um monumento no espaço urbano. Utilizando-nos do conceito de “formas simbólicas espaciais”, definido por Corrêa, pretendemos através do exemplo da “Praça Brasil”, localizada na cidade de Volta Redonda, evidenciar como a criação de um monumento não segue “apenas formas estéticas inocentes, sendo portadores de significados, muitos dos quais de natureza política”, significados esses que “metaforicamente deseja-se comunicar”.

Palavras-Chave: Formas simbólicas; Volta Redonda-RJ; Geografia cultural.

THE RELATIONSHIP BETWEEN URBAN SPACE, SYMBOLISM AND MONUMENTS: THE CASE OF “PRAÇA BRASIL” IN VOLTA REDONDA/RJ

Abstract. This communication aims at presenting the spatial dimension, symbolic and political present in the act of creating a monument in the urban space. Using the concept of “space symbolic forms”, defined by Correa, we aim through the example of “Praça Brasil” in Volta Redonda city, show how the creation of a monument does not follow “only innocent aesthetic forms, they are carriers of meanings, many of which political nature”, meaning those who “metaphorically wish to communicate”.

Keywords: symbolic forms; Volta Redonda; Cultural geography

LA RELACIÓN ENTRE EL ESPACIO URBANO, EL SIMBOLISMO Y MONUMENTOS: EL CASO “PRAÇA BRASIL” EN VOLTA REDONDA/RJ

Resumen. Esta comunicación tiene como objetivo presentar la dimensión espacial, simbólica y política presente en el acto de la creación de un monumento en el espacio urbano. Utilizando el concepto de "formas simbólicas espaciais", definidos por Correa, nuestro objetivo es a través del ejemplo de la “Praça Brasil”, en la

¹ Mestrando em geografia (área de concentração: organização e gestão do território) pelo PPGG/UFRJ, Bolsista CAPES – (Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior). Artigo originalmente utilizado como avaliação final da disciplina “Espaço urbano e cultura”, ministrada pelo Prof. Dr. Roberto Lobato Correa no PPGG-UFRJ. E-mail para contato: marcelomorais.geo@gmail.com

ciudad de Volta Redonda, muestran cómo la creación de un monumento no sigue “formas estéticas solamente inocentes, son portadores de significados, muchos de los cuales la naturaleza política”, es decir aquellos que “metafóricamente desean comunicarse”.

Palabras clave: Formas simbólicas, Volta Redonda-RJ, Geografía cultural.

1. Introdução: a cidade que nasce como símbolo do desenvolvimentismo brasileiro

A praça citada está situada em uma localidade central no município, lugar com um fluxo diário considerável de pessoas, e possui uma ampla visibilidade. Seu monumento, erguido em 1957, (sua inauguração contou com a presença de Juscelino Kubitschek, então Presidente da República) para celebrar a construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), finalizada em 1941, pode ser descrito como um enorme chafariz, com quatro estátuas ao seu redor: uma homenageando o trabalhador operário, outra a Getúlio Vargas, e mais duas homenagens aos engenheiros, um obelisco com a inscrição: “Ao presidente Getúlio Vargas esta homenagem” e quatro ilustrações gravadas em alto-relevo ao seu redor, que representam as diversas etapas do processo siderúrgico: “Alto-forno, coqueira, laminação e aciaria”.

A análise da dimensão simbólica e política deste monumento nos permite recompor a geografia-histórica da cidade de Volta Redonda e compreender o processo de tentativa de construção de identidade brasileira da “Era Vargas”: um país industrial e operário.

Volta Redonda é uma cidade localizada no estado do Rio de Janeiro, no médio Vale Paraíba, e, até a construção da CSN, era somente o 8º distrito de Barra Mansa, um povoado com pouca população e praticando agricultura de subsistência, sua paisagem era essencialmente agrária e apresentava um declínio econômico oriundo da decadência do ciclo do café (OLIVEIRA, 2006, p.75). É neste vale que o então presidente do Estado Novo, Getúlio Vargas, decide instalar o maior empreendimento industrial brasileiro até então. As decisões que levaram a escolha desta localidade são de cunho essencialmente geopolítico (distância do litoral, proximidade com unidades militares e

sítio geográfico favorável à defesa), da ampla disponibilidade de água (Rio Paraíba do Sul), além, é claro, da proximidade com a Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB).

O Brasil e o mundo passavam por um período de intensas transformações, as guerras assolavam a Europa e aqui a economia cafeeira declinava; dessa forma, a partir da Revolução de 1930, as elites agrário-exportadoras tiveram que se articular com a nova elite urbano-industrial nascente e um novo projeto de Nação precisava ser refeito. Neste contexto, surge a política de substituição de importações varguista (WIRTH, 1973) e o Brasil busca, através da industrialização, “romper as amarras do subdesenvolvimento” (PIQUET, 2007). As importações de ferro-gusa, que consumiam grandes partes dos recursos nacionais, eram um entrave a essa política de industrialização, e a construção de uma Siderúrgica em solo brasileiro e com capital nacional era fundamental estrategicamente (OLIVEIRA, 2006, p.76).

A CSN se transforma não somente em um importantíssimo componente do projeto nacional-desenvolvimentista, como também emerge como um símbolo deste novo Brasil “moderno e industrial”. As transformações no espaço geográfico pós-implantação da fábrica foram enormes, a cidade de Volta Redonda se emancipa e atrai imigrantes do Brasil inteiro (que ficaram conhecidos como *arigós*) para a construção das usinas e, posteriormente, para trabalhar nos altos-fornos.

O projeto de cidade de Volta Redonda, arquitetado pelo engenheiro Attilio Corrêa Lima e inspirado nos projetos da cidade industrial do francês Tony Garnier, era recheado de referências simbólicas ao trabalhismo paternalista, e criou uma cidade essencialmente inspirada no regime do Estado Novo: autoritária, funcionalista, e exaltadora do “industrialismo”. A localização central da siderúrgica, por exemplo, permite que com que ela seja visualizada a partir de qualquer ponto da cidade, um verdadeiro panóptico. “A fábrica se tornou onipresente na paisagem” (OLIVEIRA, 2006, p. 90).

Contudo, a implantação do trabalhismo no Brasil não se deu de maneira harmoniosa: Getúlio enfrentou muitos setores opostos à ampliação dos direitos trabalhistas. Setores mais liberais articulados a União Democrática Nacional (UDN) e a algumas alas mais conservadoras das Forças Armadas (principalmente a Aeronáutica) defendiam

Marcelo Louira de Moraes, *A relação entre o espaço urbano, simbolismo e monumentos: o caso da “Praça Brasil”, em Volta Redonda/RJ*

menos participação do Estado na economia e uma maior entrada de capitais e produtos estrangeiros, principalmente norte-americanos, além de enxergar na estreita relação entre políticos populistas e sindicalistas uma ameaça à ordem vigente. Esses setores tiveram participação fundamental na derrocada do Estado Novo em 1945 e, posteriormente, no suicídio de Vargas, em 1954.

Dessa forma, podemos interpretar a construção deste memorial em 1957, três anos após sua morte, e inaugurado por Juscelino Kubitschek (um herdeiro carismático do getulismo), como uma homenagem e referência ao líder do trabalhismo, bem como uma tentativa de marcar terreno nesta disputa pela hegemonia da condução da política no Estado brasileiro.

O monumento como já dito anteriormente, está localizado na Praça Brasil, em uma localidade central no município. Sua pedra fundamental foi lançada por Vargas em 1954; porém, sua inauguração só foi realizada três anos depois, em 1957. As estátuas de bronze que fazem referência ao “trabalhador brasileiro” e a “Getúlio Vargas”, considerado “pai da CSN e de Volta Redonda”, se destacam na paisagem. O simbolismo do monumento se articula com a centralidade política da localidade: nesta praça é onde importantes comícios do Sindicato dos Metalúrgicos, e importantes greves que marcaram época na cidade de Volta Redonda aconteceram. Segundo a Prefeitura de Volta Redonda:

Desfilaram, pelos palanques da Praça Brasil, inúmeros políticos do município e outros de renome nacional. Entre os quais se destacam Juscelino Kubitschek, Leonel Brizola, Luiz Inácio Lula da Silva, governadores de estado e candidatos à presidência da república. A praça foi tombada pela lei municipal nº 2.278 de 22/03/1988. (Portal VR, s/a, s/p)

Ou seja, nota-se como a criação de um monumento parte de uma “política locacional deliberada” (CORRÊA, 2014), e que o político, o social e o simbólico estão intimamente relacionados. Os monumentos são dotados de uma espacialidade e compõem uma “iconografia política do território” (GOTTMAN apud CORRÊA, 2014, p. 30).

Os monumentos se tornam, portanto, uma tentativa de criar uma identidade nacional, glorificar o passado e anunciar um futuro promissor; neste caso, anunciar os valores

Marcelo Loura de Moraes, *A relação entre o espaço urbano, simbolismo e monumentos: o caso da “Praça Brasil”, em Volta Redonda/RJ*

expressos pelo grupo político vinculado ao trabalhismo varguista. No sentido relativo, podemos pensar o monumento como uma tentativa de grafar no território a força simbólica do trabalhismo, em um momento de conflitos na política brasileira, marcado pelo recente suicídio de Getúlio, afinal: “construídos pelo Estado os monumentos objetivavam o fortalecimento de identidades nacionais, em baixa ou necessitando ser criada” (CORRÊA, 2005, p.3).

Segundo Corrêa (Ibid), é somente a partir da década de 1980 que a geografia cultural renovada se interessa mais profundamente pelo estudo dos monumentos e os significados embutidos na sua construção, localização e iconografia. A seguir vamos discutir brevemente como o estudo de formas simbólicas pelos geógrafos nos permite compreender “como os mitos e símbolos que alicerçam as instituições são uma expressão geográfica do imaginário social e da memória coletiva” (COSGROVE, 2000, p. 113).

2. Formas simbólicas espaciais e monumentos: uma possível abordagem da geografia

A conexão das dimensões política e econômica ao simbólico é intermediada pelo conceito de cultura, que na perspectiva da nova geografia cultural é vista como os “significados elaborados e reelaborados a respeito das construções materiais e intelectuais vinculadas a todas as esferas da vida, inclusive a espacialidade humana” (CORRÊA, 2014, p.28). Ou seja, longe de ser um ente supraorgânico que “paira” acima das relações econômicas, ou um mero reflexo das relações econômicas, a cultura é a os mesmo tempo, reflexo meio e condição das relações sociais, afinal: “toda atividade humana é, ao mesmo tempo, material e simbólica, produção e comunicação” (COSGROVE apud CORRÊA, 2007, p.4)

A sociedade está repleta de formas simbólicas, muitas com significados mais explícitos e outras na qual o simbolismo exige um conhecimento prévio para ser percebido; à geografia, as formas simbólicas são importantes objetos de estudo quando são dotadas de espacialidade, ou seja, “tornam-se formas simbólicas espaciais quando conectadas

Marcelo Loura de Moraes, *A relação entre o espaço urbano, simbolismo e monumentos: o caso da “Praça Brasil”, em Volta Redonda/RJ*

diretamente com o espaço, influenciando-o e sendo por este influenciado” (CORRÊA, 2014, p.28). Podem ser fixas como as estátuas, obeliscos, memoriais ou templos, ou ainda móveis, como as procissões, paradas militares, marchas de protestos dentre outras. (Ibid). Podemos definir que:

As relações entre formas simbólicas e espaço são complexas, de mão dupla. De um lado, localizações e itinerários simbólicos valorizam os locais e trajetos percorridos e, de outro, incorporam os atributos simbólicos que as localizações e os trajetos possuem. (CORRÊA, 2012, p. 137)

Torna-se evidente, portanto como a relação do monumento da Praça Brasil com Volta Redonda se dá via mão-dupla, incorporando a identidade de “cidade do aço” e atribuindo os significados políticos embutidos no monumento (referências ao trabalhismo e ao populismo) ao território. Nesse sentido é importante frisar como existe um nítido sentido político nas formas simbólicas espaciais, que são portadoras de mensagens de cunho nitidamente político envolvendo poder, e partem de uma prática espacial deliberada.

O estudo geográfico sobre um monumento pode ser sistematizado sob os seguintes pontos (Corrêa, 2005):

- 1) Localização: sua escolha é parte fundamental do planejamento de um monumento apresenta um caráter absoluto e relativo, gera visibilidade, acessibilidade e atribui significados.
- 2) Escala: pode também ser avaliada sob a perspectiva absoluta (envolvendo área, volume e altura do monumento) ou relacional (envolvendo a comparação com outros monumentos de natureza semelhante e produzido por outros grupos, ou instituições em confronto), é uma dimensão que expressa essencialmente poder.
- 3) Interconexão entre práticas de afirmação ou contestação política: A competição entre grupos de contestação e grupos dominantes por se afirmar no espaço geográfico, gera uma disputa pela localização e dimensão da escala de seus respectivos monumentos simbólicos, é frequente na

geografia-histórica de uma cidade embates envolvendo “quem deve ser homenageado”. Afinal “celebração e contestação são partes integrantes da mesma realidade social.” (ibid, p.20)

Um estudo geográfico sobre os monumentos deve levar em conta também a temporalidade das formas simbólicas espaciais; ao pensamos acerca desta temporalidade, devemos levar em conta na sua criação: 1) o contexto histórico, e 2) os agentes sociais envolvidos no processo. As transformações ou permanências pelo qual ele passa também são importantes objetos de análise, sendo que o monumento pode ser ressignificado, refuncionalizado, ou marginalizado, ou pode até mesmo desaparecer. Transformações sociais, ou períodos de conflitos e de alternância de bruscas de grupos políticos hegemônicos irão alterar as formas simbólicas espaciais de uma devida localidade.

No caso de nosso objeto de análise, a Praça Brasil em Volta Redonda, podemos perceber como, ao longo do tempo, um monumento criado para exaltar um trabalhismo paternalista fortemente dependente de uma liderança carismática, permaneceu em um lugar de enorme centralidade política, porém se ressignificou, presenciando algumas das greves mais importantes da história de Volta Redonda, ou seja, deixando de ser um local de celebração/homenagem para se tornar um local de contestação.

Os monumentos, portanto, compõem a paisagem, têm localização, são concepções artísticas, são partes da espacialidade e temporalidade humana, e carregam um conteúdo essencialmente simbólico e espacial.

Paulo Knauss, (1999, p.7, 8) ao analisar o acervo de imagens de caráter histórico da cidade do Rio de Janeiro (monumentos, marcos, esculturas, estátuas etc.), define que podemos compreender o simbolismo destes a partir de três enunciados: a gratidão, a vaidade, e a exclusão. O primeiro enunciado se refere a personagens da história que são reverenciados, e que se “estabelece simbolicamente um princípio de agradecimento da sociedade urbana pela ação e vida exemplar de determinados indivíduos” (ibid, p.9), ou seja, uma relação de gratidão da sociedade para com o Estado. A segunda característica,

Marcelo Loura de Moraes, *A relação entre o espaço urbano, simbolismo e monumentos: o caso da “Praça Brasil”, em Volta Redonda/RJ*

remete a imagens de vaidade, formas que impõe uma admiração pela escala grandiosa da imagem simbólica; e, por fim, o terceiro enunciado se refere a símbolos espaciais de grupos sociais desprestigiados socialmente.

No caso de Volta Redonda, é muito evidente uma marca profunda na paisagem urbana do primeiro enunciado: a gratidão. A relação entre Getúlio Vargas e a cidade é profunda e cheia de significados, a cidade projetada para ser o símbolo do novo Brasil Industrial e urbano não poderia deixar de prestar as homenagens ao “Pai dos Pobres” e progenitor da CSN.

3. Getúlio Vargas e Volta Redonda: uma relação de proximidade

O nome de Getúlio Vargas foi homenageado de diversas maneiras em Volta Redonda – toponímia de rua, colégio, ginásio, área de lazer (o “Recreio do Trabalhador”) –, o que inclui o próprio nome da usina siderúrgica da cidade (assim batizada em 1961) até mesmo um Memorial em sua homenagem, na Vila Santa Cecília, onde atualmente funciona a biblioteca municipal. Houve em 1963, o desencadeamento de um movimento para colocar o nome de Vargas no município, mas recebeu veto na área militar, que já articulava o golpe de 1964, simbolizando perfeitamente a derrocada do trabalhismo e da tutela de um Estado paternalista (LOPES, 1993, p. 133).

No dia 24 de agosto de 1954, Getúlio Vargas se suicidava, e deixava um recado ao povo brasileiro no qual afirmava em sua carta-testamento: “Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte”. A comoção gerada pela sua morte impediu o golpe articulado por setores mais conservadores da sociedade (UDN, Exército) e favoreceu a eleição posterior de uma liderança carismática identificada com Getúlio: Juscelino. As homenagens ao presidente mais popular e imagem-símbolo do trabalhismo, se espalham pelo país; contudo, como seria de se esperar, em Volta Redonda a presença dos “tributos e homenagens a Getúlio” é muito mais marcante.

Como já dito anteriormente, os monumentos podem ser interpretados sob a perspectiva do enunciado à gratidão, ou seja, são realizadas homenagens ao Estado, personalizado em uma figura política, neste caso, a figura política é alguém com profunda identificação com a cidade, com a CSN, e com os trabalhadores. A relação é

tão próxima que até mesmo houve um movimento pela mudança no nome da cidade para Getúlio Vargas, contudo este projeto acabou vetado pelos militares, que não viam com bons olhos o trabalhismo getulista, estando inclusive entre os responsáveis pela crise que culminou na morte do ex-presidente. Na figura a seguir, nota-se a inscrição em bronze que faz uma referência ao “criador de Volta Redonda”.

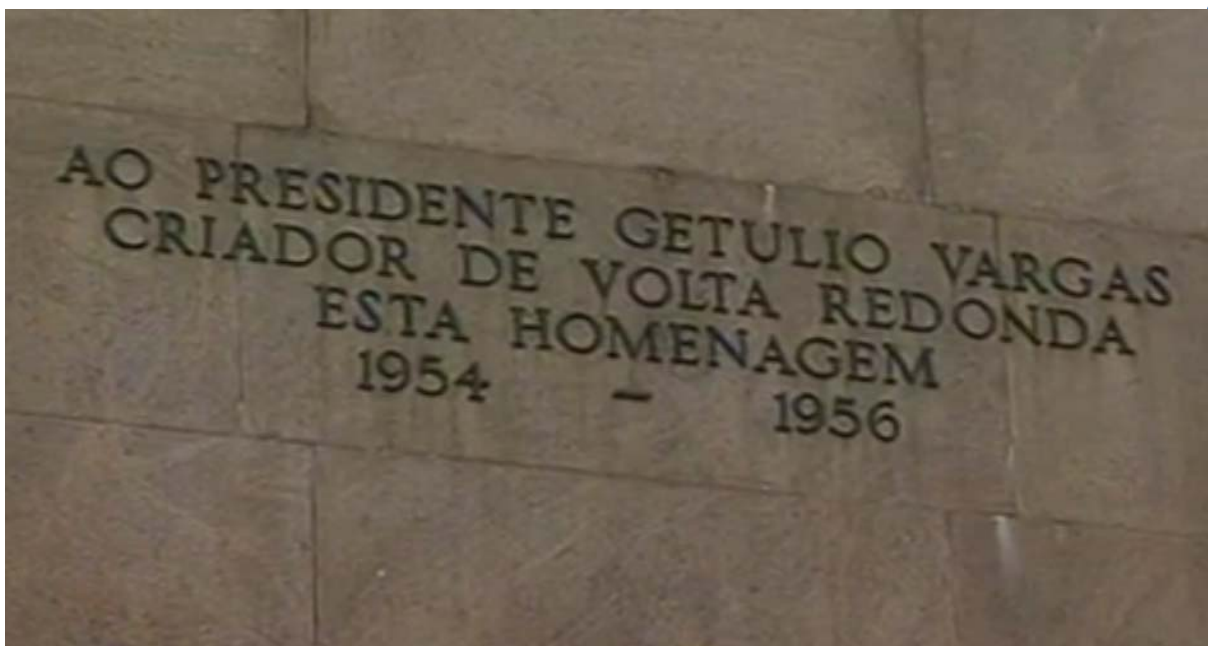


Figura 1. Detalhe do memorial, inscrição gravada: “Ao presidente Getúlio Vargas criador de Volta Redonda esta homenagem 1954 – 1956”. Fonte: acervo próprio.

A inscrição fica localizada em destaque no obelisco presente logo atrás da estátua de bronze em tamanho real, projetada pelo consagrado artista Leão Veloso, como podemos observar na figura 2.



Figura 2. Em primeiro plano a estátua em tamanho real de Getúlio Vargas, ao fundo inscrição com homenagem e painel com uma ilustração que faz referência a uma das etapas da siderurgia: ferro gusa. Fonte: acervo próprio.

Essa aliança entre sociedade e Estado fixada simbolicamente (KNAUSS, 1999), demarcou o espaço urbano volta-redondense: a cidade projetada em função da siderúrgica se tornou a imagem do novo país industrial, oriundo da política “varguista”, produziu símbolos e, ao mesmo tempo, se alimentou destes símbolos na sua construção identitária. A cidade que produziu o aço que moveu a indústria brasileira, e que nos tornou “independentes economicamente” das importações estrangeiras, se tornou a “cidade do aço”. Produção simbólica e produção material se entrelaçam, e fica evidente como a cultura pode ser interpretada como um reflexo, meio e condicionante social.

Contudo, esta aliança entre estado e sociedade, está sujeita a períodos de rupturas e conflitos, com a consolidação da Ditadura Militar nas décadas seguintes, o aumento da

Marcelo Loura de Moraes, *A relação entre o espaço urbano, simbolismo e monumentos: o caso da “Praça Brasil”, em Volta Redonda/RJ*

hiperinflação, os rumores sobre demissões e a privatização da empresa além da prática de congelamento salarial da CSN, esta cidade projetada para ser “grata” se subverte e o memorial criado para celebrar o “pacto trabalhista” será palco de uma das greves mais importantes da história brasileira (CUT, 2014).

4. A greve de 1988 e a privatização da CSN: a “morte simbólica” do operário e fim do projeto nacionalista

172

Em novembro de 1988, a Praça Brasil e a cidade de Volta Redonda se tornaram um palco de guerra. A paisagem foi tomada por tanques, soldados e armas, o clima de insatisfação chegou a níveis exorbitantes e uma greve se fez inevitável, como a cidade era uma região de interesse estratégico, o presidente Sarney ordenou que forças militares intervissem no local, o resultado foi uma tragédia que até hoje é lembrada no município: no dia 8 de novembro, três jovens operários que trabalhavam na fábrica foram sumariamente assassinados durante a ocupação da siderúrgica pelas tropas do Exército. (OLIVEIRA, 2006)

As consequências deste evento foram as seguintes: 1) a truculência da ação do Exército causou comoção popular e a liderança política, ligada ao Sindicato dos Metalúrgicos, Juarez Antunes, ganhou as eleições municipais para prefeito; 2) alguns ganhos salariais foram alcançados; contudo, a política de privatização das estatais, iniciada pelos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso, colocou a perder estes ganhos posteriormente, e muitos operários foram demitidos ao longo da década de 1990 e 2000; 3) e por fim, a truculência da Nova República (que comparativamente não deixou em nada a desejar aos antigos generais da ditadura) e a morte dos operários decretou a “morte simbólica do operariado de Volta Redonda”, nas palavras de Oliveira (2006):

A cidade que viu o grandiloquente surgimento do “novo homem proletário” acabou também assistindo o assassinato, com balas exclusivas do Exército Brasileiro, de três jovens operários no interior da usina que um dia serviu para desencadear o industrialismo no país. Era o homicídio simbólico do proletário na cidade de Volta Redonda.

A trajetória de um monumento nos revela muito sobre a geografia-histórica de uma cidade, a criação de significados que envolve a “produção das cidades” é um campo fértil para análises, afinal “nos monumentos estão inscritas as representações que os homens fazem da história e da geografia. São eles, portanto, parte da complexa e variável temporalidade e espacialidade que caracterizam a ação humana” (CORRÊA, 2005, p. 21).

5. Considerações finais

Na presente comunicação, buscamos resgatar as relações entre espaço, monumentos e simbolismo, evidenciando como a criação de uma forma simbólica espacial é um ato de poder, deliberado (CORRÊA, 2014, p.31) e o estudo do contexto social, da arquitetura e dos conflitos que envolvem a produção de sentidos desta forma simbólica nos revela a complexidade dos significados presentes na espacialidade da sociedade.

Referências Bibliográficas

- CORRÊA, Roberto Lobato. Cultura, Política, Economia e Espaço. In: *Espaço e cultura, UERJ*, n. 35, p. 27-39, Jan./Jun. 2014.
- _____. Espaço e Simbolismo. In: *Olhares Geográficos – Modos de Ver e Viver o Espaço*. Org. I.E. Castro, P.C.C. Gomes e R.L. Corrêa. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2012.
- _____. Monumentos, Política e Espaço. In *Geografia: Temas sobre Cultura e Espaço*. Org. Z. Rosendahl e R.L. Corrêa. Rio de Janeiro, EDUERJ, 2005.
- _____. *Formas simbólicas espaciais e política*. Disponível em: conferência UGI, Simpósio de Geografia Cultural out, 2007.
- COSGROVE, Denis. Mundos de Significados: Geografia Cultural e Imaginação. In *Geografia Cultural: Um Século (2)*, org. R.L. Corrêa e Z. Rosendahl. Rio de Janeiro, EDUERJ, 2000.
- CUT. Massacre de Volta Redonda completa 26 anos. [Rio de Janeiro, 2014]. Disponível em: <http://www.cut.org.br/noticias/memoria-de-luta-e-resistencia-1cbc/>. Acesso em 27 de novembro de 2015.
- KNAUSS, Paulo. *Cidade Vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999.
- Marcelo Loura de Moraes, *A relação entre o espaço urbano, simbolismo e monumentos: o caso da “Praça Brasil”, em Volta Redonda/RJ*

- LOPES, Alberto da Costa. *A Aventura da Cidade Industrial de Tony Garnier em Volta Redonda*, 1993. 235 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.
- OLIVEIRA, Leandro Dias de. *A construção do desenvolvimento sustentável na cidade de Volta Redonda: Um Estudo sobre Reestruturação do Território e Ideologia*, 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geografia do Instituto de Geociências, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006
- PIQUET, Rosélia. *Indústria e Território no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- PORTAL VR. Pontos turísticos de Volta Redonda. [Rio de Janeiro, s/a]. Disponível em: <http://www.portalvr.com/turismo/mod/pontos_historicos/>. Acesso em 27 de novembro de 2015.
- WIRTH, John D. *A Política de Desenvolvimento na Era de Vargas*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1973.

A DISTINÇÃO SOCIAL ATRAVÉS DAS FORMAS, SIGNOS E CONSUMO DA PAISAGEM EM DUAS CENTRALIDADES DE CONSUMO NA CIDADE DE NOVO HAMBURGO (RS)

Fernando Benvenuti Schaab¹

Resumo. O presente ensaio discute a influência das paisagens de consumo na produção da distinção social entre indivíduos de diferentes estilos de vida, através de sua manifestação espacial. Para tanto, a análise debruça-se sobre duas centralidades na cidade de Novo Hamburgo (RS), onde é possível apreender através dos depoimentos sobre a paisagem desses lugares, representações responsáveis pela produção de distinções vinculadas de maneira indissociável ao *habitus* do depoente.

Palavras-Chave: paisagem; consumo; estilos de vidas e distinção social

THE SOCIAL DISTINCTION THROUGH THE FORMS, SIGNS AND LANDSCAPE CONSUMPTION IN TWO CONSUMPTION CENTRALITIES IN THE CITY OF NOVO HAMBURGO (RS).

Abstract. This paper discusses the influence of consumer landscapes in the production of social distinction between individuals of different lifestyles through its spatial manifestation. Therefore, the analysis focuses on two centralities in the city of Novo Hamburgo (RS), where you can learn through the testimonies about the landscape of these places, representations responsible for producing distinctions linked inseparably to *habitus* of the deponent.

Keywords: Landscape, consumption, life styles and social distinction.

LA DISTINCIÓN A TRAVÉS DE LAS FORMAS, SIGNOS Y CONSUMICIÓN DEL PAISAJE EN DOS CENTROS DE CONSUMO EN LA CIUDAD DE NOVO HAMBURGO (RS)

Resumen. En este trabajo se analiza la influencia de los paisajes de los consumidores en la producción de distinción social entre individuos de diferentes estilos de vida a través de su manifestación espacial. Por lo tanto, el análisis se centra en dos centralidades en la ciudad de Novo Hamburgo (RS), donde se puede aprender a través de los testimonios en relación de los paisajes de estos lugares, representaciones

¹ Mestre em Geografia pela UFRGS. Professor de Geografia do ensino básico, técnico e tecnológico (DE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul Rio-Grandense, campus Jaguarão. E-mail: fernandobenvenuti@yahoo.com.br.

responsables de producir distinciones vinculados inseparablemente al *habitus* de la declarante.

Palabras-Clave: paisaje, consumo, estilos de vidas y distinción social

Introdução

O presente ensaio tem por objetivo refletir sobre o papel das paisagens de consumo e do consumo da paisagem na distinção entre os grupos no espaço social na cidade de Novo Hamburgo (RS), a partir do estudo comparativo entre duas espacialidades: o centro tradicional, formado nos primeiros decênios do século XX e uma nova centralidade surgida no final da década de 1990.

Novo Hamburgo caracteriza-se por ser uma cidade média brasileira, tanto em termos demográficos, concentrando uma população superior a 248.000 habitantes (IBGE, 2014), assim como pelas funções que estabelece em sua rede urbana, já que esta se destaca como um dos polos de atração populacional do vetor norte da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA).

Historicamente, a produção social do espaço urbano local esteve vinculada ao crescimento da indústria calçadista na região, sobretudo após a segunda metade do século XX, o que induziu a um rápido processo de urbanização neste período, convergindo diretamente na produção da segregação urbana como característica marcante na estruturação do território intraurbano. Seguindo os moldes do urbanismo fordista, o zoneamento funcional do espaço, orientado pelos interesses da indústria e das classes dominantes locais, acabou por afastar das áreas mais valorizadas e centrais aqueles indivíduos oriundos das classes sociais subalternas, sobretudo operários da indústria calçadista, consolidando a segregação tanto nos padrões de localização residenciais como nas práticas cotidianas da cidade. De tal modo, a segregação espacial, desde a origem do município, foi acentuada por prerrogativas étnicas e sociais, dividindo a cidade em grandes áreas que carregavam, em suas toponímias, a referência, por vezes pejorativas, da origem étnica dos seus residentes. Estas grandes áreas eram chamadas de: Elite, relacionado o local de residência dos mais ricos que, em sua ampla maioria, eram de origem alemã; Mistura, local de residência tanto de indivíduos de origem alemã

como mestiços, compostos, sobretudo, por operários das oficinas calçadistas; e África e Limpeza, locais de residência dos negros e pobres, marcando uma cidade com fortes fronteiras sociais e étnicas.

Atualmente, o município apresenta um aumento significativo do setor terciário em detrimento do secundário (indústria), evidenciando com isto um processo de desindustrialização relativa do espaço e da economia, acompanhado da expansão do setor de comércio e serviços. Frente a esta nova composição econômica, cada vez mais o terciário se torna referência na incorporação da força de trabalho local, assim como interlocutor dos comportamentos e relações sociais engendradas no espaço urbano, historicamente marcado por práticas segregatórias e distintivas. Neste cenário, as relações socioespaciais se complexificam ao sinalizarem mudanças profundas em seus conteúdos, pois os padrões de segregação e diferenciação social se realizam, cada vez mais, mediante o acionamento de signos e de práticas de consumo e no espaço.

As centralidades *lócus* dessa análise empírica (FIGURA 1) se diferenciam tanto em termos de paisagem como de fluxos de pessoas e convergência de diferentes estilos de vida. No centro tradicional da cidade, podemos observar a ocorrência do comércio popular e diversificado, com ampla circulação de pedestres e consumidores, mediados por espaços públicos e terminais de transportes coletivos que conectam os bairros periféricos e seus moradores a este centro, o que favorece a conformação de um espaço mais diversificado formado por uma grande afluência de pessoas. Já a nova centralidade, localizada alguns quarteirões do centro tradicional, possui uma paisagem tanto caracterizada por uma arquitetura padronizada de acordo com tendências globais e pós-modernas, como de grupos sociais com menor diversidade de estilos de vida e um comércio especializado, voltado para segmentos de renda mais elevados. Do mesmo modo, nesta nova centralidade observamos o uso misto entre o comércio e as habitações de luxo em expressivo processo de verticalização e segregação.

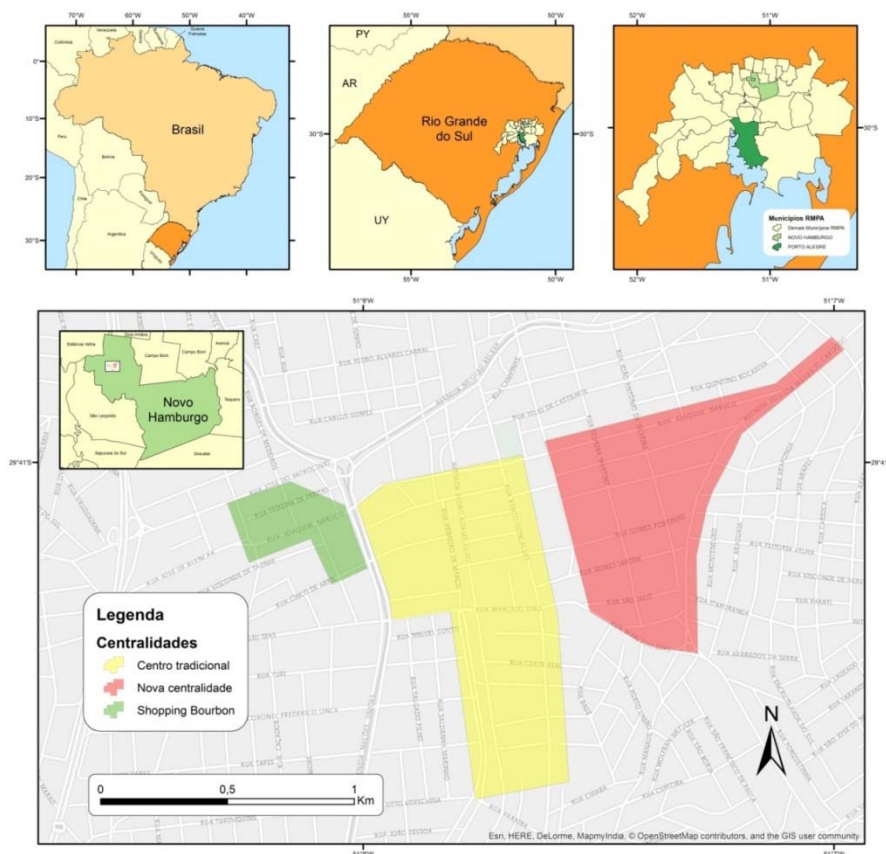


Figura 1. Localização de Novo Hamburgo na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e no Estado do Rio Grande do Sul. Em destaque, o perímetro das áreas centrais analisadas neste trabalho. Fonte: Fernando Benvenuti Schaab e Éder Luís Rodrigues (2015)

Com o intuito de compreender o papel das paisagens das duas centralidades analisadas pela presente pesquisa, na distinção social própria dos indivíduos com diferentes *habitus* e estilos de vida, os seguintes procedimentos metodológicos foram adotados: levantamento bibliográfico sobre o tema; pesquisa de campo com a intenção de analisar as formas da paisagem de cada centralidade; e realização de entrevistas abertas e semi-estruturadas com os seus transeuntes e consumidores, tendo por objetivo captar através das suas falas, os significados e significantes responsáveis por aproximar, distanciar e distinguir indivíduos pertencentes a diferentes grupos e classes sociais.

Nesse sentido, o artigo está dividido em três partes que se complementam: na primeira parte, apresenta-se uma sucinta revisão e discussão teórica acerca dos conceitos de paisagem e paisagens de consumo ancorados em autores como Cosgrove (2006), Corrêa (2011), Harvey (2007), Heidrich (2008), Lemarchand (2008) Santos (1988), Serpa (2005)

e Ortigoza (2010). Na segunda e terceira partes, realiza-se o tensionamento entre o referido referencial teórico com os depoimentos, discursos e representações dos atores sociais relacionados a estas espacialidades: os comerciantes, os transeuntes e os consumidores do centro tradicional e da nova centralidade.

Reflexões acerca dos conceitos de paisagem e paisagens de consumo no estudo sobre distinção social no espaço geográfico

179

Inicialmente, é necessário compreender que a paisagem geográfica é tanto material como simbólica. A compreensão da sua gênese, estrutura e organização devem ser precedidas pela leitura dos significados incorporados em seus signos (CASSIER 2001, apud CORRÊA, 2011). O estudo das paisagens necessita compreender as suas formas simbólicas para a leitura da racionalidade formal, analisando a sua multidimensionalidade de representações, sendo a paisagem um “método que permite calibrar o olhar para perceber e também é maneira de ver que depende do que se conhece de uma relação de objetos, formas e dinâmicas” (HEIDRICH, 2008, p. 297).

Heidrich (2008, p. 304) compreende a paisagem como híbrida, pois ela é dotada de imagens e sentimentos gerados a partir de determinada representação social e identidade. Neste sentido, pode-se compreender que, apesar de subjetivas, as múltiplas representações de uma paisagem são geradas pelos indivíduos a partir de um repertório de valores, práticas e ações próprios da posição que ocupam no espaço social.

Para Santos (1988), a paisagem é apreendida pelos sentidos, possibilitando uma diversidade de percepções, já que esta é sempre “um processo seletivo de apreensão. “[...] nossa tarefa é a de ultrapassar a paisagem como aspecto, para chegar ao seu significado”. (SANTOS, 1988, p. 21). Para tanto, é necessário avançar das simples aparências da paisagem com o intuito de interpretar seus reais princípios geradores, pois ela não é estática, mas sim “um objeto de mudança. É um resultado” (SANTOS, 1988, p. 24). Outro aspecto importante, na compreensão da paisagem, é o seu caráter transtemporal. Segundo o autor:

A paisagem existe através de suas formas, criadas em momentos históricos diferentes, porém coexistindo no momento atual. No espaço, as formas de que se compõe a paisagem preenchem, no momento atual, uma função atual, como resposta às necessidades atuais da sociedade. Tais formas nasceram sob diferentes necessidades, emanaram de sociedades sucessivas, mas só as formas mais recentes correspondem a determinações da sociedade atual. (SANTOS, 2006, p. 68)

Corrêa (2011), considerando as ideias de Cosgrove (1985), observa que as paisagens possuem um sentido político, podendo ser divididas em dominantes, excluídas e residuais. Segundo ele, as paisagens estão constituídas por sentimentos, valores e ideias gerados através da mediação entre intelecto e a imaginação. Estes elementos, geradores da paisagem, são constituídos a partir dos mecanismos sociais da racionalidade espaço-temporal, capitalistas e pelo estímulo do consumo auto alusivo contemporâneo.

Na vertente deste raciocínio, Corrêa (2011, p. 13) percebe a paisagem não apenas como um produto, “mas um agente ativo que desempenha importante papel na reprodução da cultura”. A paisagem, portanto, não pode ser vista apenas como resultado de uma histórica relação entre homem e natureza, mas sim como um mecanismo de naturalização e reprodução das estruturas sociais.

Cosgrove (2006) argumenta que a paisagem é um agente ativo na remodelação contínua da sociedade, servindo para tornar natural o que é profundamente cultural. Assim, as paisagens são fabricadas para estimular a imaginação dos indivíduos através de sentimentos como, por exemplo, o desejo e o medo, ocultando os reais interesses daqueles que têm domínio sobre elas, que é o de criar paisagens propícias para o consumo de bens e do próprio espaço. O autor destaca ainda o papel da paisagem em conectar o indivíduo com as suas espacialidades.

Pode-se, portanto, ressaltar a relevante influência da paisagem na construção do cotidiano de cada indivíduo. Através das percepções das diferentes paisagens é que se definem os espaços cotidianos. Deste modo, as paisagens são utilizadas como instrumentos estratégicos dos indivíduos que as avaliam com o intuito de classificá-las como familiares ou invasivos. Para Ângelo Serpa:

A sobrevivência na cidade exige uma atenção superaguçada, a fim de afastar as múltiplas ameaças a que está sujeito o passante. A experiência do choque acaba produzindo um novo tipo de percepção, uma nova sensibilidade, concentrada na interceptação e na neutralização do choque, em contraste com a sensibilidade tradicional, que podia defender-se, pela consciência, contra os choques presentes, mas podia também, pela memória, evocar as experiências sedimentadas em seu próprio passado e na tradição coletiva". (SERPA, 2005, p. 3)

A classe dominante procura, através deste impulso por segurança e rotina, definir quais paisagens são ameaçadoras ou não a situações de choque. Neste sentido, as paisagens onde os signos de consumo são mais abundantes acabam se tornando, através de uma série de circunstâncias, mas principalmente pela publicidade, familiares e rotineiras aos indivíduos. Assim, a necessidade de "reconhecer e padronizar nosso ambiente é tão crucial e tem raízes tão profundamente arraigadas no passado, que essa imagem é de enorme importância para a prática individual do indivíduo" (LYNCH, 2011, p. 4).

Ortigoza (2010) percebe que a paisagem, através da sua imagem, torna-se uma ferramenta de estímulo do consumo ao dissimular características históricas na formação de um lugar com o intuito de reciclá-las e, assim, produzir um consumo mais padronizado. Para a autora, a cidade, sob o modo de produção capitalista, se entrevê na paisagem como "uma articulação definitiva com a dinâmica do consumo. Sua arquitetura é também veículo de troca, seus signos permitem uma simulação da cultura e vida urbana". (ORTIGOZA, 2010, p. 86).

Neste sentido, pode-se conceber a paisagem como um artifício, engendrado pelas classes dominantes, na busca pela pretensa homogeneização e naturalização de seus discursos sobre as mais diversas espacialidades em que o comércio se destaca como sua principal função. Logo, a paisagem deve ser analisada não apenas como reflexo da cultura dentro da qual foi construída, mas também como um instrumento de apropriação mercadológica do espaço com o intuito de reforçar o domínio ideológico de um determinado grupo através de seus códigos.

A interpretação superficial de uma paisagem por aqueles que a leem permite, aos discursos hegemônicos, gerados pelas classes dominantes, serem aceitos sem grandes contestações devido à dificuldade dos indivíduos em perceber as constantes

reassignificações dos símbolos que são utilizados como reguladores da codificação de percepções internas de cada indivíduo. Segundo Duncan:

É a “amnésia cultural” que permite a paisagem agir como poderosa ferramenta ideológica. Tornando-se parte do dia-a-dia, do que é tido como dado, do objetivo e do natural, a paisagem mascara a natureza artificial e ideológica de sua forma e conteúdo. Sua história como uma construção social não é examinada. Logo, ela é tão inconscientemente lida quanto inconscientemente escrita. (DUNCAN, 2004, p. 111)

A paisagem é uma ferramenta essencial para a reprodução das ideologias de distinção social. Os arquitetos e urbanistas procuram, através da paisagem, criar espacialidades segmentadas para determinados estilos de vida. A apropriação e o consumo de bens e lugares se tornaram um dos atributos necessários para aumentar o capital simbólico de cada indivíduo perante a estrutura social.

Para Harvey (2007), as constantes reformulações da paisagem, realizada pelos arquitetos e urbanistas, se efetivam a partir das disputas entre formadores de gosto que procuram, através de novas tendências, reafirmar o consumo através das espacialidades onde ele é efetuado. Tais incursões ajudam a compreender “o atual fascínio pelo embelezamento, pela ornamentação e pela decoração como códigos e símbolos de distinção social” (2007, p. 83).

Desta forma, existe, dentro das próprias cidades, uma “guerra de lugares” onde cada lugar procura afirmar-se como sendo o espaço ideal para determinados estilos de vida. Este processo pode explicar o “esvaziamento” de determinados centros de consumo e o crescimento de outros. O que regula estas disputas por representatividade de estilos de vida entre os lugares é a paisagem, pois é ela que carrega os signos e símbolos destas distinções e media a relação entre os centros de consumo e o indivíduo consumidor. Deste modo, o “dogma da competitividade não se impõe apenas à economia, mas, também, à geografia” (SANTOS, 2006, p.167).

Pode-se pensar que os indivíduos, que frequentam um determinado lugar de consumo, querem não apenas adquirir um bem, mas também consumir tudo aquilo que está em seu entorno. O consumo da estética da paisagem tornou-se, portanto, um importante

recurso na atração de indivíduos com estilos de vida semelhantes, para consumir em lugares específicos. A distinção que a paisagem carrega, em seu cerne, pode ser vista como simbólica, pois, apesar de não segregar, através de barreiras e muros físicos, segrega todos aqueles que não compartilham com os gostos que ali são compreendidos como apropriados, através do imaginário, dos discursos e dos signos.

Distinção social mediante os discursos e representações da Paisagem do Centro Tradicional de Novo Hamburgo

A paisagem de um lugar é constituída através da sobreposição e da relação entre objetos e ações, concebidos em diferentes tempos e com distintas intencionalidades. No centro tradicional de Novo Hamburgo, observa-se uma paisagem repleta de símbolos, híbrida pelo próprio caráter de atração de fixos e fluxos da área, e que produz “uma série de referências territoriais e identitárias sobrepondo-se, dialogando-se, atritando-se, compondo um mosaico de conflitos e de integração socioespacial” (GAMALHO; HEIDRICH, 2012, p. 195).

Esta paisagem tão diversificada, constituída a partir da sobreposição histórica de distintos meios técnicos científicos, é repleta de signos de diferentes estilos de vida que desempenham a função de demarcar estes espaços como posse destes grupos sociais, onde a convivência e o acesso daqueles que não se identificam ou não são identificados, como portadores de sinais harmonizados com estes signos, é restrito ou até negado. A reflexão sobre a influência da paisagem, na distinção social entre indivíduos de diferentes estilos de vida, no centro tradicional, tem de levar em consideração o caráter híbrido desta paisagem e também as diferentes intencionalidades presentes na ressignificação de signos e símbolos que ela carrega. Deste modo, a produção da paisagem do centro tradicional é operada por diferentes atores sociais como, por exemplo, agentes públicos, comerciantes, transeuntes e consumidores. Estes atores sociais possuem a capacidade de, através da observação, dar significados aos objetos e às formas deste lugar, produzindo, por conseguinte, uma representação desta espacialidade.

Nesta perspectiva, na produção da paisagem do centro tradicional, os comerciantes exercem a função de compor a fachada e os espaços internos de seus estabelecimentos com a intenção de atrair consumidores. Por ser uma espacialidade produzida a partir de múltiplos propósitos e intencionalidades (ver figura 2), inclusive de escala comercial (pequenas lojas de bijuterias, localizadas ao lado de grandes lojas de varejo de eletrodomésticos), a paisagem do centro tradicional, na perspectiva do comércio, é carregada de mensagens plásticas e linguísticas em fachadas, placas e panfletos que procuram atrair os transeuntes que passam pelos espaços públicos desta espacialidade para o espaço interno de seus estabelecimentos. Ao ser indagado sobre as técnicas publicitárias que utiliza para atrair mais consumidores para o seu estabelecimento, um gerente de uma loja de roupas da área ressalta: “Melhoramos a fachada com o intuito de chamar mais a atenção de quem transita na frente. Muitas das nossas vendas são realizadas com pessoas que não vieram para comprar”.



Figura 2. Grande concentração do comércio na Av. Pedro Adams Filho
Fonte: Fernando Benvenutti Schaab (2014)

Os transeuntes, que utilizam o centro tradicional tanto para propósitos funcionais, como para ir até um determinado ponto da espacialidade, compõem a paisagem desta centralidade através de sua *hexis* corporal (ver figura 3). São “formas simbólicas espaciais constituídas por fluxos” (CORRÊA, 2013, p. 93) onde seus sinais corporais, compostos por sua postura e vestimentas (BOURDIEU, 2013), integram a paisagem, dando-lhe características flexíveis em relação ao uso, permitindo aos indivíduos

produzirem sentimentos de simpatia, antipatia, afinidades a determinados espaços e grupos desta centralidade. Um dos entrevistados, quando indagado sobre os atrativos que o levam a frequentar essa centralidade, relatou: “Tem bastante jovens, pais com filhos que trazem as crianças na pracinha. Da para ver os passarinhos.” (Empregado do comércio, 19, bcp)².



Figura 3. “Bancas” do centro de Novo Hamburgo
Fonte: Fernando Benvenuti Schaab (2014)

A paisagem exerce um papel prático nas ações dos transeuntes, pois, devido à propensão dos indivíduos de se sentirem mais seguros nos lugares em que reconhecem os signos e sinais como familiares, a prática de caminhar no centro tradicional de Novo Hamburgo proporciona a muitos dos seus transeuntes uma segurança, gerada pela intimidade com os seus símbolos. Assim, as informações transmitidas pelas formas da paisagem são funcionais para os indivíduos na realização de seus cálculos estratégicos cotidianos. Ao ser indagado pelos atrativos que o levam a frequentar essa centralidade, um transeunte destaca: “Gente bonita que passa nas ruas. Colegas que a gente encontra

² A tipologia dos entrevistados levou em consideração a sua atividade ocupacional, a idade do entrevistado e característica do bairro onde ele reside (Bcp = bairro de classe popular, Bcm = Bairro de classe média e Bca = Bairro de classe alta).

passeando. Um lugar calmo que não oferece perigo. As ‘bancas’ que não são bem limpinhas. Aqui tem coisas que o bairro não tem.” (Operário da indústria, 56, bcp).

A relação existente entre os comerciantes, paisagem e transeuntes é que os primeiros transformam as formas e os ambientes do lugar muitas vezes com o amparo dos agentes públicos, para induzir aqueles que transitam pelas ruas, calçadas e praças do centro a consumir, de forma não-programada, um produto ou serviço, oferecido pelos estabelecimentos locais.

É neste contexto, de uma espacialidade onde impera as relações impessoais e superficiais, própria das áreas centrais das cidades contemporâneas, que a produção de microterritorialidades é realizada através da identificação de sinais pertencentes tanto às formas e funções da paisagem estática como na *hexis* corporal que cada indivíduo é portador. A classificação de quais lugares é homóloga aos seus gostos e práticas, e quais lhe são estranhos, é elaborada através da análise estratégica que cada um realiza sobre as formas e *hexis* corporais intrínsecas a esta paisagem cultural. Ao ser indagada sobre os aspectos negativos dessa centralidade, uma transeunte destaca: “Área bonita, mas tenho medo de ir a alguns lugares.” (Profissional liberal, 33, bcp).

A correlação entre paisagem, território e identidade é exercida pelas mediações simbólicas presentes nos sentidos dados aos objetos e às formas que desempenham a função de demarcar microterritorialidades dentro deste espaço tão heterogêneo. Com a crescente ideologia do medo, no centro da cidade, a presença de paisagens, com fortes traços territoriais, tem também o papel de afastar aqueles que produzem um sentimento de perigo a um determinado grupo. Ao ser solicitado a descrever a paisagem dessa centralidade, o transeunte salienta: “Essa praça tem muitas pessoas de idade. Outros vêm aqui conversar por causa do *wi-fi*. Tem muita insegurança. Os mendigos deixam a gente mais acuado, principalmente as pessoas de mais idade.” (Empregado do comércio, 34, bcp).

Estas representações, que são utilizadas pelos indivíduos, em suas estratégias, nos “jogos sociais” dos quais participam, são, na verdade, uma maneira de naturalizar o que é arbitrário. A paisagem, portanto, é condição para a realização de interesses sociais,

relacionados ao aumento de volume de capital social, através dos laços de coligação entre indivíduos (casamentos, amizades, sociedades, etc.). O senso prático de cada indivíduo necessita de um entorno conhecido e familiar, ou seja, marcadores territoriais para poder prever, com maior eficácia, as suas práticas e ações imediatas. “Mais é o *shopping*. Ele tem de tudo o que precisa. É só lá que me encontro com meus amigos.” (Empregado do comércio, 37, bm).

Estes marcadores territoriais podem ter relação ou não com o consumo de serviços, mercadorias ou lazer em uma determinada espacialidade. Aqueles que possuem uma forte relação com o consumo no centro tradicional, geralmente, estão relacionados a um determinado estilo de vida, como os dos *rockers* e tatuadores ou estão vinculados ao comércio, voltado para os estilos de vida com médio ou pequeno capital econômico. “Por poder encontrar tudo no mesmo lugar. Coisa que em Canudos não tem. Aqui tem mais opções.” (Profissional liberal, 25, bcp).

A influência que as paisagens de consumo exercem sobre os indivíduos, transformando-os em consumidores, é exercida através da manipulação das formas e dos ambientes com o intuito de proporcionar ao transeunte uma experiência de consumo relacionada a questões, muitas vezes, irracionais (LEMARCHAND, 2008) como, por exemplo, aquelas vinculadas aos cálculos estratégicos³ como de aumento de volume de capital social através da aquisição e desfrute de objetos ou lazers simbólicos. A paisagem é também utilizada como instrumento ideológico de segregação daqueles que são considerados um incômodo e não consumidores. Ao serem indagados sobre os aspectos negativos do centro tradicional, muitos transeuntes enunciaram que os moradores de rua e outros tipos de agregados sociais, presentes na Praça do Imigrante e nas calçadas da Avenida Pedro Adams, eram o que havia de negativo na área. Esta percepção, de que estes grupos sociais “poluem” a imagem desta centralidade, é difundida largamente entre os transeuntes, consumidores e comerciantes. Ao ser questionado sobre os aspectos negativos dessa centralidade, um consumidor ressalta: “Bastante morador de rua. Elas

³ Segundo Bordieu (2013) estes cálculos estratégicos não são completamente racionais, pois são formulados por meio do *habitus* de cada indivíduo, que por sua vez, desconhecem de maneira integral suas disposições iniciais.

são abandonadas não tem atrativos para quem quer morar aqui. Sinto não ter segurança na praça.” (Empregado do comércio, 34, bcp).

A paisagem do centro tradicional de Novo Hamburgo ainda preserva características de uso popular, pois os símbolos e signos, inscritos em suas formas e funções, representam a diversidade de práticas e estilos de vida de quem compartilha esta espacialidade, mesmo que, por vezes, convivendo em harmonia e por outras se desentendendo. As ocupações populares dos espaços públicos desta centralidade são um exemplo tradicional de paisagem não completamente tomada pelas normas concebidas pelo capital para este de lugar.

Neste sentido, esta aparente desordem dos usos populares do espaço é uma resistência ao próprio discurso hegemônico da *gentrificação*, proferido pela maioria dos entrevistados, mesmo aqueles com baixo capital econômico que, muitas vezes, inconscientemente, preconizam a maior privatização dos espaços públicos.

Paisagem como Meio de distinção social na Nova centralidade de Novo Hamburgo

Analisar o papel da paisagem cultural na legitimação e naturalização das relações sociais, na nova centralidade, mesmo que não de forma física, foi de grande importância para a compreensão de como ela impõe limites e distâncias distintivas entre aqueles que se apropriam ou não de seus valores e símbolos.

Nesta perspectiva, Cosgrove (2006) percebe a paisagem cultural como artifício da sociedade para manipular e produzir o espaço. Para o autor, as paisagens tendem a ser utilizadas pelas classes dominantes como instrumento para impor, através de seus símbolos e signos, as suas normas, ideologias e valores. A aceitação destas imposições, por parte das outras classes, na maioria das vezes, é realizada de forma temporal e inconsciente, pois elas tendem a ser naturalizadas com o tempo.

Esta naturalização da paisagem pode ser percebida no enunciado dos entrevistados através das características que eles tendem a destacar sobre a paisagem de um determinado lugar. Deste modo, ao serem indagados sobre a paisagem da nova

centralidade (ver figura 4), a maioria dos entrevistados buscaram ressaltar sua beleza estética. Ao citarem termos como “arquitetura moderna”, “área nobre”, “parte chique de Novo Hamburgo” eles estão produzindo um efeito de sentido que estão relacionados aos atuais discursos dominantes da arquitetura e urbanismo que enaltecem a produção de lugares seguros e exclusivos. (HARVEY, 2007).



Figura 4. Trecho da Av. Dr. Maurício Cardoso, com seus edifícios residenciais de alto padrão e estabelecimentos comerciais especializados.
Fonte: Fernando Benvenuti Schaab (2014)

Estes discursos dominantes da arquitetura e do urbanismo também são utilizados por aqueles que, nos seus enunciados, comparam a paisagem da nova centralidade a outras reconhecidas regionalmente e até mundialmente por serem seletivas e “sofisticadas”, como a da Rua Padre Chagas, de Porte Alegre, e a da cidade americana de *Beverly Hills*. No dizer de um dos entrevistados sobre os motivos que o levam a consumir nessa centralidade: “Como a Padre Chagas. Região de atrativos, gastronomia e vestuário. É o que tem de melhor na cidade.” (Profissional liberal, 68, bcm).

O reconhecimento, por parte de muitos, de que a paisagem da nova centralidade é legitimamente superior em termos estéticos às outras da cidade, faz com que os marcadores visuais (ver figura 5), presentes nela, sejam também objeto de desejo e sinais de identificação entre os indivíduos que pertencem aos estilos de vida dominantes. A fala de um dos entrevistados corrobora com essa análise, quando esse

destaca os atrativos dessa centralidade: “Área nobre, lojas diferenciadas, existe muito lazer. Aqui você consegue ver amigos e ver bons produtos nas lojas. Eu me identifico muito com a Maurício” (Profissional liberal, 47, bca).



Figura 5. Fachadas de lojas da Nova Centralidade. Observa-se um desenho arquitetônico padrão, com formas retas e funcionais, segue tendências internacionais análogas à áreas nobres de grandes centros de consumo.

Fonte: Fernando Benvenuto Schaab (2014)

Contudo, se as classes dominantes conseguem observar nestas paisagens sinais de identificação e reconhecimento, que possibilitam o encontro entre certos grupos sociais e indivíduos com gostos e práticas homólogos, muitos dos indivíduos, pertencentes às classes desprovidas do mesmo volume de capital, percebem estes sinais como limites a serem respeitados. De acordo com um entrevistado, quando indagado sobre o que pensa sobre essa centralidade: “É bonito, mas não é para mim. É para os ricos.” (Policial militar, 32, bcp).

Bourdieu (2013) destaca que, apesar de os indivíduos acreditarem que há ausência de fronteiras entre as práticas e gostos dos diferentes estilos de vida, existem limites incorporados no *habitus* de cada um que cria o que o autor denomina de senso de limites ou distâncias diferenciais.

Aqueles que classificam ou se classificam, ao classificarem ou se apropriarem das práticas ou propriedades classificadas e classificantes, não podem ignorar que, através dos objetos ou práticas distintivos em que se exprimem seus “poderes” e que, por serem apropriados por classes e apropriados a classes, classificam aqueles que se apropriam desses objetos ou práticas, se classificam perante outros sujeitos classificantes (mas classificáveis, assim

como seus julgamentos), providos de esquemas classificatórios análogos àqueles que lhes permitem antecipar, mais ou menos adequadamente, sua própria classificação. (BOURDIEU, 2013, p. 446).

O afastamento físico, por parte daqueles que não possuem volume de capital global necessário para utilizar os lugares de consumo e lazer da nova centralidade, é concretizado; portanto, pela não identificação destes grupos com os sinais presentes na paisagem da área.

A *hexis* corporal de cada indivíduo também é um sinal que pode autorizá-lo ou não a usufruir deste lugar. Se os indivíduos portam em seus corpos sinais (vestimenta, postura, cuidados com a beleza, etc.) harmonizados aos desta paisagem, ele tende a sentir-se mais confortável nesta espacialidade. Segundo um entrevistado, ao ser questionado sobre os atrativos dessa centralidade: “Aqui eu vou encontrar pessoas de bom gosto. Elas se vestem bem. Estão abrindo lojas com designers modernos”. (Profissional liberal, 47, bca).

A ideia de analogia entre os sinais da paisagem e da *hexis* corporal dos indivíduos, que usufruem desta paisagem, é tamanha que uma das entrevistadas, ao descrever a paisagem dessa centralidade enunciou: “Existe uma certa característica que define as pessoas daquele lugar e quando a gente vê uma pessoa um pouco diferente são as empregadas indo ou voltando pelo trabalho.” (Professora de ensino básico, 47, bca).

Corroborando com esta perspectiva, foi reiterado, na fala dos entrevistados, nesta centralidade, que a beleza estética de sua paisagem não era formada apenas pela arquitetura dos seus prédios e casas, mas também pela *hexis* corporal de quem a frequenta. “Gente bonita, lojas exclusivas, animadas e conhecidas [...]” (Profissional liberal, 46, bcm).

O sentimento de homologia, entre a paisagem do lugar e a população, que a compõe, é tamanho que uma das entrevistadas, consumidora assídua do lugar, ao ser questionada sobre os atrativos dessa centralidade ressalta: “Pelo conteúdo é fora de série, parece uma cidade interiorana.” (Técnico de ensino básico, 35, bp). A ideia de cidade

interiorana está relacionada à percepção da entrevistada de que o lugar é frequentado apenas por pessoas conhecidas ou próximas.

Esta percepção, de conformidade entre os objetos presentes na paisagem de um lugar com a *hexis corporal* de quem a frequenta, e que pelo menos de forma temporal a compõem, permite compreender as intencionalidades para além das aparências na constituição e reafirmação delas como espaço próprio para determinados grupos sociais que, se não proibindo de maneira concreta aqueles que não pertencem a eles, o repelem através de símbolos presentes nesta paisagem. Uma comerciante dessa centralidade, ao ser indagada sobre as formas de atrair o público-alvo para o seu estabelecimento, destacou: “O atendimento é mais exclusivo [...]. Aqui eles atendem de forma mais pessoal, tem segurança na frente das lojas, não é qualquer um que vem comprar aqui.” (Empresária de comércio médio, 37, bcm).

Entretanto, ao descreverem a paisagem, outros demonstram preocupação com a crescente popularização da área:

O lugar é bonito, apesar de a área estar popularizando. Muitas pessoas estão vindo até aqui porque é chique e moderno, mas o lugar e as lojas continuam bonitos [...]. Acho que aqui ainda é uma referência na cidade de Novo Hamburgo para quem quer algo melhor que outros que já estão bem populares. (Empresária de um comércio médio, 37, bcm).

Esta preocupação, reiterada pela entrevistada, em relação à “popularização” da área, segundo ela, está relacionada ao aumento de indivíduos pertencentes a classes sociais com menor capital econômico e que, não possuindo em sua *hexis corporal* os sinais de identificação necessários para serem qualificados como aptos, a pertencerem aos estilos de vida que se apropriaram do lugar, são percebidos como estranhos a esta paisagem.

Outra entrevistada descreve a sua percepção sobre esta centralidade, ressaltando não apenas o seu apreço visual pela paisagem do lugar, mas também a boa sensação que esta lhe passa ao destacar o silêncio e o bom cheiro desta área como uma das suas principais qualidades. “Avenida moderna, com arquitetura moderna, bom espaço para o lazer, lugar agradável, qualidade de vida, pois tem pouco barulho e cheiro ruim, não tem poluição.” (Empregada do comércio, 27, bcm).

Deste modo, percebe-se, através das falas dos entrevistados, que a paisagem da nova centralidade é um atrativo para os que ali residirem, visitarem, transitar ou consumir no comércio local. A presença, nesta paisagem, de símbolos e signos, que são identificados por muitos como pertencentes aos estilos de vida das classes mais abastadas, faz dela objeto de desejo e contemplação para muitos, sendo também um atributo de identificação mútua entre aqueles que a compartilham em momentos de consumo e/no lazer.

Considerações finais

As interações mútuas, entre os signos presentes na paisagem e os discursos que a representam, têm como função legitimar, direcionar e até mesmo normatizar comportamentos e percepções daqueles que a observam, tendo em vista que a própria paisagem transmite os signos da cultura da classe, do grupo social ou do estilo de vida que a produzem. Deste modo, as paisagens analisadas, nesta pesquisa, possuem inscritas, em suas estruturas, formas e funções e as estratégias das classes que a disputam. Neste escopo, percebeu-se que o centro tradicional de Novo Hamburgo possui, em sua paisagem, uma sobreposição de signos, símbolos e valores provenientes de diferentes tempos históricos em que os artefatos – prédios, praças, calçadas, etc. – foram produzidos do mesmo modo em que o convívio entre diferentes fixos e fluxos – carros, mercadorias, indivíduos, etc. – fornecem a esta centralidade um caráter polifônico, porque a multiplicidade de leituras, sobre a sua paisagem, tem correlação com a posição em que o indivíduo ocupa no espaço social. Por sua vez, a nova centralidade é formada por uma paisagem mais homogênea, de tempo e signos análogos, onde as apropriações e domínios dos seus elementos e significados ganham um caráter de distinção entre os estilos de vida. Além do mais, os enunciados que os seus signos transmitem são aceitos pela maioria dos sujeitos, independentemente da posição do espaço social onde o indivíduo se encontra. Este quase consenso sobre a superioridade dos seus aparatos e dos indivíduos que a compõem faz desta paisagem um “objeto” de desejo.

Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. 2. ed. Porto Alegre, RS: Zouk, 2013.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Denis Cosgrove – A paisagem e as imagens. *Revista Espaço e Cultura*, UERJ, Rio de Janeiro, n. 29, p.7-21, Jan/Jun. de 2011.
- _____. ; ROSENDAHL, Zeny. Formas simbólicas espaciais: o shopping Center. In: _____. *Geografia Cultural: uma antologia*, volume II, Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013, 296 p.
- COSGROVE, Denis. Modernity, Community and the Landscape. *Journal of Material Culture*, 11 (1-2), 2006.
- DUNCAN, James S. Paisagem como sistema de criação de signos. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeni. (Org.). *Paisagens, Textos e Identidade*, 2004.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma perspectiva sobre as origens da mudança cultural*, 16ª ed. São Paulo: Loyola, 2007.
- HEIDRICH, A.L; GAMALHO, N.P. Paisagem, territorialidades múltiplas e temporalidades diversas: uma leitura da paisagem do Vale do Rio Três Forquilhas (RS). In: VERDUM, Roberto. (Org.). *Paisagem: leituras, significados, transformações*. 1 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012, v. , p. 189-206.
- HEIDRICH, Álvaro, L. Sobre nexos entre espaço, paisagem, território em um contexto cultural. In: SERPA, Angelo (Org). *Espaços culturais: Vivências, imaginações e representações*. 1 ed. Salvador: EdUFBA, 2008, v.1, p.293-311.
- IBGE Cidades. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>. Acesso em 10 Janeiro 2015.
- LEMARCHAND, N., 2008, *Géographie du commerce et de la consommation: les territoires du commerce distractif*, Habilitation à Diriger les Recherches, 220 p.
- LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. Tradução: Jefersson Luiz Camargo. 3º ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.
- ORTIGOZA, Silvia Aparecida G. *Paisagens do consumo: São Paulo, Lisboa, Dubai e Seul*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- SANTOS, Milton. *Metamorfose do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SANTOS, Marcio Pereira. *O espaço humanizado, a paisagem humanizada e algumas reflexões sobre a paisagem em São Paulo no século XVIII e XIX*. 2006. 192 f. Tese

(Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

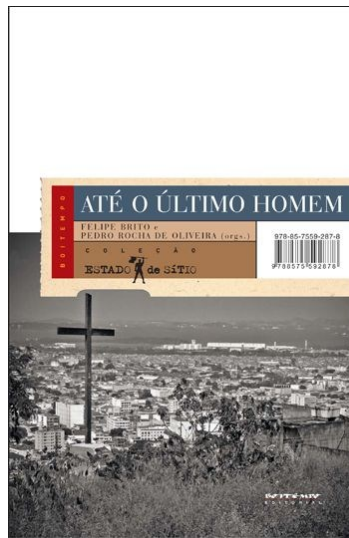
SANTOS, N., 2008. *Lazer, Espaço e Lugares*. In: N. Santos & A. Gama, edits. *Lazer. Da libertação do tempo à conquista das práticas*. Coimbra: IUC, p. 145-163.

SERPA, Ângelo. Por uma geografia das representações sociais. In: *OLAM – Ciência e Tecnologia*. Rio Claro/SP, vol. 5, nº1. Maio 2005, p. 220.

RELATOS DE PESQUISA

RELATOS DO “FRONT”: Uma abordagem crítica da militarização urbana carioca

Leandro Dias de Oliveira¹



Resenha de *Até o último homem: visões cariocas da administração armada da vida social*, de Felipe Brito e Pedro Rocha de Oliveira (orgs.). São Paulo: Boitempo, 2013. *Coleção Estado de Sítio*.

Aproveitando-se da frase infeliz – e por isso mesmo, reveladora – de Roberto Precioso Jr., ex-secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro no final do governo de Rosinha Garotinho, que prometeu cumprir a sua “*missão constitucional até o último homem*”, a obra que agora resenhamos se permite utilizar o famoso título romance de Jeff Shaara², que trata do horror da Primeira Grande Guerra, onde a brutal violência ampliou para sempre o conceito de *guerra*. O horror e a destruição dos grandes conflitos mundiais quebraram os limites interpretativos da brutalidade humana. Roberto Precioso talvez não imaginasse, mas sua promessa, eivada de sentimentos em prol do combate armado à violência urbana, revelou que a luta pela paz na cidade do Rio de

¹ Doutor em Geografia pela UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas. Professor Adjunto do Departamento de Geociências da UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. E-mail: ldiasufrj@gmail.com

² Shaara, Jeff. “*To the Last Man*”: *A Novel of the First World War*. New York [USA], Ballantine Books, 2004.

Janeiro pode ser ainda mais assustadora que até mesmo as ações criminais dos grupos organizados na urbe carioca.

Qualquer um que tenha acompanhado, com indignação ou repulsa, a operação militar no Complexo do Alemão (Zona Norte do Rio de Janeiro) no dia 28 de novembro de 2010, que reuniu policiais civis, militares – principalmente os vinculados ao BOPE (Batalhão de Operações Policiais Especiais da Polícia Militar Fluminense) – e soldados das Forças Armadas do Brasil, com tanques de guerra e armamentos de grosso calibre, consegue perceber que a reconquista de territórios tão saudada pela grande mídia em narrativa fílmica é um simulacro de pacificação: não há, nos olhos dos agentes que deveriam defender o cidadão comum, qualquer resquício de paz. Armas, tanques, soldados, fugas desesperadas, choro, medo, sangue derramado: uma paisagem de pavor, que apenas alimenta o ódio, a desconfiança, os preconceitos.

A obra que agora resenhamos, intitulada *“Até o Último Homem: visões cariocas da administração armada da vida social”*, organizada por Felipe Brito e Pedro Rocha de Oliveira, é uma inserção nesta atmosfera cruel; os autores que assinam os sete capítulos do livro – enriquecido ainda pelo prefácio de Marildo Menegat, intitulado *“A crítica do valor bate à sua porta”* – têm um compromisso com a leitura crítica ao sistema político-econômico-social hegemônico, e compreendem a urbe contemporânea como produto, laboratório e simulacro do atual capitalismo, cujas contradições históricas se apresentam implacáveis e inadiáveis.

A crise urbana é, desde sua gênese, múltipla – política, ambiental, social, econômica, habitacional, de mobilidade – e realmente não parece ser facilmente solucionável. Ainda assim, vale ressaltar: não é conveniente duvidar da capacidade de reinvenção da cidade, pois através de processos combinados de reestruturações territorial-produtivas e renovações das ideologias e dos próprios movimentos de resistência, o processo societário de urbanização se revigora e reescreve sua própria história. Afinal, a *cidade* é a política, o ambiente, o homem; é física e abstrata, material e imaterial, técnica e ideologia. Mesmo em sua complexa forma contemporânea, a *cidade* não parece em fase de perecimento.

Logo, é plenamente admissível que o leitor não acredite que assistimos a ruína do capitalismo. Todavia, ao olhar para a cidade do Rio de Janeiro de forma tão meticulosa

como fazem os autores, somos convencidos que vivemos tempos de *barbárie*. Mas, vale frisar que, neste contexto, a *barbárie* não é anti-civilização, mas o seu corolário, cuja beligerância revela o desmoronamento próximo de um modelo societário já desmantelado. O Rio de Janeiro não seria somente um exemplo preciso da violência contemporânea que se desenvolve na cidade capitalista, mas o arquétipo sinistro da crise da nossa própria existência e da nossa capacidade de compreensão do mundo hodierno sob o signo do capital.

Isto porque vivemos um arremedo esquizofrênico de neoliberalismo / desenvolvimentismo, em que as parcerias público-privadas não coroam a celebrada incompetência do Estado, mas atestam a inabilidade do próprio capital. O individualismo rompe progressivamente com qualquer coletividade, uma vez que se é solitário até mesmo na miríade de intenções das manifestações que reuniram multidões nas mais diferentes cidades brasileiras em junho de 2013. A classe média – este estrato social meio canhestro que se pauta em certa diferenciação financeira e que edifica variadas fronteiras com os “menos remunerados” –, em boa parte, fundamenta o medo e o estranhamento para com o outro, e consome, com certa desfaçatez, a violência contida nos filmes, novelas, séries e outras expressões culturais. Por fim, a mídia elege os seus heróis, seus culpados, atacam seus inimigos políticos, norteiam as discussões cotidianas, sintetizando os fatos recentes, através de “especialistas”, “resenhistas” e “articulistas” que alimentam constantemente esta máquina de produzir fatos, notícias e leituras da realidade. Não é tão simples se libertar desta cadeia muito bem concatenada de alienação política.

Por meio de um esforço interpretativo, é possível indicar duas questões centrais presentes de “*Até o Último Homem*”, que são completamente entrelaçadas:

[i] *A violência reinante no controle social ultrapassou a simples banalização e tornou-se uma vigorosa bandeira ideológica, seja porque aprendemos a aplaudir a truculência das ações dos policiais mais homicidas, seja porque nos acostumamos com a coerção do Estado no modelo de democracia ocidental secularmente constituído, onde fingimos acreditar que somos livres.*

Neste sentido, Pedro Rocha de Oliveira (em *“Golpes de vista”* e *“Complexo dos Relatos”*) lembra que os homens-indivíduos, isolados entre si e competitivos, são radicais defensores de uma violência – oficial ou *oficiosa* – que deve ser usada como inseticida social para render *bandidos* em busca da paz (como se tais rendimentos não ocorressem por medo de morrer...). Este homem-indivíduo-atomizado contempla com entusiasmo qualquer *guerra*, aceita o hasteamento da bandeira da polícia civil ao lado da brasileira na *“Ocupação do Alemão”* e assiste filmes-carnificina com o mesmo ânimo que qualquer programa de auditório de péssima qualidade da televisão aberta.

A regulação armada da vida social se torna assim muito bem-vinda, pois, segundo Felipe Brito (em *“Considerações sobre a regulação armada de territórios cariocas”*), as já *conurbadas* favelas cariocas se tornaram o *“locus do mal”*, oferecendo à polícia total liberdade para agir com a máxima truculência. Neste sentido, as decantadas UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) não são braços do Estado, *mas sim o próprio Estado*, gestor do território, repressor dos lapsos de descontrole social e mediador das relações com o capital, criando lucrativos e estratégicos *“corredores da paz”* na cidade.

E as UPPs, *out-door* político-governamental do ex-governador do estado do Rio de Janeiro Sérgio Cabral Filho (2007-2014), surgiram para vencer a *guerra* contra o mal. Felipe Brito, André Villar e Javier Blank (em *“Será guerra?”*) apresentam dados que revelam um verdadeiro campo de batalha: o Brasil é, por exemplo, o sexto país com mais mortes violentas do mundo (mais de 50.000/ano!) e o Rio de Janeiro é onde mais policiais matam e morrem no mundo. Em um mundo militarizado, cuja nação hegemônica apresenta gastos infindáveis com armamentos, o Brasil está no *front* de uma *“guerra”* sem fronteiras em prol da democracia de modelo moderno-ocidental.

[ii] *O planejamento da cidade do Rio de Janeiro é uma verdadeira aula de geografia urbana do capitalismo contemporâneo.* A metrópole fluminense se qualifica cada vez mais como *“cidade-espetáculo”*, imbricada de estratégias de valorização do solo urbano a qualquer custo e foco na *mercadificação* da vida humana em todas as suas expressões,

o que imprime no cotidiano da cidade um moderno mal-estar – um vazio existencial – a respeito de nossa sobrevivência, presente e futura.

Maurilio Lima Botelho (em *“Crise urbana no Rio de Janeiro: favelização e empreendedorismo dos pobres”*) é direto: no tabuleiro de negócios da cidade do Rio de Janeiro, o *direito à cidade* agoniza. O empreendedorismo urbano é um mecanismo constante de exclusão que transformou o solo urbano carioca em principal mercadoria em circulação. Portos turistificados, vias duplicadas, túneis subterrâneos, condomínios-shoppings, tudo isso escamoteia a incompetência da gestão urbana do Estado, incapaz de resolver a questão da moradia. O empreendedorismo imobiliário nas favelas, que implicou no crescimento dos valores de venda e aluguel das casas mesmo irregulares (por vezes mais elevados que no próprio “asfalto”), aumentou o drama da habitação popular. A favela “desceu o morro” e ocupou as calçadas, fábricas abandonadas, lixões, colunas de viadutos etc. *Como controlar esta bomba-relógio social, em uma cidade onde morros favelizados estão incrustados na luxuosa orla marítima?*

O mesmo autor, junto a Marcos Barreira (em *“O Exército nas ruas: da Operação Rio à Ocupação do Complexo do Alemão. Notas para uma reconstituição da exceção urbana”*), apresenta uma resposta profícua: o trato militarizado das questões que são eminentemente sociais, por meio de “operações” e “ocupações-invasões”. A polícia – e por que não, os grupos paramilitares (ou simplesmente, os *milicianos*) – substituem paulatinamente a mediação social político-jurídica da cidade do Rio de Janeiro por estratégias de batalha e vocabulário de caserna. Há ainda aqueles que clamam pela presença do Exército Brasileiro nas ruas, lembrando que na Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92) as tropas armadas garantiram a “paz” na cidade. Apontando tanques de guerra para as favelas e criando verdadeiras barricadas urbanas para receber as delegações diplomáticas, a Eco-92, à revelia desta “operação de paz”, evidenciou que Rio de Janeiro deixava de ser, progressivamente, a “cidade maravilhosa”.

Todavia, desde a década de 90, o Rio de Janeiro assiste um processo de reestruturação urbana, que implica, particularmente, na “modernização” [ou enquadramento urbano-social à reprodução capitalista nos moldes internacionais], “reestilização” [com base no

city-marketing, onde a cidade é a própria mercadoria que deve ser re-fetichizada em moto-contínuo] e “reordenamento” [a ordem urbana, por vezes, é o estopim para o controle e segregação social, escondida sob vestes de “pacificação”]. Marcos Barreira (em “*Cidade Olímpica: sobre o nexa entre reestruturação urbana e violência na cidade do Rio de Janeiro*”) demonstra que o *leitmotiv* deste movimento político-urbano é a luta por consolidar o Rio de Janeiro como um palco privilegiado de eventos internacionais; sob esta abordagem, Jogos Panamericanos (2007), Copa do Mundo (2014) e Olimpíadas (2016) são verdadeiros negócios urbanos, simbolicamente constituídos como investimentos em “esporte”, “saúde” e “lazer”, onde a militarização urbana submerge na cidade-espetáculo.

Não se sai ileso após percorrer as duras verdades contidas nas páginas de “*Até o Último Homem*”, pois sua leitura incomoda ao questionar a letargia e passividade perante o desmoronamento social que assistimos. Suas reflexões ultrapassam os vínculos teóricos da universidade, e interessa não somente aos especialistas preocupados com a violência endêmica de nossa sociedade ou as mutações da condição urbana do tempo presente; esta obra merece apreciação de todo aquele que suspeitar da cada “auto de resistência”, duvidar da índole dos comentaristas e apresentadores de jornais que insuflam o ódio contra o “*marginal sem pedigree*”, relativizar o sucesso de empreendimentos políticos concentrados geograficamente nas áreas mais ricas da cidade ou simplesmente acreditar que não se constrói a paz – seja em escala local, seja no âmbito regional, nacional ou mundial – com armas letais, gritos de opressão, imposturas militares e discursos de ódio.

